
ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL



ARQUIVO NACIONAL

v.4, n. 1, jan. jun. 1989

**Ministério da Justiça
Arquivo Nacional**

**ACERVO
Revista do Arquivo Nacional**

APOIO

BANERJ
Cultural

Acervo	Rio de Janeiro	v. 4	n. 1	p. 1-174	jan. jun. 1989
--------	----------------	------	------	----------	----------------

Sumário

Raízes ideológicas da Inconfidência Mineira
Francisco Iglésias 7

O acervo do Arquivo Nacional e a história da Inconfidência Mineira
Gláucia Tomaz de Aquino Pessoa 15

Fontes documentais mineiras: subsídios para o estudo do movimento inconfidente de 1789
Edilane de Almeida Carneiro & Maria Judite dos Santos 25

Da Ilustração à Revolução — percursos ao longo do espaço — tempo setecentista
Francisco José C. Falcon 53

No século das Luzes, mulheres à sombra... — A condição feminina e a Revolução Francesa
Mary Del Priore 89

A difusão da obra de Diderot em Portugal e no Brasil
Leopoldo Collor Jobim 99

O medo dos "abomináveis princípios franceses": a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil
Lúcia Maria B. Pereira das Neves & Tânia Bessone 113

Bahia, 1798: uma leitura colonial da Revolução Francesa
(a propósito da tradução portuguesa de um texto de Jean-Louis Carra)
Guilherme Pereira das Neves 121

Inconfidência, inconfidências
Vamireh Chacon 127

De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História
Manuel Luiz Salgado 135

Perfil institucional
O Museu da Inconfidência 145

Bibliografias
Versões clássicas da Inconfidência Mineira 149

Raízes ideológicas da Inconfidência Mineira

Francisco Iglésias
Historiador

A julgar pela leitura dos *Autos da devassa*, a grande fonte inspiradora da Inconfidência Mineira foi a independência das colônias inglesas na América, em 1776, que formam a República dos Estados Unidos. Fala-se a todo momento no exemplo da América inglesa. Treze anos depois do episódio emancipador daquelas colônias, a lembrança do inglês continua firme. Entende-se o fato, pois o Brasil depende de Portugal, e desejoso de ser livre, vê naquele episódio um exemplo a ser seguido. Mesmo brasileiros de épocas seguintes — estudiosos ou gente simples — ainda insistem na comparação das duas unidades, em atitude não muito razoável, pois os casos são bem diferentes. De comum, tinham só o desejo emancipador.

A colônia portuguesa e as inglesas na América diferem muito em tudo: a razão principal não é, evidentemente, a mais invocada. Insiste-se em falar com ligeireza e erro nas diferenças de paisagem e do povo dominador, com o acento indevido de ser uma fora do trópico, e o inglês, agente de cultura desenvolvida, em tolo argumento de base geográfica ou étnica, repetição de preconceitos populares e até científicos de eras passadas, hoje definitivamente no arquivo de idéias de elaboração precária. A diferença está nos padrões de administração ou governo adotados pelo inglês na América, que na realidade dão verdadeira autonomia às suas célebres 13 colônias. Em sentido rigoroso, vivendo com grande autonomia na transposição do modelo da Metrópole, elas tiveram uma existência livre, que possibilitou padrão de vida diverso do restante do continente, português ou espanhol. Comparadas com as demais, as colônias inglesas foram outra coisa, de modo a ser o uso da expressão 'colônias' para todas, algo de forçado ou falso: as chamadas 13 colônias da América do Norte não o foram, se comparadas com as espanholas ou a portuguesa do Novo Mundo.

Entende-se, pois, sua emancipação, três ou quatro décadas antes das dominadas pelos iberos. Se ainda hoje se fala, mesmo entre estudiosos, de modo confuso, das várias partes do continente, entende-se que os brasileiros dos anos oitenta ou noventa do século XVIII invocassem a todo instante o modelo do Norte. Livros sobre aquela independência ou sobre os Estados Unidos são conhecidos no Brasil: José Alvares Maciel, moço que se cultivara na Europa, assistindo ao nascimento da Revolução Industrial na Inglaterra, depois de cursos em Portugal e com viagem pela França, conhecia bem a situação. Maciel deu de presente ao alferes Joaquim José da Silva Xavier — o Tiradentes —, no primeiro encontro que tiveram, tão logo chega ao Rio em julho de 1788, a coleção de leis

da jovem República e a história de sua autonomia. Essa coleção é o *Recueil des lois constitutives des colonies anglaises confédérées sous la dénomination d'Etats-Unis*, obra publicada dez anos antes na Suíça, em tradução francesa; coletânea de documentos — de Claude Ambroise Régnier — fundamentais para a história dos Estados Unidos, mas sem conter a Constituição daquele país, como equivocadamente se afirma com frequência, pois é bem anterior ao famoso documento, cuja data, como se sabe, é 1787. Outros conjurados também conheciam essa obra: o cônego Luís Vieira da Silva, por exemplo, falava sempre naquela independência e na organização nacional do país livre; ele e os conjurados mais cultos, como Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto e mesmo outros menos informados.

Se a história da antiga colônia, agora estado livre, é a mais invocada, parece correto dizer que a fonte principal da inspiração dos mineiros foi o Iluminismo, sobretudo através da versão francesa, cujo marco é a *Enciclopédia*. Demais, consigne-se ter sido essa também a fonte dos americanos do Norte; além de contar com franceses em sua frente de luta, foi nos seus ilustrados que eles buscaram inspiração.

Os autores da França tiveram influência decisiva nos eventos que culminam com a Revolução de 1789, cujo bicentenário também se comemora este ano. A *Enciclopédia — Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, dirigida por d'Alembert e Diderot —, como outras obras dos seus principais autores (Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Diderot e outros), tem raiz em idéias políticas bem formuladas pelo inglês John Locke, no qual tanto beberam os franceses, sobretudo Montesquieu e Voltaire. Poder-se-ia lembrar ainda ser a *Enciclopédia* decorrência da prédica do racionalismo, que vem do Renascimento. No campo das idéias é difícil estabelecer um marco, fixar um nome ou uma data, provocando embaraços sobretudo aos historiadores: eles sofrem da obsessão das origens, como assinalou com justeza Marc Bloch em *Apologie pour l'Histoire ou métier d'historien*, editado em 1952, falando na "hantise des origines".

O assinalável é que o racionalismo, com a pregação da liberdade em todos os campos, notadamente no do pensamento; com a superação do dogma religioso e o culto do livre exame, e a recusa de supostas verdades universais — no tempo e no espaço — ganha corpo a contar do século XVI, no chamado antropocentrismo da Idade Moderna, superador do teocentrismo medieval. Com os nomes de Racionalismo, Ilustração, Iluminismo, Idade das Luzes, *Aufklärung*, *Enlightenment* ou Enciclopedismo, afirma-se o convencional sentido moderno, marcador de novos tempos, com outro universo ideológico, outra política, economia e sociedade.

A insistência na presença das idéias francesas na Inconfidência Mineira tem a sua primeira razão de ser na pregação de liberdade. Outras evidências poderiam existir nos documentos de seus protagonistas, como as leis da República a ser instaurada, caso vitoriosos. Esses documentos, se chegaram a ser redigidos (fato duvidoso) — deles se desincumbiriam Cláudio, Gonzaga, Alvarenga e o cônego Luís Vieira —, desapareceram de todo, pois com a denúncia da trama, no dia 15 de março de 1789, seguida em maio da prisão de Tiradentes no Rio e de outros em Vila Rica e diferentes pontos da capitania, houve largo tempo para destruição de papéis comprometedores.

Daí a impossibilidade de aferir a influência da Ilustração na trama dos mineiros. Decerto existe a vasta notícia contida nos autos, mas estes, por sua natu-

reza inquisitorial, são suspeitos, pois largamente manejados pelos juizes das devassas em Minas e no Rio, ordenadas pelo governador visconde de Barbacena e pelo vice-rei Luis de Vasconcelos, depois pela Alçada vinda de Lisboa, em processo arrastado de 1789 a 1792, com os vícios de adulteração, omissões e possíveis acréscimos.

Apela-se muito para as bibliotecas de alguns envolvidos, que contariam livros em quantidade. Os presos tiveram seus bens seqüestrados e pode-se ler, na transcrição desses bens, a existência de centenas de livros, reveladores de que o mais moderno e avançado estava nessas bibliotecas. A mais rica pela qualidade e quantidade é a do cônego Luis Vieira da Silva, chegando a cerca de oitocentos volumes (270 títulos), objeto de curiosa análise de Eduardo Frieiro em *O diabo na livraria do cônego* (1945). Cláudio também tinha muitos livros: 388 volumes. O padre Carlos Correia de Toledo contava com 103. Gonzaga tinha 83, enquanto Francisco de Paula Freire de Andrada o superava, com 84. O padre Manuel Rodrigues da Costa tinha 74 e José de Resende Costa, 62. De Alvarenga seqüestraram-se apenas 18. Quanto a José Álvares Maciel, o traslado do seqüestro, de 12 de outubro de 1789, assinala que "se não acharam bens alguns (...), por ser filho família, e estar vivendo debaixo do pátrio poder do dito seu pai". Curioso, pois contava já 28 anos. Se a biblioteca do cônego Luis Vieira era de vulto impressionante (800 volumes), lembre-se que no Rio de Janeiro o poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, envolvido na conjuração de 1794 da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, contava com 1.576 volumes — número altíssimo hoje, e, sobretudo, para as difíceis condições da época.

Ora, a posse de livros em casa não implica necessariamente em leitura. Certamente, o cônego, Cláudio, Alvarenga e Gonzaga leram até muito mais que o arrolado no seqüestro. A maioria dos conjurados, contudo, não tinha condições de leitura, pela falta de formação. Se ainda hoje se lê tão pouco no país, não se pode imaginar um público de cultura no Brasil do final do Setecentos. Vila Rica não seria a Weimar do mesmo período, a Florença dos séculos XV e XVI, Paris ou outro centro intelectual de certas partes da Europa em vários momentos. Sejamos modestos, enfim.

É interessante lembrar que, com base nos autos, o único autor conhecido é o abade Raynal, com sua *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*, vasta obra em quatro volumes editada na década de 1770, fora da França e com ampla circulação, mas proibida e vigiada. Segundo informa Roberto Ventura, em erudito artigo, de 1772 a 1780 são lançadas 17 edições integrais, além de algumas antologias; de 1780 a 1787, mais 17 edições. Só nos Estados Unidos uma edição condensada teve 25 mil exemplares, constituindo-se em verdadeiro *best-seller*. A circulação foi dificultada não só na França, mas na América: nas colônias espanholas a Inquisição proibiu Raynal em 1759 (Roberto Ventura — 'Leituras de Raynal e a Ilustração na América Latina'. *Estudos avançados*, São Paulo, set/dez. 1988, 2, (3), pp. 40-51).

Raynal é visto antes como um popularizador do Iluminismo, sem qualquer originalidade ou solidez de conhecimento. Alguns depoentes falam do livro, muito lido entre os mineiros — na segunda inquirição do coronel de cavalaria Francisco Antônio de Oliveira Lopes, dia 21 de julho de 1789, ele falou de Domingos Vidal de Barbosa — "o qual lhe contou muitas coisas de que tratava um livro do abade Raynal, tanto assim que sabia de cor algumas passagens do mesmo livro". Nenhum depoente, porém, cita passagem de seu texto, confirmadora

de leitura. Ora, Raynal é tido pela crítica especializada como de interesse menor, com informações precárias e análises frágeis. Se falou na América, no Brasil, não forma na primeira linha do pensamento francês, mas teve muita voga na época, não só na França como na América. Os autores mais significativos, como Montesquieu, Diderot, Voltaire, Rousseau, se foram lidos, só o foram por alguns raros homens de formação superior e muitas letras.

Do mais importante de todos — Rousseau —, sabe-se que foi pouco lido mesmo na França dos revolucionários, como informa François Furet em *Penser la Révolution Française*. Rousseau do *Contrato social* não podia ser lido pelo povo, pela complexidade da obra. Ainda hoje em grande destaque e examinado pela moderna ciência social, descobrindo-se nele aspectos não percebidos no século XVIII ou no seguinte, o autor teve popularidade por outros títulos — os *Discursos* sobre a origem da desigualdade dos homens e sobre as ciências e as artes, os romances *Emílio* e *A nova Heloisa*, de transcendente repercussão na pedagogia, sobrevivendo ainda literariamente pelos maravilhosos textos de memórias. Rousseau é mais reverenciado hoje que em seus dias — embora fosse objeto de exaltada admiração de Kant e fosse conduzido ao Panthéon em 1792 —, fonte do culto da espontaneidade e da natureza, do pensamento libertário, santificado pela revolução dos jovens contestadores de nossos dias do mundo inteiro.

Seria interessante lembrar a influência das idéias e autores iluministas na própria Revolução Francesa. Fala-se na *Enciclopédia*, em Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Diderot, d'Alembert, Condorcet. Seriam eles na verdade lidos pelo povo, influenciando-lhes a conduta e marcando-lhes o rumo político? Em obra fascinante do historiador norte-americano Roberto Darnton, autor de estudos sobre a produção literária no século XVIII, mais na segunda metade — *Boemia literária e Revolução. O submundo das letras no Antigo Regime* (Companhia das Letras, 1987), — há importantes dados para compreensão da época. Darnton fala no Iluminismo, no Alto e no Baixo Iluminismo. Se naquele pontificam os grandes nomes, acatados em seu tempo e atingindo prestígio oficial, conservado até agora, há um imenso submundo de centenas de escritores que buscam um lugar, fazem jornais, panfletos, são *libellistes*, escrevem ensaios sociais, políticos e econômicos, bem como romances — sobretudo romances.

No primeiro capítulo do livro, o autor mostra que muito da agitação das massas foi preparado por esses autores menores que produziram milhares de pequenas obras, de efeito popular por serem simples e apelarem para a denúncia, a chalça, a demagogia, a pornografia. Com elas, criaram no povo que os lia — e não podia ler um Rousseau ou um Diderot — um sentimento de desprezo pela aristocracia e pelo clero — os dois estados privilegiados —, ao mesmo tempo que valorizavam a gente miúda. Em seus romances os nobres são degenerados, incompetentes e até impotentes, em associação do político com o erótico. As condessas ou marquesas preferem os criados, os mordomos, os jardineiros, pajens ou cocheiros a seus maridos; o clero também é fustigado, com padres e freiras vivendo em clima de devassidão nos conventos ou sendo fâmulos de aristocratas, sobretudo os bispos e mais figuras da hierarquia do chamado alto clero.

De modo sub-reptício ou direto, o conceito de classes privilegiadas — os dois estados referidos — é mais abalado nesses escritos de autores menores que nos estudos sérios dos *philosophes*, *idéologues*, dos doutrinadores sociais ou políticos. Dois nomes do Alto Iluminismo — Voltaire e d'Alembert — os entenderam

bem, embora os fustigassem mais que aprovassem. Darnton refere a existência de um proletariado literário, citando autoridades da época que falam em escribas famintos, pobres escrevinhadores, chamados por Voltaire de "canalha da literatura" (*canaille de la littérature*), produtores de "la basse littérature". Entre eles, alguns se distinguiam, tendo mesmo notoriedade e atuação política, como Fabre D'Eglantine e Restif de la Bretonne (chamado de "Rousseau de sarjeta"). Um notável crítico brasileiro de hoje, Sérgio Paulo Rouanet, escreveu livros significativos sobre o Iluminismo — *As razões do Iluminismo* e *O espectador noturno*, sobre Restif de la Bretonne (ambos editados pela Companhia das Letras, em 1987 e 1988).

Decerto, o Baixo Iluminismo não tinha um programa, um pensamento organizado e coerente, vivendo de golpes publicitários e sensacionalistas, com a exploração do crime, da corrupção, da pornografia. Não se diga que eram imorais, mas amorais. Em sua porno-política havia uma ética especial. Para eles, obsceno era o *Ancien Régime*. Como escreve Darnton, "apesar de suas obscenidades, os libelles eram intensamente moralistas". E tiveram imensa eficácia, desmoralizando aristocratas e bispos, no que foram, de imediato, mais ativos e perigosos que o *Contrato social*. O historiador-sociólogo estudou-os e reconhece a importância do numeroso grupo dessa *subintelligentsia*, como escreve do Alto e do Baixo Iluminismo: "cada qual desses campos opostos merece lugar nas origens intelectuais da Revolução". Mais, em conclusão: "O panfletarismo rude dos subliteratos foi revolucionário enquanto sentimento e enquanto mensagem. (...) Homens que padeciam as dores do ódio. Foi nesse ódio que subia das entranhas, e não nas refinadas abstrações de uma bem tratada elite cultural que o extremismo revolucionário jacobino articulou seu verdadeiro timbre."

Essa aparente digressão sobre o mundo literário e a Revolução Francesa parece não ter aqui sua razão de ser, mas tem. Claro, seria estultice aparentar o quadro da Revolução de 1789 com a Inconfidência, a França que lia muito e editava centenas de obras por ano com a Vila Rica ou Minas, constituída na quase totalidade por analfabetos, na qual não havia escolas, não se editava livro nem se imprimia um só jornal. A única obra de crítica escrita na década de 1780 em Vila Rica foi a sátira *Cartas chilenas*, editada em livro em 1845. Sabe-se contudo que algumas cópias manuscritas foram feitas e tiveram leitores — pouquíssimos, por certo —, circulando, sem autoria, entre privilegiados. Tem-se hoje como certo ter sido Gonzaga o seu autor. Os autos falam mais de uma vez em pasquins, objeto de censura, recolhimento e prisão de quem os divulgava. Seriam as *Cartas chilenas*? Possivelmente, embora seja temerária qualquer afirmação. Certas passagens dos autos tratam de pasquins em circulação: no longo depoimento do coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes aparece a palavra do capitão José Lourenço Ferreira, que informa "que S. Exa. mandaria sair da capitania o desembargador Gonzaga, e isto por conta de um casamento, ou de uns pasquins que se tinham feito públicos". Seriam as *Cartas chilenas*? É quase certo, pois não se tem notícia de outros de sua autoria.

Fala-se muito nas idéias dos inconfidentes, relacionando-os com os ilustrados da França. Afonso Arinos de Melo Franco dedicou o primeiro estudo importante ao assunto — 'As idéias da Inconfidência' —, tese para um congresso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reeditado no seu livro *Terra do Brasil*, em 1939. No *Romanceiro da Inconfidência*, de Cecília Meireles, de 1953, o assunto não poderia deixar de comparecer: é o romance 'Das idéias', o romance XXI — belo poema em que se insiste na sua presença e eficácia, embora não

fique explícito quais eram essas idéias. Referência especial merece a obra do mineiro Dantas Mota, uma das expressões mais notáveis da captação recriada poeticamente dessa atmosfera e história das Minas. Nela, destaca-se a fascinante parte 'Epístolas de Tiradentes', a primeira das quais é de 1967. Análise sugestiva de "formas de pensamento", tratando sobretudo dos mineiros, encontra-se em *Atitudes de inovação no Brasil (1789-1801)*, de Carlos Guilherme Mota, tese de 1967 e já em terceira edição. Pena o autor se detivesse só nas linhas gerais, sem maior análise, em texto instigante e arguto, embora não exaustivo.

Existiu em Minas clima propício à aceitação de propaganda da liberdade: vindo da Revolução Americana ou da Revolução Francesa, os mineiros integravam-se no panorama intelectual do final do Setecentos, como o fizeram também cariocas, baianos e pernambucanos, nas conjurações carioca de 1794 e baiana de 1798 — esta a mais interessante pelo radicalismo, inspirando nas autoridades portuguesas a condenação dos "abomináveis princípios franceses", divulgados nos "pasquins sediciosos". Lembre-se a conjuração dos irmãos Suassuna, em 1801, e a revolução pernambucana de 1817 — a mais importante de todas, por ter conhecido relativo êxito, com organização e governo por algum tempo.

Os *philosophes* foram lidos? Seguramente não, ou só em pequena escala, pois ainda hoje quase não se lê em nosso país, como se sabe. Mesmo pessoas tidas por cultas — até professores universitários — não têm o hábito de leitura, sem falar nos políticos, que na maioria o ignoram. Alguns conjurados leram os autores vistos como perigosos ou subversivos. Foram lidos por Cláudio, Gonzaga, Alvarenga, o cônego Luís Vieira da Silva, por Alvares Maciel, outros poucos. Nos planos do movimento havia a criação de uma universidade, a transferência da capital, vários parlamentos — pelo menos em sete cidades da capitania —, programa que traduz conhecimento das idéias ilustradas e afinidades com a jovem República dos Estados Unidos, e da pregação doutrinária dos franceses, duas realidades que se completam, pois a Revolução Americana resultou, em parte, daquela. O programa inconfidente, com universidade, existência de parlamentos para fixação de política a ser seguida por nação livre, o amparo às mulheres de muitos filhos, a campanha pelo desenvolvimento econômico, com uma indústria baseada no ferro e na tecelagem — tudo atesta um pensamento ilustrado, bebido sobretudo nas fontes francesas. Daí a ligação que se faz entre os dois eventos — a Inconfidência e a Revolução Francesa —, embora não se deva falar em influência da Grande Revolução de 1789, pois esta começa em julho, enquanto a Inconfidência foi tramada sobretudo em 1788. Antecede-a pois, mas é possível ligar os dois movimentos como explosões ou manifestações do clima libertário do fim do século XVIII — fenômeno bem estudado no terreno das ideologias, no reconhecimento de uma atmosfera de afinidades existente naquela época, como em todas as outras.

O quadro de asfixia vivido pelo Brasil no final do Setecentos, a desagregação do sistema colonial por sua inviabilidade — ele estava gasto, fora um momento na História e já não tinha razão de ser — é agravado em Minas, pela decadência rápida da mineração. Esta criara as condições particulares da capitania central, com incipiente urbanização e existência de segmentos médios na sociedade, que a distinguem em um Brasil eminentemente agrário e de sociedade rigidamente estratificada. A economia mineratória gera um quadro diverso do mundo rural e leva ao estabelecimento de uma consciência mais viva de nação independente, traduzida na criação artística — na literatura, nas artes plásti-

cas, na música. Nesse quadro econômico e no esmagamento de uma sociedade que parecia apontar para um destino afirmativo está o ambiente capaz de proporcionar elementos para compreender a conjuração de Minas em 1788-1789, com projetos coerentes e abrangentes de construção de um Estado livre, ao qual só faltou o sentido de realidade organizatória, capaz de transformar um ideal de mudança em verdadeira mudança. Mesmo porque lhe faltou consistência no campo social, detendo-se antes e apenas no político.

Ainda hoje, duzentos anos depois, a trama é mais cercada de mistério que de questões esclarecidas. Para tanto, contam o emaranhado do processo confuso, os autos de devassa, a destruição de outros documentos, o longo silêncio sobre o episódio — só se começa a falar nele na segunda metade do século passado —, a mitificação da figura central — o Tiradentes —, o predomínio no seu trato de uma historiografia fantasiosa. Tiradentes afirmou “ter armado uma tal meada que nem dez, vinte ou cem anos conseguiriam desembaraçar”. Foi profético, pois já se vão duzentos anos e o nó continua. Já é tempo de cuidar de enfrentá-lo com instrumental mais adequado, colocações realistas e ampliação do universo informativo, com outros documentos. Faltou até agora a pesquisa acurada e vem sobrando imaginação. É tempo de tratar a *Inconfidência* como estudo científico e tirá-la de um clima quase ficcional.

Abstract:

Concerning the “ideological roots” of *Inconfidência Mineira* — Brazilian patriotic movement of infidelity to the Portuguese crown in 1789 that tried to liberate Brazil from the Portuguese regime —, the author rises the problems set by some approaches consolidated by tradition, to which he proposes a revision.

Among them stands out Illustration. Despite of the difficulties in circulating books and ideas, the conspiracy that took place in the province of Minas Gerais, in the XVIIIth century was mainly inspired by the French version, rather than it testified the American Revolution.

Résumé:

A propos des “racines idéologiques” de *Inconfidência Mineira*, l’auteur soulève les problèmes posés par certaines vues affirmées dans le temps, dont il propose la révision.

L’Illustration en serait sa source première. Malgré la difficulté de circulation des livres et des idées, la conspiration qui eut lieu à la Province de Minas Gerais au XVIIIth siècle y aurait puisé son inspiration, notamment dans sa version française, plutôt que témoigner l’influence de la Révolution Américaine.

O acervo do Arquivo Nacional e a história da Inconfidência Mineira

Gláucia Tomaz de Aquino Pessoa
Arquivo Nacional

Neste ano em que se comemora o bicentenário da Inconfidência Mineira, cabe não só apontar fontes que abram novas possibilidades de pesquisa, mas também descrever as já consagradas pela historiografia sobre o tema.*

O acervo do Arquivo Nacional é particularmente rico no que se refere à história da Inconfidência Mineira, estando sob sua guarda parcela significativa dos autos de devassa e documentos correlatos, especialmente a correspondência expedida pelo governador de Minas Gerais, visconde de Barbacena, aos vice-reis do Brasil e correspondência do Vice-reinado com a Corte em Lisboa.

Além destes, destacam-se a Coleção da Casa dos Contos e as ações de cobrança judicial contra Inácio José de Alvarenga Peixoto. Essas fontes, diferentemente das devassas, não têm merecido a mesma atenção por parte dos historiadores. Este trabalho tem como objetivo analisá-las e discuti-las mais detidamente, tratando-se de fontes históricas que renovaram os estudos sobre a Inconfidência Mineira.

Cabe ressaltar, ainda, que não constam dos núcleos documentais acima descritos os registros iconográficos pertencentes ao acervo do Arquivo Nacional, como mapas, gravuras e cinejornais sobre as manifestações patrióticas do dia 21 de abril, entre outros.

Vejamos como se estruturaria mais detalhadamente essa documentação.

Correspondência de Minas Gerais referente a governadores e outros assuntos — 1769-1807, volume 1. Códice 97

As autoridades coloniais e metropolitanas, responsáveis pela condução da devassa instaurada para apurar os atos dos possíveis conspiradores de um premeditado levante nas Minas Gerais, tomaram inúmeras providências, através de ordens e instruções, formando uma abundante correspondência oficial relativa ao andamento das investigações.

Essa correspondência reúne ordens e instruções do governador de Minas Gerais, visconde de Barbacena, dos vice-reis do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa e seu sucessor D. Luís José de Castro, conde de Resende, e também da Corte, dirigidas ao governador daquela capitania, entre maio de 1789 e julho de 1792.

* Agradeço a colaboração de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, chefe do Setor de Pesquisa do Arquivo Nacional e Miriam Nocchi Abreu, bolsista da Faperj, integrante do mesmo Setor.

Acervo	Rio de Janeiro	v. 4	n. 1	p. 15-23	jan. jun. 1989
--------	----------------	------	------	----------	----------------

A documentação concentra-se nos três primeiros anos de repressão à malograda conspiração, constituindo-se, basicamente, de ordens de prisão do visconde de Barbacena aos suspeitos de envolvimento no levante, como o padre Carlos Correia de Toledo e Tomaz Antônio Gonzaga, e de instruções do vice-rei, conde de Resende, para conduzir ao Rio de Janeiro todos os réus que se achavam presos na capitania de Minas Gerais.

Correspondência do Vice-reinado para a Corte — 1775-1807, volumes 9 e 10. Códice 68

Em janeiro de 1791, instalou-se no Rio de Janeiro o Tribunal de Alçada. A criação de tribunais especiais constituía recurso muito comum, utilizado pela Coroa portuguesa em casos de levante ou traição. O único ofício desse mesmo ano e mês comunica, justamente, a chegada do desembargador Sebastião Xavier Vasconcelos Coutinho, nomeado por Sua Majestade para presidir esse tribunal de exceção. As investigações, agora a cargo de Vasconcelos Coutinho, ainda se arrastariam até fins de 1791, com novos interrogatórios e acareações feitas aos réus presos no Rio de Janeiro, e os que ainda se encontravam em Minas Gerais. A correspondência desse período trata da transferência para o Rio de Janeiro, por ordem do desembargador, de todos os presos que ainda se encontravam naquela capitania.

Após a sentença do Tribunal de Alçada, em 18 de abril de 1792, a confirmação da pena de morte para Tiradentes e sua execução no dia 21 de abril, a comutação da pena de morte em degredo para os demais inconfidentes, as autoridades deram por encerrado o processo instaurado para apurar os acontecimentos relativos ao projeto de levante. Os ofícios que se inserem no período imediatamente posterior ao mês de abril relatam esses acontecimentos, e a remessa dos conjurados José Resende Costa (pai e filho), Domingos Vidal Barbosa e José Dias da Mota, além dos eclesiásticos que embarcaram para Lisboa na fragata *Golfinho* e dos que foram para Angola e Moçambique, condenados a degredo.

Autos de devassa da Inconfidência Mineira

Documentos mais importantes para a história da conspiração de 1789 em Minas Gerais, os autos de devassa estiveram durante todo o século XIX na Secretaria do Império, até serem descobertos por Melo Moraes que os copiou, publicando-os no *Brasil histórico*, a partir de 1861, com exceção de alguns documentos de pouca importância e dos seqüestros. Somente em 1874, os autos de devassa foram transferidos para o Arquivo Nacional, por solicitação do diretor Machado Portela ao ministro do Império, chegando a esta instituição em março do mesmo ano.

Lúcio José dos Santos, escrevendo no início do século XX, referiu-se da seguinte maneira à dispersão que sofreriam esses documentos:

Assim surgiram os documentos mais importantes, os quais, como o cadáver do herói a que se referem, foram esquartejados. Uma parte encontra-se no Arquivo Público Nacional e a outra na Biblioteca Nacional.¹

Outras peças desse processo — seqüestros dos bens de alguns inconfidentes

1. Lúcio José dos Santos, *A Inconfidência Mineira, papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira* (São Paulo, Imprensa Oficial, 1927), p. 48.

— encontram-se ainda no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No Museu da Inconfidência de Ouro Preto estão os manuscritos originais dos autos crimes dos réus eclesiásticos, que pertenciam à família Galveas e foram adquiridos em leilão pelo governo brasileiro, além do exemplar do *Recueil des lois constitutives des colonies anglaises confédérées sous la dénomination d'Etats-Unis d'Amérique Septentrionale de 1788*, que originalmente fazia parte dos autos de devassa.

Mas afinal o que são os autos de devassa? Devassa é um processo que visa a esclarecer os fatos através de inquéritos de testemunhos e outras provas, para apurar envolvimento em determinados crimes.

Na repressão ao movimento mineiro instaurou-se uma 'devassa de inconfidência', isto é, destinada a apurar e punir crimes de lesa-majestade de primeira cabeça. Crime de lesa-majestade de primeira cabeça, segundo o livro V das *Ordenações Filipinas*, o código criminal da época, era o crime que atentava contra a pessoa do rei, e, ainda, "contra outras pessoas que o soberano igualava a si a este respeito".² As autoridades metropolitanas na Colônia incluem-se neste caso.

Essa modalidade de processo judicial ocorreu por terem os participantes do movimento mineiro aventado a hipótese de decapitar o então governador das Minas Gerais, visconde de Barbacena, embora este não fosse um ponto de consenso entre os conjurados.

Os autos são os registros escritos e autenticados de qualquer ato público, isto é, são as peças que compõem o processo judicial ou devassa.

A devassa da Inconfidência Mineira, na verdade, desdobrou-se em dois processos, devido a um conflito de jurisdição entre as autoridades envolvidas. A primeira devassa foi aberta no Rio de Janeiro, por ordem do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, em 7 de maio de 1789 e a segunda na capitania de Minas Gerais, pelo visconde de Barbacena, conforme portaria datada de 12 de junho de 1789. Do conflito resultaram várias cópias, que foram enviadas tanto pelo governador como pelo vice-rei para Lisboa, a fim de mostrarem os bons serviços prestados à Coroa portuguesa.

De todas essas reproduções dos autos, o Arquivo Nacional possui uma cópia dos autos de devassa de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, reunidos em oito volumes com o título: *Inconfidência em Minas Gerais, levante de Tiradentes*.

Além de portarias, ordens, certidões, ofícios, papéis julgados comprometedores e todo o tipo de documentos que compõem um processo judicial dessa natureza, destacam-se alguns documentos particularmente importantes:

Auto de corpo de delito

Apuração preliminar de um delito por evidências documentais ou testemunhas, que abrem um processo judicial. Na devassa da Inconfidência Mineira, esse documento é representado pela denúncia de Joaquim Silvério dos Reis, a primeira e principal, seguida das denúncias de Brito Malheiros e Inácio Pamplona.

2. Pereira e Sousa, *Dicionário jurídico*, apud Cândido Mendes de Almeida, *Código filipino ou Ordenações e leis do reino de Portugal recopiladas por mandado del-rei D. Filipe I* (Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Filomático, 1870), p. 1.156.

Inquirições de testemunhas

Foram realizadas 64 inquirições na Cadeia Pública de Nossa Senhora do Pilar, desde o mês de junho de 1789, até o final do ano de 1790. Qualquer pessoa poderia ser chamada a depor para fornecer informações sobre o projetado levante.

Autos de perguntas

O auto de perguntas é o interrogatório, propriamente dito, feito aos possíveis conspiradores. Esses depoimentos são uma fonte valiosa para se conhecer os detalhes sobre a organização do movimento, tais como a sua estratégia, discutida nas reuniões, os planos de governo, e as idéias que inspiraram a Conjuração Mineira.

Autos e translados de seqüestros feitos aos bens dos inconfidentes

Desses documentos constam as propriedades do réu, desde objetos pessoais, livros, até lavras, terras, gado, escravos etc.

Correspondência

Na correspondência entre as diversas autoridades, destaca-se a do governador de Minas Gerais, visconde de Barbacena, com o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, e dessas autoridades com a Corte de Lisboa. Essas cartas registram as divergências entre as autoridades brasileiras responsáveis pelas investigações, constituindo-se também na principal fonte para se conhecer a versão oficial sobre a Conjuração Mineira.

Além desses oito volumes que reúnem os autos das devassas do Rio de Janeiro e Minas Gerais, o Arquivo Nacional possui um volume com as transcrições dos documentos pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional com o título *Autos-crimes 1791*, que se encontra atualmente exposto no Museu da Inconfidência. Desse volume constam o acórdão do Tribunal de Alçada, a defesa dos réus e os embargos oferecidos, entre outros documentos, além de mais um volume, composto de cópias datilografadas de documentos sobre os réus degredados para Angola, cujos originais pertencem ao Arquivo Histórico do Museu de Luanda.

Já que no início desse trabalho falou-se da dispersão dos autos, deve-se também fazer referência a duas publicações que reúnem esses documentos. A primeira foi realizada pelo Ministério da Educação e Biblioteca Nacional, editada a partir de 1936, com os documentos do seu acervo e do Arquivo Nacional, com prefácio de Rodolfo Garcia. Uma segunda edição, patrocinada pelo governo de Minas Gerais e pela Câmara dos Deputados, teve os seus dez volumes editados ao longo da década de 1970, com introdução histórica de Herculano Gomes Mathias. Sobre essa fonte nos fala o historiador José Honório Rodrigues:

A versão dos autos da devassa da Inconfidência Mineira é a da polícia e da justiça coloniais. Seu crédito é suspeito, sua elucidação fideidigna. A malícia, a perversão, o auilicismo deformam seu valor, mas é um documento que deve ser lido, analisado, criticado. A repressão desfigura tudo, mas no fundo das coisas há muitas

palavras, muitos pensamentos que nos ajudam a compreender o sentido da conjuração, o final da compressão colonial.³

Analisar, criticar os autos de devassa da Inconfidência Mineira para compreender a conjuração é o que vem sendo feito pelos historiadores desde o século passado, quando esses documentos foram descobertos.

A *História da Conjuração Mineira* de Joaquim Norberto, membro do I.H.G.B. e comprometido com a ordem imperial, é a primeira obra a utilizar os autos de devassa como fonte. A primeira interpretação dessa documentação tinha como objetivo descaracterizar as idéias republicanas do movimento mineiro, além de apresentar uma imagem depreciativa de Tiradentes, que segundo palavras do próprio autor: "Era um vulto bastante secundário para ornar uma praça da capital do Império."

Após a instauração da República, a história oficial precisou de um herói, e foi buscá-lo justamente na Inconfidência Mineira. Coube a Lúcio José dos Santos, em seu livro *A Inconfidência Mineira, papel de Tiradentes*, obra que marca o revisionismo republicano na historiografia sobre o tema, transformar o vilão Tiradentes em mocinho republicano.

Na década de 1960, os estudos sobre a Inconfidência Mineira ganham rigor metodológico, ou pelo menos, saem do campo da mera descrição, adotando uma perspectiva mais interpretativa. Cabe citar como exemplo, dentro dessa tendência, o trabalho de Maria Célia Galvão Quirino que analisa a influência da Revolução Americana no movimento.⁴ Também a tese de Carlos Guilherme Mota, *A idéia de revolução no Brasil* que aborda temas como a revolução, o nacionalismo entendido como anticolonialismo, segundo a "visão de mundo" dos habitantes da Colônia, e estende sua análise aos movimentos baiano de 1798 e pernambucano de 1801.⁵

Na década de 1970, a obra de Maxwell *A devassa da devassa* também se utiliza dos autos como fonte de seu trabalho. Dedicar particular atenção à correspondência trocada entre as diversas autoridades brasileiras e portuguesas para elucidar alguns pontos da história oficial registrada nesses documentos. A grande contribuição de Maxwell reside, no entanto, em incorporar em seu trabalho fontes antes não utilizadas pelos estudiosos e historiadores da Inconfidência Mineira.⁶

Coleção Casa dos Contos

A documentação da Casa dos Contos, que integra o acervo do Arquivo Nacional, reúne aproximadamente duzentos mil manuscritos, desde o primeiro quartel do século XVIII, até o terceiro do século seguinte. Essa coleção foi objeto de um levantamento preliminar realizado pelo historiador Herculano Gomes Mathias, que também elaborou um inventário de seus principais títulos. Abrangendo temas bastante diversos, a coleção contém, entre outros, documentos sobre a carreira militar do alferes Joaquim José da Silva Xavier; sobre todo tipo

3. José Honório Rodrigues, 'De Tiradentes à Independência', em *História, corpo do tempo* (São Paulo, Perspectiva, 1976), p. 86.

4. Célia Nunes Galvão Quirino dos Santos, 'A Inconfidência Mineira', separata dos *Anais do Museu Paulista* (vol. XX, São Paulo, 1966).

5. Carlos Guilherme Mota, *Idéia de revolução no Brasil — 1789-1801* (3ª ed., São Paulo, Cortez, 1989).

6. Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa* (2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978).

de obras realizadas em Minas Gerais, destacando-se a que se refere à construção e ao funcionamento da nova Casa da Ópera; e ainda, inúmeros documentos, datados do início do século XIX, que revelam o interesse português em salvar as Minas da total decadência, pois registram a presença de cientistas europeus, que aqui chegaram com o objetivo de encontrar meios eficientes e racionais para a exploração dos recursos minerais da Colônia.

Mas essa documentação é particularmente importante para os estudos econômicos sobre as Minas Gerais do período colonial, principalmente no que se refere à mineração e aos assuntos administrativos e tributários da capitania.

Entre a documentação fiscal destacamos as cobranças e rendimentos do quinto real, dos direitos de entradas, dos dízimos, do real subsídio, entre outros. Mas qual a relação entre todos esses registros sobre arrecadação de impostos e a Inconfidência Mineira? Parte dessa documentação fiscal constitui-se de papéis relativos aos contratos reais de entradas, dízimos ou passagens, cujos arrematantes estariam, mais tarde, ligados direta ou indiretamente à Conjuração. Ali aparecem os nomes de Joaquim Silvério dos Reis, Domingos de Abreu Vieira e João Rodrigues de Macedo entre outros.

Além de informações minuciosas sobre os contratos — como a forma de proceder à cobrança, os triênios em que vigoraram, relação dos créditos já recebidos —, existem ainda documentos que atestam as enormes dívidas desses contratadores com a Real Fazenda. Somente do ex-contratador de entradas Joaquim Silvério dos Reis, existe um processo completo com vários quadros elucidativos, onde o primeiro denunciante da Conjuração aparece como grande devedor do fisco. Ao lado de Silvério dos Reis, constam nas listas das execuções da Real Fazenda contra os seus devedores os nomes dos inconfidentes padre Carlos Correia de Toledo, coronel José Aires Gomes e do contratador João Rodrigues de Macedo.

A documentação da Casa dos Contos foi utilizada como fonte principalmente pelo historiador Kenneth Maxwell, em seu livro *A devassa da devassa*, para mostrar que parte da elite mineira se envolvera, ou apoiara o levante, para solucionar os graves problemas financeiros que enfrentava, e que se tornavam cada vez mais difíceis de serem resolvidos numa economia em pleno declínio como a da região das Minas do século XVIII. Segundo K. Maxwell, a "proposta de um Estado independente se apresentou, dentro de uma conjuntura crítica, como uma panacéia para os devedores da capitania".

Em alguns documentos dos autos de devassa há várias passagens que relacionam a tentativa de levante aos devedores da Real Fazenda. Maxwell cita, por exemplo, a carta-denúncia de Inácio Correia de Pamplona ao visconde de Barbacena onde, em conversa sobre uma possível tentativa de sublevação, entre o denunciante e o padre Carlos Correia de Toledo, este último teria afirmado "que todos os devedores que devessem à Fazenda Real seriam perdoados". Por este motivo, ricos, poderosos e endividados mineiros seriam convidados a participar, ou ao menos a se interessar por um movimento que pretendia o rompimento com a Metrópole portuguesa.

Kenneth Maxwell foi ainda o primeiro autor a apontar o envolvimento, no levante, de importantes elementos da elite mineira, cujos nomes não aparecem nas devassas. Esse é o caso, por exemplo, de João Rodrigues de Macedo que, como os demais inconfidentes, devia enorme soma à Fazenda Pública.

Ações de cobrança judicial contra Inácio José de Alvarenga Peixoto

Essa documentação reúne um total de vinte ações de cobranças judiciais no período de 1793 a 1805 contra o ex-ouvidor da comarca do rio das Mortes, incluindo-se ações de penhora e execução. Eram geralmente ações movidas por particulares, a fim de receberem antigas dívidas, contraídas por Alvarenga Peixoto antes de sua condenação pelo crime de inconfidência.

Constam do processo, entre outros documentos, provisões, procurações, cartas ou recibos, assinados e datados pelo confiscado, que comprovam o valor das dívidas e os juros estipulados.

Outros documentos especialmente valiosos pelas informações que contêm são os artigos do libelo e as inquirições das testemunhas.

O auto de seqüestro dos bens dos personagens envolvidos na Inconfidência é uma fonte valiosa para se conhecer seu nível sócio-econômico, particularmente devido às inúmeras e detalhadas informações sobre suas propriedades registradas nesse documento.

Entre as propriedades do casal Alvarenga Peixoto-Bárbara Eliodora, o auto de seqüestro destaca o engenho dos Pinheiros, fornecendo detalhes sobre a extensão das terras dessa fazenda que integrava diferentes atividades econômicas: canavial, engenho com fábrica de açúcar e aguardente, criação e minas. O mesmo documento faz referência, ainda, às inúmeras terras mineiras espalhadas por diversas localidades, ao número total de escravos — que chegava a 130 —, e grande número de cabeças de gado, entre outras propriedades.

No mapa dos bens seqüestrados na capitania de Minas Gerais entre 1789 e 1791, o valor total da meação confiscada a Alvarenga Peixoto chegava à quantia de 42:063\$155. No entanto, outro documento anexo à devassa de Minas Gerais nos informa que o patrimônio do casal estava seriamente comprometido: "São porém tantas as dívidas deste casal que se duvida bem que (reduzido ele a dinheiro ainda pela melhor estimação) baste para o pagamento daquelas em que não há dúvida." Como deveriam então proceder os credores de Alvarenga Peixoto para serem ressarcidos após a condenação pelo crime de inconfidência do poeta, fazendeiro e minerador? Vejamos como a legislação regulava tal modalidade de processo.

Segundo o livro das *Ordenações filipinas*, comprovada a culpa do suspeito de crime de lesa-majestade, "todos os seus bens, que tiver ao tempo da condenação, serão confiscados para a Coroa do Reino". Com a ressalva de que se o réu fosse casado *per carta de ametade*, segundo costume do Reino, haverá a mulher toda a sua metade em salvo". Foi assim que Bárbara Eliodora, mulher de Alvarenga Peixoto, conseguiu mais tarde reaver a sua metade na herança do marido, com a ajuda de seu compadre, o contratador João Rodrigues de Macedo, e o amigo e sucessor de Alvarenga Peixoto na ouvidoria do rio das Mortes, desembargador Luís Ferreira de Araújo e Azevedo.

Essa mesma lei assegurava, ainda, que primeiramente seriam pagas todas as dívidas, "que o traidor tiver feitas, e o que tiver mal levado". Devido a esse dispositivo legal foram possíveis as ações de libelo cível contra o procurador do Fisco e Câmara Real, responsável pelos bens do confiscado Alvarenga Peixoto.

Em quase todas essas ações, o réu, o procurador do Fisco e Câmara Real, foi condenado a pagar a metade da quantia pedida pelo autor, além das custas, já que a outra metade deveria ser paga pela mulher do confiscado.

Nos artigos do libelo constam informações sobre o autor da ação tais como

nome, moradia, e ramo de negócio em que atua; apresentação das dívidas do confiscado, especificando-as — mercadorias (tipo, quantidade) ou quaisquer outros serviços prestados, como empréstimos de dinheiro, a juros ou não.

Na inquirição são lidos os artigos do libelo às testemunhas que devem conhecer as dívidas do confiscado contraídas com o autor, reconhecer a assinatura do devedor nos recibos e cartas e atestar em favor da idoneidade do autor da ação.

Essa documentação não é inédita; o professor Rodrigues Lapa, em seu livro *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*, publicou parcialmente alguns libelos, principalmente artigos e cartas assinados por Alvarenga.

Tais fontes foram usadas para sustentar a tese do autor sobre o caráter do futuro inconfidente:

A vida de Alvarenga Peixoto já então anunciava como iria ser para o futuro, uma existência tomada de delírio das grandezas, sem tino, sem governo. Este desacerto fundamental parece ser nele mais do que uma tendência viciosa, tem o caráter de uma tara patológica.⁸

Dois passagens desses documentos publicados por Rodrigues Lapa são dignas de nota. Primeiramente, uma carta de Alvarenga dirigida ao comerciante sargento-mor João da Silva Ribeiro de Queirós, cuja viúva, Felizarda Matildes de Moraes Salgado, entrou no ano de 1795, com uma ação de libelo cível para receber a quantia que Alvarenga Peixoto lhe devia:

Parece-lhe grande a encomenda; porque é grande o conceito que faço de vossa mercê, lhe falo assim. Ouro por hora não há; mais temos onde assinar, e quando vierem as encomendas há de ir alguns, e quando for, podendo ser, o resto.

Se vossa mercê vai buscar fazenda para negócio, é melhor que traga para comprador certo a dita segura; e se houver de sofrer algum calote, seja de um homem de bem que tem sofrido bastantes, e pagam uns pelos outros.⁹

O outro documento é uma passagem do artigo de um libelo cujo autor abasteceu de fazendas o então ouvidor da comarca do rio das Mortes, que ficara encarregado de aprontar uma expedição de tropas que iam para o sul, mas segundo o autor do libelo:

Alvarenga recebeu da Real Fazenda a importância de tudo quanto se havia comprado para aquela expedição; porém ele meteu em si, e ficou com o respectivo dinheiro sem pagar ao autor, à loja do qual foi pessoalmente dizer que tivesse paciência pois lhe havia de pagar.¹⁰

Maxwell utilizou em seu trabalho essas fontes publicadas por Rodrigues Lapa, e viu nessas imensas dívidas o motivo imediato para o envolvimento de Alvarenga Peixoto na Conjuração.

Uma leitura mais atenta dessa documentação revela-o não apenas um devedor insolvente, como ficou para a história, mas um homem de negócios, fazendeiro e minerador, que empreendeu inúmeras reformas em suas propriedades, cujos resultados ficaram muito aquém do esperado. Situação que só tendeu a agravar-se à medida que as Minas Gerais, em fins do século XVIII, caminhavam para a decadência, tornando-se, os impostos e as inúmeras taxações do go-

8. M. Rodrigues Lapa, *Vida e obra de Alvarenga Peixoto* (Rio de Janeiro, INL, 1960), p. 25.

9. *Ibidem*, p. 65.

10. *Ibidem*, p. 291.

verno, um fardo muito pesado para um homem que já possuía dívidas a saldar.

O caso de Alvarenga Peixoto é exemplar, pois dá a exata medida da insatisfação de parte da elite mineira que se envolveu no movimento conspirador contra a Coroa portuguesa.

Abstract:

This article surveys the documents belonging to the holdings of the National Archives of Brazil concerning *Inconfidência Mineira*, standing out the less investigated ones by historians. These documents are classified according to their origin, and its presentation give us a synopsis of their contents and of the occurrences of the conjuration to which they allude to.

Résumé:

L'article fait le relevé des documents sous la garde des Archives Nationales concernant l'*Inconfidência Mineira*, en Mettant en relief ceux le moins exploités par les historiens. Ces documents y sont classés d'après leur origine, et leur présentation donne un aperçu soit de leur contenu, soit des événements de la conjuration auxquels ils se rapportent.

1. Maria Luísa de Albuquerque, *Alvarenga Peixoto: um homem de seu tempo*, Minas: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, 1984.

2. Eduardo de Mello, *Alvarenga Peixoto e a Conjuração Mineira*, Belo Horizonte: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, 1984.

Fontes documentais mineiras: subsídios para o estudo do movimento inconfidente de 1789

Edilane de Almeida Carneiro
Maria Judite dos Santos
Arquivo Público Mineiro

A problemática das fontes documentais primárias para o estudo do movimento conspiratório de 1789, na capitania de Minas Gerais, já foi levantada por gerações de historiadores. Questionou-se, principalmente, a validade dos autos da devassa como um testemunho pressionado, o que, de certa forma, impossibilitaria afirmativas históricas acerca dos acontecimentos. Márcio Jardim,¹ em sua obra *Síntese factual da Inconfidência Mineira*, embora reconheça o valor dos autos como fontes factuais, considera que os inconfidentes escamotearam até o fim informações completas sobre o movimento, cuja real extensão e alcance o governo mineiro minimizou, mas não chegou de fato a apreender. Apesar disso, o registro do pensamento dominador a respeito do movimento não pode ser desconsiderado por quem se propõe a avaliar a amplitude da repressão. Se seu estudo é insuficiente para que se compreenda todos os meandros dos acontecimentos, ainda assim é indispensável.

Se em muitos aspectos, os autos da devassa, enquanto fonte oficial, exigem a cautela que se deve ter no estudo das delações e confissões, em outros são bastante esclarecedores. Extrapolando uma visão imediatista da Inconfidência, os seqüestros dos bens dos réus inconfidentes nos dão uma imagem fantástica do cotidiano mineiro no século XVIII. Também o conteúdo apreendido das bibliotecas é um dado aceito como confiável por historiadores que se destacaram tentando desvendar a real influência do Iluminismo no ideário inconfidente.

Outro exemplo da visão do dominador sobre os acontecimentos foi considerado por Kenneth R. Maxwell² como uma fonte primária provocadora de distorção histórica: é a constituída pelos relatórios do visconde de Barbacena, governador de Minas, enviados a Lisboa e ao Rio de Janeiro. Os dados teriam sido deliberadamente encaminhados em uma direção que visava a favorecer um grupo de ricos empresários não incriminados.

É inegável que a Inconfidência Mineira deixou no ar mistérios que nenhuma

1. Márcio Jardim, *Síntese factual da Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Codese, 1988.
2. Kenneth R. Maxwell, *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

documentação primária resolverá: reuniões secretas e papéis destruídos no receio da prisão não podem ser reconstituídos. Entretanto, esquemas e hipóteses podem ser confrontados com subsídios mais concretos do período, levantados de fontes primárias. Entendida como mais uma peça no conjunto dos movimentos insurreccionais que sacudiram a capitania mineira no século XVIII será, por certo, analisada sem a preocupação exclusiva do individualismo heróico.

Para que se possa avaliar a real dimensão e o alcance do descontentamento reinante nas Minas Gerais setecentistas é imprescindível retomar a montagem e a articulação do sistema colonial. Apreendendo o contexto da sociedade mineira colonial escravista, marcada pelas contínuas medidas proibitivas e cerceadoras impostas pelo Estado metropolitano, torna-se possível examinar esses movimentos de contestação e, em especial, a Inconfidência Mineira. As coerções, sejam elas políticas, econômicas ou sociais, definidas interna ou externamente, modelaram os acontecimentos e também foram por esses modeladas. Nessa medida, a análise das diretrizes metropolitanas, assim como da dinâmica interna da capitania, em sua crescente decadência e em seu processo social diversificado, possibilitaram criar alternativas para se investigar a Inconfidência Mineira.

Alargando-se o campo da pesquisa, a problemática das fontes documentais, sobretudo no que diz respeito aos arquivos mineiros, pode ser, de certa forma, reavaliada. Não são poucos os documentos disponíveis que nos permitem traçar um perfil das Minas Gerais do século XVIII, e nesse contexto investigar os objetivos e a penetração dos movimentos insurreccionais. O entendimento das bases estruturais da economia e da sociedade colonial, possível graças à busca criteriosa de um considerável acervo, se não chega a dar respostas definitivas no estudo do movimento conspiratório de 1789, joga, no entanto, novas luzes, possibilitando a superação de interpretações acrílicas e mistificadoras sobre esse movimento.

Aliado a esse aspecto que, em certa medida, permite a ampliação das fontes documentais para o estudo da Inconfidência Mineira, deve-se considerar também a existência de um número significativo de documentos com ela diretamente relacionados. Ao tecer considerações a esse respeito na introdução aos *Autos da devassa*, o historiador Herculano Mathias afirma que... "sem constituírem propriamente peças processuais, têm sido localizados nos últimos cinquenta anos muitos documentos coetâneos dos acontecimentos e com eles relacionados".

Isto posto, propomo-nos aqui a fornecer subsídios ao estudo da Inconfidência Mineira, facilitando o acesso às fontes processuais, às coetâneas dos acontecimentos e, particularmente, àquelas representativas do quadro colonial que se encontram sob a guarda de instituições públicas em Belo Horizonte e Ouro Preto. Dadas as proporções desses acervos documentais, tal trabalho deve ser entendido como uma amostragem esclarecedora das potencialidades de pesquisa nos arquivos mineiros e, em especial, no Arquivo Público Mineiro.

Belo Horizonte

Arquivo Público Mineiro

O Arquivo Público Mineiro abriga um expressivo acervo concernente ao sé-

3. *Autos da devassa da Inconfidência Mineira*. Câmara dos Deputados. 2ª ed., Brasília. Minas Gerais: Imprensa Oficial, 10 vols., 1976-1983.

culo XVIII, representativo da estrutura da economia e da sociedade colonial. Em sua totalidade, são registros e originais de documentos produzidos e acumulados por instituições públicas da capitania de Minas Gerais. Da extensa documentação das câmaras municipais, da Secretaria do Governo Colonial e da instituição fazendária Casa dos Contos, podem ser extraídos dados de real significado para o entendimento da dinâmica colonial. Além dos instrumentos de pesquisa, que facilitam o acesso a esse valioso acervo, atualmente o Arquivo Público Mineiro desenvolve um levantamento de suas fontes documentais sobre a Inconfidência Mineira.⁴ Tal trabalho é representativo de um enfoque visando a evidenciar os elementos estruturais do período, sem desconsiderar, contudo, a documentação diretamente relacionada com o movimento conspiratório e com a repressão metropolitana. Foram coletados dados nos seguintes conjuntos documentais:

Coleção Inconfidentes

Este conjunto de variada procedência, intitulado Coleção Inconfidentes, subdivide-se em 'originais' e 'cópias e diversos' e foi reunido ao longo dos anos, tendo em vista seu valor histórico. Sua documentação original abrange um total de 34 documentos relativos ao período de 1764 a 1836. As datas anteriores à década de 1780 referem-se à função dos futuros inconfidentes na estrutura administrativa da capitania, em muitos casos estendida até a época do movimento, quando se destacam: Cláudio Manuel, como secretário do governo; Inácio José de Alvarenga Peixoto, como ouvidor-geral e corregedor da comarca do Rio das Mortes; Joaquim José da Silva Xavier, como alferes comandante do Caminho Novo; Tomás Antônio Gonzaga, como ouvidor-geral e corregedor de Vila Rica.

O processo de petição de Antônia Maria do Espírito Santo, relativo à escrava confiscada dos bens de Joaquim José da Silva Xavier e o formal de partilha de José Aires Gomes são registros importantes dos autos de penalização dos envolvidos na Inconfidência que também fazem parte deste acervo. Fechando sua parte original, encontra-se o testamento de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas — a Marília de Dirceu —, datado de 1836.

O conjunto das cópias e diversos compreende 24 documentos, de 1742 a 1968, nos quais realçam os concernentes à construção do monumento a Tiradentes, em Ouro Preto, e uma lista de outros relativos à Inconfidência Mineira existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, levantada pelo pesquisador padre Manuel Ruela Pombo.

Outro destaque é o discurso proferido por Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, preso nas primeiras averiguações sobre o movimento e logo libertado, porém omitido na devassa de 1790. Trata-se de manuscrito, com o texto de sua fala na sessão solene da Câmara de Vila Rica, comemorativa do fracasso da Inconfidência, em maio de 1792 — ano das penalizações —, quando então parecia muito interessado em desfazer dúvidas acerca de seu ideário, ressaltando seu respeito à monarquia e reconhecimento das virtudes dos colonizadores portugueses.

Em três cartas que também compõem a Coleção Inconfidentes, enviadas por Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira ao contratador João Rodrigues de

4. A.P.M. 'Contribuição ao estudo do movimento inconfidente de 1789'. Belo Horizonte, 1989 (em fase de editoração).

Macedo, aparece retratado o relacionamento comercial e amigo entre aquele a quem Tarquínio J. B. de Oliveira⁵ chamou de "o banqueiro da Inconfidência" e a mulher de Inácio José de Alvarenga Peixoto.

O instrumento de pesquisa que facilita o acesso a este conjunto no Arquivo Público Mineiro é seu inventário, encadernado junto à reprodução xerográfica dos documentos.

Arquivo Casa dos Contos

O arquivo da Casa dos Contos abrange o administrativo financeiro e todo o contencioso da Fazenda Pública colonial em Minas, além de extensa documentação concernente ao período monárquico. Pertencente à Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda e, posteriormente, à Delegacia do Tesouro do Império, constitui-se de códices e autos administrativos fiscais. Atualmente encontra-se distribuída entre o Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Arquivo Público Mineiro e centralizada, em reprodução microfilmica, no Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, sediado em Ouro Preto. As duas primeiras instituições citadas, através do empenho dos historiadores Herculano Gomes Mathias, Tarquínio J. B. de Oliveira e José Afonso Mendonça de Azevedo⁶, já tiveram trabalhos desenvolvidos relativos a esse acervo sob sua guarda.

O Arquivo Público Mineiro recolheu aproximadamente 823 códices e 15.600 documentos avulsos, em grande parte de natureza fazendária. Nele podem ser encontrados papéis diversos relativos à arrecadação tributária da capitania mineira, os quais constituem subsídios de alta validade no estudo da estrutura econômico-financeira das Minas.

— Documentação não-encadernada

A documentação não-encadernada do fundo Casa dos Contos, sob o ponto de vista de uma seleção que evidencie os aspectos conjunturais e também imediatos do movimento de 1789, pode ser subdividida nos temas abaixo, sem, no entanto, guardar qualquer correspondência com o arranjo desse acervo.

a) O aparato administrativo e repressivo na região mineira

Sem dúvida, é vasto e diversificado o rol de medidas proibitivas que a Metrópole impôs à capitania mineira durante todo o período colonial, as quais se encontram, em grande parte, registradas nos documentos que compõem o conjunto Casa dos Contos.

A permanente vigilância e repressão sobre a população se constituíam nas tarefas maiores das autoridades públicas. A criação das primeiras vilas e respectivas câmaras marcou, assim, o primeiro momento de efetiva imposição da ordem e da administração pública na 'região das Minas'. Ao longo de toda a história das Minas setecentistas, as diretrizes político-econômicas do governo metropolitano, expressas nas instruções, leis, alvarás, decretos e bandos, foram definidoras de uma ampla e rígida estrutura administrativa que gerou sérios impactos

5. Tarquínio J.B. de Oliveira, *O banqueiro da Inconfidência*. Ceca/Casa dos Contos.
6. Herculano Gomes Mathias, *A Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1966; Tarquínio J.B. de Oliveira, *Correspondência ativa de João Rodrigues de Macedo*, Esaf, Centro de Estudos do Ciclo do Ouro/Casa dos Contos, 1979; José Afonso de Mendonça de Azevedo, 'Documentos do arquivo Casa dos Contos de Ouro Preto', em ABNRJ, vol. 65, 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

na vida-mineira. A essa relativa ordem, sustentada pelo inflexível sistema tributário e pela dominação política, não tardariam, contudo, a surgir contestações que seriam, então, a norma. Relembre-se Assumar: "... o clima de rebelião é como que o ar que se respira nestas Minas".

Como exemplo desses diversos mecanismos de garantia da renda tributária podem ser citadas as derramas impostas à população daquela depauperada capitania e, em especial, a derrama de 1789 — um fator aglutinador do descontentamento. O real alcance desse processo fiscal e dos muitos outros determinados como garantia à "ordem colonial" podem ser melhor entendidos jogando-se luzes sobre essa vasta e valiosa documentação primária.

b) A situação sócio-econômica das Minas

Os diversos documentos produzidos na administração fazendária da capitania de Minas Gerais são de grande validade para o esclarecimento da situação sócio-econômica do século XVIII.

Através de quadros, tabelas e demais documentos criados pela administração e arrecadação da Fazenda Real, que integram o fundo Casa dos Contos, torna-se possível traçar um retrato das Minas do século XVIII, em sua crescente decadência econômica e constante opressão pelo fisco e pelas leis defensoras dos interesses da Coroa e dos poderosos locais.

A escrituração dos diversos rendimentos da capitania, tanto dos quintos do ouro — único tributo de arrecadação direta pelas casas de fundição — quanto dos demais, como dízimos, entradas, passagens de rios, e ainda os dos ofícios de justiça, todos esses arrematados por particulares junto à Real Fazenda, constitui-se num valioso subsídio documental.

Além da documentação fazendária que compõe a quase totalidade do fundo Casa dos Contos, também podem ser encontrados registros representativos da complexidade social engendrada pela estrutura econômica mineira. A mineração do ouro e dos diamantes, que no século XVIII alimentou, sobretudo, as finanças de Portugal, estabelecendo-se sob o signo da pobreza e da conturbação social, gerou um enorme fluxo populacional e uma composição diversificada da sociedade, fatores que viriam a proporcionar o florescimento da insatisfação, em virtude das constantes medidas repressivas impostas pelo Estado metropolitano.

c) A administração dos contratos de arrecadação tributária e as contas particulares dos contratantes

O governador visconde de Barbacena, em carta enviada ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, datada de 25 de março de 1789, relatava o envolvimento na conspiração de pessoas de importância e representatividade, devedoras de tudo quanto possuíam à Fazenda Real. Entre estas, destacavam-se os contratantes cujas contas numericamente expressivas, estão lançadas na documentação do fundo Casa dos Contos, e a respeito deles, diria Márcio Jardim: "... esse tipo de negócio implicava numa teia paralela de recebimentos e empréstimos que transformava o negociante numa espécie de banqueiro e trocador de mercadorias ou bens diversos".

Dentre esses contratantes podem ser citados alguns como Joaquim Silvério dos Reis, grande devedor e inconfidente delator; José Aires Gomes, riquíssimo fiador do contratante João Rodrigues de Macedo, responsável pelo débito do mesmo junto à Real Fazenda; Domingos de Abreu Vieira e José Pereira Marques. Merece especial destaque a figura do contratador João Rodrigues de Ma-

cedo, quase sempre citada nos documentos da Casa dos Contos. Sua relevante presença e atuação no contexto da vida colonial, seja na gestão dos contratos das entradas e dizimos da capitania das Minas Gerais, seja no cauteloso envolvimento com os inconfidentes e freqüente assistência financeira a seus familiares, são aspectos dominantes que devem ser ressaltados. Alvarenga Peixoto e Bárbara Eliodora são alguns dos muitos personagens que ressurgem do conjunto de originais de correspondência passiva de Rodrigues de Macedo, em parte apreciável sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Ainda sob esse ângulo, deve-se destacar o valioso documento original que retrata a assistência prestada por esse contratador ao inconfidente Vicente Vieira da Mota, quando de sua prisão em Vila Rica, apresentando o cardápio servido durante os dias em que aí permaneceu preso.

Ressalte-se também as recentes hipóteses de acobertamento da ação de João Rodrigues de Macedo no movimento inconfidente, engendrado pelo próprio visconde de Barbacena.

Além das contas particulares dos diversos contratantes, existem no fundo Casa dos Contos listas completas e gerais dos contratos, de acordo com a vigência dos mesmos, à época da articulação da Inconfidência.

Com base em tal documentação, é possível descortinar o grande fluxo comercial fiscalizado pelos registros, postos arrecadadores de tributos localizados nas regiões limites da capitania. Dirigidos por administradores, esses registros recebiam a segurança do Estado, através de guarnições militares sediadas em cada um dos mesmos. Ali, enquanto os militares reprimiam os contrabandistas, fiéis da Junta da Fazenda Real conferiam a contabilidade. Como principais agentes dessa arrecadação, os contratantes arrematavam os contratos de tributação da Real Fazenda, obrigando-se a pagar determinada quantia fixa. Somente após esse pagamento, e no caso de excesso de arrecadação, é que se auferiam lucros particulares.

d) A região diamantina e sua especificidade

São bem retratados nessa volumosa documentação aspectos significativos da situação econômica da região do Tejuco, no século XVIII, tais como a exploração das lavras pelo Estado, o relacionamento direto das autoridades locais com as metropolitanas, a criação de cargos administrativos específicos para o controle da área, o custeio dos serviços da extração, as remessas de pedras para Portugal, o trabalho de escravos e de brancos nas minas, o extravio e contrabando de pedras preciosas, as devassas realizadas pelo aparelho governamental, além de documentos relativos à prisão e seqüestro dos bens do padre José da Silva de Oliveira Rolim, legítimo representante das contradições do Tejuco, que foram ingredientes fortes na receita do movimento mineiro de 1789.

e) As fraudes, o extravio e o contrabando do ouro e das pedras preciosas

A Coroa portuguesa via na fraude, no contrabando e no extravio do ouro e dos diamantes a causa principal do 'declínio' de suas rendas. Devido às características da economia e à pesada carga tributária que consumia quase toda a produção, esses foram mecanismos de transgressão da ordem colonial constantes na capitania de Minas.

O arquivo Casa dos Contos apresenta vários documentos representativos do empenho das autoridades públicas em deter essas violações. Uma carta do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa ao governador Luís da Cunha Meneses, em

1784, sobre pessoas que estavam a extrair ouro em lugares proibidos, com "escandalosos procedimentos", exemplifica bem tal temor. Nesse mesmo ano, faz-se em Sabará devassa sobre o extravio de diamantes. Outro documento, ainda desta data, cita a obrigatoriedade de se fazer devassa sobre os extravios, de seis em seis meses. Papéis vindos de Minas Novas dão conta de que além dos contrabandistas, também os falsificadores do ouro em pó eram motivo de grande preocupação para as autoridades públicas. Tal documentação poderá ser significativa na investigação da possível atuação desses infratores da ordem colonial na articulação do movimento inconfidente, já evidenciada na região diamantina.

f) *Os inconfidentes no exercício de cargos administrativos*

Refere-se a um conjunto de documentos que atestam a posição de 'elite governamental' ocupada por alguns dos articuladores da Inconfidência. Basicamente, daria ensejo a estudos que privilegiassem motivações pessoais para um envolvimento conspiratório. Dentre outros, sobressaem: Francisco de Paula Freire de Andrada, como tenente-coronel comandante da Cavalaria; Inácio Correia Pamplona, futuro denunciante da conspiração, explorando territórios em companhia de Joaquim José da Silva Xavier; Luís Vieira da Silva, recebendo sua cõgrua, além de João Dias da Mota, Antônio José de Araújo e Antônio Ramos da Silva Nogueira. Também se destacam os documentos assinados por Tomás Antônio Gonzaga, como ouvidor-geral e corregedor de Vila Rica e Inácio José de Alvarenga Peixoto, como comandante do I Regimento da Campanha.

Alguns dos envolvidos na conspiração ainda aparecem em registros de fins do século XVIII e início do século XIX, exercendo cargos no governo. São denunciadores como Inácio Correia Pamplona, ou inconfidentes que escaparam do processo, como Lucas Monteiro de Barros e Maximiliano de Oliveira Leite.

Os instrumentos de pesquisa que facilitam o acesso à documentação não-encadernada da Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro são as listagens de computador, com entradas por datas, nomes, localidades e assuntos, e ainda o inventário Casa dos Contos/APM — seleção de documentos relacionados com o contexto da Inconfidência Mineira, encadernado junto à reprodução xerográfica dos mesmos.

— Delegacia fiscal — códices

O conjunto de códices da Casa dos Contos, posteriormente conhecido como fundo Delegacia Fiscal, é composto, essencialmente, de documentos da Junta da Real Fazenda que passou a acumular, na segunda metade do século XVIII, as funções fazendárias do antigo provedor, controlando assim toda a arrecadação tributária da capitania de Minas Gerais. São diversos papéis relativos à escrituração dos contratos de cobrança fiscal de João Rodrigues de Macedo, Joaquim Silvério dos Reis, Domingos de Abreu Vieira e de outros muitos rendeiros também poderosos.

Os registros de cartas sobre a administração dos contratos de João Rodrigues de Macedo, passadas pelo seu copiador de cartas, são significativos e atestam o poderio e a influência desse contratador no contexto colonial.

Aparecem nessa documentação diversos registros de cartas-régias concedendo o exercício de cargos públicos, inclusive a Tomás Antônio Gonzaga e Inácio de Alvarenga Peixoto, futuramente envolvidos nas malhas do processo da Inconfidência.

Deve ser destacada, também, a escrituração dos diferentes rendimentos da capitania e, especialmente, o que se refere ao lançamento das importâncias recebidas dos bens confiscados dos inconfidentes, datado de 1792.

Outros documentos assinalam algumas das penalidades impostas aos réus e, em particular, aos eclesiásticos Oliveira Rolim, Correia de Toledo, Rodrigues da Costa e José Lopes de Oliveira.

Um aspecto notável que aparece registrado é o concernente ao relacionamento de um dos representantes da repressão metropolitana, Pedro José de Araújo Saldanha, com um dos principais ativistas do movimento conspiratório, Joaquim José da Silva Xavier, no exercício de suas funções de alferes da Cavalaria Paga da capitania mineira.

O instrumento de pesquisa que possibilita o acesso a esse valioso acervo documental é o catálogo analítico impresso, constituído de índices remissivos de assunto, alfabético das autoridades da Coroa e, ainda, de um quadro cronológico das autoridades da capitania de Minas Gerais.

Outros fundos

A amostragem aqui denominada 'outros fundos' engloba documentos selecionados das seguintes procedências:

- Seção Colonial — documentos não-encadernados
- Seção Colonial — códices
- Câmara Municipal de Ouro Preto — códices
- Câmara Municipal de Mariana — códices
- Coleção Colonial — documentos não-encadernados e códices
- Seção Colonial — documentos não-encadernados

Desde 1987, um convênio firmado entre a U.F.M.G. e o A.P.M. vem permitindo o trabalho de arranjo da documentação colonial não-encadernada, sob a guarda dessa instituição. Até o momento, puderam ser identificados os seguintes grupos:

- Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto
- Fundo Secretaria do Governo

Um terceiro grupo refere-se aos documentos ainda em processo de classificação.

O total desse acervo é de aproximadamente 15 mil documentos. O acesso ao mesmo será aberto no final dos trabalhos.

- Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto

No corpo dessa documentação destacam-se os requerimentos (de aforamentos de terras e pagamentos relativos a devassas, despesas com festas religiosas, construção de obras públicas e propinas aos oficiais da mesma câmara), e as listas diversas (de lojas, subsídios voluntários, donativos reais, quinto do ouro, pagamento de foros e de criadores de enjeitados).

Entre esses documentos produzidos ou acumulados pela Câmara Municipal de Ouro Preto aparecem referências a alguns inconfidentes, sobretudo no exercício de cargos administrativos, como Tomás Antônio Gonzaga, ouvidor-geral e corregedor dessa comarca.

Nas listas de foros dos moradores de Vila Rica destaca-se uma que faz menção ao nome de Cláudio Manuel da Costa, residente à rua 'Direita da Praça'.

- Fundo Secretaria do Governo

A Secretaria do Governo era administrada por um secretário cujo ofício, de provimento régio, era determinado através do Conselho Ultramarino, cargo exercido interinamente por Cláudio Manuel da Costa.

A documentação não-encadernada desta Secretaria abrange os seguintes temas: concessão de patentes, instruções do Conselho Ultramarino, requerimentos de sesmarias e datas minerais, pagamentos de cõngruas, relatórios sobre arrecadações e desordens e requerimentos de pagamentos.

Entre esses documentos produzidos ou acumulados pela Secretaria do Governo colonial destaca-se uma carta do presidente do Real Erário sobre quantia devida por Joaquim Silvério dos Reis como arrematante do contrato das entradas, além de um requerimento de sesmaria em que se faz menção às terras do mesmo contratante, seqüestradas para solução de dívida com a Real Fazenda.

— Seção Colonial — códices

A denominação do fundo como 'Seção Colonial' foi mantida em conformidade com a procedência dessa documentação. Contendo 409 códices com as datas-limites de 1605 a 1837, estende-se, portanto, até o período provincial, também de acordo com a encadernação primitiva. Constitui-se de registros régios e de registros e originais de autoridades da Colônia e da capitania. O fundo está microfilmado e seu instrumento de pesquisa é o *Catálogo e indexação de assunto*, RAPM — abril de 1977.

Alguns aspectos da vida militar do alferes Joaquim José da Silva Xavier ficam bem esclarecidos nestes códices como, por exemplo, no que se refere ao Comando do Caminho Novo, através de documento contendo as instruções do governador Rodrigo de Meneses ao Tiradentes, além de uma carta do alferes com informações sobre o estabelecimento do Quartel e Porto de Meneses.

As *Cartas chilenas*, obra poética anônima, cuja autoria foi atribuída por recentes estudos a Tomás Antônio Gonzaga, são consideradas o retrato social das Minas Gerais, a um passo da articulação de um movimento de rebeldia contra o governo metropolitano.

O governo de Luís da Cunha Meneses, representado nesses versos, está registrado nos códices da Seção Colonial, através de atos governamentais. Merece destaque especial uma carta do governador à Câmara de Vila Rica sobre as festividades que serviriam de inspiração para a quinta das *Cartas chilenas*, assim intitulada: 'Em que se contam as desordens feitas nas festas que se celebravam nos desposórios do nosso sereníssimo infante com a sereníssima infanta de Portugal'.

Outro destaque dessa documentação é uma carta de Melo e Castro ao visconde de Barbacena sobre a necessidade de se remeter, da Europa, um regimento para garantir a obediência e a submissão dos povos de Minas, no ano seguinte à Inconfidência. A carta enfatiza o interesse da rainha em acalmar o palco da conjuração debelada.

— Câmara Municipal de Mariana

Este fundo contém 46 códices com as datas-limites de 1708 e 1837. Sua documentação apresenta: ordens régias, leis, bandos, editais, acórdãos, posturas e anotações de receita e despesas.

Nele se destaca o registro da carta de 23 de março de 1789 do visconde de Barbacena determinando a suspensão da derrama. Em 1797, a preocupação das autoridades quanto à segurança e preservação dos bens seqüestrados do cônego Luís Vieira da Silva fica expressa em carta de Bernardo José de Lorena ao juiz pela ordenação de Mariana.

— Câmara Municipal de Ouro Preto — códices

Contém 606 códices com as datas-limites de 1712 e 1886. Compreende registros de atos régios e atos de autoridades da capitania e da província. Seu instrumento de pesquisa é o *Catálogo e indexação de assuntos*, RAPM — abril/1977.

As diversas derramas mineiras estão bem documentadas nos códices da Câmara Municipal de Ouro Preto. Com relação à derrama de 1789, aparece o registro da carta do visconde de Barbacena determinando a sua suspensão, além de carta da Câmara de Vila Rica ao mesmo visconde, elogiando essa medida.

Em 1792, a Câmara de Ouro Preto deu graças pelo trágico destino dos réus inconfidentes, registrando em seus livros o termo de vercação e acórdão sobre a realização de *Te Deum* comemorativo do fracasso da conjuração, e o auto de arrematação da música para a mesma solenidade.

— Coleção Colonial

Conjunto composto de 39 documentos avulsos, sete cópias e 15 códices foi colecionado, ao longo dos anos, sob o critério do valor histórico.

Um dos destaques dessa coleção é o Erário Régio, na sua versão original, um códice manuscrito de mais de duzentos anos.

Segundo Tarquínio J.B. de Oliveira, para se definir, hoje, o Erário Régio, um bom título seria: Evolução financeira ou fazendária da capitania de Minas, 1715-1767. Seu autor, Francisco Antônio Rebelo, contador da Junta da Real Fazenda, elaborou, em 1768, um texto cheio de informações e dados estatísticos, analisando, em quatro 'Relações', a origem e a evolução de alguns dos impostos nas Minas Gerais.

Na Coleção Colonial encontra-se o poema *Vila Rica*, obra nativista de Cláudio Manuel da Costa, cuja parte 'Fundamentos históricos' é considerada a primeira história mineira feita por um mineiro. Segundo Tarquínio J.B. de Oliveira ela foi escrita após o manuseio do Erário Régio, de Francisco Rebelo.

Destaque especial da Coleção Colonial é o documento 'Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais', de José João Teixeira Coelho, desembargador da Relação do Porto, no ano de 1780. Para justificar sua obra, Teixeira Coelho considerou que um governador das Minas somente conseguiria conhecer verdadeiramente o território que administrava quando chegasse ao fim do seu mandato. A esses nobres detentores do principal cargo da capitania dirigiu sua instrução, tratando, entre outros temas, da descrição corográfica do território, estado político, ordens régias, juntas de Fazenda e da Justiça, intendências, corpo eclesiástico, primeiros descobrimentos, primeiros governos, extração do ouro, origem da falta deste mineral e os motivos por que não se tem lançado a derrama.

Obras de referência

A biblioteca do Arquivo Público Mineiro possui um acervo composto, fundamentalmente, de obras publicadas a respeito da história mineira. Entre elas, encontram-se as de referência, que auxiliam o acesso a fontes documentais do século XVIII, em arquivos de Minas Gerais, como algumas entre as abaixo relacionadas.

APM. *Casa dos Contos*: seleção de documentos relacionados com o contexto da Inconfidência Mineira, em reprodução xerográfica.

— Catálogo dos códices do Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial e câmaras

municipais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXVIII, IOF, BH, 1977.

— Coleção Inconfidentes. Inventário e documentos em reprodução xerográfica. — *Guia do Arquivo Público Mineiro*. Secretaria de Estado da Cultura, BH, 1988.

Caio C. Boschi 'Os históricos compromissos mineiros: riqueza e potencialidade de uma espécie documental'. *Acervo*, revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1 (1): 61-82, jan./jun. 1986.

Teófilo Feu de Carvalho. Índice geral da *Revista do Arquivo Público mineiro: 1896-1913*, I.O.F., BH, 1914.

Ceco. *Catálogo dos códices do arquivo Casa dos Contos de Vila Rica*. Ministério da Fazenda, Subsecretaria de Economia e Finanças, Serpro, Ceco/Ouro Preto.

— *Catálogo dos documentos avulsos do arquivo Casa dos Contos de Vila Rica*. Ministério da Fazenda, Subsecretaria de Economia e Finanças, Serpro, Ceco/Ouro Preto.

Eugênio Ferraz. *As potencialidades de Pesquisa na Casa dos Contos*. Esaf. Ceco. Casa dos Contos, Ouro Preto, 1981.

Marysia Malheiros Fiúza. 'Relação das coleções de documentos históricos dos séculos XVIII e XIX existentes na cidade de São João del-Rei'. *Revista da Escola de Biblioteconomia/UFMG*, BH, 4 (2): 162-85, setembro/1976.

Lucy Gonçalves Fontes. 'Relação das coleções de documentos dos séculos XVIII e XIX existentes na cidade de Tiradentes'. *Revista da Escola de Biblioteconomia/UFMG*, BH, 6 (1), 67-77, março/1977.

Hélio Gravata. 'Contribuição bibliográfica para a história de Minas Gerais — período colonial: Inconfidência Mineira'. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXIX, I.O.F., BH, abril/1978.

———. 'Contribuição bibliográfica sobre Cláudio Manuel da Costa'. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXX, BH, 1979.

Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual: Frente Arquivística/Coordenação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/Arquivo Nacional. Departamento de Imprensa Nacional, 1988.

Além da documentação dos autos da devassa, publicada em duas edições, fundamental para a compreensão do processo, um substancial volume de documentos sobre a Inconfidência Mineira vem sendo divulgado por diversas instituições. Especial atenção deve ser dada à *Revista do IHGB, Anais da Biblioteca Nacional, Anuário do Museu da Inconfidência, Revista do A.P.M.* e, ainda, às publicações do Ceco, *Correspondência ativa de João Rodrigues de Macedo*, em dois volumes, com ementário da correspondência passiva recolhida pelo A.P.M.

Fontes para um estudo das estruturas agrárias e da mão-de-obra escravocrata mineira no século XVIII foram privilegiadas pelo A.P.M., em 1988, no conjunto das pesquisas sobre a abolição da escravatura. Como resultado deste trabalho publicou-se, no mesmo ano, a série *Cadernos do Arquivo 1, Escravidão em Minas Gerais*, encontrando-se, atualmente, em fase de editoração, o 'Repertório de fontes sobre a escravidão existentes no A.P.M.'

Também publicado por essa instituição em 1988, o 'Catálogo de sesmarias', em *Revista do A.P.M.*, série 'Instrumentos de pesquisa', ano XXXVII, 2 volumes, é essencial para a compreensão de aspectos da economia mineira diversos dos da mineração, a que se deve aliar uma investigação criteriosa no acervo dos fundos coloniais do A.P.M.

Ouro Preto

Os acervos documentais do século XVIII sob a guarda das instituições públicas de Ouro Preto são, em sua totalidade, de grande validade para o estudo da estrutura colonial mineira e, especialmente, do movimento inconfidente de 1789.

Constituem-se de documentos produzidos e/ou acumulados pelas instituições locais e são, basicamente, de natureza cartorária, eclesiástica e fazendária, além daqueles produzidos no processo da Inconfidência Mineira.

Foram levantados dados nas seguintes instituições:

Museu da Inconfidência/Casa Setecentista do Pilar

O arquivo histórico sob a guarda da Casa Setecentista do Pilar compreende uma extensa documentação de natureza cartorária, datada de 1719 a 1955. No fundo denominado *Arquivo Judiciário do Fórum de Ouro Preto*, acham-se identificados os seguintes grupos documentais: Ouvidoria, Provedoria, Ofícios, Guardamoria, Coletoria, Junta Eleitoral, Câmara Municipal, Delegacia e Banco Provincial.

Nos diversos registros de inventários, testamentos e arrematações desse fundo, podem ser encontrados documentos que atestam o exercício da função de ouvidor e corregedor de Vila Rica por três envolvidos no movimento inconfidente: Tomás Antônio Gonzaga, Antônio Ramos da Silva Nogueira e Lucas Antônio Monteiro de Barros. Os dois últimos exerceram esse cargo após ter sido delatado o movimento, visto que, escapando às incriminações, puderam gozar das benesses do poder, ao contrário do poeta exilado.

Esse arquivo judiciário encontra-se parcialmente microfilmado no Centro de Estudos do Ciclo do Ouro/Casa dos Contos, e o instrumento de pesquisa que auxilia o acesso a essa valiosa documentação é o *Inventário analítico*, elaborado por essa instituição.

O acervo da Casa Setecentista do Pilar abrange, ainda, traslados de peças processuais relativas à devassa que se fez por ocasião da Inconfidência Mineira, incluindo autos de perguntas feitas aos réus eclesiásticos e a dois escravos do padre José da Silva de Oliveira Rolim.

Dos documentos avulsos que compõem igualmente o Arquivo Histórico da Casa do Pilar destacam-se recibos, atestados, declarações de dívidas, requerimentos, mapas de despesas e demais registros de alguns inconfidentes como Francisco de Paula Freire de Andrada, José Álvares Maciel, Vicente Vieira da Mota, Joaquim Silvério dos Reis e Joaquim José da Silva Xavier.

Alguns desses traslados de peças processuais e documentos avulsos permanecem em exposição no Museu da Inconfidência, assim como o VII volume original dos autos da devassa, transferido da Biblioteca Nacional.

Museu Casa dos Contos/Centro de Estudos do Ciclo do Ouro

O Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, sediado no Museu Casa dos Contos, vem desenvolvendo, há alguns anos, um amplo projeto arquivológico visando à formação de um centro de documentação, através da reprodução microfilmica dos acervos históricos sob a guarda das diversas instituições públicas.

Programou-se, originalmente, a reprodução da documentação fazendária da antiga Casa dos Contos distribuída entre o Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Arquivo Público Mineiro. Cumprida essa etapa, o projeto foi estendido

aos acervos cartorários e eclesiásticos, além daqueles produzidos ou acumulados pelas diversas câmaras municipais.

Até o momento, a coleção microfilmica do Ceco compõe-se dos seguintes conjuntos documentais:

- Arquivo Casa dos Contos (AN, BN, APM)
- Arquivo Municipal de Ouro Preto
- Arquivo Judiciário de Ouro Preto
- Arquivo de Documentos Históricos
- Arquivo da Delegacia do Ministério da Fazenda

Além do arquivo Casa dos Contos e do arquivo judiciário de Ouro Preto, já referenciados anteriormente, puderam ser levantados dados, em especial, no arquivo de documentos históricos.

Embora sejam, ainda, poucas as referências quanto à procedência desses documentos colecionados em reprodução microfilmica, alguns foram identificados como pertencentes aos acervos sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, Arquivo Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Encontra-se microfilmado, nesse fundo, um conjunto de documentos das coleções Inconfidentes e Colonial do Arquivo Público Mineiro, assim como valiosa documentação oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contendo, entre outros, carta de apresentação das *Cartas chilenas* e várias obrigações assinadas por Tomás Antônio Gonzaga, além de manuscritos das *Cartas chilenas*.

● Ouro Preto

- A.D.H. — Arquivo de Documentos Históricos
- A.J. — Arquivo Judiciário
- C.C. — Casa dos Contos
- Ceco — Centro de Estudos do Ciclo do Ouro
- M.I/C.S.P. — Museu da Inconfidência/Casa Setecentista do Pilar

● Belo Horizonte

- A.C.C. — Arquivo Casa dos Contos
- C.C. — Coleção Colonial
- C.I. — Coleção Inconfidentes
- C.M.M. — Câmara Municipal de Mariana
- G.M.O.P. — Câmara Municipal de Ouro Preto
- D.F. — Delegacia Fiscal
- S.C. — Seção Colonial
- S.G. — Secretaria de Governo

**Anexo I: Amostragem dos documentos selecionados no
Arquivo Público Mineiro**

Nº de ordem	Data	Local	Assunto	Referência
1	1768	Vila Rica	Erário Régio	C.C.
2	30.12.1772	Vila Rica	Autos de lançamento e derrama que se mandou proceder no ano de 1772 para complemento da cota anual de cem arrobas de ouro devidas ao Real Erário.	C.M.O.P.98
3	1773 1839	Vila Rica Ouro Preto	<i>Vila Rica</i> , poema de Cláudio Manuel da Costa, 1773. Documento manuscrito e edição impressa pelo <i>Jornal universal</i> , em 1839.	C.C.
4	1778-1806	sl.	Cálculo dos rendimentos da capitania de Minas Gerais e as remessas feitas ao Real Erário.	A.C.C. PI 20.004 R. 523
5	1778-1791	Vila Rica	Registro de cartas diversas relativas à administração dos contratos de João Rodrigues de Macedo, passadas pelo seu copião de cartas.	D.F. 1.353
6	1780	sl.	Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais, por José João Teixeira Coelho, desembargador da Relação do Porto.	C.C.
7	4.6.1781	Desempinhado	Carta de Inácio Correia de Pamplona ao governador Rodrigo José de Meneses sobre os indígenas; a exploração de terras e a situação na fronteira com Goiás, citando a participação de Joaquim José da Silva Xavier.	A.C.C. PI 21.333 R. 543

8	19.7.1781	Vila Rica	Registro de instruções passadas pelo governador Rodrigo José de Meneses a Joaquim José da Silva Xavier para o comando do destacamento do Caminho Novo.	S.C. 224 pp. 66v- 67v
9	26.9.1781	Rocinha da Negra	Registro de carta a Joaquim José da Silva Xavier contendo informações sobre abertura de picada; estabelecimento do quartel e porto de Meneses; e fiscalização de rotas de contrabandistas.	S.C. 224 pp. 67v- 70
10	1781-1784	Vila Rica	Escrituração do contrato das entradas da capitania de que foi arrematante Joaquim Silvério dos Reis.	D.F. 1.385
11	3º trimestre 1782	Caminho Novo do Rio de Janeiro	Mapa diário do municiação de capim aos cavalos a serviço do oficial e soldados destacados no Caminho Novo, sob o comando do alferes Joaquim José da Silva Xavier.	C.I.
12	1782	Vila Rica	Requerimento do alferes Joaquim José da Silva Xavier à rainha, relativo à quantia que lhe é devida pela Real Fazenda.	C.I.
13	1783-1787	Vila Rica	Relação dos rendimentos reais da capitania de Minas Gerais.	A.C.C. PI 20.481 R. 531
14	1783-1788	Vila Rica	Balanço da receita e despesa dos rendimentos reais da capitania de Minas Gerais.	A.C.C. PI 20.482 R. 531
15	1783-1788	Vila Rica	Relação da dívida da Fazenda Real da capitania de Minas Gerais.	A.C.C. PI 20.481 R. 531

16	1783-1788	Vila Rica	Lista do que pagaram os contratadores da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais.	A.C.C. PI 20.481 R. 531
17	12.6.1784	Vila Rica	Carta de Tristão da Cunha Meneses a João Rodrigues de Macedo sobre a decadência em que se encontram as cobranças dos contratos e a exaustão dos cofres reais, em Minas Gerais.	A.C.C. PI 20.783 R. 536
18	22.3.1788	Vila Rica	Ofício do ouvidor-geral Tomás Antônio Gonzaga aos oficiais da Câmara de Vila Rica, esclarecendo sobre sua competência em relação à dita câmara.	C.I.
19	11.9.1788	Vila Rica	Certidão do dia em que saiu o desembargador Pedro José de Araújo Saldanha, ouvidor da comarca de Vila Rica, da cidade do Rio de Janeiro, acompanhado pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier.	D.F. 1.189 pp. 142v- 143
20	3.3.1789	Vila Rica	Carta do procurador da Real Fazenda Francisco Gregório Pires Bandeira à rainha, requerendo que sejam passadas ordens a todos os contratadores das entradas para que apresentem à Junta as contas correntes dos seus rendimentos.	A.C.C. PI 20.262 R. 527
21	11.3.1789	Vila Rica	Carta-régia passada pelo governador visconde de Barbacena ao contratador João Rodrigues de Macedo, solicitando-lhe a imediata apresentação da conta corrente do contrato das entradas de que o mesmo foi arrematante.	C.C. doc. 20

22	14.3.1789	Vila Rica	Carta do visconde de Barbacena aos juizes e oficiais da Câmara de Vila Rica, determinando a suspensão da derrama e solicitando providências contra a diminuição da cota anual de ouro devida ao Real Erário.	A.C.C. PI 10.346 R. 506
23	17.3.1789	Vila Rica	Registro de carta do visconde de Barbacena à Câmara de Vila Rica, determinando a suspensão da derrama.	C.M.O.P. 112-A pp. 451-451v
24	20.3.1789	Ribeirão de Alberto Dias	Recibo passado por Joaquim Silvério dos Reis pelo recebimento de créditos.	C.I.
25	23.3.1789	Vila Rica	Registro de carta do visconde de Barbacena à Câmara de Mariana, determinando a suspensão da derrama.	C.M.M. 28 pp. 29-29v
26	20.6.1789	Mariana	Registro de carta da Câmara de Mariana ao visconde de Barbacena sobre a arrecadação dos reais quintos, extras e sugerindo providências.	C.M.M. 28 pp. 32-37v
27	26.6.1789	Vila Rica	Lista dos recibos de Bárbara Eliodora e Alvarenga Peixoto, relativos aos serviços que lhes foram prestados por ordem de João Rodrigues de Macedo.	A.C.C. PI 20.293 R. 528
28	6/1789	Mariana	Documento apresentado ao visconde de Barbacena pela Câmara de Mariana sobre os danos sofridos pela cota anual de ouro devida ao Real Erário.	A.C.C. PI 20.666 R. 534

29	26.9.1789	Vila Rica	Registro de carta da Câmara de Vila Rica ao visconde de Barbacena sobre a suspensão da derrama.	C.M.O.P. 112-A pp. 475-486
30	1789	Vila Rica	Processo de petição de Antônia Maria do Espírito Santo, relativa à escrava confiscada dos bens de Joaquim José da Silva Xavier.	C.I.
31	9.3.1790	Salvaterra de Magos	Carta do secretário da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro ao governador visconde de Barbacena, comunicando ter sido a rainha informada da sedição debelada nessa capitania, e considerando a necessidade de se remeter da Europa um regimento de infantaria para garantir a obediência e submissão dos povos das Minas Gerais.	S.C. 148 p. 229
32	11.5.1791	s.l.	Conta da assistência prestada ao capitão Vicente Vieira da Mota por ordem do contratador João Rodrigues de Macedo, apresentando o cardápio servido ao mesmo na prisão.	A.C.C. PI 10.341 R. 506
33	12.7.1791	Vila Rica	Registro de carta do governador visconde de Barbacena à rainha sobre gratificação aos pedestres que prenderam o inconfidente padre José da Silva de Oliveira Rolim.	D.F. 1.188 p. 71
34	20.7.1791	São João del-Rei	Carta do ouvidor Bernardes de Carvalho à rainha sobre o seqüestro dos bens de Joaquim Silvério dos Reis e seus fiadores.	A.C.C. PI 30.053 R. 511

35	9.8.1791	Vila Rica	Recibo da quantia passada pela Tesouraria da Real Fazenda como gratificação aos que executaram a prisão do inconfidente padre Oliveira Rolim. Em anexo, cópia de documentos relativos ao seqüestro dos bens do mesmo.	A.C.C. PI 30.256 R. 514
36	23.3.1792	Vila Rica	Cópia de aviso da Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda ao contratador João Rodrigues de Macedo acerca de suas dívidas pelos contratos das entradas e dízimos de que foi arrematante e caixa.	D.F. 1.480 pp. 4-4v
37	16.5.1792	Vila Rica	Auto de arrematação da música a Manuel Pereira de Oliveira para o <i>Te Deum</i> , em regozijo pelo malogro da Conjuração Mineira.	C.M.O.P. 113 pp. 49v-51
38	16.5.1792	Vila Rica	Termo de vereação e acórdão da Câmara de Vila Rica sobre a realização do <i>Te Deum</i> em regozijo pelo malogro da Conjuração Mineira.	C.I.
39	22.5.1792	Vila Rica	Fala do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, na sessão solene da Câmara de Vila Rica, em regozijo pelo fracasso da Inconfidência.	C.I.
40	s.d.	s.l.	Lista dos inconfidentes degredados com indicação do tempo e local da pena a ser cumprida.	C.I.

41	24.7.1792 1 ^o .10.1928	Quartel-general de Angola Luanda	Cópia fotográfica de portaria ordenando a marcha de Inácio José de Alvarenga para Ambaca, na África. Em anexo, carta do doador da dita cópia, padre Manuel Ruela Pombo, contendo informações sobre documentos relativos aos inconfidentes em Angola, e lista dos documentos existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa.	C.I.
42	4.3.1793	Lisboa	Carta do presidente do Real Erário à Junta da Fazenda da capitania de Minas Gerais a respeito de quantia devida por Joaquim Silvério dos Reis à Fazenda Real, como arrematante do contrato das entradas.	S.G. Cx 88 doc. 16
43	1793	Vila Rica	Escrituração dos rendimentos da capitania de Minas Gerais em que consta o lançamento dos rendimentos dos bens confiscados dos inconfidentes.	D.F. 1.364 p. 157
44	18.2.1795	São João del-Rei	Carta de Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira a João Rodrigues de Macedo, propondo sociedade em seus negócios.	C.I.
45	10.4.1795	São João del-Rei	Carta de Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira a João Rodrigues de Macedo, comunicando-lhe sua satisfação por esse ter arrematado a parte dos bens seqüestrados de Alvarenga Peixoto.	C.I.
46	10.9.1796	Vila Rica	Requerimento dirigido à rainha relativo à cobrança de dívida contraída por Inácio José de Alvarenga.	A.C.C. PI 20.557 R. 532

Processos de Inconfidência em Vila Rica

Inconfidência por meio de Carta Régia

47	s.d.	s.l.	Conta lançada nos autos do réu Inácio José de Alvarenga Peixoto.	A.C.C. PI 20.233 R. 527
48	5.5.1797	Vila Rica	Sentença civil do Formal de Partilhas dos bens seqüestrados do inconfidente José Aires Gomes.	C.I.
49	18.8.1797	Vila Rica	Registro de carta-régia ao ouvidor da comarca do Rio das Mortes sobre a necessidade de se garantir a conservação dos bens seqüestrados dos inconfidentes eclesiásticos José Carlos Correia de Toledo, Manuel Rodrigues da Costa e José Lopes de Oliveira.	D.F. 1.517 p. 17
50	18.8.1797	Vila Rica	Registro de carta-régia passada pelo governador Bernardo José de Lorena ao juiz pela ordenação de Mariana, recomendando que sejam feitas averiguações quanto à segurança e preservação dos bens seqüestrados do inconfidente cônego Luís Vieira da Silva.	C.M.M. 22 p. 136
51	1797-1802	—	Registro de cartas diversas relativas à administração dos contratos dos falecidos Domingos de Abreu Vieira e Manuel Pereira Alvim, passadas pelo encarregado da dita administração, Carlos José da Silva.	D.F. 2.132
52	12.7.1799	Vila Rica	Carta do governador Bernardo de Lorena, comunicando a remessa de exemplares de uma obra traduzida sobre os princípios da Revolução Francesa.	A.C.C. PI 10.543 R. 509

53	16.9.1799	Lisboa	Registro de ordem régia relativa ao seqüestro dos bens dos inconfidentes eclesiásticos.	D.F. 1.189 p. 177v
54	s.d.	s.l.	Documentos relativos ao confisco e restituição dos bens do inconfidente padre Oliveira Rolim.	A.C.C. PI 30.256 R. 514
55	24.5.1808	Tejuco	Carta do intendente-geral dos diamantes sobre requerimento e mais documentos relativos ao seqüestro dos bens do inconfidente padre Oliveira Rolim.	A.C.C. PI 20.275 R. 528
56	20.12.1810	Vila Rica	Representação de Inácio José de Souza Rabelo à rainha sobre dívida de José Aires Gomes como fiador de João Rodrigues de Macedo, nos contratos de dizimo da capitania.	C.I.
57	1832/1833	Tejuco	Cópia manuscrita de documentos relativos aos bens seqüestrados do padre José da Silva Oliveira Rolim.	C.I.
58	2.10.1836	Ouro Preto	Testamento de D. Maria Dorotéia Joaquina de Seixas a Mari- lia de Dirceu.	C.I.
	1866/1894	Ouro Preto	Conjunto de documentos relativos à construção de monumentos à memória dos inconfidentes de 1789.	C.I.

**Anexo II: Amostragem dos documentos selecionados nas
instituições públicas de Ouro Preto**

Nº	Data	Local	Assunto	Referência	Instituição
1	1º.8.1756	Vila Rica	Declaração de dívida de José Álvares Maciel ao capitão José Gomes da Rocha.	—	M.I.
2	1761	Vila Rica	Recibo assinado por Inácio Correia Pamplona.	nº inv. col: 979	M.I./ C.S.P.
3	1778	Sulça	<i>Recueil des Lois Constitutives des Colonies Anglaises confédérées sous la dénomination d'Etats-Unis de L'Amérique Septentrionale.</i>	—	M.I.
4	1º.11.1789	Registro	Recibo assinado por Joaquim José da Silva Xavier e Panta-leão Ribeiro de Souza, relativo a mercadorias recebidas de Antônio Pereira da Cunha, para municiação do quartel e cavalos de Sua Majestade.	—	M.I./ C.S.P.
5	4.11.1781	Vila Rica	Recibo passado por Vicente Vieira da Mota relativo ao crédito de José Alves Pereira, no Caminho Novo.	—	M.I.
6	20.12.1781	Vila Rica	Atestado passado pelo tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, comandante do Regimento de Cavalaria, relativo à compra de um cavalo por Manuel Coelho Ferreira, para o serviço de Sua Majestade.	—	M.I.
7	31.12.1781	Rocinha da Negra	Despesa feita por Joaquim José da Silva Xavier, comandante de Patrulha do Caminho Novo e picada de Meneses, com o municiação dos soldados e cavalos de Sua Majestade.	nº inv. col: 07-171	M.I./ C.S.P.

8	1781	Caminho Novo	Mapa diário do municiação de capim dos cavalos destacados no Caminho Novo, assinado por Joaquim José da Silva Xavier.	n.º inv. col: 1783 LXX	M.I./ C.S.P.
9	27.4.1782	Vila Rica	Requerimento de cobrança do alferes da Cavalaria Paga, Joaquim José da Silva Xavier, à Real Fazenda, com assinatura de Vicente Vieira da Mota e outros no verso do mesmo.	—	M.I./ C.S.P.
10	1782	—	Mapa diário do municiação dos cavalos em que estão montados os soldados, oficial e furiel destacados no Caminho Novo e Porto de Meneses, no exercício das patrulhas do mato, sob o comando do alferes Joaquim José da Silva Xavier.	—	M.I.
11	1.º trimestre 1783	—	Relação da despesa que fez o alferes Joaquim José da Silva Xavier com os soldados e cavalos de Sua Majestade.	—	M.I.
12	3.4.1783	Registro do Caminho Novo	Carta de Joaquim Silvério dos Reis a João Rodrigues de Macedo, a respeito de insolências e desordens praticadas por João Manuel Gomes, no Caminho Novo.	n.º in. col: 1692-LXIX	M.I./ C.S.P.
13	1783-1788	Vila Rica)	Livros de registros de testamentos, inventários, recibos e certidões, com abertura e encerramento de Tomás Antônio Gonzaga, no exercício das funções de ouvidor de Vila Rica.	A.J. vols.: 93, 94, 95, 96, 97, 98, 235, 237, 269, 303 Folios: 2.030, 2.031, 2.060, 2.065, 2.071, 2.072	M.I./ C.S.P.

14	29.7.1785	Coimbra	Diploma de bacharel em Filosofia de José Álvares Maciel.	—	M.I.
15	—	—	Sétimo volume original dos autos da devassa da Inconfidência Mineira.	—	M.I.
16	1788-1792	—	Cópia microfílmica dos autos da Inconfidência Mineira, existentes no Arquivo Nacional.	Rolo: Inconfidência	Ceco C.C.
17	1789	Vila Rica	Sentença cível de ação de libelo a favor de João Rodrigues de Macedo com João da Silva Oliveira.	A.J. auto: 4.414 código: 251	M.I./C.S.P.
18	1789	Vila Rica	Registro de ação relativa ao crédito de João Rodrigues de Macedo com João Teixeira de Carvalho.	A.J. auto: 5.021 código: 262	M.I./C.S.P.
19	1789-1791	Vila Rica/ Rio de Janeiro	Traslado de 71 peças processuais relativas à devassa que se fez por ocasião da Inconfidência Mineira, incluindo autos de confrontação e perguntas aos diversos envolvidos.	—	M.I./C.S.P.
20	1790	Vila Rica	Registro de ação relativa ao crédito de João Rodrigues de Macedo com José Moreira.	A.J. auto nº 4.943 cod. 261	M.I./C.S.P.
21	1791	Vila Rica	Registro de ação relativa ao crédito de João Rodrigues de Macedo com João Teixeira de Carvalho	A.J. auto nº 5.017 código nº 262	M.I./C.S.P.

22	23.7.1816	Registro	Carta assinada por Manuel Rodrigues da Costa e enviada ao coronel Fernando Luis Machado.	—	M./ C.S.P.
23	—	—	Cópia microfilmica de documentos originaes oferecidos pelo desembargador Francisco da Veiga ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contendo, entre outros: <i>Epistola a Critilo</i> ; carta de apresentação das <i>Cartas chilenas</i> às autoridades; várias obrigações assinadas por Tomás Antônio Gonzaga; e manuscritos das <i>Cartas chilenas</i> .	A.D.H. rolo 4.100	Ceco C.C.

Da Ilustração à Revolução — percursos ao

Abstract:

This article intends to provide support for the study of the *Inconfidência Mineira*, giving easier access to sources of primary documents in institutions in Belo Horizonte and Ouro Preto. We intend to increase patterns of analysis of this movement through information, viewing the understanding of the structural basis of the economy and society in Minas Gerais in the XVIIIth century.

Résumé:

Cet article vise à fournir des subsides pour l'étude de l'*Inconfidência Mineira*, en rendant plus facile l'accès aux sources documentaires primaires à la garde des institutions de Belo Horizonte et d'Ouro Preto. Notre intention est de proposer, ainsi, un développement du champ d'analyse de ce mouvement et de fournir certaines données en vue d'une compréhension des bases structurelles de l'économie et de la société de Minas Gerais au XVIIIth siècle.

Este artigo pretende fornecer subsídios para o estudo da *Inconfidência Mineira*, tornando mais fácil o acesso às fontes documentais primárias sob a guarda das instituições de Belo Horizonte e de Ouro Preto. Nossa intenção é propor, assim, um desenvolvimento do campo de análise deste movimento e de fornecer certas informações em vista de uma compreensão das bases estruturais da economia e da sociedade de Minas Gerais no século XVIII.

A propósito deste artigo, é oportuno fazer algumas considerações preliminares que se destinam a estabelecer os pontos de partida e o desenvolvimento da pesquisa. Assim, sempre que possível, foram citados os documentos originais e suas respectivas fontes de acesso e de depósito na Biblioteca da Universidade de Brasília.

Em tal contexto, o presente trabalho apresenta algumas considerações e sugestões relativas à metodologia a ser usada nas investigações históricas, bem como indicações sobre as fontes das pesquisas sobre Minas e o Brasil no século XVIII, especialmente no que diz respeito aos estudos estruturais. Cabe lembrar que a metodologia aqui se refere ao modo de fazer a pesquisa, e não ao conteúdo da mesma, pois esta depende do tema, do objeto e do tipo de pesquisa. Assim, quanto à metodologia histórica, há diferenças de acordo com o tipo de pesquisa, seja ela estrutural ou não estrutural, e também de acordo com o nível de análise, seja ela econômica, social ou política.

Trata-se, assim, de uma metodologia estrutural, que visa a estabelecer uma base teórica e metodológica para a pesquisa histórica, e não a estabelecer um método único para todas as pesquisas históricas, que necessariamente é impossível — já que o objeto — da Pesquisa Histórica — as sociedades humanas — são extremamente complexos e dinâmicos — e, portanto, a metodologia também deve ser dinâmica e flexível.

Por isso mesmo, este trabalho tem como objetivo a análise de alguns dos pontos metodológicos, especialmente no que diz respeito aos estudos estruturais.

Este trabalho constitui um dos resultados da pesquisa realizada no âmbito do Projeto de Pesquisa em História da Universidade de Brasília, sob a orientação do Prof. Dr. João de Deus Pinheiro.

Author:	Dr. João de Deus Pinheiro	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
---------	---------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----

Da Ilustração à Revolução — percursos ao longo do espaço — tempo setecentista

Francisco José Calazans Falcon
Professor titular da UFF e professor associado da PUC/RJ

Introdução

As relações entre a Ilustração e a Revolução durante o século XVIII, longe de se constituírem como seqüência cronológica, expressão de um processo histórico linear, correspondem a uma trama extremamente complexa, onde se cruzam ou se entrelaçam, por vezes de forma inesperada, os fios de um tecido sócio-cultural cujos desenhos ilustram, a cada instante, as variações históricas concretas assumidas por essas relações em diferentes lugares e momentos do Setecentos.

A intenção deste artigo é apresentar certos aspectos e problemas com que se defronta o historiador ao tentar explicar e compreender alguns desses desenhos. Alguns apenas, não todos, pois são muitos os desenhos e limitados o espaço disponível e a capacidade do historiador.

Em artigo recente¹, julgamos que seriam oportunas algumas considerações e sugestões críticas e metodológicas a propósito das interpretações e explicações mais difundidas entre nós acerca das relações entre 'Luzes' e 'Revolução' na Colônia, ressaltando o seu caráter mais ou menos mecânico e ingênuo. Chamamos pois a atenção para a existência de um certo 'saber historiador' que se habituou a estabelecer conexões diretas, reflexas, entre o movimento europeu da Ilustração do século XVIII e as formas ou manifestações político-ideológicas e culturais ocorridas nas colônias ibero-americanas durante a segunda metade do Setecentos.

Tivemos, então, a oportunidade de ressaltar o quanto é necessário que o historiador leve em consideração, a cada passo, a existência de refrações sucessivas das idéias ilustradas em seu movimento ao longo do caminho, que imaginamos o mais freqüente — jamais o único —, da Península Ibérica para as colônias americanas: uma 'refração de outras refrações' — a italiana e a germânica — e, finalmente, as 'refrações coloniais'.

Pretendemos, no presente artigo, retomar a análise de alguns dos pontos por nós assinalados, embora não seja nossa pretensão analisá-los de maneira exaustiva.

1. 'Luzes e Revolução na Colônia', *Estudos avançados*, São Paulo/USP, 2 (2): 72-85, maio/agosto, 1988.

Iremos rever tanto o tema da Ilustração quanto o da Revolução, embora este só nos interesse, aqui, na razão direta de suas relações com o primeiro. Abordaremos cada um desses temas considerando a existência de pelo menos três espaço-temporalidades distintas: a europeia, a ibérica e a ibero-americana.

Todavia, apesar de procurarmos apresentar em seus grandes traços históricos os vários componentes dessas três realidades, nossa análise irá privilegiar, de fato, Portugal e o Brasil-colônia. As referências à Espanha e às colônias espanholas na América devem ser entendidas como simples indicações ou, quanto a nós, como antecipações, ainda muito toscas, de um futuro trabalho que por ora apenas esboçamos.

A Ilustração na Europa Movimento Ilustrado e Iluminismo

1. Revisitando as palavras

É costume entre nós considerar como sinônimas as palavras 'Iluminismo' e 'Ilustração' e entender que ambas referem um movimento intelectual ou filosófico do século XVIII europeu. No entanto, se Ilustração parece mais adequada para indicar um movimento ou processo historicamente datado, Iluminismo identifica-se bem mais com "uma tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder, a partir da razão". Nesta última conceituação, proposta por Rouanet, percebe-se que o Iluminismo é pensado como "tendência transepocal, que cruza transversalmente a história e que se atualizou na Ilustração, mas não começou com ela, nem se extinguiu no século XVIII".²

Para a visão do filósofo, portanto, a Ilustração foi uma realização ou concretização histórica do Iluminismo, talvez a mais famosa, mas não necessariamente a primeira, nem tampouco a última. Para o historiador, no entanto, o problema do Iluminismo encerra os diferentes sentidos das palavras que o significam nos vários meios histórico-culturais em que o identificamos, assim como as ambigüidades implícitas na metáfora das Luzes: o sentido religioso da iluminação mística e o sentido secular da iluminação racional: "Iluminismo tanto pode significar a doutrina dos que acreditam na 'iluminação interior' ou mística, ...quanto, justo o oposto, Iluminismo é sinônimo de 'filosofia das luzes'..."

Tal relação dialética e histórica entre os dois sentidos presentes no século XVIII para as idéias de 'Iluminismo' e 'Luzes' justifica, talvez, darmos preferência a 'Ilustração'.

Nossas referências mais gerais à Ilustração terão, portanto, como pressuposto implícito, a idéia de um vasto movimento de idéias, marcadas pela secularização e pelo racionalismo, concretizando-se sob formas variadas, de cultura para cultura, segundo dois princípios genéricos: o pragmatismo e o enciclopedismo.³

Em resumo, 'Iluminismo', para nós, tem a ver com um processo histórico concreto — a 'Ilustração'. Não faremos referências ao Iluminismo que permitam confundir-lo com algum tipo de entidade metafísica ou como um novo agente histórico. Teremos sempre presente, também, a pluralidade das Luzes, ou seja, para o historiador são vários os iluminismos.

2. Sérgio Paulo Rouanet, *As razões do Iluminismo* (São Paulo, Cia. das Letras, 1977), p. 28

3. Francisco J.C. Falcon, *Iluminismo* (São Paulo, Atica, 1986), pp. 12-19.

2. Os pressupostos ideológicos da Ilustração na esfera política e social

Cumpra sublinhar, desde logo, a diferença entre a Ilustração Política e o Absolutismo Ilustrado, ou seja, a distinção entre a concepção de Estado típica da Ilustração e o fenômeno que se convencionou chamar de 'despotismo (absolutismo) esclarecido'. O conceito de Ilustração Política remete às novas concepções acerca das origens da sociedade civil e política, do pacto ou contrato entre governados e governantes, da natureza da soberania, do regime ou sistema político mais racional, das liberdades e direitos inerentes à cidadania, enfim, às idéias desenvolvidas desde pelo menos o final do século XVII e que estão nas origens do liberalismo e da democracia moderna.

A noção de 'absolutismo ilustrado', pelo contrário, é sinônima do 'despotismo esclarecido', típico de um período do Setecentos europeu. Trata-se de uma concepção de Estado inspirada em determinadas idéias dos 'filósofos' da Ilustração, tendo como pressuposto fundamental a 'educação do príncipe' a fim de convertê-lo num filósofo, ou num amigo dos filósofos, com o objetivo de conduzi-lo à realização de reformas 'ilustradas', ou seja, voltadas para o bem-estar de seus súditos, destacando-se, entre elas, a educação como base de todas as demais. Na prática, esse reformismo buscou a modernização do aparelho de Estado, sua secularização e enriquecimento, sem abrir mão do poder absoluto do monarca e da estrutura social vigente.

Justamente em função de tais diferenças, Naef ressalta a enorme distância entre o pensamento político próprio da Ilustração Política e as concepções políticas 'ilustradas', mas apenas reformistas e absolutistas de muitos dos grandes enciclopedistas.⁴ O hábito de pensar a Ilustração em bloco conduz, portanto, ou à confusão entre essas duas tendências, ou à eliminação de uma delas.

Em diversos estados absolutistas europeus, ao longo do século XVIII, houve monarcas e ministros que procuraram pôr em prática determinadas reformas inspiradas, segundo eles, nos princípios da Ilustração. Esta foi a origem dos governos ilustrados da época, caracterizados pela associação entre Absolutismo e Iluminismo. Sua principal consequência foi a redefinição da natureza do poder do príncipe — agora "o primeiro servidor do Estado" —, ampliando-se a esfera da atuação governamental em nome da 'felicidade pública'. Tratava-se essencialmente, na prática, de redefinir os fins do Estado num sentido 'modernizante', com ênfase especial a uma política secularizadora apoiada em aparelhos burocráticos eficientes, e tendo como pressupostos principais a racionalidade e o otimismo pedagógico.

Historicamente, o Absolutismo Ilustrado tem como exemplos mais típicos a Prússia e a Austria, mas suas manifestações abrangem, também, além de outros estados alemães, alguns estados italianos, a Rússia e os países ibéricos. Tratava-se, em todos esses casos, de sociedades 'periféricas' europeias, nas quais a burguesia era, ou política e economicamente fraca, ou mesmo inexistente, havendo em várias delas — caso dos países católicos — uma verdadeira hegemonia eclesiástica no plano ideológico e cultural.⁵

O reformismo com pretensões modernizantes dos chamados 'déspotas escla-

4. W. Naef, *La idea del Estado en la edad moderna* (Madri, Aguilar, 1973); Francisco J. C. Falcon, *Despotismo esclarecido* (São Paulo, Atica, 1986), pp. 11-13 e pp. 15-16, onde se apontam as grandes diferenças de opinião entre os próprios enciclopedistas quanto às relações entre Estado ilustrado e razão de Estado, inclusive a noção de "despotismo legal".

5. F. J. C. Falcon, 'A época pombalina'. *Política econômica e monarquia ilustrada* (São Paulo, Atica, 1982), pp. 156 ss.

recidos', embora secular em sua essência, não era propriamente laicizante. A racionalização pretendida visava a dotar o Estado de um poder ampliado sobre os súditos do príncipe através da maior eficiência administrativa. Não existe, realmente, um espaço público aberto à participação dos cidadãos; na verdade, não há cidadãos, apenas súditos. A concepção de uma esfera de liberdade, ainda que restrita à vida privada, apareceria como algo estranho a esse 'governo iluminado'. Por outro lado, seria temerário atribuir às práticas reformistas dos governos ilustrados um caráter laico, no sentido de rejeição da fé religiosa, ou, nos estados católicos, de ruptura entre 'o trono e o altar'. As Luzes deviam se constituir em meio, não um fim em si mesmas. A fé religiosa, assim como a estrutura tradicional da sociedade não podiam ser objetos de tais reformas.

3. A Ilustração nos países ibéricos

Em Portugal e Espanha, as primeiras manifestações reveladoras de atitudes de mudança, em relação aos valores e concepções culturais estabelecidos a partir da Contra-Reforma católica, tiveram lugar nas décadas iniciais do século XVIII. Tais manifestações, apesar de muito tímidas, limitadas que foram à filosofia e às letras e alguns problemas pedagógicos, ainda assim são importantes ao revelarem os primeiros passos de um processo lento, se bem que contínuo, de busca de uma renovação do saber.⁶

Existe um relativo consenso quanto ao que se poderia chamar o momento decisivo da Ilustração ibérica: a publicação, em 1746, de *O verdadeiro método de estudar*, de Luís Antônio Verney, cujo aparecimento e rápida divulgação levaram a sucessivas tomadas de posição — pró e contra —, estabelecendo uma polémica que permitiu quebrar a rigidez das tendências conservadoras então lideradas pelos jesuítas. Apesar dos seus exageros retóricos e limitações de toda ordem, Verney sacudiu o mundo ibérico, teve leitores e defensores nas colônias americanas, influenciando poderosamente sobre as tendências reformistas da época, a ponto de ser considerado um dos principais inspiradores das reformas pombalinas no campo cultural.⁷

Um dado fundamental no texto de Verney é o fato de se tratar de uma leitura eclética dos princípios iluministas, fruto da longa permanência do autor na Itália, em contato com os grandes pensadores peninsulares, sempre em busca de uma conciliação entre as manifestações do pensamento moderno e o respeito aos princípios essenciais do catolicismo romano, como bem o ressaltou Cabral de Moncada em seus estudos.⁸

Percebe-se, em Verney, como a Ilustração foi lida e entendida na Itália do século XVIII; e como tal leitura transitou para os países ibéricos, sobretudo nas suas formulações filosóficas e jurídicas. Ecletismo filosófico — direito natural ainda concebido em termos muito semelhantes à sua formulação tomista, papel modernizador do Estado — com ênfase sobretudo no regalismo e no antijesuitismo —, atenção especial para os problemas pedagógicos encarados como os

6. Idem, op. cit., pp. 196 ss.

7. Idem, op. cit., pp. 330-339; A. Alberto Banha de Andrade, *Verney e a projeção da sua obra* (Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980), pp. 82-87; Antônio Alberto de Andrade, *Verney e a cultura do seu tempo* (Coimbra, Imprensa Universitária, 1965); Antônio Palm (org), 'O nascimento da moderna pedagogia: Verney' (Rio de Janeiro, PUC/CFC, documentário, 1979).

8. L. Cabral de Moncada, *Estudos de história do direito* (vol. 3, século XVIII; Muratori Verney, *Iluminismo católico* (Coimbra, Imprensa Universitária, 1950); A. Alberto Banha de Andrade, op. cit., pp. 23 ss.

mais necessitados de atualização e controle pelo Estado. Neste último aspecto, situava-se a ênfase atribuída à completa reforma dos estudos universitários, com o objetivo de adequá-los aos progressos do conhecimento científico e técnico e libertá-los da tutela eclesiástica.⁹

Em Portugal, o reformismo ilustrado associa-se, historicamente, ao reinado de D. José I (1750-1777), em função de seu todo-poderoso ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde conde de Oeiras e marquês de Pombal. Nessa 'governança pombalina', associaram-se idéias e práticas político-econômicas mercantilistas e idéias e práticas político-ideológicas, ao menos aparentemente de cunho ilustrado. Buscou-se a modernização do aparelho de Estado com vistas à sua eficácia fiscal, administrativa e repressiva; levou-se então o regalismo secularizador às suas últimas conseqüências, com a expulsão dos jesuítas, em 1759. Através de uma atividade legisladora quase febril, pôs-se em andamento uma série de reformas, real ou apenas retoricamente inspiradas no ideário das Luzes: a redefinição da doutrina jurídica e do respectivo ensino; a reforma dos 'estudos menores'; os novos estatutos da Universidade de Coimbra; a criação das Aulas de Comércio (Lisboa) e Náutica (Porto) e do Colégio dos Nobres.¹⁰

Todavia, se no plano das atividades literárias verificou-se a fundação da Arcádia Lusitana, o controle sobre a cultura como um todo, e sobre o pensamento em especial, direcionou-se visando à supressão das obras suspeitas de hostilidade ao absolutismo, uma nova 'heresia', com a criação da Real Mesa Censória, em 1768. O novo Regimento do Santo Ofício (1774) — reorientando agora num sentido mais secular a velha Inquisição — e a criação da Superintendência Geral da Polícia demonstram qual o verdadeiro significado ideológico desse reformismo ilustrado.¹¹

Estamos diante de um reformismo 'ilustrado', sim, mas tremendamente realista, sempre levando na devida conta os interesses sociais dominantes. O grande 'bode expiatório' desse reformismo foi a Companhia de Jesus. A leitura pombalina das Luzes sublinhou principalmente o ódio aos jesuítas, pois estes eram os obstáculos maiores aos objetivos regalistas dos reformadores. Não foi por coincidência que se produziram tantos e tão alentados textos de condenação à atuação jesuítica em quase todos os setores da vida portuguesa.

Aos intelectuais e artistas em geral restaram apenas a adesão acrítica e laudatória — ou a crítica anônima —, e o silêncio da pseudo-aprovação. Apenas o espírito 'iluminado' do soberano, com a ajuda de seu ministro e dos que gozavam da sua confiança, era capaz de discernir o melhor para todos os súditos.

No presente texto, importa também que não venhamos a perder de vista as relações entre a Ilustração ibérica e sua congênere italiana. São bastante numerosas, em Portugal, as evidências dessas ligações intelectuais, podendo-se mencionar, como exemplo, a adoção oficial, por Coimbra, das *Instituições da lógica*, publicadas em 1759 pelo filósofo Antônio Genovesi, daí por diante sempre referido, nos textos da época, como o *Genuense*. Segundo Joaquim de Carvalho, essa escolha de Genovesi significa a opção oficial por um "empirismo mitigado" (uma leitura cartesiana de Locke) como filosofia oficial, em substituição à

9. Antônio Paim, 'Categorias para a análise da herança pombalina na cultura brasileira', em A. Paim, (org). *Pombal e a cultura brasileira* (Rio de Janeiro, Tempo brasileiro, 1982), pp. 11-15.

10. Francisco J. C. Falcon, 'A época pombalina', op. cit., pp. 213 ss.

11. Idem. *O regimento do Santo Ofício de 1774*. Comunicação apresentada ao Congresso Internacional Luso-Brasileiro sobre a Inquisição (São Paulo, USP, 1986).

"segunda Escolástica portuguesa".¹²

Por outro lado, deve-se levar também em conta os contatos com a Áustria, a começar pela estada, ali, do futuro marquês de Pombal, no início da década de 1740, quando se iniciava, com Maria Teresa, a primeira fase do reformismo ilustrado austríaco, pois os historiadores em geral só recordam a estada de Carvalho e Melo em Londres. Poder-se-ia também lembrar a prolongada experiência de um dos principais 'estrangeirados', António Nunes Ribeiro Sanches, na Rússia de então.

Seria assim oportuno começar-se a matizar um pouco a concepção que tende tradicionalmente a 'explicar' mecanicamente a Ilustração ibérica a partir unicamente das relações entre Lisboa e Londres, ou entre Madri e Paris. Apesar de importantes, estas relações não foram jamais exclusivas. Para certas questões políticas e jurídicas, bem como para determinadas leituras filosóficas, o historiador da Ilustração ibérica necessita, algumas vezes, caminhar em outras direções, percorrendo outras 'luzes'.

A Ilustração na América luso-espanhola e seus problemas

Algumas questões de ordem geral

Antes de abordarmos os vários problemas e aspectos relativos à chamada 'recepção' da Ilustração nas colônias ibero-americanas, e suas relações com o movimento ilustrado de um modo geral, queremos explicitar certas questões mais ou menos subjacentes ao nosso plano de exposição.

A divisão que estabelecemos entre Ilustração e Revolução, apesar de pertinente, além de didática, pode conduzir a algumas dificuldades teóricas e práticas se aplicada, de maneira mecânica, às realidades coloniais. Essas dificuldades resultam principalmente de dois aspectos:

— as diferenças, acima apontadas, entre a 'Ilustração Política' e o 'Absolutismo Ilustrado', quando transportadas à especificidade da situação colonial.

— A distinção, mas, também, as relações entre essas duas realidades históricas — a Ilustração e a Revolução — quando entrevistadas das colônias.

A distinção entre a Ilustração Política e o Absolutismo Ilustrado, quando pensada a partir da situação colonial, tende a tornar-se, no mínimo, problemática. Com efeito, que sentido tiveram, ou poderiam ter tido, para os colonos da América, as propostas do reformismo ilustrado? Sem quereremos aqui ignorar ou menosprezar as implicações que tiveram para o sistema colonial ibérico, muitas das idéias e práticas metropolitanas produzidas no contexto ilustrado e voltadas, direta ou indiretamente, para a reforma desse sistema, cumpre-nos indagar sobre a sua presença, efetiva ou não, nos círculos intelectuais das colônias, salvo, talvez, enquanto evidências de uma exploração ainda mais sistemática que reforçariam, provavelmente, as tomadas de consciência da situação colonial em si — o 'viver em colônias' — como algo a ser rejeitado.

Conseqüentemente, cabe ao historiador, ao abordar essa questão, acautelarse em face do discurso ilustrado metropolitano e das respectivas práticas reformistas, pois, sujeitas à refração inerente à perspectiva colonial, tais idéias e prá-

12. A. Genovesi, *A instituição da lógica*, com introdução por A. Paim. (Rio de Janeiro, PUC/CFC, documentário, 1977); Joaquim de Carvalho, *Obra completa* (Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1982), vol. 2, pp. 121 ss; José de Arriaga, *A filosofia portuguesa* (Lisboa, Guimarães, 1980), pp. 19-83.

ticas tendiam a adquirir uma significação exatamente inversa àquela que lhes embutava a perspectiva metropolitana. Tratava-se de uma forma de inversão embutida na lógica do sistema colonial.

Os estudos existentes indicam, de forma quase exclusiva, aliás, a presença de leitores e textos identificados com a Ilustração, e com a Ilustração Política, já referida por nós anteriormente. Toda vez que se faz alusão às 'novas idéias' nas colônias, nessa época, o que se nos depara são concepções cujo contexto original é de oposição ao absolutismo — idéias 'liberais' —, sendo que apenas em alguns casos podemos estar diante das idéias dos filósofos enciclopedistas, caracterizadas pela visão reformista e ilustrada do Estado absolutista. O que hoje podemos indagar é se essa espécie de decantação ideológica foi, tal como supomos realizada pelos próprios leitores das colônias, ou se é, como outros afirmam, um produto construído *a posteriori*, ou seja, pela historiografia.

No entanto, não podemos ignorar um fato básico: nem só de ideologias políticas se constituiu o movimento ilustrado. Ora, foi precisamente no terreno das idéias filosóficas e científicas, das concepções éticas e estéticas, das práticas literárias e pedagógicas que a Ilustração se fez primeiramente presente na América. E, sob tal aspecto, como veremos adiante, a Ilustração foi uma autêntica realidade também na Ibero-América.

O segundo aspecto indicado também é uma espécie de complicador. Quando se trata da história europeia, da francesa em particular, encontramos entre os historiadores um relativo consenso quanto à distinção, até mesmo cronológica, entre a Ilustração e a Revolução como períodos ou épocas possuidoras de características próprias. (Outra coisa, bem diferente, é a discussão das relações entre tais movimentos, quer como continuidade, quer como ruptura). Ora, nas colônias, a realidade e até mesmo o significado dessa distinção constituem algo bastante problemático, ainda a demonstrar.

De certa maneira, essa dificuldade ou impossibilidade de distinguirmos a Ilustração da Revolução decorre do que expus em linhas acima. Se nos ativermos apenas às idéias políticas ilustradas presentes nas colônias, não sairemos provavelmente do contexto da Ilustração Política e verificaremos que a sua presença corresponde a uma época já tardia da Ilustração americana. Tratar-se-á, então, concretamente, das primeiras manifestações das tomadas de consciência mais ou menos 'revolucionárias', isto é, contestadoras da situação colonial como tal.

Entretanto, existe um outro ângulo possível para o exame do problema. Sabemos que, no caso das respectivas metrópoles coloniais, houve uma época histórica caracterizada pelo reformismo ilustrado: O reinado de D. José I, com a forte presença do marquês de Pombal, em Portugal, e o reinado de Carlos III, com a atuação de seus grandes ministros — Aranda, Campomanes, Jovellanos, Floridablanca, Cabarrus —, na Espanha. Tal época foi relativamente distinta dos períodos seguintes, já marcados pelas transformações — ações e reações — ligadas, tanto à eclosão da Revolução Francesa, quanto à crise do antigo sistema colonial mercantilista. Durante estes períodos, reformularam-se algumas atitudes em relação às novas idéias e às propostas reformistas, intensificando-se a atuação dos aparelhos repressivos contra a entrada de pessoas e publicações suspeitas de 'jacobinismo', isto é, de hostilidade declarada ao trono e ao altar.

Essa preocupação dos aparelhos de segurança e repressão com os prováveis efeitos desagregadores das idéias revolucionárias 'jacobinas' é típica do período que começa em 1789 e se estende pelas duas décadas seguintes.

Até 1807, antes da invasão napoleônica e da transferência da Corte para o Brasil, coube à Intendência Geral de Polícia, dirigida por Diogo Inácio de Pina Manique, a responsabilidade maior de atuar contra tudo e todos que fossem considerados suspeitos de adesão ou favorecimento ao 'perigo revolucionário'.

O nosso grande problema é o de tentarmos perceber qual teria sido, na realidade, a possível significação da periodização acima para todos aqueles então situados na perspectiva das colônias. Ilustração e Revolução tiveram algum sentido para os colonos enquanto realidades distintas historicamente? Que teria significado para eles, tanto cultural quanto ideologicamente, a Ilustração propriamente dita?

Destacamos a Ilustração porque todos estamos a par-dos muitos estudos e pesquisas já existentes sobre a questão da tomada de consciência da idéia de 'revolução' nas colônias. Na maioria dos casos, pelo menos na historiografia brasileira tal fato se deve ao interesse despertado pelas pesquisas e estudos sobre as 'inconfidências' ou conjurações do fim do período colonial.

Em termos das realidades coloniais caberia, portanto, distinguir-se, pelo menos, três pontos principais a partir dos problemas por nós indicados:

— consideramos mais ou menos evidente a existência de práticas reformistas — se realmente 'ilustradas' ou não, não vêm agora ao caso — levadas a cabo por algumas autoridades coloniais em suas respectivas jurisdições. No Brasil já foram estudados alguns casos desse tipo, sendo o mais conhecido o da administração do vice-rei, marquês do Lavradio;

— devemos mencionar a ocorrência de manifestações culturais ilustradas em muitos locais das colônias americanas dos países ibéricos, com características próprias, não há dúvida, mas denotando a presença da Ilustração nessas regiões.

— há que aprofundar e ampliar o estudo das 'tomadas de consciência', nos seus vários níveis, entre os intelectuais 'vivendo em colônias' — seu caráter revolucionário ou não, o sentido desse 'caráter' em articulação com os fatores e os momentos associados a tais processos mentais, aí se incluindo o importante papel representado pela circulação das notícias — mesmo que em muitos casos tais notícias fossem bastante vagas — sobre acontecimentos como a revolta das colônias inglesas da América do Norte e os começos da Revolução Francesa.

Até que ponto, nesses casos, teria sido mais ou menos decisivo o fato de essas 'novidades' chegarem ao conhecimento de indivíduos ou grupos já mais ou menos familiarizados com as 'novas idéias' do Setecentos (através de leituras, conversas, viagens etc.)? O fundamental seria a circunstância de que tais leituras e informações incidiram, provavelmente, sobre aquelas consciências já identificadas, em maior ou menor escala, com as perspectivas ideológicas da Ilustração Política.

Deste modo, pelo menos assim o entendemos, as colônias ibero-americanas não só receberam, mas também souberam utilizar à sua maneira, adaptando-as às principais idéias da Ilustração. Para que possamos perceber esse fato, é fundamental que se abandone qualquer tipo de perspectiva finalista, ou seja, que deixemos de analisar a Ilustração sempre a partir de uma perspectiva a *posteriori*, como a da Revolução Francesa. Esta, todos sabemos disso, apenas recorreu no contexto geral do movimento ilustrado os seus conteúdos, real ou supostamente passíveis de uma leitura 'revolucionária', fato normal a partir do tipo de leitura retrospectiva empreendida pelo discurso revolucionário.

Houve assim, em não pequena escala, uma leitura da Ilustração que desta-

cou o seu conteúdo racional, o seu interesse pela promoção do conhecimento como um todo, aí destacando suas possíveis aplicações utilitárias em prol da 'felicidade pública'. Foi talvez neste sentido, intelectualmente renovador, que a Ilustração encontrou na América — a exemplo do que vinha sucedendo na Europa — o entusiasmo e o apoio de diversos segmentos sociais, inclusive de alguns intrinsecamente conservadores em outros sentidos.

Em resumo, é válido supor que, ao menos durante algumas décadas não seriam necessariamente sinônimas as idéias de 'Ilustração' e 'Revolução'. O ignorar-se essa diferença tenderá a fazer da Ilustração, sobretudo, quer na Europa, quer na América, algo completamente vazio de significação própria, simplesmente reduzido ao papel de 'movimento precursor'.

Por outro lado, convém que não caiamos no exagero contrário. A partir da década de 1770, provavelmente, na América, a Ilustração propriamente dita cedeu lugar, com certa rapidez, às concepções 'revolucionárias', entendidas estas últimas, é óbvio, dentro dos limites impostos pela especificidade da própria situação colonial às possibilidades de pensar concretamente a idéia de 'revolução', como iremos ver adiante.

Problemas ibero-americanos

Situadas as nossas dúvidas e afirmações acerca desses 'aspectos gerais', conviria talvez mencionar alguns outros elementos importantes à compreensão do nosso tema:

— a importância de não se perder de vista as diferenças reais entre o reformismo ilustrado português e o espanhol;

— a necessidade de levar-se na devida conta as diferenças entre Portugal e Brasil, de um lado, e a Espanha e suas colônias na América, de outro, à época do reformismo ilustrado;

— as conseqüências da variedade dos tipos de relacionamento mantidos pelos países ibéricos com outros países da Europa (inclusive certas mutações político-diplomáticas) para os processos de circulação das idéias e das pessoas;

— o lugar das colônias ibero-americanas na Ilustração e vice-versa — o lugar da Ilustração no universo intelectual e mental dessas colônias.

Quanto ao primeiro item, devemos considerar a existência de uma defasagem, em vários níveis, entre Portugal e Espanha. Há um nítido avanço da economia espanhola em geral e, em particular, no plano das práticas mercantilistas, por volta de 1750, além de um contato bem mais intenso com os reformistas e economistas italianos, como demonstrou F. Venturi.¹³ Ao contrário da visão de Menendez y Pelayo que assimilou o Iluminismo a uma influência exclusivamente francesa, essencialmente jansenista e anticlerical, num mesmo movimento, tanto em Portugal quanto na Espanha,¹⁴ não há como negar-se, hoje, a considerável diferença entre tais países, e, sobretudo, a riqueza e complexidade do caso espanhol. O governo da Espanha ofereceu uma oposição menor às novas idéias, como se comprova através da análise dos respectivos *Index*¹⁵ se os compararmos aos da Real Mesa Censória, em Portugal, ou também, a partir das

13. Franco Venturi, 'Economisti e riformatori spagnoli e italiani del 700', *Rivista Storia Italiana*, LXXIV (3): 531-61, 1962; F. J. C. Falcon, 'A época pombalina', op. cit., pp. 178-179.

14. M. Menendez y Pelayo, *História de los heterodoxos españoles* (Madri, 1911), vol. 6.

15. R. Hussey, 'Traces of French Enlightenment in Colonial Hispanic-America', em A. P. Whitaker, (org.) *Latin America and the Enlightenment* (N. York, Appleton Century, 1942), pp. 24-27.

evidências disponíveis acerca da difusão das novas doutrinas entre os setores religiosos e universitários e, inclusive na Espanha e suas colônias, o fato de a Inquisição ter assumido então uma posição relativamente 'mais aberta', ou menos intolerante, do que em Portugal.

Ao contrário de Portugal, onde as reformas do absolutismo ilustrado estiveram estreitamente ligadas à ação de Pombal e sua pequena equipe — alguns, inclusive, apenas 'correspondentes', pois eram 'estrangeirados' — na Espanha o movimento ilustrado encontrou numerosas e significativas respostas na sociedade civil, tal como se deu no caso da multiplicação das 'sociedades de amigos do país', configurando-se, para o conjunto da sociedade espanhola, algo tão significativo que Richard Herr houve por bem intitulá-lo de "Revolução do século XVIII"¹⁶. Bastaria lembrar, ainda, que as idéias fisiocráticas se fizeram presentes de maneira muito nítida no contexto ilustrado espanhol, em conexão, aliás, com intensas preocupações de cunho pedagógico endereçadas à formação de profissionais à altura dos avanços técnicos então em andamento, na agricultura, indústria e comércio.

O segundo item leva-nos a refletir sobre outro tipo de diferença entre o Brasil-colônia e as áreas hispano-americanas durante a época em foco: os vários contrastes que podemos detectar nas relações entre tais colônias e as respectivas metrópoles do ponto de vista da importância e do sentido aí assumido pelo reformismo ilustrado.

Para o Brasil-colônia, a época pombalina significou, sem dúvida, muitas novidades quanto às práticas econômicas, administrativas, fiscais, político-militares etc., como é fácil de se perceber através das sínteses produzidas por Carnaxide e Avellar, entre outros. Todavia, examinando-se a mesma conjuntura colonial sob o ângulo cultural e científico, percebe-se a escassa atuação metropolitana, justo naqueles setores mais característicos da Ilustração. Quando muito, encontraremos as providências 'urgentes' ditadas pelo vazio educacional resultante do impacto que foi para o sistema de ensino da Colônia a súbita expulsão dos padres da Companhia de Jesus, em 1759.¹⁷

Ora, foi muito pouco, sobretudo se compararmos com as colônias espanholas. Nestas, a mesma época caracteriza-se por diversas transformações culturais, paralelamente à chegada de sucessivas missões científicas, às trocas de idéias entre os intelectuais e os visitantes espanhóis e estrangeiros, à criação de sociedades eruditas nas principais cidades, enfim, um clima intelectual fortemente marcado pelo espírito ilustrado. E tudo isso não apenas com a permissão, mas o apoio, não raro até o financiamento, das autoridades espanholas.¹⁸

Enquanto isso, em Portugal, somente em 1779, após a queda de Pombal, foi fundada a Academia Real das Ciências de Lisboa. Mesmo assim, tal academia ressentiu-se, na prática, de limitações muito concretas, tanto em relação aos

16. Richard Herr, *España y la revolución del siglo XVIII* (Madrid, Aguilar, 1964); Jean Sarrailh, *L'Espagne éclairée de la seconde moitié du XVIII^e siècle* (Paris, Imprimerie Nationale, 1954); F. J. C. Falcon, 'A época pombalina', op. cit., p. 197.

17. Visconde de Carnaxide, *O Brasil na administração pombalina* (2^a ed., São Paulo, Editora Nacional/MEC, 1979); Hélio de A. Avellar, *História administrativa do Brasil* (Rio de Janeiro, Dasp, 1970), vol. 5.

18. A. Scott Aiton, 'The Spanish government and the Enlightenment in America', in A. P. Whitaker, (org.), op. cit., pp. 119-130; M. Hernandez Sanchez-Barba, 'La sociedad colonial americana', em J. Vicens Vives, (org.) *História de España y América* (Barcelona, Ed. Vicens Vives, 1961), tomo 4, pp. 322-304; J. Tate Lanning, 'The Reception of the Enlightenment in Latin America', em A. P. Whitaker, (org.), op. cit., pp. 82 ss.

seus objetivos, quanto ao espaço de discussão acessível aos seus membros. O elenco de assuntos e sugestões constantes das diversas 'memórias' da Academia revela o exato sentido das tomadas de consciência de seus membros em relação aos problemas de então, sobretudo os econômicos, aí incluído o Brasil. Tratava-se de repensar e redefinir certas práticas e propor outras mais modernas, mas sempre de acordo com o interesse do Estado e tendo em vista a defesa e manutenção do sistema colonial.¹⁹

No caso do Brasil, se pensarmos em sociedades voltadas para o estudo e difusão das novas formas de pensamento filosófico e científico, ou pedagógico, propostas pela Ilustração, essas formas de associação terão sido extremamente raras. Habitualmente, referem os historiadores unicamente a criação de uma Academia Científica, no Rio de Janeiro, em 1771-1772, sob os auspícios do vice-rei, a qual, após uma breve existência, entrou em recesso, ressurgindo, de 1786 a 1790, como Sociedade Literária do Rio de Janeiro, também de vida breve, uma vez que viria a cair na mira suspeitosa do vice-rei, conde de Resende, o qual, através da devassa que ordenou em 1794, envolveu os principais membros da dita sociedade na chamada 'Inconfidência' ou Conjuração do Rio de Janeiro, estudada recentemente por Afonso M. dos Santos em tese de doutoramento.²⁰

O terceiro item abrange diferentes ordens de considerações, pois, tanto podemos referir as afirmações de Whitaker sobre o que ele denomina de "maior grau de receptividade" dos espanhóis e seus colonos às novas idéias — inclusive ao franquearem seus territórios às viagens científicas de C. de la Condamine e A. von Humboldt, na esteira de diversos cientistas e viajantes espanhóis —, quanto podemos, ao contrário, mencionar as afirmações de Marchant que contestam tal diferenciação. Acreditamos, no entanto, que, apesar das evidências apontadas por Marchant, elas, ao menos por ora, não têm suficiente peso para anular as evidências citadas por Whitaker.²¹

Há ainda um outro dado, específico da Hispano-América, que foi a repercussão algo significativa que teve ali a presença de representantes da cultura germânica na Espanha, no derradeiro quartel do Setecentos, pois, tal presença irradiou-se, sobretudo em direção ao México e Peru, por intermédio de algumas importantes missões científicas e técnicas que foram então, nessas regiões da Hispano-América, fecundar estudos, experiências e atitudes científicas, criando mesmo, em alguns casos, conexões duradouras com certos círculos intelectuais locais.

Apenas como uma espécie de observação paralela, não deixa de ser pelo menos curioso notar-se o fato de que, enquanto a Espanha, dada sua estreita associação com a França durante o século XVIII, manteve uma troca significativa com a cultura gaulesa, o mesmo não se poderia dizer de Portugal. Este, com efeito, apesar da famosa 'Aliança Inglesa', foi muito pouco acessível à cultura britânica como um todo. Inclusive, quanto ao Brasil, Portugal manteve-se francamente hostil à presença de seus 'aliados', tratados como quaisquer outros estrangeiros nos portos do Brasil-colônia.

19. Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (São Paulo, Hucitec, 1979), pp. 224-230; Leopoldo C. Jobim, *Ideologia e colonialismo* (Rio de Janeiro, Forense/INL, 1985).

20. *Ideologia e poder no rascunho da nação*, São Paulo, USP, 1982, mimeo.

21. A. P. Whitaker, 'The dual role of Latin America in the Enlightenment', em op. cit., pp. 11-12; Alexander Marchant, 'Aspects of the Enlightenment in Brazil', em A. P. Whitaker, (org.), op. cit., pp. 95 ss.

E no entanto, nessa mesma época, em vários pontos das colônias de Espanha na América, os textos dos 'eccléticos' portugueses foram amplamente recebidos, a ponto de suscitarem variadas contribuições por parte dos seus admiradores hispano-americanos, como assinala Rovira.²² Voltamos, assim, ao princípio: a importância das 'Luzes' italianas.

Através desse constante entrecruzar de 'influências' das mais diversas origens — apesar do razoável distanciamento de algumas delas quanto ao Brasil —, evidenciamos nossas proposições iniciais. Restaria unicamente lembrar que essa 'diferença' quanto ao Brasil pode muito bem ser apenas uma falsa impressão, fruto da precariedade dos dados disponíveis. Tal é, como já indicamos, a posição de Marchant.²³

O quarto e último item pode ser visualizado por nós de diversas perspectivas: uma delas seria, por exemplo, o papel representado pela América para o conjunto do pensamento ilustrado; outra, seria a análise das várias formas através das quais os colonos americanos tiveram acesso à Ilustração; uma última, talvez, poderia ser a busca das evidências sobre a presença concreta da Ilustração nas colônias ibéricas.

Para exemplificarmos a primeira dessas perspectivas, utilizemo-nos da distinção que Whitaker estabelece, a partir da leitura do conhecido livro de C. Becker sobre o Iluminismo, entre o que ele chama de "papel passivo" e de "papel ativo" da América Latina. Entende Whitaker, como papel passivo, o quadro da colonização descrito pelos 'filósofos' que antecederam o abade Raynal, apenas retocado e atualizado por este em seu livro *Histoire philosophique et politique des deux Indes* (1772) o qual, segundo aquele mesmo autor, teria sido apenas uma nova formulação da conhecida *leyenda negra*, construída desde o século XVI a partir das obras do frei Bartolomeu de Las Casas. A única diferença é que Las Casas exaltava a Igreja, enquanto agora, procurava-se caracterizá-la, segundo ele, como a grande responsável por todos os males, incluindo-se aí o obscurantismo vigente na Espanha.

Já o sentido oposto, o papel positivo, ou ativo, poderia ser demonstrado através dos vários aspectos com que a América participou da Ilustração, com suas contribuições originais e significativas, retomando-se, neste ponto, a questão das distâncias reais, ou apenas supostamente pressentidas, entre a presença da cultura ilustrada na Hispano-América e no Brasil.²⁴

Nesta mesma ordem de idéias, enumerar-se-iam, como argumentos a favor da maior importância assumida pelo movimento ilustrado nas colônias de Espanha:

— as atitudes positivamente favoráveis do governo de Madri, cuja expressão maior encontrar-se-ia na promoção de numerosas expedições científicas ao continente americano, embora a maioria delas tenha ocorrido já na virada do século;²⁵

22. Maria del Carmen Rovira, *Eccléticos portugueses del siglo XVIII y algunas de suas influencias en America*. (Mexico, El Colegio de Mexico, 1958).

23. Op. cit., p. 96.

24. A. P. Whitaker, op. cit., pp. 7-10; R. Hussey, op. cit., pp. 28-47; Marchant, A., op. cit., pp. 115 ss.

25. J. T. Lanning, op. cit., pp. 81-82. Lembremos, no entanto, que portugueses organizaram algumas expedições, sem a participação de estrangeiros, destacando-se a expedição Alexandre Rodrigues Ferreira (cf. Leopoldo C. Jobim, op. cit., p. 16; Maria Odila da Silva Dias, 'Aspectos da Ilustração no Brasil', *Revista do IHGSP*, 278:106).

— os numerosos contatos estabelecidos entre setores norte-americanos sensíveis às idéias ilustradas e seus congêneres hispano-americanos, com o assentimento ou tolerância das autoridades coloniais;²⁶

— a importância que tiveram as academias e institutos para o progresso e difusão da Ilustração, tanto na Europa quanto na América, dada a indiferença e mesmo hostilidade típicas das universidades à época do Iluminismo.²⁷

Em síntese, todos estes dados apontam numa direção fundamental: a necessidade de pesquisas e estudos comparativos entre o Brasil-colônia e seus vizinhos hispano-americanos, ao longo do século XVIII, sobretudo quanto à história cultural.

Alguns aspectos da Ilustração hispano-americana

Não poderíamos ter a pretensão de fazer aqui um estudo exaustivo do movimento ilustrado nas regiões da América colonizadas pelos espanhóis. Desejamos somente fazer algumas poucas reflexões e indicações que nos auxiliem a fixar os primeiros balizamentos necessários a esse futuro estudo comparativo sistemático. Ao mesmo tempo, cremos que, apesar de sumárias e incompletas, tais indicações permitirão relativizar com mais propriedade a discussão dos problemas da Ilustração e da Revolução no contexto colonial.

Apenas um pequeno exemplo, para começar: o governo de Madri, em 1789, enviou às suas colônias da América uma importante missão científica e política sob as ordens de um italiano, Alexandre Malaspina; sua finalidade era proceder a um levantamento de informações *in loco* com o objetivo de obter subsídios para uma completa reforma do sistema colonial na América.²⁸ Pouco importa aqui se, por motivos supervenientes, não se chegou a esse objetivo. O significativo é compararmos esse verdadeiro afã com que os espanhóis se empenharam em promover sucessivas expedições científicas, até 1803, permitindo ao mesmo tempo a entrada de sábios estrangeiros em suas terras da América, com a atitude portuguesa. Em Portugal, com efeito, muito se refletiu, muito se propôs, tanto na Academia das Ciências quanto nas esferas governamentais, acerca da necessidade de ajustar o sistema colonial às novas idéias da época a fim de melhor garantir a sua sobrevivência.²⁹ Entretanto, quase tudo se passou nos gabinetes lisboetas. Quanto à sua colônia americana, Portugal continuava a manter sua tradicional postura de evitar, a todo custo, que a ela tivessem acesso quaisquer estrangeiros, mesmo que se tratasse de cientistas renomados, como se deu com Humboldt.

Se nos ativermos aos diferentes canais que permitiram o acesso às idéias da Ilustração, assim como a sua circulação nas várias colônias espanholas, deveremos mencionar os seguintes aspectos:

1 — A circulação das idéias

Apesar de não se possuir ainda um levantamento quantitativo sistemático sobre o comércio de livros entre as colônias e os portos metropolitanos, existem referências precisas, porém esparsas, que nos levam a crer na entrada de um vo-

26. H. Bernstein, 'Some Inter-American Aspects of the Enlightenment', em A. P. Whitaker, (org.), *op. cit.*, pp. 53 e 62-63.

27. J. T. Lanning, *op. cit.*, pp. 74-75.

28. A. P. Whitaker, *op. cit.*, pp. 17 ss.

29. Fernando A. Novais, *op. cit.*, 136, 174.

lume muito grande de obras ao longo do Setecentos. Há também evidências que levam a crer na entrada de livros, em grande quantidade, como parte da bagagem de funcionários, comerciantes, imigrantes e cientistas, além de muitos aparelhos científicos.

Além das idéias contidas nos livros, havia também aquelas que os próprios homens transportavam consigo, ou que iam apreender em função das viagens que os colonos faziam habitualmente à Espanha e outros países europeus, sobretudo a França.

Outro dado importante é a grande atividade dos editores espanhóis, traduzindo obras estrangeiras ou editando trabalhos de autores ibéricos já imbuídos das novas concepções 'filosóficas' da época, sendo pelo menos curioso, para nós, saber da presença da *Recreação filosófica* do padre Teodoro de Almeida, de 1751-1752, como livro-texto na Universidade de São Carlos da Guatemala, ou da idêntica situação desfrutada por L. A. Verney, nessa mesma época.

Portadores das novas idéias foram também certos espanhóis exilados na América, mas pertencentes às camadas dominantes da Metrópole, como o conhecido caso de Picorneel e seus companheiros.

Importa ainda levar na devida conta as atitudes esclarecidas de não poucas autoridades civis e eclesiásticas coloniais, expressas em posições e pronunciamentos favoráveis à introdução das ciências experimentais no ensino, à atualização filosófica, enfim, às novas idéias, capítulo onde se pode detectar pronunciamentos explícitos de alguns vice-reis, em consonância com procedimentos da Inquisição que raíam a conviência, segundo alguns, com o 'espírito filosófico', e, finalmente, a própria atitude interessada do governo metropolitano em termos de promover, por todos os meios, essa verdadeira difusão das Luzes.³⁰

Um outro capítulo decisivo é constituído pela ida de estudantes das colônias para as universidades espanholas e de outras nações européias, movimento que se intensifica ao findar o século a ponto de detectarmos, entre tais estudantes, muito dos líderes dos movimentos emancipacionistas.³¹

Talvez não se deva minimizar a influência exercida pelos contatos dos colonos com vários tipos de estrangeiros que freqüentaram seus portos e cidades, apenas de passagem ou por longos períodos, tais como as tripulações de barcos franceses e holandeses ligados ao contrabando, comerciantes ingleses, membros de missões científicas francesas, de passagem, ou alemãs, para ali mesmo destinadas. Agreguemos ainda a oficialidade de navios de diversas nacionalidades, sobretudo franceses, assim como, a partir de 1760, os mercenários franceses a serviço da Coroa de Espanha e, já mais tardiamente, os refugiados de outras colônias européias das Antilhas e do Caribe. Em quase todos esses casos, as idéias chegavam, circulavam, eram discutidas, quer em função de livros, quer a partir de conversações com esses tipos chegados do 'exterior'.

Idéias e livros estavam também presentes nos contatos de intelectuais *criollos* com seus confrades de academias e sociedades literárias ou científicas, alguns até se correspondendo com Paris. O empréstimo de livros era uma prática corrente, aí incluídos os empréstimos feitos por estrangeiros apenas de passagem. Mas havia também as conversas em lugares públicos e a circulação intensa de periódicos impressos nas próprias colônias. Afinal, houve época, no Méxi-

30. R. Hussey, op. cit., pp. 28-29; J. T. Lanning, op. cit., pp. 71-72 e 82; A. S. A. Aiton, op. cit., pp. 120, 123, 129.

31. R. Hussey, op. cit., p. 30.

co, em que funcionários da Inquisição vendiam os livros por eles apreendidos, exatamente porque eram listados como 'proibidos'.³²

2 — A assimilação das novas idéias

Que tais idéias não permaneceram apenas como curiosidades, nos demonstra o fato de sua incorporação à produção intelectual e ao ensino nas colônias. Na verdade, desde o início do século XVIII é possível registrar-se a existência de um movimento de progressiva assimilação das teorias e sistemas mais em voga na Europa. Tal fato se evidencia tanto em função dos próprios trabalhos publicados pelos intelectuais coloniais quanto pelas modificações então havidas no ensino universitário. A princípio um tanto lenta, essa tendência ganhou velocidade maior entre 1750 e 1775, literalmente 'explodindo' no derradeiro quartel do século, através da atividade de professores e seus discípulos e dos periódicos. Sob este aspecto, muito pode ser comprovado através da história do ensino superior, particularmente a partir das teses que foram então produzidas, demonstrando a grande familiaridade com o pensamento de Condillac à ênfase dada às ciências experimentais e a presença da filosofia de Locke. Já em começos do século seguinte, ao lado de Condillac, vamos encontrar Rousseau, Quesnay, Bayle e Voltaire.³³

Um capítulo à parte vem a ser o dos inventários de bibliotecas, quer de instituições, quer de particulares. Trata-se de acervos qualitativamente muito ricos, numerosos também, contendo aquilo que de mais importante existia então quanto a obras de natureza 'filosófica' segundo a concepção iluminista, abrangendo também publicações voltadas para as ciências experimentais e para as questões econômicas e jurídicas.³⁴

Em suma, temos aí uma história extremamente rica, mas da qual só conhecemos uma pequena parte. Há que acrescentar-lhe, por exemplo, o problema da história da maçonaria nessas colônias — um assunto sempre abordado de forma extremada —, além das explorações já realizadas pelos historiadores a partir das observações feitas por viajantes estrangeiros, ou de documentos produzidos pelos aparelhos repressivos da Igreja e do Estado, geralmente em conexão — estes últimos — com as diversas conspirações e revoltas que caracterizam a parte final do antigo sistema colonial ibérico.

A Ilustração brasileira

Tampouco pretendemos proceder, aqui e agora, ao levantamento sistemático dos dados já disponíveis. Nosso intuito é unicamente o de apresentar algumas hipóteses e reflexões, um pouco mais desenvolvidas do que nos foi possível para as colônias espanholas. Já fizemos alusões às discrepâncias por nós observadas no campo das avaliações que tentam situar comparativamente a recepção do movimento ilustrado nas colônias de Espanha e na América portuguesa. Apenas para exemplificar, lembremo-nos que um autor como Whitaker constata uma diferença básica de atitudes, em termos de recepção do Iluminismo, entre hispano-americanos e luso-brasileiros, diferença que, segundo ele, seria homóloga àquela que nos referimos quando comparamos, sob a perspectiva da Ilus-

32. Idem, *ib.*, pp. 31-33.

33. Idem, *ib.*, pp. 34-37; J. T. Lanning, *op. cit.*, 75-77 e 78-81.

34. R. Hussey, *op. cit.*, pp. 35, 37 e 40-43.

tração, os dois países ibéricos. Em resumo, a Espanha deu uma resposta mais rápida e entusiástica às novas idéias, e isto refletiu-se em suas colônias. Na mesma linha de pensamento, Hussey refere-se à vida intelectual no Brasil colonial como tendo sido menos desenvolvida.³⁵ Contraopondo-se, ao menos em parte, a tais afirmações, A. Marchant, apoiando-se em Gilberto Freire, invoca a diferença, entendida como especificidade, do caso brasileiro e o relativo desconhecimento ainda existente como as verdadeiras causas dessa desvantagem aparente. Mais ou menos nessa mesma direção, 'favorável ao Brasil', se orientam os argumentos de Bradford Burns.³⁶

Na verdade, não existem ainda elementos históricos suficientes para que se possa trazer esse tipo de avaliação comparativa do nível meramente subjetivo ou opinativo para o campo das análises objetivas, no interior de uma história comparada da história social da cultura latino-americana colonial.

Saiamos, portanto, desse terreno ainda bastante movediço, e procuremos prestar atenção aos aspectos específicos do Brasil-colônia sob o signo da Ilustração.

Em primeiro lugar, detenhamo-nos nas relações entre as reformas do 'absolutismo esclarecido' do período pombalino e o Brasil.

Quando se faz alusão a tais reformas entre nós, é de hábito enumerar uma série de providências de variada natureza: iniciativas econômicas — companhias de comércio, fomento ao cultivo do arroz, algodão e algumas 'especiarias' —, fiscais — alfândegas do tabaco e do açúcar, impostos e taxas, criação do Real Erário, cobrança do quinto do ouro e dos diamantes —, medidas administrativas — extinção das capitânias, mudança da capital, uma certa "descentralização" (sic) etc. Claro está que tudo isso decorria do interesse da Metrópole quanto à melhor exploração da Colônia e seria ingenuidade nossa pensar o contrário.³⁷

Em termos culturais, como vimos, a medida pombalina de impacto maior para o Brasil-colônia foi, sem dúvida, a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, em 1759. Com a saída dos jesuítas desmantelou-se, desapareceu praticamente de uma hora para outra um sistema de ensino laboriosamente montado desde os primeiros tempos da colonização, que, ao ser extinto, abrigava um número considerável de estudantes em suas escolas, colégios e seminários.³⁸ Para substituí-lo, de acordo com os princípios e os objetivos da reforma dos estudos menores, deveriam ser nomeados os professores régios, cujas "aulas" deveriam ser instaladas, com rapidez, nos "principais lugares", cabendo às ordens religiosas, como a dos franciscanos, um papel supletivo e subordinado.³⁹ Todavia, tais foram as dificuldades encontradas, as demoras, as resistências de todo tipo, que foi necessário dar novo impulso à reforma, em 1772, através de um plano,⁴⁰

35. Idem, *ib.*, pp. 10, 43.

36. A. Marchant, *op. cit.*, pp. 95-96; E. Bradford Burns, Comentário, em H. H. Keith, e S. F. Edwards, *Conflito e continuidade na sociedade brasileira* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970), p. 124.

37. A esta relação poderíamos ainda acrescentar, por exemplo, o conjunto de práticas voltadas para a defesa do espaço territorial da Colônia: negociações diplomáticas com a Espanha, demarcação de fronteiras, construção de fortificações em pontos estratégicos, lutas pela colônia do Sacramento etc.

38. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Rio de Janeiro, INL, 1949), tomo 7, pp. 335 ss.; Luís Antônio Cunha, *A universidade temporã* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980), pp. 36-61; Américo J. Lacombe, 'Os primórdios da educação — a família e o ensino', *História da cultura brasileira* (Rio de Janeiro, Fename/CFC, 1976), pp. 189 ss.

39. A. Alberto Banha de Andrade, *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil* (São Paulo, USP/Saraiva, 1978), pp. 4 ss.

40. Joaquim Ferreira Gomes, *O marquês de Pombal e as reformas do ensino* (Coimbra, Almedina, 1982).

cuja análise é, por si só, reveladora do quanto se estava distanciado da situação reinante, ao tempo em que os jesuítas tinham uma virtual hegemonia sobre o ensino. Aliás, esta tem sido a conclusão dos estudos mais sérios até agora empreendidos sobre os efeitos das reformas pombalinas na área pedagógica, ao menos do ângulo colonial.⁴¹

De fato, um balanço de tais reformas pedagógicas, a partir da sua hipotética vinculação às Luzes, produziria um resultado dos mais modestos. Fez-se a secularização do ensino, não resta dúvida, mas de forma improvisada e capenga, além de ter sido efêmera, pois, em 1779, uma resolução regia 'aposentou' dezenas de mestres pouco confiáveis segundo o espírito da 'Viradeira' e delegou novamente às ordens religiosas a responsabilidade dos 'estudos menores'.⁴² Quanto ao mais, talvez muito pouco: uma interminável disputa sobre métodos pedagógicos — a *ratio* jesuítica substituída pelos métodos oratorianos —, uma querela entre defensores da gramática do padre Manuel Alvares (jesuíta) e a gramática de Antônio Pereira de Figueiredo (oratoriano). No ensino da lógica, ética e retórica foram geralmente adotadas as sugestões de Verney, enquanto o ensino da filosofia, tornado muito escasso por falta de mestres, seguiu a tendência eclética inerente ao chamado "empirismo mitigado".

Houve também a reforma da Universidade de Coimbra, através dos seus novos estatutos, em 1772. Este é um dos temas mais recorrentes em nossa história cultural, em geral, e na história da educação brasileira, em particular. Tornou-se hábito ou obrigação atribuir 'nosso atraso' à inexistência de universidades na Colônia. Sobre este assunto enfileiraram-se, de um lado, os que acusam a Metrópole, e, do outro, os defensores ou justificadores da política metropolitana. Fora dessas duas facções existem os que apenas procuraram aventar algum tipo de explicação para a não-criação de uma universidade na Colônia.⁴³ Ora, é sabido que a inexistência de uma universidade no Brasil colonial é sempre mencionada toda vez que se procura compará-lo às regiões da América dominadas pela Coroa espanhola, com o objetivo de explicar, a partir dessa 'ausência' de uma política deliberada do governo de Lisboa, a tese do desenvolvimento intelectual muito maior das colônias espanholas da América.

Entre nossos historiadores, em que pesem algumas lamentações ou condenações, o que tem ocorrido é simplesmente a aceitação tácita, como um dado da vida colonial, da necessária ida para Coimbra dos jovens filhos das famílias mais abastadas, a fim de ali completarem seus estudos. O fato sempre destacado na historiografia é a importância das reformas introduzidas, em 1772, pelo marquês de Pombal, nos estudos da Universidade de Coimbra, pois, conforme suposição universalmente aceita, a partir de então a universidade atraiu um número crescente de brasileiros, os quais se constituíram numa elite intelectual numerosa e competente, com decisiva atuação, tanto na Metrópole quanto na Colônia, ao findar o antigo sistema colonial.⁴⁴

Posto assim o problema, supõe-se que os estudantes brasileiros em Coimbra, assim como aqueles outros — em quantidade bem menor — que estudaram em

41. Laerte Ramos de Carvalho, *As reformas pombalinas da instrução pública* (São Paulo, USP/Saraiva, 1978), pp. 138 ss.

42. Joaquim Ferreira Gomes, op. cit., pp. 41 e 68-70.

43. Luís Antônio Cunha, op. cit., pp. 11 ss.

44. Manoel Cardoso, 'Azedo Coutinho e o fermento intelectual de sua época', em H. H. Keith, e S. F. Edwards, (org.), op. cit., p. 88; Laerte Ramos de Carvalho, op. cit., pp. 1.141 ss.; Américo J. Lacombe, op. cit., pp. 196-198.

Montpellier ou em outras universidades européias, pelo fato de poderem ter entrado em contato com idéias novas, na própria universidade ou através de contatos com figuras intelectuais de relevo, voltaram ao Brasil imbuídos de uma 'inquietação' de viés revolucionário ou pré-revolucionário. Na realidade, porém, tal hipótese não engloba as respostas a algumas questões essenciais:

- em que sentido exatamente o ensino em Coimbra, pós-reformas pombalinas, constituiria um agente de conscientização para tais estudantes;
- quantos foram esses estudantes, que cursos fizeram, quantos retornaram ao Brasil, que atuação tiveram após tal regresso;
- como esses mesmos estudantes assimilaram concretamente as idéias, doutrinas e as informações com que tiveram contato durante suas estadas do outro lado do Atlântico.

Em se tratando das relações entre o Iluminismo e a educação e a cultura coloniais, é quase obrigatória a alusão ao papel dos membros da Congregação do Oratório, sempre associada a idéias 'jansenistas' e regalistas. Apesar de tais referências mais ou menos recorrentes, pouco sabemos, ainda hoje, sobre as atividades dos oratorianos no Brasil, salvo as associações habitualmente estabelecidas entre a reforma do seminário de Olinda, pelo bispo Azeredo Coutinho, e as propostas atribuídas aos padres do Oratório, mas isto já nos últimos anos do século XVIII, e mesmo assim vamos encontrar muitas reservas a respeito do caráter 'ilustrado' que alguns historiadores identificam nas obras e realizações de Azeredo Coutinho.⁴⁵

Em segundo lugar, uma análise da Ilustração no Brasil-colônia abrange forçosamente, à semelhança do que vimos para as colônias da Espanha, os meios então à disposição da difusão e circulação das novas idéias. Isso significa mencionar-se:

- o acesso primário aos livros e periódicos;
- as disponibilidades de livros sob a forma de bibliotecas públicas ou particulares;
- a produção de livros e jornais da Colônia;
- as formas de associação, formais ou não, capazes de reunir ou congregar pessoas, com suficiente formação intelectual, para a troca das mais variadas idéias, a partir de obras por elas produzidas ou simplesmente para tertúlias e conversas mais ou menos eruditas; neste item incluímos tanto as academias quanto a Franco-Maçonaria.

Quanto ao primeiro item — acesso primário aos livros e periódicos —, possuímos algumas indicações e muitas suposições ou hipóteses. Segundo Marchant, a evidência da entrada das publicações estrangeiras resulta do exame das poucas bibliotecas do período colonial que conhecemos de perto. No entanto, em relação ao comércio de livros — seu volume, sua natureza, salvo indicações muito esparsas sobre encomendas feitas a livreiros lisboetas —, devemos ficar no campo das deduções: fosse legal ou ilegalmente, quer em decorrência da 'vista grossa' (ou ignorante) dos funcionários das alfândegas, ou em função da eficiência dos contrabandistas de todos os tipos (inclusive funcionários, comerciantes e clérigos em suas bagagens), o fato insofismável é que os livros, ou, ao menos aqueles detectados pelos historiadores, entraram.

45. Vamireh Chacon, *O humanismo brasileiro* (São Paulo, Summus, 1980), pp. 129-132; Manuel Cardoso, *op. cit.*; Nelson Saldanha, *História das idéias políticas no Brasil* (Recife, UFPE, 1968), pp. 49-61; Gláucio Veiga, 'O Iluminismo e o bispo Azeredo Coutinho', *Estudo Universitário*, Recife, 6 (2), 1966 [separata].

Não temos assim como formular, por enquanto, um quadro razoavelmente preciso sobre o movimento real de obras impressas na Colônia — quantidade de livros, valor do seu movimento comercial, público consumidor.

Nosso segundo item refere-se não mais ao movimento, mas ao estoque de obras impressas imobilizadas, nas diversas coleções ou bibliotecas, particulares ou pertencentes a instituições, geralmente de natureza religiosa. Rubens Borba de Moraes realizou um trabalho pioneiro sobre esta matéria, permitindo-nos ter uma idéia, principalmente do volume existente nos vários acervos da Colônia. Em alguns outros trabalhos, como os de E. Friero, A. Marchant, e alguns mais, percebem-se as dimensões e o conteúdo qualitativo de algumas dessas bibliotecas.⁴⁶

No entanto, continuamos a indagar: que é possível ao historiador depreender de tais listas bibliográficas?

O exercício detetivesco de deduzir o caráter de um homem a partir dos seus livros pode conduzir às vezes a uma compreensão bastante correta, mas, simultaneamente, deixa muito a desejar como método de análise crítica. Um catálogo de livros registra a presença de certos livros, num certo lugar, numa certa época. Mas não pode indicar a camada de pó que assinala o livro desusado; não pode nos dizer quais aqueles livros que tiveram sua lombada gasta em função do muito que foram usados, e tampouco pode nos dizer sobre qual foi a ordem segundo a qual esse homem arrumou seus livros nas suas estantes.⁴⁷

Eis aí, através desta longa citação, a verdadeira essência do problema. O método é limitado, sujeito a riscos, embora possa evidentemente ser de alguma utilidade — indicativa, mas de nenhuma maneira comprobatória. Claro está, não estamos pensando naqueles casos nos quais o historiador 'já sabe' a priori, necessitando apenas, se é que necessita mesmo, de uma evidência para demonstrar o já sabido, pois, em tal circunstância, tudo é válido.⁴⁸

Há ainda toda uma pesquisa a realizar, sobretudo no campo de testamentos e inventários. Em comparação com a América espanhola, os dados que temos são muito escassos para que se possa afirmar algo com suficiente segurança. Trata-se em geral de arrolamentos de obras que foram feitos por autoridades encarregadas de repressão a conjurações e interessadas em documentar a culpabilidade dos acusados a partir do raciocínio bastante elementar de que, se possuíam tais ou quais livros, seus donos deviam:

- ter lido tais escritos;
- ter adequado tais leituras aos problemas inerentes à situação colonial;
- ter assumido as implicações teóricas e práticas dessa leitura enquanto tomadas de consciência hostis à ordem imposta pela Metrópole. Existe assim um longo caminho a ser percorrido, até que nos livremos da prática do 'dize-me com quem andas', própria dos aparelhos repressivos de todas as épocas, como bem o comprovamos em anos recentes da nossa história.

Quanto ao terceiro item acima — a produção de livros e periódicos —, trata-se de uma questão cujo saldo é zero. Afora algumas raríssimas tentativas que apenas 'ficaram na História', sabemos perfeitamente que, por diversas vezes, as

46. R. Hussey, op. cit., pp. 28-45; E. Friero, *O diabo na livreria do cônego* (2ª ed., São Paulo, USP/Itatiaia, 1981), pp. 13-54; Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial* (Rio de Janeiro, Livro Técnico e Científico, 1979); Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822* (São Paulo, Imprensa Oficial, 1988); Gláucio Veiga, 'A biblioteca dos oratorianos', *Revista do IHGP, Recife*, vol. 50, 1978 [separata]; E. Bradford Burns, op. cit., pp. 125-127.

47. Alexander Marchant, op. cit., p. 105.

48. F. J. C. Falcon, 'Luzes e Revolução na Colônia', op. cit., p. 81.

autoridades metropolitanas opuseram-se violentamente à simples idéia de permitir-se a impressão do que quer que fosse na Colônia, de maneira que neste assunto, ou vamos em busca da Oficina do Arco do Cego em Lisboa, ou aguardamos a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, a fim de assistirmos à instalação da Impressão Régia no Rio de Janeiro.⁴⁹

Por último, fizemos menção a 'associações'. Neste particular, pelo menos, há uma história bastante rica, desde a Academia dos Esquecidos (Bahia, 1724), à Academia dos Renascidos (Bahia, 1759), passando pela dos Felizes e pela dos Seletos, prolongando-se, já sob uma orientação mais de acordo com as 'novas idéias' da época, através da Sociedade Científica do Rio de Janeiro (1772), transformada mais tarde na Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1779), oficialmente instalada somente em 1786, pouco antes de ser colocada sob o olhar inquisitorial do novo vice-rei, conde de Resende.

São muitos, alguns excelentes, os trabalhos já produzidos sobre a criação, organização, funcionamento e produção dessas diversas academias coloniais. Reconhece-se a importância que tiveram na passagem do barroco ao arcadismo literário. Sua existência revela-nos aspectos bastante significativos da presença entre nós de vários dos componentes do ideal estético das Luzes, embora modificados pela própria ambiência colonial, particularmente pela sua 'natureza'.⁵⁰

Temos aí, com certeza, uma demonstração muito clara e por vezes bastante original de como se deu no Brasil, pelo menos na literatura, a presença da Ilustração. Houve, como demonstra, por exemplo, A. Cândido, interpretações muito peculiares por parte de poetas e prosadores. Aliás, talvez por esse motivo, o próprio A. Cândido prefira situar a verdadeira Ilustração brasileira somente após a vinda de D. João VI. Em termos propriamente literários, existe bem ou mal um relativo consenso quanto às relações entre o movimento ilustrado e as manifestações literárias coloniais na segunda metade do Setecentos, com destaque para os integrantes da chamada 'Escola Mineira'. Bem mais polêmica, porém, vem a ser a questão das relações entre tais manifestações arcadistas ou neoclássicas e os primeiros sinais do romantismo, conforme se destaque ou não a sua presença já no próprio contexto iluminista de então.

Se tais foram os meios de que dispôs a Ilustração no período colonial, cumpre-nos agora indagar sobre quais teriam sido suas manifestações mais importantes. Todavia, eis aí uma pergunta bastante difícil para o historiador. Na atualidade, para que se possa começar a responder a esse tipo de indagação, é necessário recorrer a vários tipos de especialistas com os quais a nossa historiografia não tem muito contato. Ora, sem um trabalho conjunto de historiadores e outros cientistas sociais e a participação de colegas das ciências humanas, será praticamente impossível ao historiador ir além da anexação às suas 'histórias', ou de capítulos elaborados por esses especialistas, ou de sínteses produzidas a partir dos estudos e pesquisas realizados nesses outros campos das ciências do homem.

49. Carlos Rizzini, op. cit., pp. 309 ss, idem. 'Ensaio sobre o estado mental, social e político do Brasil no limiar do século XIX', em Ana Maria Moog (org.), *Moralistas do século XVIII* (Rio de Janeiro, PUC/CFC, 1979), pp. 67-77.

50. Antônio Cândido, *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*. (5ª ed., São Paulo, USP/Itatiaia, 1975), vol. 1, pp. 77 ss; José Aderaldo Castelo, *Manifestações literárias no período colonial* (São Paulo, Cultrix/USP, 1975), pp. 131 ss; Afrânio Coutinho, *A literatura no Brasil* (Rio de Janeiro, Sul América, 1968), vol. 1, pp. 301 ss; Wilson Martins, *História da inteligência brasileira*, (São Paulo, USP/Cultrix, 1976), vol. 1, pp. 299 ss; Alexander Marchant, op. cit., pp. 97-113.

Em princípio, um estudo desses, para a questão que ora nos interessa aqui, deveria abranger, pelo menos: as idéias filosóficas, as idéias e as práticas pedagógicas, e a produção literária como um todo. Em escala bem menor, poder-se-ia referir a uma certa atividade propriamente científica.

Para as idéias filosóficas, ao menos até aqui, são os historiadores da filosofia que têm a palavra.⁵¹ No caso das questões ligadas ao ensino, há alguma coisa produzida por historiadores,⁵² embora muito pouco ainda, ao lado de trabalhos de especialistas em história da educação e do pensamento pedagógico (este, por sinal, em conexão com as idéias filosóficas).⁵³ Para a literatura, a bibliografia é das mais ricas, se bem que, na sua quase absoluta totalidade, produzida por estudiosos e pesquisadores de história e teoria da literatura brasileira.⁵⁴

Leigos que geralmente somos em tais assuntos, tradicionalmente postos fora do 'território do historiador', limitamo-nos a verificar, em função de um número razoável de leituras, a existência de um relativo acordo entre tais especialistas quanto à questão que mais nos interessa — a existência da Ilustração no Brasil-colônia. Mas concluímos, também, que essa mesma presença foi, de uma forma geral, das mais limitadas nos mais diversos sentidos.⁵⁵

As relações entre Ilustração e Revolução

A — Aspectos gerais

Já aludimos ao fato de que a hipótese que postula uma espécie de encadeamento lógico e necessário entre o movimento ilustrado — denominado de 'Iluminismo' — e a 'Revolução' (identificada principalmente com a Revolução Francesa de 1789), faz parte de um tipo de visão retrospectiva da Ilustração que se baseia no tipo de discurso construído pelos próprios revolucionários, ganhando, a partir de então, ares de verdade histórica, em função de interpretações acentuadamente teleológicas do fenômeno ilustrado.

Trata-se, por conseguinte, de uma perspectiva explicativa, cujo viés anacrô-

51. Antônio Paim, *História das idéias filosóficas no Brasil* (São Paulo, Grijalbo, 1967), pp. 37 ss; U. de Oggero, 'As origens do pensamento filosófico no Brasil', *Convívio*, 1 (86), São Paulo, 1978, pp. 51-77; F. A. Campos, 'Reflexão introdutória', em A. Crippa, (coord.) *As idéias filosóficas no Brasil, séculos XVIII/XIX* (São Paulo, Convívio, 1978), pp. 41-57; Paulo Mercadante, 'As raízes do ecletismo brasileiro', em A. Crippa, op. cit., pp. 59 ss; Alcides Bezerra, 'A filosofia na fase colonial', em Ana M. Moog Rodrigues, *Moralistas do século XVIII* (Rio de Janeiro, PUC/CFC, documentário, 1979), pp. 79-102; Antônio Paim, (org.), 'O nascimento da moderna pedagogia: Verney', op. cit.

52. José Ferreira Carrato, *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais* (São Paulo, USP/Ed. Nacional, 1968); Hélio A. Avellar, op. cit., pp. 185 ss; Laerte R. Carvalho, op. cit.; A. J. Larcombe, op. cit.

53. Luís Antônio Cunha, op. cit.; Antônio Paim, 'O nascimento da moderna pedagogia', op. cit.; Fernando Azevedo, *A cultura brasileira* (São Paulo, USP/Melhoramentos, 1971); Anísio Teixeira, *Educação no Brasil* (São Paulo, Ed. Nac. 1969); Júlio César de Faria, *Da fundação das universidades ao ensino na Colônia* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1952); Laerte R. de Carvalho, 'A educação e seus métodos', em Sérgio B. Holanda e Pedro M. Campos, 'A época colonial', tomo I da *História geral da civilização brasileira* (São Paulo, Difel, 1968), 2º vol., pp. 72 ss.

54. Cf. nota 50.

55. Um deles, por exemplo, seria avaliarmos o sentido mais ou menos exato das reformas pedagógicas como expressões realmente ilustradas, inclusive seu alcance preciso. Outro consistiria em aprofundarmos a análise do conceito de natureza, tal como o encontramos, por exemplo, em Gonzaga, isto é, num sentido bem mais escolástico que propriamente ilustrado. Ou ainda, verificarmos a leitura de Locke típica do ecletismo — sem o empirismo e num sentido que se poderia intitular de 'cartesiano'.

nico é evidente e que não nos fornece o campo semântico exato da palavra 'revolução' no contexto do Setecentos. O que aqui nos interessa é a compreensão das várias significações então associadas a essa palavra, antes e após o 'início' da Revolução de 1789, particularmente no interior do pensamento ilustrado.

Dois tipos de problemas encontram-se em jogo: um deles nos remete às concepções de 'revolução' existentes anteriormente a 1789 e, em seguida, às concepções forjadas por aqueles que foram contemporâneos do seu acontecer histórico; o outro problema reveste a forma de um processo intelectual e mental: a maneira pela qual o sentido de 'revolução' presente no pensamento das 'Luzes' se articula com as tomadas de consciência contemporâneas da Revolução propriamente dita.

Por ora, o segundo problema fica apenas enunciado, pois, em sua essência, está incluída a conhecida discussão sobre a Revolução Francesa entendida em termos de ruptura ou de continuidade, tema preferido dos debates em andamento entre os 'revisionistas' da historiografia revolucionária e os seus adversários. Nosso interesse aqui ficará limitado ao primeiro problema.

A Revolução no contexto intelectual das Luzes

A palavra 'revolução', tirada da astronomia, onde significava o retorno de um astro ao seu ponto de partida, foi aplicada ao campo das instituições e dos processos políticos, nos séculos XVII e XVIII, com duas conotações básicas: continuidade, dentro de um esquema cíclico que admite a alternativa de passagens de um regime político a outro; fatalidade, ou determinismo que é imposto ao homem. É dentro dessa ordem de significações que a palavra aparece em autores como Condillac e Montesquieu e foi assim que se fixou na Inglaterra a noção de 'Revolução Gloriosa'. Somente aos poucos, a idéia de 'revolução' foi sendo associada a 'ruptura' e à existência de um 'projeto racional'. De um modo geral, ao longo do Setecentos, os filósofos tenderam a pensar a revolução como algo inelutável (Voltaire, Rousseau, Holbach, Raynal), segundo a ordem natural das coisas, mas não necessariamente violento e anárquico.

Embora existisse no contexto da Ilustração, segundo Gusdorf, uma tomada de consciência a respeito da possibilidade de importantes transformações no quadro da ordem tradicional, supunha-se, a partir do pressuposto de uma racionalidade imanente, que elas seriam naturais e pacíficas. Para eles, a ruptura seria assim uma continuidade, e foi nesses termos que Kant a saudou. Teria sido impossível aos filósofos prever que a revolução, na França, seria um fato ao mesmo tempo 'novo' e também violento.⁵⁶

Com a Revolução Francesa, portanto, a idéia de 'revolução' tende a assumir suas conotações mais modernas. Ela associa à idéia de ruptura um outro elemento fundamental: a ação racional do homem. Além disso, essa revolução se define como um novo começo, radical, associado a uma rejeição não menos radical de todo o passado — o Antigo Regime. Segundo Arendt, a revolução em seu novo sentido constitui a afirmação de uma nova legitimidade (racional, contratualista, representativa), e de uma nova liberdade. Neste último aspecto, segundo a mesma autora, coube à Revolução levar às suas últimas conseqüências

56. G. Gusdorf, *Les principes de la pensée au siècle des lumières* (Paris, Payot, 1971), pp. 414-428; F. J. C. Falcon, 'Iluminismo', op. cit., pp. 85-88; R. Koselleck, *Crítica iluminista e crise della società borghese* (Bologna, Il Mulino, 1972); Hannah Arendt, 'Sobre la Revolución' (Madrid, Rev. de Occidente, 1967), pp. 27-66.

um dos princípios mais caros ao Iluminismo — o da liberdade. Não mais as liberdades em sentido negativo, mas sim a sua afirmação positiva, esta sim, essencialmente revolucionária.⁵⁷

Contrariando o otimismo filosófico, pacifista e cosmopolita dos 'filósofos', a Revolução, ao levar às suas últimas implicações certos princípios ilustrados, abriu espaço para a guerra e para a violência em geral, cujo paradigma seria o terror — "despotismo da liberdade", segundo Robespierre, ou traição e degenerescência em relação aos ideais das Luzes, no entender de muitos de seus contemporâneos.

'Revolução', a partir da década de 1790, passou a significar, para os contemporâneos, a negação do absolutismo enquanto legitimidade baseada no direito divino dos reis; a irreligiosidade, deísta ou atesta, pouco importava, francamente hostil a todas as igrejas, especialmente à Católica Romana; o jacobinismo, como sinônimo de intolerância e espírito sanguinário, isto é, terror absoluto; ação demolidora de sociedades secretas, como lugar por excelência de todas as maquinações satânicas voltadas à destruição da ordem monárquica e dos valores cristãos.

Mas não se trata apenas da idéia de 'revolução'. Outras idéias ou temas, muito mais frequentes no discurso iluminista do que a idéia de revolução, têm importância fundamental para esta nossa análise: o anticolonialismo, em associação quase sempre com o antiescravidão e a condenação do tráfico de escravos africanos; o antiescolasticismo; o antiabsolutismo.

Antes de referirmos o tema mais importante — o do anticolonialismo — indiquemos brevemente as principais características dos demais: o antiescolasticismo, fruto da profunda confiança depositada no racionalismo em sua vertente cientificista empirista, de forte viés naturalista, traduziu-se na crítica cerrada ao aristotelismo e na rejeição do argumento baseado na autoridade fixada pela tradição; contra o ensino livresco propugnava-se uma prática experimental e dava-se ênfase a uma concepção sensualista da natureza humana e do próprio conhecer; em lugar dos valores transcendentais, impunha-se, em nome da razão, a defesa de valores imanentes, universais e eternos, indissociáveis da chamada natureza humana.

O antiabsolutismo, ao contrário, constituiu-se habitualmente em lugar de muitas ambigüidades. Para um certo setor do pensamento ilustrado, mais propenso ao reformismo, era racional e justo propor o ideal do príncipe 'iluminado' pelas luzes da razão, o 'legislador' por excelência, aquele que colocaria em prática os ensinamentos dos 'filósofos', seus preceptores intelectuais; esta era a vertente do 'absolutismo ilustrado', como vimos. Mas havia, em outros setores do pensamento ilustrado, uma tendência a assimilar absolutismo e tirania, ou despotismo, como formas políticas igualmente condenáveis por trazerem em si a negação da liberdade, a usurpação da soberania e a manutenção de uma sociedade intrinsecamente desigual e injusta, manchada indelevelmente pela ausência da representação e da participação políticas, entendidas como as únicas maneiras racionais de opor limites ao arbítrio dos governantes. Em resumo, o pensamento político ilustrado oscila, ou hesita, entre a conciliação com o existente e a sua total rejeição; reformismo e revolução aparecem como propostas igualmente racionais e historicamente possíveis.⁵⁸

57. Hannah Arendt, *op. cit.*, pp. 48-53; G. Gusdorf, *op. cit.*, pp. 428-447.

58. F. J. C. Falcon, 'Despotismo esclarecido', *op. cit.*, pp. 17-21.

Já a questão do anticolonialismo necessita uma análise mais atenta de nossa parte, dada a importância que possui para as colônias ibéricas.

No interior da visão antropológica das Luzes, a questão das colônias tende a aparecer de maneira fragmentada, sem a coerência lógica que possui para nós hoje, por exemplo, o conceito de sistema colonial. Em parte, a questão colonial surge como subsidiária de outro tema, o da liberdade, este sim, fundamental para o Iluminismo. Em nome de uma liberdade que concebem como direito inerente à natureza do homem, os filósofos da Ilustração abordam a condição das humanidades coloniais, sobretudo dos autóctones e dos negros, submetidos às diversas formas de trabalho compulsório impostas pelos colonizadores.

Em muitos casos, no entanto, a questão essencial da liberdade é ofuscada pela perspectiva humanitária e filantrópica do pensamento ilustrado. Tratava-se de denunciar, acima de tudo, os abusos cometidos pelos colonizadores contra os 'selvagens' do Novo Mundo. O discurso ilustrado de Voltaire, Montesquieu e Raynal resgata, como ficou visto, o teor das denúncias e acusações de Las Casas (século XVI), utilizando os mesmos argumentos e evidências, apenas com a diferença de que o mais importante agora é desnudar a hipocrisia eclesiástica. Como demonstra M. Duchet,⁵⁹ o pensamento iluminista não consegue ver o indígena e o escravo senão como objetos, jamais como sujeitos; a denúncia dos abusos cometidos contra esses seres humanos tem uma função especular — trata-se de um espelho que reflete do além-mar as mazelas de uma sociedade que é européia, 'civilizada', ao mesmo tempo que projeta a imagem do tipo de humanidade concebida em termos ideais, não pervertidos, isto é, a imagem do 'bom selvagem'.

A exaltação filosófica do indígena americano e a crítica aos abusos dos colonizadores europeus que se expressa na defesa da liberdade do primeiro funcionam como recurso argumentativo destinado a expor aquilo que se deseja combater: a tirania, o arbítrio, e o despotismo existentes na Europa. A defesa da liberdade do índio e do negro era uma das formas ilustradas de criticar os males existentes na própria Europa.

Diante do problema que se coloca perante o pensamento ilustrado em função da existência mesma das colônias, há alguns percursos que interessam ao historiador diferenciar.

Existe, por exemplo, num desses percursos, uma certa concepção que ressalta na realidade colonial a presença de uma dupla injustiça: a primeira seria a desigualdade dos direitos dos colonos quando comparados aos dos seus próprios compatriotas das metrópoles; a segunda consistiria na negação da liberdade, por esses mesmos colonos, vítimas da primeira injustiça, aos indígenas e escravos negros, agravada por uma exploração cruel e um tratamento desumano, particularmente em relação aos negros. Havia, portanto, uma dupla desigualdade e uma negação de liberdade, ambas irracionais e portanto condenáveis.

Tomando-se agora outro percurso que é aquele típico dos governos ilustrados, vamos encontrar, logo de início, uma associação, estranha apenas na aparência, entre Mercantilismo e Ilustração. Em tais casos, longe de nos depararmos com a rejeição das idéias e práticas mercantilistas — típica da Ilustração no plano político-econômico —, vamos ter o seu reforçamento e, por conseguinte, o fortalecimento do sistema colonial mercantilista. Em tais condições, as pers-

59. Michèle Duchet, *Anthropologie et histoire au siècle des lumières* (Paris, Maspéro, 1971), pp. 137 ss.

pectivas ilustradas de inspiração humanitária ou filantrópica são possíveis apenas se não puserem em risco o sistema colonial. É esta situação que F. Novais analisa em termos de "defesa do patrimônio" colonial,⁶⁰ uma vez que se tratava de uma verdadeira imposição, na medida que tal defesa era inseparável da própria sustentação do absolutismo metropolitano. Neste caso, poder-se-ia exemplificar com a governação pombalina que, em relação ao princípio da liberdade inscrito no Iluminismo, encontrou seu campo de aplicação sob a forma de concessão de liberdade "aos índios do Brasil" e aos escravos negros existentes em Portugal.⁶¹

Finalmente, seguindo-se um percurso que se localiza no núcleo mesmo da Ilustração, conviria não esquecer que a defesa das colônias teve também bons advogados no século das Luzes, tais como John Law, J. Melon, e, para surpresa de alguns, ainda hoje, a própria *Enciclopédia* — no verbete 'colônias' — resume à perfeição a concepção tipicamente mercantilista, embora seja verdadeiro o fato, ressaltado por F. Novais, de que em outros verbetes como 'escravidão', 'monopólio' e mesmo 'negros', as definições indicam uma atitude de crítica e denúncia.⁶²

Foi portanto sob formas variadas e em momentos distintos que o pensamento ilustrado debruçou-se sobre determinados aspectos da colonização europeia. Em Voltaire, por exemplo, a atenção se concentra nos abusos, na exploração do homem submetido ao trabalho compulsório; em outros era sobretudo a escravidão negra e o tráfico; em vários autores a questão maior vinha a ser a má administração das colônias pelas metrópoles. No entanto, apesar de todas essas críticas em estilo de denúncias, o pensamento ilustrado não se coloca a questão da colonização em si. Em geral, a crítica ilustrada se dirige àqueles aspectos da realidade colonial — ausência de liberdade, negação da igualdade — que são negações de princípios universais, mas sem inseri-los no todo que é a existência das próprias colônias.

Como consequência dessa postura da crítica ilustrada, o alvo principal, ou bode expiatório, tende a ser a administração das colônias, como agente direto ou espectador passivo dos abusos ali cometidos. Isto abre a perspectiva de solução que mais se identifica com o pensamento da Ilustração: a introdução de reformas capazes de assegurar aos habitantes das colônias os direitos fundamentais do homem. É o cosmopolitismo filosófico em plena luta para instaurar a igualdade de direitos entre os seres humanos. Mas não se trata de reformar a ponto de abolir a colônia como tal. Raramente esta última posição chegou a aflorar realmente — seria, aí sim, a perspectiva realmente revolucionária.⁶³

De acordo com a síntese proposta por Merle somente alguns autores, ou certos textos de determinados autores, fizeram a crítica da colonização propriamente dita. Essas críticas corresponderiam a duas atitudes básicas:

- a negação das colônias a partir de princípios abstratos, como racionalidade e legitimidade;
- a rejeição baseada em argumentos claramente utilitaristas.

60. Fernando A. Novais, op. cit., p. 136.

61. F. J. C. Falcon, e Fernando A. Novais, 'A extinção da escravatura africana em Portugal...'. Separata dos Anais do IV simpósio da ANPUH, São Paulo, 1973; F. J. C. Falcon, 'A época pombalina', op. cit., pp. 396-399.

62. Apud Fernando A. Novais, op. cit., pp. 146-147; R. Mesa e M. Merle, *El anticolonialismo europeo. Desde Las Casas a Marx* (Madri, Alianza, 1972), p. 22.

63. Fernando A. Novais, op. cit., p. 147; M. Merle e R. Mesa, op. cit., pp. 21-22.

Os autores do primeiro grupo suspeitam da existência de uma certa irracionalidade no processo de incorporação forçada de outros povos — as conquistas são sempre inúteis além de perigosas e imprudentes para quem as realiza. Nesse discurso prepondera, de fato, a condenação da guerra em nome do pacifismo.

Alguns, no entanto, foram mais além:

— não haveria nem legitimidade nem justiça na colonização, pois se trata de uma negação dos direitos dos povos subjugados;

— apoiando-se apenas no direito da força, as colônias deixam aos colonizados o mesmo direito — a insurreição, ou seja, o uso da força para se libertarem da opressão. Nesta posição se situam Rousseau e o abade Raynal, daí, provavelmente, sua grande aceitação entre os habitantes das colônias americanas em fins do século XVIII.⁶⁴

Entre os autores do segundo grupo, trata-se de responder a um outro tipo de pergunta: para que servem as colônias?

As respostas dividem-se em dois conjuntos, conforme atribuem maior ênfase aos aspectos econômicos ou aos de natureza política. No primeiro caso, situam-se os autores que, como Montesquieu, Voltaire, Mirabeau, entre outros, apontaram o povoamento das colônias como prejudicial às metrópoles, por despojar estas últimas, ora em termos quantitativos, ora em termos qualitativos; afinal, é a conclusão, é um esforço sempre inútil, pois, mais cedo ou mais tarde, as colônias quererão emancipar-se.

Os críticos mais importantes da colonização, porém, do ponto de vista econômico, foram os fisiocratas — Quesnay, Turgot, Mirabeau — que destacaram o caráter artificial do comércio colonial e os prejuízos causados ao conjunto da coletividade por uma política favorável a alguns poucos; e, ainda, os iluministas escoceses, representados por Adam Smith, cuja crítica concentrou-se nos aspectos negativos do chamado pacto colonial. Bentham, por sua vez, apontou o caráter ilusório dos lucros produzidos pelas colônias e propôs a supressão imediata de todas elas.⁶⁵

Em resumo, sob o prisma econômico, condena-se a existência das colônias tanto em nome da liberdade do comércio quanto em função da teoria dos investimentos — o artificialismo dos privilégios protectionistas que agridem as leis naturais da economia. A colonização nega a racionalidade econômica, ela é exatamente uma autêntica manifestação de irracionalidade.

Quanto àqueles que empreenderam uma crítica da colonização a partir de argumentos políticos, são acordes seus principais porta-vozes em afirmar que as colônias enfraquecem o poder das metrópoles em troca de uma autêntica quimera. Com variantes, tais são as conclusões de Mirabeau, A. Smith e Turgot.⁶⁶

Conclui-se assim que, às vésperas de 1789, o anticolonialismo, apesar de constituir para Y. Benot uma das dimensões autenticamente revolucionárias do pensamento ilustrado — pois lograra articular um respeitável repertório de argumentações de variados tipos para condenar a colonização —, apresentava, de fato, algumas perplexidades.⁶⁷ Enquanto os idealistas se haviam fixado numa concepção individualista, civada de sentimentalismo, na qual não havia lugar para os direitos das colônias, os economistas, mais utilitaristas, põem em questão tanto a dominação econômica quanto a dominação política exercida pelas

64. M. Merle e R. Mesa, *op. cit.*, pp. 103 ss.

65. *Idem*, *ib.*, pp. 109 ss; F. A. Novais, *op. cit.*, pp. 148-149.

66. F. A. Novais, *op. cit.*, pp. 149-150.

67. Yves Benot, *Diderot, de l'athéisme à l'anticolonialisme* (Paris, Maspéro, 1970).

metrópoles — aí, sim, fazia-se a total rejeição da colonização em si — ou seja, do sistema colonial.

O anticolonialismo e a Revolução Francesa

A eclosão do processo revolucionário francês colocou seus principais líderes diante de sérias dificuldades ao abordarem os problemas coloniais. Não dispondo de uma concepção homogênea e coerente acerca dos colonos e das colônias — vimos acima como havia um razoável leque de posições no seio do movimento ilustrado —, os revolucionários acabaram por se preocupar, como bons liberais que eram, com questões pontuais: direitos dos negros e mestiços, libertação dos escravos, proibição do tráfico. Paralelamente, tiveram que dedicar muito tempo de sua atuação a discutir e eventualmente rechaçar certas pretensões dos colonos em matéria da respectiva representação nas assembleias metropolitanas. A questão crucial, a ruptura das colônias com a Metrópole, jamais se colocou concretamente como direito dos habitantes das colônias. Tal incapacidade — ou impossibilidade — de pensar a emancipação das colônias, substituindo-a pela emancipação de certas categorias de habitantes dessas mesmas colônias, acabou levando a Revolução a justificar, de algum modo, uma teoria de assimilação, consequência natural da ênfase individualista nos direitos do homem.⁶⁸

Poucos foram aqueles revolucionários que se alçaram ao nível de uma reflexão mais abrangente sobre o destino das colônias e, mesmo aí, embora posta em jogo a eventualidade da ruptura dos laços de dependência política, sua concretização tendia a ser projetada num futuro distante como consequência natural de uma lenta evolução, concebida, esta última, em termos nitidamente paternalistas — um processo civilizatório a ser efetuado a partir da superioridade cultural da Metrópole.⁶⁹

Importa notar, por último, que ocorreu com o anticolonialismo da Ilustração o mesmo que já assinalamos para suas demais formas de pensamento: na Europa predominou, pelo menos até 1789, a leitura da Ilustração num sentido essencialmente reformista; nas colônias da América, ao contrário, tal leitura tendeu a pôr em relevo o sentido revolucionário que denominamos de Ilustração Política. Num e noutro caso, é claro, o fato de ter havido o predomínio de uma leitura não significa a completa exclusão ou ausência da outra. Finalmente, na própria Revolução Francesa, observamos que houve uma leitura reformista do anticolonialismo, em contraposição à sua leitura revolucionária do lado de cá do Atlântico. E, mais uma vez, sem que cada uma de tais leituras signifique a eliminação da outra.⁷⁰

Ilustração e Revolução nos países ibéricos

Tanto em Portugal quanto na Espanha, o historiador pode tentar estabelecer uma relativa distinção entre fases com características próprias no interior do processo global que articula a crise do Antigo Regime e a do antigo sistema co-

68. M. Merle e R. Mesa, *op. cit.*, p. 30.

69. *Idem, ib.*, pp. 30-31.

70. F. A. Novais, *op. cit.*, pp. 145, 158.

lonial em tais sociedades, tendo como seus referenciais a Ilustração e a Revolução.

No caso português, entre a queda de Pombal, em 1777, e a invasão francesa ordenada por Napoleão Bonaparte, em 1807, medeia uma época das mais importantes e ricas em vários sentidos. Já no caso espanhol, entre o final do reinado de Carlos III (1788) e os acontecimentos de 1808, que marcam o início da guerra da Independência (contra a dominação napoleônica), situa-se o reinado de Carlos IV, repleto de intrigas palacianas e relações desencontradas com a França revolucionária que culminam na política de Godoy e seus partidários 'afrancesados', último lampejo, apesar de tudo, do progressismo iluminista do Setecentos espanhol.⁷¹

Em Portugal, após a 'Viradeira', agitação de superfície, sem profundidade efetiva, desenha-se um período, analisado exaustivamente por F. Novais⁷² no qual a Ilustração irá ter um centro de assimilação e adequação às realidades portuguesas na Academia Real das Ciências. Trata-se de um movimento ilustrado luso-brasileiro, cientificista e pragmático, bem diverso do que se vira na época pombalina. Suas principais linhas de pensamento e de ação configuram uma política colonial que, embora fosse ainda mercantilista, assimilava os elementos novos do pensamento da época, sobretudo o incentivo à produção, inclusive na Colônia, sem abrir mão evidentemente do patrimônio e do "exclusivo".⁷³

Esta época foi decisiva, em vários sentidos, para o mundo luso-brasileiro. Na Metrópole, intelectuais, políticos e administradores buscavam saídas reformistas para a crise do antigo sistema colonial e, ao mesmo tempo, tentavam enfrentar as ameaças à sobrevivência do Antigo Regime representadas pela difusão das idéias da Revolução Francesa e pela ação de seus propagandistas e agentes, estes por sua vez aglutinados em sociedades secretas, sobretudo a Maçonaria.⁷⁴ Um período essencial para o estudo e análise do 'encontro' da Ilustração com a Revolução.

Na Espanha, a possibilidade de uma política consistente foi inviabilizada pela debilidade do poder monárquico, entregue a intrigas palacianas e às voltas com manobras diplomáticas e guerras desastrosas, primeiro contra a França revolucionária e, depois, com a Inglaterra. Em contraste com tal ambiente político, a cultura espanhola viveu um período bastante original, ao mesmo tempo em que as 'idéias francesas', apesar das proibições oficiais, ou, como afirmam alguns historiadores, exatamente por causa de tais atitudes obscurantistas, iam obtendo uma audiência crescente nos meios intelectuais em geral, sobretudo nas camadas burguesas. Importa, finalmente, atentar-se para a diferença das situações que iriam resultar do expansionismo napoleônico, em 1807-1808: a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro; as disputas entre Carlos IV e o príncipe herdeiro, Fernando, que facilitaram, afinal, a prisão de toda a família real em Baiona, por ordem de Napoleão Bonaparte, e a colocação do seu irmão, José, no trono espanhol.⁷⁵

71. E. Fernández de Pinedo, et alii. 'Centralismo, Ilustración y agonía del antiguo régimen', *Historia de España*, dirigi. por M. Tuñón de Lara (2ª ed., Barcelona, Labor, 1987) tomo 7, pp. 249 ss.

72. F. A. Novais, *op. cit.*, pp. 224, 239.

73. *Idem*, *ib.*, pp. 220, 224, 239.

74. Graça Dias e J. S. da Silva, *Os primórdios da maçonaria em Portugal* (Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980), tomo 1, vol. 1, pp. 571 ss.

75. E. Fernández de Pinedo, et alii *op. cit.*, pp. 363 ss e p. 384; Gonzalo Anes, 'El antiguo régimen':

Ilustração e Revolução na América dos ibéricos

1 - A América dos espanhóis.

A Ilustração alcançou um alto nível de desenvolvimento nas colônias espanholas durante o meio século anterior às lutas pela emancipação política. As principais idéias ilustradas — sobretudo a crença na existência de princípios naturais eternos e universais — conquistaram mais e mais adesões nos círculos letrados, substituindo-se o princípio da autoridade pela crítica filosófica e pelo entusiasmo em relação à ciência, levando ao descrédito os textos aristotélicos cada vez mais convertidos em alvos prediletos dos intelectuais dos principais centros hispano-americanos a quem parecia totalmente absurda uma 'física' divorciada do espírito experimental.⁷⁶

A superação do aristotelismo foi, no entanto, um processo gradual, começando com releituras e adaptações antes de atingir a rejeição pura e simples. Com frequência, num mesmo intelectual convivem, por certo tempo, as duas perspectivas. A força de resistência da inércia, principalmente nas universidades coloniais, retardou o ritmo de difusão das novas idéias, contando a seu favor com algumas formas de oposição: a Inquisição manifestou-se em certas ocasiões através de sobressaltos persecutórios contra escritores e mestres, sobretudo em Lima, Caracas e Bogotá, mas faltou-lhe uma política continuada e consistente, particularmente no México. A maior quantidade de ações antiiluministas ocorreu provavelmente no Peru, por iniciativa do arcebispado, nas duas últimas décadas do século. Todavia, apesar do radicalismo das posições em confronto, com acusações e denúncias às autoridades civis, verifica-se que os tempos já eram bem diferentes; a oposição ao Iluminismo já não podia mais partir para a supressão pura e simples dos seus adversários, limitando-se a tentar destituí-los de suas funções ou calar os seus veículos de expressão. Para os espíritos modernos, o perigo residia, agora, numa identificação, sempre possível, entre certas críticas ilustradas e a ordem política existente. A repressão, tal como na própria Espanha, preocupar-se-á, cada vez mais, com as implicações 'subversivas' de determinadas formas de pensamento ilustrado.⁷⁷

Nem todo tipo de pensamento conservador foi evidentemente abolido e substituído por idéias ilustradas. Continuou a existir uma oposição cujos representantes correspondiam, grosso modo, a dois tipos: pessoas incultas, incapazes de distinguir entre idéias novas e antigas e que simplesmente continuaram com as estruturas mentais consolidadas por uma longa tradição; e os intelectuais, a quem desagradavam certos excessos da crítica ilustrada, radicais em demasia para espíritos que preferiam ficar num meio termo entre os 'antigos' e os 'modernos'.⁷⁸

Na realidade, os adeptos da Ilustração tiveram que defrontar-se não só com as forças repressivas mas, talvez até mais, com a resistência inercial dos hábitos mentais e culturais solidamente cristalizados nessas sociedades coloniais. Residiu aí, provavelmente, a principal causa do chamado hiato cultural entre a vanguarda da Ilustração na Europa e seus adeptos na América, hiato que, de início, corresponderia ao tempo de uma geração, diminuindo porém aos poucos até

Los Borbones, *Historia de España* (2ª ed., Madri, Alianza, 1976), vol. 4, pp. 414 ss e p. 447.

76. J. T. Lanning, *op. cit.*, pp. 76-78.

77. *Idem*, *ib.*, pp. 85-88.

78. *Idem*, *ib.*, p. 89.

que, por volta de 1800, havia praticamente desaparecido. Neste assunto, tal como nos demais que foram abordados, o grande problema continua a ser a necessidade de maiores pesquisas capazes de substituírem, aos poucos, os dados mais ou menos pontuais que têm sido os únicos utilizados até agora pelos historiadores.

... iremos encontrar poucos traços das doutrinas de 1789, mas uma abundância de traços de Descartes, Gassendi, Newton, Condillac e Locke. Na realidade, portanto, os americanos não apenas receberam a Ilustração; eles a reproduziram a partir das mesmas fontes utilizadas por seus expoentes europeus.⁷⁹

Em face da difusão das idéias ilustradas em suas colônias, qual a atitude tomada por Madri? De imediato, como seria de esperar, tentaram banir as novas idéias, proibindo determinados livros, jornais, cópias da declaração de Independência dos Estados Unidos, o que não impediria, por exemplo, a enorme presença de textos políticos norte-americanos na formação de muitos líderes da emancipação, já no começo do século XIX. Desenha-se aí um processo dos mais significativos em termos de relações, nas colônias espanholas, entre cidadãos norte-americanos — diplomatas, comerciantes, cientistas, jornalistas — e seus colegas hispano-americanos. O crescente comércio da América do Norte com os principais portos coloniais ajudou bastante essa tendência, sobretudo em função das constantes guerras que marcaram o mundo ocidental a partir da Revolução Francesa. O bloqueio continental, a invasão da Espanha pelos franceses, a reação espanhola deixaram praticamente entregues à sua própria sorte os colonos da Hispano-América.⁸⁰

Que a Ilustração não implicava, fatalmente, a ruptura com a Metrópole, é evidente, embora significasse o começo de um processo de reflexão crítica e tomada de consciência que incluía, também, ao menos como hipótese, a 'revolução'. Em se tratando de colônias, tal 'revolução' significaria, basicamente, a emancipação política. Historicamente, aquilo que poderia aparecer como um perigo potencial, mas não inelutável, em nível intelectual, transformou-se numa tendência imbatível. A conjuntura internacional do final do século XVIII e do começo do século XIX foi decisiva para essa transformação. Resta ao historiador indagar se, e até que ponto, a Revolução, ao impor sua própria lógica aos acontecimentos coloniais, concretizou ou esmagou os principais objetivos da Ilustração. Segundo Whitaker, tal indagação implica um novo balanço: o do papel passivo e ativo representado por essa mesma América no panorama cultural do mundo ocidental no Oitocentos.⁸¹

A Ilustração constituiu, em síntese, um elemento intelectual e politicamente decisivo na formação da geração de homens que a partir de 1808 passou a liderar a luta pela independência das colônias espanholas. Livros como *O contrato social*, de Rousseau, o *Traçado sobre as sensações*, de Condillac, a *História filosófica e política das duas Índias*, do abade Raynal, os escritos de Mably, Quesnay, Locke, Bayle, Voltaire, Diderot, ao lado daqueles de origem norte-americana, foram as fontes ideológicas da 'revolução' anticolonial. Ainda que se possa afirmar que a penetração social de tais ideologias era quantitativamente muito reduzida, fica de pé a evidência de que, nos círculos intelectual e política-

79. Idem, ib., p. 90.

80. Bernstein, op. cit., pp. 64-69.

81. Idem, ib., pp. 19-20.

mente mais representativos da América, ela foi considerável.⁸² O exame acurado do porquê de uma penetração tão rarefeita, assim como das formas que ela assumiu concretamente ao longo dos caminhos trilhados pelos diferentes processos de independência das colônias americanas, é assunto que extrapola, evidentemente, os limites deste texto.

2 - Ilustração e Revolução no Brasil-colônia

No Brasil colonial, tal como nas colônias de Espanha, os reflexos, por vezes, apenas refletem outros reflexos. Os grandes acontecimentos em curso na Europa e na América do Norte, nas três últimas décadas do Setecentos, repercutem ora direta, ora indiretamente, como idéias e como invasões, neste último caso, ou seja, aquém dos Pirineus, produzindo a partir daí novos reflexos.

A chamada elite intelectual existente nas colônias travou contato, de uma forma ou de outra, ainda que freqüentemente com atraso, com os textos ilustrados que punham sob a mira da crítica universal todos os aspectos constitutivos da visão de mundo tradicional fundamentada na autoridade dos 'antigos'. Lendo os livros, tentando decifrar-lhe os múltiplos sentidos, os ilustrados coloniais pinçaram, ao longo de tais leituras, as idéias que lhes pareceram mais capazes de dar expressão e consistência adequadas aos seus próprios modos de ser e estar 'em colônias' — tudo aquilo que expressava criticamente as diferenças e sujeitos inerentes à existência colonial. Das intuições iniciais, fruto dos primeiros clarões, talvez algo confusos, do entendimento ilustrado chegou-se, aos poucos, apesar de todas as dificuldades opostas pela situação colonial, à iluminação dos motivos, à 'racionalidade' das críticas, à clarificação dos objetivos a alcançar.

A Ilustração operou a favor de tomadas de consciência, mais ou menos profundas e coerentes, da injustiça inerente à situação colonial, fornecendo-lhes, também, os instrumentos com que se iria lhes dar expressão: os princípios e direitos afirmados pelo 'esclarecimento' então em curso nas 'nações civilizadas da Europa'.

No Brasil, são essas tomadas de consciência que estão nas raízes das inquietações que tendem a generalizar-se nos fins do século XVIII. Embora marcadas por inúmeras nuances individuais, regionais e mesmo epocais, são elas que fundamentam as conjurações reais ou apenas supostas desse período da história colonial brasileira. Em todas as situações, Ilustração e Revolução tendem a estar presentes, não, é claro, como seres ou agentes metafísicos que detêm o controle do próprio devir colonial, mas como repertório de idéias, algumas eminentemente críticas, outras mais construtivas, todas elas conduzindo a uma conscientização, de uma pequena elite, é verdade, cujo alvo é a situação colonial.

Reencontraremos, assim, na visão de mundo colonial, porém em contexto bem diverso, o problema das relações entre a Ilustração e a Revolução enquanto continuidade e/ou ruptura. Se a leitura da Ilustração privilegiou, nas colônias, o sentido mais radical das propostas ilustradas, nem assim deixaram de existir, lado a lado, leituras mais ajustadas à realidade existente e voltadas para sua mudança progressiva em moldes reformistas.

Mais decisivo, no entanto, é podermos precisar o sentido mesmo da idéia de 'revolução' no ambiente colonial e definirmos os limites que o caracterizam como forma de pensamento. Para chegarmos a uma análise desse tipo, há ainda um imenso trabalho à nossa frente. Pouco sabemos, por exemplo, do tipo de lei-

82. R. Hussey, *op. cit.*, pp. 47-49.

tura que as elites coloniais fizeram dos textos que, segundo se supõe, foram os seus preferidos; há aqui uma tarefa de contextualização que mal começou a ser executada pelos historiadores. Sem ela, no entanto, jamais poderemos precisar a verdadeira interação dessas leituras com os vários tipos de determinações: gerais, regionais e locais, e também estruturais e conjunturais, presentes na crise do antigo sistema colonial.

Felizmente, quanto a tais problemas, a historiografia brasileira das últimas décadas tem demonstrado capacidade e sensibilidade quanto às investigações e análises das relações entre as idéias ilustradas e o problema da 'revolução' na colônia. Estamos, hoje, bem distanciados tanto das explicações de cunho meramente reflexo quanto das abordagens 'patrióticas' que tradicionalmente juntaram num mesmo saco 'revoltas nativistas' e 'inconfidências' ou conjurações. A ênfase tende a ser, cada vez mais, centrada na especificidade da situação colonial.

Tivemos no Brasil, pelo menos até o final de 1970, explicações dos problemas que assinalam a crise da dominação portuguesa cuja matriz era constituída pela idéia de "revolução do mundo ocidental", proposta inicialmente por Godechot e Palmer para o "mundo atlântico". Aos poucos, especialmente na última década, tem havido uma acentuação da tendência explicativa centrada na análise das manifestações de inquietação do Brasil-colônia a partir de um conhecimento mais preciso das especificidades coloniais, sem descurar, naturalmente, de sua inserção no sistema colonial.

Existem também, como é natural, os historiadores que continuam a identificar, genericamente, como 'revolucionárias', todas as formas de manifestação do descontentamento reinante na Colônia em face da exploração metropolitana. Indo além, alguns desses historiadores creditam essas 'inquietações' a influências externas cuja síntese é dada pela idéia de 'revolução'. Assim, esta última constituiria algo como uma força ou ser misterioso que estaria como que 'pairando no ar', colocando em permanente pânico os mantenedores da ordem existente.

Quanto a nós, é no mínimo curioso observar como a velha concepção, tão cara a Metternich, de uma entidade como essa — 'a revolução' — de contornos imprecisos, mas tremendamente eficaz para mobilizar aqueles que se sentiam por ela ameaçados, tenha vindo a ser utilizada entre nós para significar justo o contrário, sem perder, no entanto, suas características metafísicas essenciais.

Por outro lado, o estudo e análise das referidas manifestações coloniais resentem-se muito ainda da influência de certos componentes político-ideológicos que dificultam o trabalho científico. A presença desses componentes torna-se mais evidente por ocasião de eventos comemorativos como os atuais, porém, na verdade, sempre existiram. Trata-se de um problema que não é específico do período da história que estamos abordando, pois se estende ao conjunto da História do Brasil enquanto identificada com a 'nação', a 'pátria', e, portanto, com o nacionalismo e o patriotismo. Por exigência de tais preocupações ideológicas, determinados 'acontecimentos' do nosso passado foram 'resgatados' à realidade que lhes era própria e guindados à categoria de sinais ou prenúncios de um porvir 'nacional', ao mesmo tempo em que os agentes históricos que deles participaram se converteram em heróis ou vultos patrióticos merecedores de um lugar de destaque no 'altar da pátria'. Pouco importa, hoje, se o historiador demonstra o caráter tardio de várias dessas 'recuperações' ideológicas, ou, o que é bem mais grave, se ele ousa questionar a veracidade dessa 'história' amplamente difundida e popularizada.

A pesquisa e análise desse período, no entanto, apesar dos problemas acima, tem realizado sensíveis progressos, quer no âmbito da inserção da Colônia no sistema colonial,⁸³ quer no campo da história social.⁸⁴ Os trabalhos de Carlos G. Mota demonstraram, já há algum tempo, a necessidade de o historiador trabalhar com mais cautela, se possível recorrendo à lingüística, ou à sócio-lingüística, os textos que ele utiliza.⁸⁵

Quanto à questão central para nós — as idéias ilustradas e revolucionárias no cenário colonial —, há ainda um longo caminho a percorrer, se bem que existam, ainda inéditas, importantes teses e dissertações sobre o assunto, além de projetos em desenvolvimento em nível de pós-graduação.

A temática das 'conjurações', por exemplo, dispõe de uma tradição historiográfica já consolidada entre nós.⁸⁶ Entretanto, está ainda por fazer-se a crítica dessa mesma tradição, em grande parte oficializada. Para comprovar o que afirmamos, bastaria citar um exemplo: os lugares ocupados nessa historiografia, respectivamente, pela Conjuração Mineira e pela Conjuração Baiana. Qualquer um, medianamente informado sobre estes dois temas, percebe de imediato aquilo que estamos querendo dizer: a Conjuração Mineira foi devidamente incorporada pela ideologia histórica oficial, mas a Conjuração Baiana não. Na visão que se contruiu da chamada 'memória nacional', cabe um lugar de honra aos conjurados de Vila Rica, mas não aos alfaiates de Salvador; pouco importa que estes últimos tenham sido bem mais radicais em suas propostas do que aqueles; ou, quem sabe, não será exatamente por isso que os primeiros merecem muito mais 'gratidão'? Não será por que na 'Inconfidência' estamos diante de conspiradores pertencentes, em sua maioria, aos segmentos socialmente importantes e intelectualmente mais representativos da Colônia, ao passo que, na Bahia de 1798, a relação é praticamente inversa?

E no entanto, por mais uma dessas ironias ou ardis em que a História costuma ser tão generosa, quanto mais os historiadores investigam aqueles dois 'movimentos', mais e mais se faz evidente o duplo contraste: entre eles, e entre a versão consagrada pela ideologia da 'nação' e a visão que deles vai construindo o conhecimento histórico. Neste último contraste, vale notar o ceticismo crescente que tende a envolver tanto a realidade mesma da Conjuração Mineira quanto o caráter 'revolucionário' das idéias de seus participantes maiores,⁸⁷ apesar das cautelas necessárias diante de um evento sacralizado pelos pósteros. Justo o contrário no caso da Conjuração Baiana: quanto mais a estudamos,

83. Além do livro de F. A. Novais, já citado, cf. J. J. A. Arruda, *O Brasil no comércio colonial* (São Paulo, Atica, 1980); Maria B. Nizza da Silva, (coord.) *O império luso-brasileiro (1750-1822)* (Lisboa, Estampa, 1986).

84. Maria Laura Vergueira, *Os desclassificados do ouro* (Rio de Janeiro, Graal, 1982); Maria B. Nizza da Silva, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro* (São Paulo, Brasiliense, 1977).

85. Carlos Guilherme Mota, *Atitudes de inovação no Brasil (1789-1801)* (Lisboa, Horizonte, 1970); *Idem, Nordeste, 1817*. (São Paulo, Perspectiva, 1972).

86. K. Maxwell, *Conflicts and conspiracies: Brazil and Portugal (1750-1808)* (Cambridge, University Press, 1963); Istvan Jancs, 'Contradições, tensões, conflito: a Inconfidência baiana de 1798' (Rio de Janeiro, 1975), mimeo.; Nícia V. Luz, 'A Conjuração Mineira', *História geral da civilização brasileira*, org. por Sérgio B. de Holanda (São Paulo, Difel, 1973), tomo I, vol. 2; Kátia M. de Queiroz Mattoso, *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798* (Salvador, Itapuã, 1969); Afonso Ruy, *A primeira revolução social brasileira, 1798* (2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1978); Luís Henrique D. Tavares, *História da sedição tentada na Bahia em 1798* (São Paulo, Pioneira/MEC, 1975).

87. Um ceticismo um tanto discreto, na verdade. Não conviria, em pleno ano bicentenário, estarmos agora a lançar dúvidas sobre a 'comemoração'.

mais percebemos sua significação revolucionária, ao menos no nível das idéias; e percebemos também por que ela ocupa um lugar menor, se é que o tem, entre as 'efemérides da nacionalidade' — seria difícil às classes dominantes, herdeiras da assim chamada 'Revolução da Independência', se reconhecerem de alguma maneira nessa 'revolução de alfaiates'.

Algumas conclusões

Apesar de todos os progressos já realizados nos últimos anos pelo trabalho historiográfico desenvolvido em vários pontos do país, muitos problemas ainda permanecem, a começar pela inexistência ou pobreza de uma reflexão historiográfica de natureza essencialmente crítica que possa desvendar, no plano concreto da História do Brasil, os mitos entronizados por uma historiografia desde sempre comprometida com uma idéia *a priori* sobre a realidade da 'nação' e os valores relativos a atribuir aos diversos momentos e episódios do acontecer empírico na medida de sua adequação maior, menor ou nula ao referido ideal. Que o diga, quanto a isso, a história dos movimentos de resistência negra no contexto da sociedade colonial escravista.

Em segundo lugar, carecemos de bases documentais que nos possibilitem uma compreensão mais exata das relações entre os diversos tipos de condicionamento social existentes na Colônia e as formas de recepção das idéias da Ilustração, ou da Revolução (Americana e Francesa) pelos círculos intelectuais que aqui havia. Por exemplo: como essa organização social interveio no caso da leitura do famoso livro do abade Raynal? Que sentido teve, realmente, para intelectuais pertencentes em geral às principais famílias das 'classes' dominantes (ou "estamentos"? Bem, trata-se de outro tipo de discussão) o conhecimento dos 'filósofos', ou das revoluções da América e da França? Seria, por exemplo, presumir em demasia se afirmarmos que o viver em colônias teria limitado, em vários sentidos, o teor de reflexos de tipo 'revolucionário', fazendo destes últimos algo limitado a projetos de autonomia ou emancipação em relação à Metrópole, sem todavia incluir a significação libertária e igualitária inerente à autêntica proposta revolucionária do Setecentos?

Pense-se 'revolução' não apenas quanto ao sistema colonial mas, sim, em relação à própria sociedade colonial em termos de sua base escravista: a ideologia 'revolucionária' dos inquietos conspiradores do período foi capaz de pensar a liquidação desse 'abuso' tão contrário aos princípios universais que consubstanciavam os direitos do homem no cenário das Luzes?

De fato, sabemos mais hoje do que há algumas décadas atrás, mas o que sabemos ainda é insuficiente. Apenas para exemplificar, que podemos afirmar, com relativa segurança, sobre o grau de aceitação da idéia de 'revolução' entre os setores intelectuais e socialmente mais significativos da Colônia entre 1789 e 1808? Qual é a validade, no caso, de conclusões formuladas a partir dos chamados 'autos de devassa', se sabemos de antemão que resultaram de um procedimento originado na atividade repressiva de autoridades fortemente imbuídas da convicção inabalável, e da suspeita feroz que daí era derivada, sobre a existência 'indiscutível' de uma conspiração genérica e universal contra a ordem estabelecida? No entanto, quando o historiador dispõe apenas desses mesmos 'autos', quais os critérios que utilizará a fim de relativizar 'provas materiais' e 'depoimentos' obtidos em situações tão evidentemente desfavoráveis aos acusados?

As indagações são muitas, assim como os caminhos a percorrer. Talvez de-

vêsemos substituir o mito da 'revolução', como idéia homogênea e monolítica, pela hipótese da existência de várias revoluções possíveis enquanto resultantes de leituras diferenciadas, a partir de situações sócio-econômicas muito diversas, complicadas por múltiplas determinações regionais, locais, e epocais. Tal estilhaçamento da idéia de 'revolução' permitiria compreender melhor a inserção de ideologias revolucionárias no espaço aberto aos colonos da Hispano-América, por exemplo, pelo colapso da autoridade dos Bourbons aprisionados por Bonaparte. Enfim, deveríamos, quem o sabe, superar a postura dos filósofos iluministas em relação às colônias, deixando de pensar as sociedades coloniais como meros espelhos — ainda que deformados ou deformantes — das respectivas metrópoles, e considerar a colônia e seus grupos sociais como agentes históricos plenos, superando assim os caminhos lácis das concepções mecânicas, das 'influências' auto-explicáveis, da recepção passiva e reflexa de ideologias 'vindas de fora'.

Abstract:

The parallelism, not always according, of the binominal Enlightenment - Revolution in the Iberian American in general, and in Brazil in particular, is reviewed in this article. The author approached the two concepts trying, however, to delineate the genealogy of Illustration and its usage in the colonial political scenery. He also stands out the "mechanical and naive" character of well-known interpretations. In the investigation of a necessary distinction between Enlightenment and Revolution in the second half of the XVIIIth century, we'd have an example of the importance of historical methodology and criticism in the labor of the historian.

Résumé:

Le parallélisme, pas toujours consonant, du binôme Lumières — Révolution dans l'Amérique ibérienne en général, et particulièrement au Brésil, est ici revu. L'auteur a voulu un approche en séparé des deux concepts, en cherchant, néanmoins, à tracer la généalogie de l'Illustration et sa mise en pratique dans le scénario colonial. Il a mis en relief l'aspect "mécanique et naïf" des interprétations plus répandues. L'importance de la méthodologie et de la critique historique, pour le métier d'historien, se rend manifeste dans cette recherche d'une distinction nécessaire entre Lumières et Révolution à la deuxième moitié du XVIII^{ème} siècle.

No século das Luzes, mulheres à sombra... — A condição feminina e a Revolução Francesa¹

Mary Del Priore
Universidade de São Paulo — CEDHAL

Ó mulher! mulher! mulher! criatura fraca e decepcionante! nenhum animal criado pode falhar ao seu destino; o seu será então o de enganar?...

Monólogo de *As bodas de Fígaro*, de Beaumarchais

O patético desabafo de Pierre-Auguste Caron dito Beaumarchais, parisiense e filho de relojoeiro, expressa a pegajosa ambigüidade com que os homens, e depois a Revolução Francesa, trataram as mulheres ao longo do século XVIII, num fenômeno que acabou por situá-las mais à sombra do que sob Luzes. Pierre Darmon², em obra erudita e fascinante, já observara que, no século das Luzes, o discurso sobre a mulher submeteu-se a um processo duplo e simultâneo de racionalização e diversificação. Paralelamente à fala azeda dos neobarrocos, tributários da tradição escolástica mais pura, para quem as mulheres não passavam de monstros lascivos e concupiscentes, outras correntes de pensamento começavam a tomar corpo.

Exemplo plenamente manifesto da mentalidade androcêntrica no que tocava os direitos da mulher, o Dr. Roussel lançou, no meado do século, as bases para o paternalismo feminista, através de sua obra *Système physique et moral de la femme*³, inaugurando a fala médica e normativa sobre o corpo feminino. Ao distinguir na fragilidade de seu organismo uma enorme capacidade para operar

1. Recorrentemente ausentes dos livros de História, as mulheres não estão mais visíveis em obras específicas sobre a Revolução Francesa. Perseguir seus passos foi tarefa que exigiu leituras gerais e interdisciplinares. Vale, no entanto, a recomendação de uma obra recém-chegada nas importadoras de livros para "quem quiser saber mais": *La Révolution et les femmes*, de Anne Lapani, publicado em Paris por M. A. Editions.
2. Pierre Darmon, *Mythologie de la femme dans l'ancienne France* (Paris, Editions du Seuil, 1983). O autor faz um cuidadoso passeio entre textos sacros e profanos, mensurando a história da agressividade masculina, cujo objetivo é alardear a inferioridade feminina para tornar a mulher um alvo mais fácil de leis e costumes.
3. Pierre Roussel, *Système physique et moral de la femme — contenant une notice bibliographique sur Roussel, une esquisse du rôle des émotions dans la vie de la femme et des notes sur des sujets importants par le Docteur Cruise* (Paris, Charpentier, 1845). Ver também Pierre Darmon, op. cit., p. 98, e Paul Hoffmann, *La femme dans la pensée des Lumières* (Association des Publications près des Universités de Strasbourg), especialmente o capítulo IV: '*La personnalité de la femme dans le Système de Roussel*'. *Passim*.

por intuições, o Dr. Roussel concluía que a mulher não necessitava de educação "pois ela devia agradar por seus sentimentos e não por suas idéias".

Nostálgico da misoginia tão corrente no século XVIII, o abade Drouet de Mauvertuis sugeria novas estratégias de renúncia àquelas que ele só conseguia classificar como "terra de maldição", "formigueiro de tentação" e "carne feita de rebelião, sujeira e morte". Madame de Lambert, por sua vez, dava prosseguimento ao ideal de renúncia há séculos cultivado pela Igreja católica ao escrever, em 1725, que o importante era "viver com resignação, não cuidar de si, mas de sua família, ser justa e modesta".⁴ Em seu livro *L'avis d'une mère à son fils et à sa fille*, longe de alinhar-se com as *Femmes savantes*, suas contemporâneas, cujo objetivo era a emancipação pela ciência, pregava, ao contrário, a total submissão da mulher ao pai, ao marido e, em última instância, à Igreja. Importante para Madame de Lambert era agradar pela castidade e pela modéstia; quanto à educação, fazia-se necessário ficar longe de romances e poesias, pois estes "enfraqueciam o pudor e acendiam a imaginação". No estudo das línguas, apenas o acesso ao latim, língua da Igreja, era facultado. Do italiano devia-se fugir, porque seus autores não eram considerados castos.

Foi na tradição dos viscerais autores misóginos da Renascença e do século XVI que inscreveu-se Jean-Jacques Rousseau. Dono de um estilo direto, brutal e incisivo, ele afirmava peremptoriamente que a mulher necessitava ser subjugada e tornar-se agradável ao homem, em vez de o provocar. A audácia de um sexo e a fragilidade do outro deviam retratar as relações de força que regem o comportamento de homens e mulheres. O contrário provocaria a perda irremediável do gênero humano, pois a mulher, com sua influência deletéria, trazia em si o germe da tirania e da destruição. Uma estrita separação de sexos, portanto, devia dividir os homens, livres, das mulheres enclausuradas e neutralizadas dentro do gineceu. É dentro do lar, no entender de Rousseau, que a natureza circundou a mulher, e apenas na qualidade de esposa e mãe ela deve inserir-se na sociedade. Não à toa, Julie, sua heroína em *A nova Heloísa*, ao tornar-se Madame de Wolmar consagra-se aos afazeres domésticos com uma diligência que beira o sacerdócio.⁵ Leitor e admirador de Rousseau, Choderlos de Laclos em *De l'éducation féminine* opunha a mulher natural à mulher social; a primeira seria uma espécie de modelo normativo, em quem as aptidões para preencher as funções da sexualidade misturavam-se a uma boa saúde, beleza e felicidade, e para quem os cuidados com os filhos pequenos, o aleitamento e até as funções do parto deviam ser fonte de permanente alegria. A segunda, portadora do vírus da perversão, debilitada pelos excessos da vida social e contumaz invejosa da energia que deveria emanar das qualidades da mulher natural.⁶ No *état de société*, pano de fundo para seu clássico intitulado *Les liaisons dangereuses*, a mulher não tem consciência da dominação a que está sujeita e falta-lhe a vontade de assumir-se. A marquesa de Merteuil, neste cenário, é uma espécie de fantasmagoria da malvadeza feminina enquanto Cécile de Volanges, cidadela a ser to-

4. (isl) Sobre Madame de Lambert ver o capítulo '*Le monde univers de Mme. de Lambert*', Pierre Darmon, op. cit., pp. 152-155. Sobre as *Femmes savantes* ver o livro de [Badinter, Emilie — *L'ambition féminine au XVIII^e siècle* (Paris, Flammarion, 1983), no qual a autora descreve e analisa a trajetória social e intelectual de Madame du Chatelet, companheira de Voltaire e Madame d'Epinay, companheira de Grimm e crítica de Rousseau.

5. (isl) Sobre Jean-Jacques Rousseau ver P. Darmon, '*Les mythes dépoussiérés des Lumières*', op. cit., pp. 159-162 e P. Hoffmann, '*Le mythe de la femme dans la pensée de Jean-Jacques Rousseau*', op. cit., pp. 359-443.

6. P. Darmon, op. cit., p. 156.

mada, erige-se como mulher-objeto da literatura para provar que o prazer é inversamente proporcional à dificuldade. "On m'a dit que c'était mal d'aimer quelqu'un; mais pourquoi cela?..." indaga Cécile. É Paul Hoffmann em sua magistral tese quem responde: "Cécile anuncia com ingenuidade as contradições do amor para o qual toda a espontaneidade é proibida e que não encontra legitimidade senão no interior de um casamento por conveniência."⁷

Por sua proposta de recolocar a mulher em seu devido lugar — o lar — e desta forma trabalhar pela reforma dos costumes, é inegavelmente Restif de la Bretonne com o seu *Projet de règlement...* o mais misógino destes autores. A desigualdade entre homens e mulheres devia ser acentuada desde o berço e, recém-nascidas, as meninas deviam ser enfaixadas e ter seus movimentos constrangidos para imprimir-lhes a modéstia de que tanto necessitavam. O universo pedagógico que ele propõe tem muito de carcerário e nele não faltam instrumentos coercitivos como tribunais, uniformes e policiais.

No entanto, nos discursos sobre a mulher, a diversificação dá espaço para que alguns feministas sinceros misturem-se aos filósofos, e a extrema ambigüidade de suas teses confirma, como bem o demonstrou Pierre Darmon, que o século XVIII escoou sem as fulgurações de um autêntico feminismo. Diderot em seu *Essai sur les femmes*,⁸ espécie de pêndulo sobre os padrões de misoginia, acusava a mulher de viver de forma caótica, apaixonada e irracional, em função de possuir um organismo que lhe suscitava fantasias de toda a espécie. Matizava, no entanto, seu juízo mordaz, ao explicar que tais desmandos eram fruto de sua reação e ódio ao despotismo do homem. Os defeitos femininos não passavam de uma resposta às injustiças de que eram vítimas as mulheres, reduzidas à existência dentro do casamento e da maternidade.

Para Voltaire, a fragilidade da mulher era resultante de suas menstruações, maternidades e do aleitamento, o que o fazia concluir que assim como o físico governava o moral, a mulher, ser fraco, seria sempre inferior ao homem. A despeito deste discurso, ele foi contudo o primeiro a levantar-se contra a lei sálica que interditava o trono às mulheres, além de atacar a hipocrisia de homens que enclausuravam em conventos suas mulheres infratoras, gozando eles próprios todos os benefícios da indulgência com relação a seus adultérios.⁹ Contra a tirania dos homens sobre as mulheres, era Montesquieu quem rebelava-se.¹⁰

O mito da mulher servil, cuidadosa, disposta e enfermeira, intervindo na vida do homem no momento de sua decadência física, aparece recorrentemente na literatura desse período como mostram Maité Albistur e Daniel Armogathe.¹¹ Mescla de tradição e desenvoltura, o sonho da dominação masculina instala-se à náusea no mito do harém, retratado com minúcias por Ingres e Liotard, e nos sugestivos nus de Boucher.¹² De Manon Lescaut do abade Prévost, à Atala de Chateaubriand, a mulher é então indecifrável, mistério e opacidade. Sade, ainda segundo Albistur e Armogathe, beira, pioneira e paradoxalmente, o feminismo, na medida em que faz as mulheres olharem seus próprios corpos sem vergonha mórbida, ultrapassando, portanto, sua dependência em relação à sexualidade. Ele fará ainda das mulheres um instrumento para desmistificar a

7. P. Hoffmann, *op. cit.*, p. 410 e *passim*.

8. P. Darmon, *op. cit.*, pp. 168-169.

9. *Idem*, *ibidem*, p. 149.

10. *Idem*, *ibidem*, p. 150.

11. Maité Albistur, e Daniel Armogathe, *Histoire du féminisme français* (Paris, Des Femmes, 1977).

12. Helga Mobius, *La femme à l'Age Baroque* (Paris, Presses Universitaires de France, 1985).

boa consciência burguesa e sua pretensão de dominar as paixões humanas.¹³ No teatro, um coro de autores desobstruiu os canais convinentes com as preocupações femininas. Em *La colonie*, ao contar a história de um grupo de pessoas que aporta numa ilha e se consulta para estabelecer as leis da comunidade, Marivaux revela os aspectos revolucionários das instituições femininas, além da consciência de casta, mobilização e militância das mulheres em luta por seus ideais. Beaumarchais, por sua vez, realça nas *Bodas de Figaro* a injustiça econômica que atingia as mulheres, e é mais um a sublinhar a dureza das opiniões que lhes condenavam as menores faltas enquanto os homens gozavam de benevolência total para seus malogros.¹⁴

O século das Luzes, como bem lembra Pierre Darmon, inaugurou precocemente a "boa gestão burguesa do sexo", ao passar para as mãos de laicos o controle das relações sexuais, até então uma prerrogativa eclesiástica auferida através de confissões e sermões. A autoridade médica, ao integrar-se num esquema mais amplo onde as premissas burguesas eram perceptíveis, tentava, com novas estruturas, neutralizar os excessos amorosos incompatíveis com a ordem sócio-econômica em vias de gestação. No século XVIII a culpabilização se multiplica, e a repressão racionaliza-se, tornando-se mais incisiva. Sob o olhar dos médicos, novas doenças são cartografadas e as mulheres fazem-se alvo de admoestações que perseguem a ninfomania e a masturbação. Para aquelas acometidas por tais males, a cura era mais suplicio do que tratamento: injeções calmantes na vagina, enfaixamento dos membros, uso de placas de chumbo sobre os rins e sangrias intermitentes constituíam-se em terapia vulgar.¹⁵ Da literatura ao saber médico, o século das Luzes ilumina precariamente as mulheres, para melhor enquadrá-las.

Enquanto no mundo das idéias e das representações ocorria um incessante entrecruzamento de papéis normativos femininos, as realidades das populações imersas em adversidades explicam a efetiva participação que tiveram as mulheres na Revolução Francesa. Devemos notar que ao longo do século XVIII as classes subalternas movimentavam-se pela primeira vez dentro de substancial e atividade política, familiarizando-se com o que consideravam seus direitos, abrindo assim um espaço para que as mulheres se incluíssem no escopo dos debates mais candentes. Lembra-nos Sheyla Rowbothan¹⁶ que os radicais misóginos, influenciados pela idéia seicentista de que poderiam controlar a natureza e a sociedade através da Ciência e da Razão, não relacionavam tais questões com a lamentável condição feminina, e estavam tão convencidos de que um homem devia responder por sua mulher e filhos, quanto os puritanos ingleses acreditavam que uma democracia só envolveria chefes de família que possuíssem propriedades. Contra a otimista fé na Razão e no Progresso, uma equívoca resposta para a sociedade capitalista emergente desabrochou, vinda de intelectuais que não estavam à direita nem à esquerda, mas que desejavam desesperadamente restaurar a conexão perdida entre o homem e a natureza. Os otimistas e crédulos no progresso acreditavam na capacidade de transformação do ser humano, mas continuavam identificando 'humanidade' com homem. Os pessimistas criticavam a sociedade por corromper a natureza humana cheia de qualidades e

13. Albistur e Armogathe, op. cit., p. 307 e passim.

14. Idem, ibidem.

15. P. Darmon, op. cit., p. 167.

16. Sheyla Rowbothan, *Hidden from History — rediscovering women in History from the 17th century to the present* (New York, Random House, 1974), p. 20 e passim.

idealizavam a 'natural' rusticidade das classes subalternas, negando-lhes, em nome de sua ingenuidade, a escolha de mudanças. Igualmente fácil era seguir Rousseau e achar que as mulheres teriam um papel 'natural': o de servir e agradar ao homem, em detrimento de agir e tomar decisões sozinhas. Esta noção era particularmente cara e aceita por homens de classes intermediárias que tinham como tarefa realizar e acumular riquezas. Para eles, o ideal da mulher lânguida e vulnerável vai sobrepor-se à imagem da companheira de trabalho. Esta mentalidade promoveu uma racionalização da divisão do trabalho que excluía a mulher de classe média do sistema produtivo e justificava sobre ela a autoridade patriarcal. O cotidiano da mulher no século XVIII era bastante sombrio. Na sua grande maioria casadas contra sua vontade, desprovidas de toda liberdade dentro do matrimônio, em caso de transgressão sujeitas à internação num convento para as melhores nascidas, ou em Bicêtre ou na Salpêtrière, para as mais desafortunadas, elas gozavam de privilégios compensatórios apenas nas elites. Nas altas classes, segundo Jean-Paul Aron¹⁷, as mulheres tramavam os modismos sociais, dirigiam as conversas em *soupers* e *soirées* e podiam desonrar-se sem causar maior escândalo. Para as mulheres de menor condição, diz o mesmo autor, eram tempos em que alugavam amavelmente seus corpos a homens de mais qualidade do que aqueles de seu estrato social,¹⁸ e também era o momento onde se urdia, moralizante e mesquinha, a ideologia destes mesmos homens — burocratas, comerciantes, funcionários — que vai consagrar-se com a Revolução.

Quem melhor informou sobre a mulher de elite ao longo do Antigo Regime foram dois irmãos terrivelmente misóginos e herdeiros tanto da escolástica barroca quanto do pensamento que tinham os líderes da Revolução sobre a mulher: trata-se de Jules e Edmond de Goncourt.¹⁹ A despeito de escreverem que "falava-se às mulheres como se fala a cães e gatos pois elas nada compreendem" e sem abordar a especificidade da Revolução Francesa, os Goncourt escreveram uma obra-prima e leitura obrigatória para todos os estudiosos da condição feminina. Ignorando as massas de mulheres camponesas que significavam 80% da população francesa no século da Revolução, eles esquadrinharam os territórios da mulher de elite e discutiram e descreveram, sem cansaço, seus gostos, requintes, usos e costumes.

Se as mulheres do povo são rascunhadas como viragos, abrutalhadas e desprovidas de raciocínio, de coração duro e enrijecido pelas agruras da pobreza, distribuindo golpes a filhos e maridos fracos, as mulheres da nobreza são todas perfume e sofisticação, numa minuciosa consagração de frivolidades. Os Goncourt descreveram com detalhes o seu gosto frenético pela elegância e o bom-tom, registraram os vários penteados, o uso do *rouge* e dos vestidos "à la créole, à la turque, à la Jean-Jacques Rousseau", a variedade dos saltos de sapatos, a moda da cor branca, os chapéus e jóias, num inventário digno da *nouvelle histoire*. A curiosidade feminina pela química, a física, a eletricidade e a medicina, além da intimidade diária com as letras, foi por ambos minudentemente exposta. Para situá-la, narraram as eleições das Academias e as inúmeras reuniões e os salões onde d'Alembert e Rousseau, entre outros, emprestavam seus conheci-

17. Jean-Paul Aron, *Misérable et glorieuse la femme au XIX^{ème} siècle* (Paris, Fayard, 1980). Esta obra reúne vários especialistas e ensaios densos sobre o trabalho e a condição feminina no Oitocentos. O pequeno mas genial prefácio de Aron trata das mulheres no século XVIII.

18. Jules e Edmond Goncourt, *La femme au dix-huitième siècle* (Paris, Flammarion, 1982). A obra traz um excepcional prefácio de Elizabeth Badinter sobre o assunto.

mentos. As mulheres de elite distinguiram-se então por uma enorme liberdade de movimentos, quer na vida da corte, no campo ou na cidade, e iam e vinham, como bem entendiam, para atender a seus desejos e curiosidades. O amor conjugal era visto como algo ridículo e uma espécie de fraqueza de pessoas que não eram bem-nascidas, e seus maridos, por conseguinte, não ousavam pedir explicações para seus atos. As mulheres não tinham por senhor senão a moda que elas ajudavam a criar e que impunham aos homens. Impossível invocar a aristocracia neste período sem falar de liberdade sexual, e, mostram os *Goucourt*, os inúmeros exemplos da liberdade de costumes extraídos de correspondências e memórias: tanto o poder conjugal quanto o poder real estavam em crise. O marido, tradicionalmente todo-poderoso, não protestava contra as transgressões da mulher, antes, enchia-lhe de estímulos, para que pudesse ele viver a seu bel-prazer. As mulheres ligavam-se então a vários 'amores': havia os amantes, as 'crianças' — jovens músicos ou aprendizes de cavaleiro tratados como brincquedos —, e havia também a moda da amizade por outra mulher, onde é impossível ignorar a homossexualidade latente. Casais de amigas passavam o tempo todo juntas, murmurando-se, abraçando-se e beijando-se publicamente e, entre elas, Maria Antonieta e a princesa de Lamballe não foram exceções. As mulheres de classes privilegiadas, como bem o demonstraram os irmãos *Goucourt*, não cabiam no papel de fragilidade e desproteção infantil criado pela literatura, nem tampouco naquele de mãe, que lhes trará respeitabilidade no século seguinte; apesar de seu visível trânsito por diversas instâncias da cultura, da sociedade e da economia, uma efetiva participação feminina no poder político e científico jamais ocorreu. Igualmente sensível aos vários acessos que tiveram as mulheres às instâncias de poder e a imediata constatação de que elas nunca desfrutaram de seus remotos direitos, a historiadora americana Marilyn French¹⁹ debruça-se sobre o estudo de momentos onde ocorreu o que chama de "relaxamento do poder androcêntrico". Sobre os anos que antecederam a Revolução Francesa, French aponta com rara habilidade e vasta munição de informações históricas que, em circunstâncias de lutas, guerras, fome e pestes, as mulheres lutaram lado a lado com os homens, mas, acabadas as dificuldades, tornavam-se imediatamente excluídas da estruturação de qualquer poder. Sem condições de usar seus talentos senão de forma marginal, as mulheres não tinham tradição de lutas, enquanto classe, até a Revolução Francesa. Analfabetas em sua grande maioria, inteiramente absorvidas pelo trabalho e esmagadas pelo peso de costumes inquebrantáveis, elas trabalhavam mais do que os homens e mantinham a espinha dorsal de suas famílias. A jornada cotidiana de uma mulher que vivesse sob um pequeno pedaço de terra, no Antigo Regime, incluía recolher e bater os grãos, que constituíam a alimentação básica, catar lenha e manter o fogo aceso, cuidar da horta e do estábulo, ordenhar, fazer manteiga e queijo, cuidar das aves, preparar poções medicinais com ervas colhidas nas imediações, cuidar das crianças e dos domésticos, quando eles existiam. Levantando-se ao alvorecer, ela fazia o pão do dia, cozinhava a cerveja doméstica, assegurava-se que o sabão estivesse fervido e as velas modeladas, e a carne salgada ou defumada para os longos invernos. Preparava as conservas de frutas e legumes e as refeições diárias; lavava, fabricava tecidos e as vestimentas de

19. Marilyn French, *La fascination du pouvoir* (Paris, Acropole, 1986). Obra de caráter geral que, utilizando largamente recursos interdisciplinares, pretende-se uma história universal das mulheres frente ao poder dos homens.

que necessitava a família. Alugava seus serviços para roçar, trabalhar nas colheitas, tosquir ovelhas, mesmo sendo inferiormente remunerada; tinha pouco para comer, estava freqüentemente grávida e sua esperança de vida era de no máximo trinta anos. Para aquelas que haviam migrado ou que moravam nos grandes centros, a existência era também precária. Se empregadas no serviço doméstico e recompensadas pelo alojamento gratuito, eram exploradas por uma alimentação parcimoniosa e um salário que, depois de muitos anos, lhes permitia, no máximo, comprar alguns lençóis, o dote mínimo de uma trabalhadora. As casadas fiavam algodão ou lã, faziam renda e eram aquinhoadas com um salário de fome apesar do pleno florescimento da indústria da renda na França. Excluídas das novas organizações comerciais que haviam substituído as tradicionais guildas, as mulheres formavam o conjunto da população trabalhadora nos ofícios ligados à indumentária feminina. No mais baixo da escala social, as mulheres pobres desincumbiam-se de tarefas extremamente penosas e desagradáveis: carregavam fardos, terra ou gêneros para o mercado da cidade, transportavam água e lenha, coletavam cinzas e lixo, auxiliavam construções, vendiam mercadorias em retalhos. Sob a pressão da pobreza, eram comumente abandonadas por seus maridos ou tinham a vida de seus filhos pequenos ameaçada por companheiros que alegavam não ter condições para sustentá-los. Foi a massa destas mulheres que formou a grande classe de esquecidos e desprezados a empurrar para a Revolução as reivindicações sociais do fim do século XVIII. Na guerra civil inglesa as mulheres já se tinham levantado por razões econômicas, mas, na Revolução Francesa, insurgiram-se contra as leis e práticas de exclusão das quais eram vítimas costumeiras. Omitidas de todas as tribunas políticas, inclusive da Assembléia e dos Estados Gerais, só tinham o direito de registrar suas queixas ao rei nos chamados *Cahiers de doléances*, onde denunciavam a alta dos impostos, a falta de pão, os hospitais onde seus filhos morriam em meio à falta de higiene, de doenças contagiosas.

As burguesas, por seu turno, reclamavam igualdade perante a lei para homens e mulheres, o direito à educação, a proteção contra a brutalidade dos maridos e contra a usurpação de seus dotes. As operárias clamavam por trabalho e emprego. Como bem diz Marilyn French, "os cadernos estavam cheios de esperanças. Eles continuaram sem efeito..."²⁰ Nos anos que se seguiram à queda da Bastilha e à preparação da Constituição que proclamou em agosto de 1789 a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, sem uma linha dedicada às mulheres, estas tentaram, de todas as formas, defender seus próprios interesses. Mas a ação direta suscitada pela pressão dos acontecimentos e marcada pelo desenvolvimento de reivindicações e tomadas de posições públicas não levou a um acordo comum. Mesmo amparadas pelo estímulo do marquês de Condorcet,²¹ considerado o *ami des femmes* e revolucionário atuante, bem cedo as mulheres descobriram que a idéia da luta de classes não encobria a da luta de sexos, e que havia uma distância bastante irredutível entre a pressão das suas demandas e a lentidão dos homens em acordá-las. Ainda assim, este é o momento onde emerge uma imprensa eminentemente feminina e circulam jornais como *A gazeta das damas do mercado*, *O observador feminino*, *A foga de ferro*, *O correio do hîmen*, que expressam a opressão que sofre a mulher no século XVIII,

20. Idem, *ibidem*, pp. 198-199.

21. Sobre Antoine Caritat, marquês de Condorcet (1743-1794) veja-se a obra estrutural de Elizabeth e Robert Badinter: *Condorcet — un intellectuel en politique* (Paris, Fayard, 1988).

desejosa do direito à educação, à igualdade econômica, de abertura de clubes revolucionários onde não fossem apenas espectadoras, acesso a outras profissões além da agulha e do fuso, liberdade sexual, e por fim, onde declaram a recusa da fertilidade e a salvaguarda da moralidade como única forma de existência.²² Em 1791, ano da tentativa de fuga do rei, no jornal *Les révolutions de Paris*, Prudhomme inaugura um correio para leitoras que irá revelar a terrível ambigüidade com que as lideranças tratavam a questão feminina. Prudhomme deriva entre responsabilizar as mulheres da nobreza e burguesia pela degradação moral da França — elevando as mulheres do povo à condição de únicas merecedoras da pátria — e disparar diatribes antifeministas: a mulher fora feita para depender dos homens e seu papel era ocupar-se do lar. Os redatores dos *Cadernos dos Estados Gerais*, assim como Prudhomme, são ambíguos no tratamento a encaminhar para as condições de vida das mulheres, e a despeito das milhares de queixas sobre a necessidade do divórcio, da igualdade política e do direito ao trabalho, eles se detinham em problemas gerais como a ignorância, a miséria e a prostituição. A ignorância, pretendiam sanar com a criação de escolas primárias com separação de sexos e entregues a irmandades religiosas. Contra a mendicidade — mal do período —, reconhecia-se o direito ao trabalho pelo viés assistencialista, através da implantação de ateliês de caridade, mas opunham-se à concorrência feminina no mundo do trabalho. Para debelar a prostituição, sugeriam medidas repressivas tais como o estabelecimento de casas de correção ou o isolamento das mulheres em bairros próprios.²³

Quando o rei Luís XVI jurou dar sustentação à nova Constituição, Olympe de Gouges, que escrevera vários tratados elogiosos à Revolução e ao rei, protesta contra a ausência das mulheres no texto e publica uma *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, cujos artigos, além das queixas habituais e reclamações em favor da igualdade de propriedade e liberdade de pensamento, traziam também um 'contrato social' para os cônjuges. Olympe de Gouges adiantava que se as mulheres tinham condições de galgar os degraus da guilhotina, teriam igualmente direito de subir aos estrados políticos. Diz French que esta opinião foi infelizmente profética, pois Olympe de Gouges foi guilhotinada pelos republicanos, por suas tendências monarquistas.²⁴

Ao longo da fase militar da Revolução, com a invasão da França pelos exércitos austríacos e prussianos e a dúvida que pairava no país sobre as conviências de Luís XVI com os 'estrangeiros', as mulheres deram provas de um patriotismo sem limites. Tendo solicitado o direito de portar armas e treinar com os homens, participaram da insurreição das Tuilleries que derrubou a monarquia e assistiram, em setembro de 1792, à proclamação da República, bem como em 1793, à execução do rei. Tão logo houve a cisão entre as elites governamentais, formando os grupos antagônicos de girondinos e jacobinos, ambos só concordavam sobre o caráter suspeito das mulheres em favor de sua própria causa, e todas as medidas para detê-las foram tomadas. Diz Marilyn French que, enquanto o grupo articulado com o Terror patrulhava as ruas de calça comprida e pistola na cintura, outras mulheres atacavam essas patrulhas e Charlotte Corday assassinava o jacobino Jean-Paul Marat que acusava a mulher do ministro gi-

22. Ver Isabelle Vixtières, *Procès de femmes au temps des philosophes* (Paris, Des Femmes, 1985).

23. Albistur e Armogathe, op. cit., p. 323.

24. M. French, op. cit., p. 199.

25. Idem, *ibidem*.

dino Roland de excesso de influência. Enquanto as mulheres tornavam-se cada vez mais ativas em todos os partidos e na Convenção Nacional, a nova Assembléia voltava-se contra elas. Suprimiu-lhes os clubes políticos, as atividades de militância, e foram, por fim, proibidas de assistir às assembléias populares. Os grandes revolucionários eram antifeministas notórios e consideravam a participação ativa da mulher na vida política como 'contrária a sua natureza'. As mulheres que vinham assistir aos debates da Convenção Nacional, trombeteava o procurador Chaumette:

Desde quando é permitido às mulheres abjurar seu sexo e fazer-se homens?... Desde quando se usa ver as mulheres abandonarem os cuidados piedosos do seu lar, o berço de seus filhos para vir à praça pública, à tribuna e à barra do Senado, às fileiras de nossas armadas, preencher o dever que a natureza deu apenas ao homem?...²⁶

Chaumette, como nos informa Albistur, não estava isolado.²⁷

Como ele, Babeuf, Hébert e Marat reproduziam o tema da inferioridade natural da mulher. Todos estes 'ardentes patriotas' leram Rousseau e sua misoginia os fazia ver em todas as mulheres combativas "monstros impudicos", "sanguessugas públicas", "bacantes, amantes do vinho, da mesa e dos homens". Ao tímido projeto de educação feminina redigido por Lakonal, que instituiu as escolas não-mistas, Sylvain Maréchal, membro do movimento *sans-culotte* e amigo de Graco Babeuf, respondeu com um libelo apaixonado e inspiado em São Paulo, Fénelon e Rousseau intitulado *Sur l'interdiction d'apprendre à lire aux filles*. Representante da geração mais radical da Revolução, dele esperava-se que compreendesse as aspirações das mulheres à igualdade. Em resposta ele lhes fornece 113 razões para não se alfabetizarem. A despeito da instalação de comitês de instrução pública pelas assembléias, a análise sucessiva de tantos projetos mostra o dismantelamento de uma reivindicação que era fundamental para as mulheres. Finda e codificada a Revolução Francesa, a concepção de vida legalista dos *montagnards* vai triunfar sobre a democracia direta, e poucas vozes se elevaram na Convenção do Brumário em favor das mulheres. Depois do fechamento dos seus clubes, a Constituição Nacional decretou, em 1795, que todas as mulheres voltassem aos seus lares; aquelas que depois da promulgação do presente decreto fossem encontradas em grupos de mais de cinco, seriam dispersadas pela força das armas e aprisionadas até que a tranqüilidade pública voltasse a Paris.

Já em 1793, os debates para a Constituição tentavam impor a tese de que as crianças, os insensatos, os menores, as mulheres e os condenados a penas infamantes, até sua reabilitação, não seriam considerados cidadãos. E Languinois estabelecerá um sutil artigo que excluía as mulheres de direitos políticos, mantendo-as no 'corpo social' das leis, o que permitia condená-las por crimes políticos e legitimar suas execuções. Em 1800, finalmente, as mulheres são proibidas de usar a *cocarde*, símbolo da Revolução, segundo seus defensores, porque sua respeitabilidade só estaria garantida pela interdição do seu uso pelos 'dois sexos'.

Vale dizer que, no âmbito da jurisprudência privada, a Revolução Francesa

26. Albistur e Armogathe, op. cit., p. 342.

27. Idem, *ibidem*, p. 343.

foi um pouco mais generosa. Com a abolição dos privilégios masculinos, as mulheres podiam invocar direitos de herança e sucessão e auferiram algumas leis que lhes protegiam a propriedade e o casamento. O divórcio, que fora objeto de tantas demandas nos *Cahiers de doléances*, de 1789, é instituído em 1792, mas sua aplicação de fato não oferecia condições igualitárias para mulheres e homens. As reticências masculinas se faziam sentir em decretos como o que confiava os filhos, até sete anos, aos pais, em caso de separação.

Se a Revolução Francesa não deu às mulheres quaisquer direitos políticos, e recompensou-as com um punhado de leis de proteção, em contrapartida, criou um espaço onde as populações femininas exercitaram uma força revolucionária sem precedentes na História, que em muito inspirou suas descendentes no episódio da sublevação da Comuna de Paris. Desafortunadamente as mulheres não tiveram tempo sequer de consolidar suas vitórias ou de construir um futuro sobre sua experiência. Em 1804, Napoleão, já imperador, redigiu um decreto que privava as mulheres de todos os seus direitos, exigia-lhes obediência incondicional através de pais e maridos, recusava a cidadania às mulheres casadas, proibia-lhes o exercício do Direito e de tutela, interditava as investigações de paternidade e instaurava medidas rigorosas em relação a maternidades ilegítimas e mães solteiras. Retirava, então, às mulheres, todos os direitos, menos o do divórcio que lhes foi cassado pela Restauração e o retorno dos Bourbons.

Bem diz Marilyn French que "se as leis da República duraram um pouco mais que um decênio, as do Código Napoleônico mantiveram-se por um século..."²⁸ Da tribuna ao cadafalso, a trajetória das mulheres ao longo da Revolução foi domesticada pela exigência masculina de obediência, trabalho e silêncio. Traídas por seus próprios meios, elas reagiram adaptando-se ao ideal materno prenunciado por Madame d'Épinay, consagrando a tranquilizadora distinção dos papéis entre os sexos. Só que, ao oficializar um poder feminino que os homens raramente disputavam, e ao fazer da maternidade o pólo da vida doméstica, elas provaram que era possível resistir às prescrições da misoginia pelo estabelecimento de poderes informais e estratégias dentro da casa e do círculo familiar. O triunfo do ideal de mãe no século XIX ilumina definitivamente o papel das mulheres na História, e clareia também aquele das suas exemplares ancestrais.

Abstract:

In spite of the igualitarian reivindications of the revolutionary leaders by the end of the XVIIIth century, woman was never included on social reforms. Being the object of a misogyny that take different shapes along of History, specially in the French Revolution she will be condemned to domestic life and to maternity in prejudice of a bigger social, political and economical activity.

Résumé:

En dépit des revendications égalitaires des mentors révolutionnaires à la fin du XVIIIth siècle, la femme a depuis toujours été absente des prétentions d'une réforme sociale. Cible d'une misogynie qui prend plusieurs formes au long de l'Histoire, en particulier pendant la Révolution Française, elle sera condamnée à la vie domestique et à la maternité, au détriment d'une activité sociale, politique et économique majeure.

A difusão da obra de Diderot em Portugal e no Brasil

Leopoldo Collor Jobim*

Pesquisador e professor universitário

Este artigo pretende avaliar o interesse que a obra de Diderot tem exercido em Portugal e no Brasil.¹ Para tal, levantarei a presença dessa obra em algumas bibliotecas setecentistas e identificarei as traduções realizadas, inventariando os estudos mais recentes sobre esse pensador em ciência política, filosofia e ficção. Também investigarei os obstáculos à divulgação de seus livros por parte da censura.

Acredito que, a partir deste esforço prévio, seja mais fácil rastrear sua influência na teoria política, na antropologia, na estética e nas literaturas brasileira e portuguesa.

Algumas considerações preliminares merecem ser formuladas com relação ao acesso dos leitores do Antigo Regime, no espaço luso-brasileiro, às obras de Diderot. Não existindo imprensa no Brasil-colônia, todas as suas obras vêm do Reino e estão sujeitas à censura portuguesa, naturalmente válida também para as colônias. Havia inclusive um controle suplementar para a remessa de livros ao Brasil.

Parte significativa de sua produção, sobretudo a política, vem editada anonimamente ou sob o nome de terceiros. Graças a pesquisas recentes², conhece-se o seu substancial aporte à *Histoire philosophique et politique* do abade Raynal tanto que, para efeitos deste trabalho, considerá-lo-ei como co-autor dessa obra. Urge também levar em conta a sua contribuição para obras coletivas, especialmente para a *Encyclopédie*.

O controle da leitura, ou seja a censura, longe de ser um problema português, é — pode-se dizer — universal. O poder, através do tempo e valendo-se no mais das vezes do endosso das autoridades religiosas e filosóficas, amordaçou o

* Publicamos, *in memoriam*, o artigo de Leopoldo Collor Jobim, falecido em dezembro de 1989.

1. Apresentei ao Colloque International Diderot (Paris, 1984) uma comunicação tratando de tema em parte análogo, na qual me restringi à influência deste pensador no Brasil: *Diderot et le Brésil*, em *Actes du Colloque International Diderot* (Paris, Aux Amateurs de Livres, 1985), pp. 403-410. Neste artigo, além de acrescentar a parte relativa a Portugal desenvolvo muito mais a parte respeitante ao Brasil.
2. Yves Benot, *Diderot: de l'athéisme à l'anticolonialisme* (Paris, Maspero, 1981). O grau de sua participação depende da edição da obra: "(Diderot)... a fait du livre signé Raynal son porte-parole". *Idem*, *Diderot et la politique*, em *Diderot. Textes politiques* (Paris, Sociales, 1972), p. 47.

que agora consideramos ser o direito de expressão. No entanto, e como nos interessa aqui o contexto português e brasileiro, trataremos desse fato político-cultural de forma a que nos ajude a avaliar o Iluminismo luso-brasileiro, cujos parâmetros ideológicos estabeleceram os critérios de proibição.

O estudo das idéias políticas deve levar em conta as transformações e a evolução do pensar, mas não pode esquecer a capacidade de resistência das idéias que se recusam a ceder o passo a novas teorias. A tensão entre o novo e o arcaico, a ambivalência e o contraditório constituem a chave eficaz para a compreensão de qualquer movimento que pretenda inovar os quadros e as referências mentais. O Iluminismo em Portugal e no Brasil ganha em ser estudado a partir desse ângulo, pois a resistência que encontra à sua difusão na mentalidade tradicional é muito bem articulada.

O movimento adquire, tanto na Metrópole como na Colônia, um sentido pragmático, pedagógico e científico; tem pleno êxito a proposta de pô-lo a serviço do regime absolutista e de utilizá-lo para reforçar os laços colomais. Politicamente afastada da francesa, a nossa Ilustração não ataca frontalmente o sistema político, as estruturas econômicas ou a religião. Esta última, inclusive, fornece os critérios de aceitabilidade, como se observa neste parecer de censura inquisitorial:

Pode-se imprimir... menos os absolutos epítetos que se dão em várias partes (da obra) aos hereges Loke (sic), Leclerc, Wolf e Newton, chamando-os claríssimos, sapientíssimos, portentos da ciência...³

Os estudos que tentam definir a especificidade das Luzes em Portugal contrapõem esse movimento à corrente francesa do Iluminismo identificando-o, sem maior profundidade, à corrente italiana. Não existe qualquer estudo que coteje o Portugal da segunda metade do Setecentos com a Espanha ilustrada. Tampouco foi verificado em que medida o *Enlightenment* possa lhe ter fornecido um embasamento que se justificaria pela dependência comercial, financeira a militar que faz de Portugal um vassalo da Inglaterra.

A articulação da Coroa e da Igreja para institucionalizar o controle do pensamento contribui poderosamente para manter domesticado o movimento. E ambos se aliam para exercer a censura; essa competência de proibir a leitura reestrutura-se várias vezes ao longo do século XVIII: até 1768 é atribuída concomitantemente ao bispo, à Inquisição e ao Desembargo do Paço. Nessa data, e "como se está praticando nas outras Cortes iluminadas e pias da Europa", o futuro marquês de Pombal determina que se crie a Real Mesa Censória para evitar

a extinção dos livros bons, e úteis... (a) introdução dos nocivos e perniciosos, acreditando que o novo sistema se fará com a contínua aplicação, e o sucessivo e vigilante cuidado que requer um negócio de que essencialmente dependem a religião, a monarquia, o sossego público, e bem comum do Reino.⁴

3. ANTT, CGSO, Licenças, 25.1.1760, permitindo publicar a *Introdução sobre a lógica, ou Diálogos sobre a filosofia racional*. Lisboa, 1760.
4. O texto citado refere-se ao decreto de 5.4.1768, apud Maria Adelaide Salvador Marques, 'A Real Mesa Censória e a cultura nacional, aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII', em *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 26, 1964 e também Piedade Braga Santos, 'Actividade da Real Mesa Censória — uma sondagem', *Cultura — história e filosofia* (Universidade Nova de Lisboa, 2, 1983), pp. 377-440. A alusão aos demais europeus no

Em 1816 D. Maria I cria a Real Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros.⁵ Com o desencadear da Revolução Francesa, a censura torna-se mais rigorosa. A rainha queixa-se

do descuido do Tribunal na franqueza ou frouxidão com que permite ou tolera o livre comércio das obras estampadas fora do Reino... (sobretudo) de livros, ou fundadores ou promotores da religião filosófica, que é mania, e ajuste do século... (e que) desassossegam o povo rude, perturbam a paz pública e procuram a ruína dos governos.⁶

À Coroa preocupa, sobretudo, a propaganda revolucionária que invade a Península Ibérica, tanto mais que, segundo o cônsul português em Baiona, *'Il-y-a mille moyens de passer en se déroband à la surveillance du cordon'*, (ou seja, do controle estabelecido na fronteira franco-espanhola para impedir a entrada de livros proibidos).⁷

Torna-se necessário advertir à Universidade de Coimbra que os teólogos

não têm que combater arianos nem calvinistas, têm que combater filósofos que atacam governos, a polícia e zombam da Teologia...⁸

Medidas cada vez mais enérgicas se fazem necessárias para conter a propaganda subversiva. Em 1793, no auge do Terror, dissolve-se como "inútil e ineficaz" a Real Comissão, retomando-se o antigo método de distribuir a faculdade de censura entre a autoridade da diocese, o Santo Ofício e a Coroa. Esse decreto refere-se especificamente

à extraordinária e temível revolução literária e doutrinária que nesses últimos anos, e atualmente tem tão funestamente acentado contra as opiniões estabelecidas, propagando novos, inauditos e horrorosos princípios e sentimentos políticos, filosóficos, teológicos e jurídicos, derramados e disseminados para ruína da religião, dos impérios e da sociedade.⁹

A censura que merecem os *philosophes* é elucidativa do ambiente mental português: Descartes (trata-se presumivelmente do *Discurso sobre o método*) é escusado

referido decreto é procedente pois, "in spite of a growing rhetoric of freedom, the eighteenth century remained an age of control". Eugene Charlton Black, *'The 18th. century: control and revolution'* em *Censorship: 500 years of conflict* (The New York Public Library, 1984), p. 63. Além das obras muito conhecidas de António Ferrão, José António Saraiva, Silva Bastos e Teófilo Braga sobre este tema, gostaríamos de apontar a tese, em elaboração, de José Manuel Baginha. Vide também Leopoldo Jobim, 'A legislação sobre censura inquisitorial no fim do Antigo Regime' em *Anais do 1º Congresso Internacional Luso-Brasileiro sobre Inquisição*. Lisboa, 1987 (no prelo).

5. Decreto de 21.6.1787.

6. ANTT, Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros. 3/364. Carta de 3.12.1789 para o principal Abranches.

7. ANTT, MNE. Correspondência dos cônsules portugueses no estrangeiro. Consulado em Baiona, caixa 1. Ofício do cônsul Dubecq. s.d.

8. Aviso de Queluz, de 6.9.1793, de José Scabra da Silva à Faculdade de Filosofia, apud *Actas da Congregação da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*. Universidade de Coimbra, 1978, pp. 143-144.

9. Decreto de 17.12.1793

porquanto o povo português ainda não está acostumado a ler no seu próprio idioma este gênero de escritos, em que se recomenda o espírito da dúvida, do exame, da independência, da liberdade, e tudo o mais... e que poderá facilitar para qualquer excesso contra o Estado, ou contra a religião ou ao menos formar idéias novas sobre a sujeição que a esta e aquela se deve.

Já o *Entendimento humano* de Locke é proibido

por favorecer o materialismo, este monstro que, tanto domina no século presente com ruína grande da religião (embora sejam) as matérias muito abstratas, que poucos percebem e só os homens doutos as lêem e assim cessa o perigo da sedução.

Rousseau (*Émile, ou De l'éducation*) é proibido "por ser contrário a toda a religião revelada e ser um diísta (sic) o seu autor"; Helvetius (*Le vrai sens du système de la nature*), por ser "uma das obras em que o espírito dos filósofos libertinos derramou o veneno todo de sua abominável seita"; Montesquieu (*Cartas persas*), por

fazer a sátira mais horrível, ainda que delicada de todos os vícios, prejuízos e costumes da Europa... animando-se a caluniar e ofender, até os dogmas, a disciplina e os ministros da religião cristã.

D'Alembert é proibido por fazer "uma forte invectiva contra os bens que possuem as igrejas, os bispos e os mosteiros".¹⁰

As obras de Diderot — sempre que identificadas como sendo de sua autoria — não merecem tratamento diverso: a licença para impressão lhes é negada, com exceção de sua obra dramática.

No edital de 24 de setembro de 1770 vêm inscritos no novo índice expurgatório que a Real Mesa Censória havia sido encarregada de elaborar: *Étrennes aux esprits forts*, Londres, 1757; *Pensées philosophiques*, Haia, 1735 (por ímpio e libertino) e *Lettres sur les aveugles à l'usage de ceux qui voyent*, Londres, 1794.¹¹

No entanto, no "Índice dos livros de que não se conhece autor" vêm incluídos entre os aprovados o *Discours aux grands de Pologne sur la nécessité de l'extinction des jésuites*, o *Discours sur le préjugé des peines infamantes* (aprovado em 24 de maio de 1787) e a *Histoire générale des dogmes et opinions philosophiques, depuis les plus anciens jusqu'à nos jours*, (Londres, 1768).¹²

Em 2 de abril de 1770 *Les bijoux indiscrets* é suprimido "na classe dos obscenos". Quando à *Histoire philosophique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes* (edição anônima de 1772, embora identificada como sendo do "abbé Reynald" (sic), é proibida pelo edital de 11 de outubro de 1773. Outra edição, de 1780, é apontada no Catálogo, reportando-se à proibição anterior.¹³

10. Todos estes pareceres, apud Timóteo da Silva Bastos, *História da censura intelectual em Portugal* (2ª ed. Lisboa, Moraes, 1983).

11. Santos, op. cit., p. 430.

12. Trata-se de um catálogo de obras censuradas pela Mesa, incompleto, cujos autores não haviam sido identificados; deveria constituir um registro que facilitasse o trabalho dos deputados. As informações são muito incompletas, o que dificulta a pesquisa. Ibidem, pp. 377-378. O índice ocupa as pp. 404-440 e as referências às obras de Diderot estão à p. 411.

13. Catálogo de obras defesas neste Reino, desde o dia da criação da Real Mesa Censória até o presente, apud Marques, op. cit., p. 185.

Em 1782 Diderot merece um parecer que deve ser transcrito por extenso — refere-se às “obras de Mr. Diderot, em 6 tomos, Amsterdam, 1772”. Diz:

Este autor é um filósofo bem conhecido por ser um dos trabalhadores mais (ilegível) obra da *Enciclopédia*. Para formar conceito desta sua obra basta ler o *Tratado dos pensamentos filosóficos* que vem no tomo 5. Nele se vê claramente não admitir religião alguma revelada e ser deísta. Não basta a profissão que faz. Diz que não é necessário imaginar a Deus nem muito bem nem mau: a justiça é entre o excesso de clemência e de crueldade; e assim as penas finitas são entre a impunidade e as penas eternas. Diz que os milagres não são prova da verdadeira religião nem o testemunho dos santos padres, mas só a razão e que crê mais sua razão do que tudo mais ora como a fé se funda na autoridade e não na razão com a existência de um só Deus condena os rigores da penitência a que os santos praticaram ao suicídio porque matar-se de repente, ou abreviar os dias da vida pouco a pouco é o mesmo. Enfim, seria necessário escrever sobre este tratado quase todo para mostrar os absurdos que contém. Foram do mesmo parecer os deputados abaixo assinados. Mesa, 8 de julho de 1782. Francisco de São Bento. Antônio Pereira de Figueiredo. Joaquim de Sant'Ana.¹⁴

Surpreende que seja ignorado o caráter politicamente subversivo da obra. Pela leitura do parecer depreende-se que Diderot, “por ser um filósofo bem conhecido” está previamente condenado; as citações, retiradas de um só dos livros da edição de obras reunidas, e os comentários às mesmas — enfocando exclusivamente os erros teológicos — constituem mera formalidade para justificar a sua condenação. A própria escolha do *Pensées philosophiques* já determina os argumentos que serão utilizados, pois a primeira linha do texto diz “*J'écris de Dieu*.” De qualquer forma, a leitura e interpretação do censor são superficiais e não revelam uma apreciação do sentido geral do texto.

No *Catálogo de livros defesos* aparece a indicação de que, naquela mesma data, fora permitida a publicação das *Oeuvres dramatiques* de Diderot. O padre Antônio Pereira de Figueiredo considera as comédias *O pai-de-família* e *O filho pródigo* “excelentes e dignas de se representarem”. É incluído em 1787 em uma coleção denominada *Teatro estrangeiro, ou coleção das melhores tragédias e comédias dos autores franceses, italianos...*; nessa obra vêm também publicados o *Cid*, o *Avarento* e o *Jogador* (de Regnard), sendo anunciada na *Gazeta de Lisboa* pelo editor Rolland.

As obras de outro cunho de Diderot encontram outra acolhida pelos partidários do Antigo Regime: o padre Teodoro de Almeida, na *Harmonia da razão e da religião* (Lisboa, 1793, vol. IX de sua *Recreação filosófica*) ataca Diderot por seu ateísmo; na *Correspondência anti-jacobina* do padre José Morato (Lisboa, 1809), está atribuída a corrupção dos costumes em Portugal à divulgação da obra de alguns autores, entre os quais Diderot.

Apesar das proibições, os livros de Diderot eram lidos por muitos portugueses. Quando adolescente, a futura marquesa de Alorna, reclusa por ordem de Pombal no mosteiro de Chelas, escreve a seu pai, o conde de Assumar, preso no Forte de Junqueira, para lhe pôr a par de suas leituras: lia “Diderot, menos encantador que (d'Alembert) e também estimável, (que) tem composto um prodigioso número de artigos da *Enciclopédia* (e que) é autor de um tratado célebre chamado *Código da natureza* e atribuem-lhe os dois mais célebres livros que têm saído neste século, o *Sistema da natureza* e o *Sistema social*, os quais são admirados e combatidos pelos dois partidos filosófico e antifilosófico em que es-

14. ANTT. Real Mesa Censória. Censuras, 1782, 21.

tá dividido o mundo literário.¹⁵ Foi também lido pelo notável matemático José Anastácio da Cunha quando este vivia em Valença do Minho; ao ser preso pela Inquisição em 1788, uma das perguntas que lhe foram feitas foi se havia lido "o temerário autor dos *Pensamentos filosóficos*". Bocage também lia Diderot, e o intendente de polícia encontrou entre sua papelada textos proibidos.

Pouco antes da revolução liberal de 1820, é editada em Lisboa uma publicação baseada no *Ensaio para a distribuição das ciências e artes principais, segundo o desenvolvimento do espírito humano*, de d'Alembert e de Diderot. Em 1818 a Impressão Régia publica o *Ensaio de uma distribuição genealógica das ciências e artes principais, segundo a explicação detalhada do sistema dos conhecimentos humanos e o discurso preliminar dos editores da Enciclopédia*, por Mrs. d'Alembert e Diderot em Paris, 1751 (é uma adaptação por Verissimo Antônio Ferreira da Costa, a partir da versão desse texto de autoria de Christian Roth, em Weimar, 1769).

Durante o triênio liberal, a circulação de sua obra foi intensa: "sabe-se pelo ver em algumas cidades desta província (Beira) que existem lojas de livreiro atulhadas de copiosas coleções das impiedades e absurdas doutrinas de... Diderot... que diariamente se vendem à mocidade descautelada".¹⁶

Logo após a reação absolutista, o cardeal patriarca menciona-o expressamente em sua Pastoral de 19/8/23 como sendo um "dos ímpios mestres dos chamados regeneradores" — entre os quais inclui, também, Voltaire, Rousseau e Condorcet.

O levantamento do conteúdo das bibliotecas constitui um indicador para aferir a eficácia e o rigor com que foram efetivamente postas em prática as proibições da censura. Pode-se proceder a esse estudo analisando os catálogos das bibliotecas enviadas em 1769 à Real Mesa Censória, estudando os autos dos seqüestros das livrarias dos jesuítas ou dos envolvidos em movimentos politicamente subversivos, pelos raros e incompletos catálogos elaborados para finalidade de venda ou doação e, finalmente, baseando-se nos registros deixados por viajantes.

No entanto, possuir um livro em sua estante não significa obrigatoriamente que o detentor tenha ou tenha tido interesse no mesmo: muitas circunstâncias fortuitas podem incluir livros em bibliotecas. Esses levantamentos interessam para se conhecer a circulação dos livros, mas não para avaliar a sua leitura ou a adesão às idéias que veicula o texto.

Mais recentemente, o livro sofreu um processo de banalização devido às grandes tiragens possíveis graças aos *pocket books* que, com as técnicas elaboradas de composição, o baratearam muito. Também sofrem campanhas de *merchandising* em que se usam capas atraentes e outros processos para incrementar a compra. Vendidos em supermercados, comprar livro atualmente é um ato despido de qualquer significado mais profundo.

No século XVIII, adquirir um livro era um assunto muito mais sério, e implicava em um real interesse pelo tema ou pelo autor. Interesse que, obrigatoriamente, não significava adesão aos princípios ali expostos, como às vezes sim-

15. Apud Marquez d'Ávila e de Bolama, *A marquesa d'Alorna* (Lisboa, 1916), p. 102.

16. ANTT, Inquisição de Coimbra, Apartados, pasta 10, processo n.º 8.087, integralmente transcrito por João Pedro Ferro, *O processo de José Anastácio da Cunha na Inquisição de Coimbra (1778)* (Lisboa, Palas, 1987).

17. ANTT, MNE, caixa 78, maço 4, n.º 64. Memória de Antônio Monteiro Bandeira Subáguia ao conde de Palmela, s. d.

plisticamente se quer deduzir. Pode-se ter em casa um livro de Rousseau e ser contra as suas idéias; pode-se querer utilizá-lo para refutar a sua ideologia ou, simplesmente, para satisfazer a curiosidade e ficar a par do que os seus conhecidos lêem e comentam. Assim, as conclusões que se deduzem da posse de livros proibidos devem ser muito matizadas.

Não só nos maiores centros urbanos viviam os interessados na cultura filosófica, pois há muitos casos de moradores do interior que possuíam boas bibliotecas. Em Portugal, isto se verifica pela distribuição dos correspondentes da Academia Real das Ciências que recebiam, em sua maioria, as publicações académicas; e que se espalhavam de Trás-os-Montes ao Alentejo. No Brasil também havia muitos correspondentes da mesma Academia, mas estes tendiam a se concentrar nos centros maiores do litoral.

É necessário não esquecer que esses leitores e donos de bibliotecas lusobrasileiros constituem uma minoria quase insignificante da elite; à maioria dos aristocratas, dos grandes senhores rurais, dos altos e médios burocratas, assim como dos comerciantes mais importantes faltava qualquer cultura política. Quanto ao Brasil, diz-nos um dos mais fidedignos historiadores do período:

a ciência política era desconhecida pela quase totalidade dos habitantes... As histórias de Grécia e Roma, o *Contrato social* de Rousseau, e alguns poucos escritos de Voltaire e do abade Raynal... formavam as várias fontes de instrução.¹⁸

Para conhecer o conteúdo das bibliotecas portuguesas de fins do século XVII existe um fundo precioso, constituído pelas listas das livrarias que a Real Mesa Censória determinou, em 1769, fossem enviadas para esse órgão de censura. São mais de quinhentas listas arquivadas no ANTT a pedir um estudo quantitativo, através da informática. Apesar de se presumir que os donos de livros proibidos não iriam incluí-los nas listas exigidas, podemos contar com o fato de que muitos não sabiam com exatidão se um livro ou um autor era ou não proibido. Tanto mais que um exame superficial desses arrolamentos mostra que o hábito de possuir e ler livros era muito mais divulgado em Portugal do que se podia imaginar: há roês de livros de dois sangradores, de um "limpador de armas do Arsenal", um boticário, um ourives. E também do ex-jesuíta, matemático e astrónomo, futuro vice-reitor de Coimbra, o padre José Monteiro da Rocha. Assim, um trabalho de sociologia da cultura a partir dessa fonte seria de grande valia para se conhecer melhor o Portugal pombalino.

Com exceção das ordens religiosas, não era costume manterem-se catálogos completos e atualizados das bibliotecas de instituições ou particulares. Uma notável exceção foi monsenhor Ferreira Gordo, cujo catálogo, de 1807, indica que possui os 35 volumes da *Encyclopédie*; também o *Catálogo dos livros da biblioteca da Academia Real das Ciências*, de 1792, é admiravelmente bem elaborado.¹⁹

As bibliotecas dos jesuítas de Lisboa não continham obras de Diderot, assim como a do convento de São Francisco de Caria. Mas ignoramos o conteúdo das demais bibliotecas conventuais no fim do século, quando havia, abertas ao público, a do convento de São Francisco da Cidade, a de São Domingos, a das Necessidades (com 26 mil volumes) e a de Mafra (muito rica). O *Catálogo de li-*

18. João Armitage, *História do Brasil* (2ª ed. bras., Rio de Janeiro, s. ed., 1914), p. 5.

19. ACL, ms. a. 85; idem, ms. a. 624.

vros da Livraria do Convento de N. Sr. de Jesus de Lisboa pertencentes aos Religiosos... de São Francisco, de 1825, arrola o teatro de Diderot, a *Encyclopédie* na edição de Luca e na de Paris/Neuchâtel. O *Catálogo da Livraria dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho de Lisboa*, muito bem-feito, não indica qualquer livro de Diderot. O *Índice alfabético e universal da Livraria do Real Mosteiro de Alcobaça*, de 1819, menciona um "Didelot" (sic) e indica possuir a *Enciclopédia*; já o *Catálogo Geral... do Real Colégio das Ordens Militares* (Santiago e Aviz), em Coimbra, elaborado em fins do século, indica muitas obras de Diderot, além de outras de Condillac, Mably e Montesquieu.²⁰

Em 1834, com a alienação dos bens do clero, as bibliotecas religiosas foram vendidas, furtadas, desmembradas ou extraviadas. No melhor dos casos, incorporadas à Biblioteca Real (como a de Alcobaça) ou (Convento de Jesus) à Academia das Ciências.

Outra fonte para se conhecer as bibliotecas particulares é o arrolamento para fins de seqüestro de bens: em Portugal temos alguns desses documentos entre os quais a 'Relação dos livros do ex-marquês de Alorna depositados na Real Biblioteca Pública', que não menciona qualquer obra de Diderot, o que é de estranhar, sendo uma biblioteca variada e atualizada. Tem a *Enciclopédia*, mas incompleta. Uma segunda relação, com a mesma finalidade, é a do ex-conde da Ega: foi entregue à Academia das Ciências e tampouco contém obras de Diderot.²¹

Conhecemos algumas bibliotecas brasileiras graças a alguns estudos já realizados²² — como os referentes às dos Rezende Costa e do cônego Luís Vieira da Silva — e através dos arrolamentos, para fim de seqüestro, dos bens dos jesuítas ou dos implicados em movimentos sediciosos: esses homens estavam a par da literatura política européia e norte-americana. Temos a descrição das bibliotecas de alguns dos inconfidentes mineiros, dos envolvidos na devassa ordenada pelo vice-rei conde de Resende e na sedição baiana.

Por ocasião do seqüestro, em 1759, a biblioteca dos jesuítas no Rio de Janeiro não revela obras de Diderot ou dos *philosophes*; tampouco as dos demais colégios, embora fossem muito ricas. O padre Serafim Leite, em sua *História da Companhia de Jesus* avalia a acima mencionada em 15 mil livros; as três bibliotecas do Pará continham quatro mil livros; as do Maranhão aproximadamente 14 mil, versando sobre teologia, direito moral, asceticismo, hermenêutica das escrituras, apologética, liturgia, filosofia e também ciências e letras profanas. A da Casa da Vigia era composta de mil e seis livros, em sua maioria religiosos, embora contivesse alguns de ciências e alguns clássicos gregos.²³

20. J. Ferreira Gomes, 'As antigas livrarias dos jesuítas em Lisboa', *Broteria* 40 (2), pp. 153-160, Lisboa; ACL, ms. v. 81; Idem, ms. v. 953-960; ANTT, RMC, Catálogo das livrarias, n.º 668; BGC, n.º 1.315.

21. ANTT, Juízo da Inconfidência, maço 276; ACL, ms. a. s/cota.

22. Clado Ribeiro de Lessa, 'As bibliotecas brasileiras nos tempos coloniais', *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 191, pp. 339-345, 1946; Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial* (São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1979); Eduardo Friero, *O diabo na livraria do cônego* (Belo Horizonte, Cultura Brasileira, 1946); Bradford Burns, 'O Duminismo em duas bibliotecas do Brasil colônia', *Universitas*, Salvador, 8/9, pp. 5-15, 1971; Sílvia Gabriel Diniz, 'Bibliotecas setecentistas em Minas Gerais', *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, 6, pp. 332-344, 1959.

23. 'Auto do inventário e avaliação dos livros que se acham no Colégio desta cidade seqüestrados aos denominados jesuítas', *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 301, pp. 212-259, 1973; padre Serafim S. J. Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Lisboa/Rio

A biblioteca dos Rezende Costa (pai e filho) foi, posteriormente à Inconfidência, doada à biblioteca pública da cidade de São João del-Rei. Além de obras de Condorcet, Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Mably, Beccaria e Adam Smith, encontra-se a *Histoire de Raynal*.²⁴

Em seu *Tratado de Direito Natural* (dedicado a Pombal), Gonzaga não aproveitou o contributo ideológico dos *philosophes* para compor, (entre 1773 e 1778), a obra, já que a mesma tem um embasamento teológico incompatível com o ateísmo, deísmo ou livre pensamento que caracterizava a filosofia do século, sobretudo em suas versões francesa e inglesa. Alinha-se na corrente da Ilustração católica: a sua máxima decisiva é de que a lei natural é expressão da vontade de Deus. Sua obra é jusnaturalista, mas imbuída de teologia e ainda presa à escolástica — é o direito natural possível em Portugal nos anos setenta do século.²⁵

O conde de Resende ordenou uma devassa no Rio de Janeiro com o objetivo de descobrir

... as pessoas que com escandalosa liberdade se atreviam a envolver em seus discursos matérias ofensivas à religião e falar dos negócios na Europa com louvor e aprovação do sistema atual da França.

As denúncias que serviram de base ao inquérito referem-se a três membros da Sociedade Literária fundada em 1786, no Rio: o poeta Manuel da Silva Alvarenga, o bacharel em filosofia Mariano José Pereira e o médico Jacinto José da Silva. Chegara aos ouvidos do vice-rei que eles sustentavam

que os reis não são necessários; que os homens são livres, e podem todo o tempo reclamar a sua liberdade: que as leis, porque hoje se governa a nação francesa, são justas, e que o mesmo que aquela nação praticou, se devia praticar neste continente... Que a Sagrada Escritura assim como dá poder aos reis para castigar os vassallos, o dá aos vassallos, para castigar os reis... (proposições estas)... próprias de enganar e seduzir o povo rústico, e ignorante, e de apartá-lo do amor, e fidelidade, que deve aos seus legítimos e naturais soberanos...

O vice-rei determinou que fosse feito um inventário de todos os livros dos suspeitos, "para se evitar uma faísca, que ocultamente poderá rebentar em um grande incêndio". Em casa do Dr. Jacinto José da Silva foi apreendido um texto em francês contendo "matérias menos ortodoxas da religião católica". Silva Alvarenga, informado durante o interrogatório de que em sua biblioteca fora achada a *Histoire philosophique* alegou desconhecer que a mesma contivesse

doutrinas erradas, ou que dirigissem a atacar as monarquias (afirmando que)... não lera mais que os títulos reservando a sua lição para o tempo das férias, e que os dois livros do abade Reinal (sic) não eram seus mas emprestados por Mariano José Pereira.

de Janeiro, 1943), vol. 4, pp. 287-288; idem, 'Uma biblioteca portuguesa no Brasil dos tempos coloniais' em *Brasília*, Coimbra, 1, pp. 257-267, 1942.

24. Bradford, op. cit.

25. 'Autos da devassa da Inconfidência mineira'. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1936, 7 vols.

26. J. S. Silva Dias, 'Pombalismo e teoria política' em *Cultura — história e filosofia*, Lisboa, pp. 102-168, 1982.

Os seus livros foram mais tarde vendidos à Biblioteca Real, e conserva-se a lista das 1.576 obras que a compõem, entre as quais figura *Jacques le fataliste*.

Mariano José Pereira foi acusado de possuir, ler e fazer ler a outras pessoas

livros franceses que tinham por objeto o derramar os princípios da revolução, e arraigados no coração dos franceses e mais leitores...

Perguntado se não tinha entre estes a *Histoire philosophique* respondeu que era verdade que a possuía. Segundo a acusação, Raynal/Diderot

fora o primeiro ou um dos primeiros que em várias partes da mesma obra derramou os princípios de que os monarcas são uns déspotas, e uns tiranos, e que os homens sem ofensa das leis e do Direito Natural podiam em qualquer estado reclamar a uma liberdade contrária às mesmas leis.

Em seu poder também foi encontrado o *Supplément au voyage de Bougainville*.²⁷

Em agosto de 1798, o governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, determina a abertura de um inquérito para averiguar "a rebelião e levantamento projetado... a fim de se estabelecer no continente do Brasil um governo democrático". Dois dos envolvidos tiveram seus livros seqüestrados: Cipriano José Barata de Almeida, bacharel em filosofia e cirurgião (64 volumes, quase todos de medicina, ciências naturais e exatas) e Hermógenes Francisco de Aguiar Pantoja, que possuía o *Dictionnaire philosophique* de Voltaire.²⁸ Os panfletos distribuídos pelos implicados na conspiração demonstram as fontes francesas que os embasaram, sem que se possa identificar como sendo de Diderot qualquer dos textos transcritos.²⁹

Os inventários e testamentos descrevem e avaliam os livros: São Paulo publicou extensas séries desses documentos, mas a maioria das bibliotecas particulares paulistas reduzem-se a alguns livros de devoção religiosa.³⁰ Como ainda não foram estudados sistematicamente os inventários e testamentos da Metrópole ou de outros centros coloniais como a Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão ou Minas Gerais as pistas a levantar através desses fundos documentais permanecem desconhecidas.

Entre as bibliotecas descritas pelos viajantes que aportaram ao Brasil no início do século XIX destaca-se a do padre baiano Francisco Agostinho Gomes, apontada como a melhor e maior do Brasil. O inglês Thomas Lindley, que a conheceu em 1803, refere-se a ela com entusiasmo, registrando que continha a *Enciclopédia* de d'Alembert.³¹ Essa coleção de livros foi depois doada à Biblioteca Pública da Bahia, criada graças à iniciativa de 129 subscritores, sem qualquer ajuda do governo. Seu acervo inicial era de três mil obras, e o mesmo nos é

27. 'Devassa ordenada pelo vice-rei conde de Resende', em *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 61, pp. 239-323, 1937. Todas as citações anteriores sem referência são deste documento.

28. 'Auto da devassa da Inconfidência da Bahia: devassas e seqüestros'. Separata dos vols. 93, 94, 95, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1931.

29. Kátia M. de Queiróz Matoso, *Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798* (Salvador, Itapua, 1969).

30. *Inventários e testamentos* (São Paulo, Arquivo do estado, 1920-1977).

31. *Apud Moraes*, op. cit., p. 29; Thomas Lindley, *Narrative of a voyage to Brazil*, Londres, pp. 67-68, 1805.

conhecido graças a um arrolamento, que não registra qualquer obra de Diderot a não ser, evidentemente, a *Enciclopédia*.³²

Dois importantes bibliotecas paulistas — a da Cúria Metropolitana e a do convento de São Francisco — foram compradas pelo governo provincial pouco depois da Independência, vindo a servir à Faculdade de Direito. Existe uma listagem sumária desses livros pela qual vê-se que contém muitas obras que refletem os mais modernos avanços do século XVIII em ciências naturais e exatas. Figuram também Montesquieu, Locke, Mably, Condillac, Voltaire, Condorcet, Feijó e as enciclopédias *Méthodique* (de Panckoucke) e *Economique* (de Felice).³³

No Brasil, o impacto de Diderot foi talvez mais significativo durante o período colonial. Seus livros foram estudados e a obra onde ele desenvolve as suas concepções anticolonialistas — *Histoire philosophique*, de Raynal — é muito divulgada na colônia, influenciando fortemente os meios ilustrados. É inclusive citado na correspondência burocrática das autoridades coloniais. É verdade que neste caso não há qualquer conotação política: Raynal fornece uma informação sobre as riquezas minerais de São Paulo que o governador manda verificar: "tendo encontrado no abade Raynal, no 5º volume da *História filosófica*, falando de São Paulo, que (havia minas de ferro e estanho perto de Sorocaba) passei logo a perguntar-lhe pelas ditas minas... verá V. Exa. que se engana o abade Raynal em o nome da serra..." No entanto, mostra a familiaridade dessas autoridades com o autor francês, o que comprova também a difusão do livro. Em Cuiabá, o cônego Vidigal possuía-o, o que provocou a Inquisição. O grande botânico padre João Loureiro refere-se a ele em sua *Da transplantação das árvores mais úteis de países remotos* e o vice-rei do Brasil, D. Fernando José de Portugal, nomeia-o como obra sua. Também D. Francisco de Lemos, bispo e reitor de Coimbra, tinha um exemplar do livro.³⁴

No entanto, e para não abandonar os critérios metodológicos expostos na introdução deste trabalho, deveria averiguar também os textos políticos contrários ao reformismo ilustrado.

No Brasil ninguém se preocupou ainda em levantar as omissões de textos significativos nas bibliotecas ou as obras antifilosóficas, tão importantes para configurar o pensamento de seus leitores. Nesse sentido, podemos citar um caso, o da biblioteca do convento de Santo Antônio em São Luís do Maranhão, visitada em meados do século pelo poeta Gonçalves Dias. Era composta

por volumes de teologia casuística, de filosofia rancosa... por toda a literatura, o teatro de Voltaire e Metastasio... por toda a ciência, Montesquieu, envergonhado de se achar entre uma álgebra escrita em latim e as *Recreações filosóficas* do padre Teodoro de Almeida.³⁵

32. *SMBN*, Catálogo dos livros que se acham na Livraria Pública da cidade da Bahia, em maio de 1818, cód. VII. 4. 9. (ms.).

33. Myriam Ellis, 'Documentos sobre a primeira biblioteca pública oficial de São Paulo', *RH*, 30, pp. 387-447, 1957 e 'Catálogo da primeira biblioteca de São Paulo, organizada em 1827 pelo padre José Antônio dos Reis', ANRJ, caixa 364, doc. 5.

34. Ofício de 2.8.1788, de Bernardo José de Lorna, governador de São Paulo a Martinho de Melo Castro, secretário de Marinha e Ultramar, em *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, 45, pp. 10-11, 1924; ANTT, Inquirição de Lisboa, 2.736; João de Loureiro, 'Da transplantação...' em *Memórias econômicas da ACL*, 1 (1789), p. 156; ANTT, Inquirição de Lisboa, 13.690; Manuel Augusto Rodrigues, *Biblioteca e bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*. Arquivo da Universidade, p. 84, 1984.

35. Antônio Gonçalves Dias, 'Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas para

Já em Portugal, entre outros trabalhos de valia destacando a resistência às ideias novas, destaca-se um trabalho que descreve o confronto entre a apologética e o enciclopedismo, usando meios modernos de história cultural quantitativa.³⁶

O interesse por Diderot não desapareceu. Tanto por parte do meio académico luso-brasileiro (que estuda a vertente política e literária de sua obra)³⁷ como por parte do público mais amplo, que continua a ler algumas de suas obras de ficção como *A religiosa*, editada 15 vezes entre 1912 e 1980.

No Rio de Janeiro, em 1978, uma dissertação de mestrado lhe foi dedicada com o título 'O espaço intelectual de *Jacques le fataliste*'³⁸ (nesse mesmo ano, em todo o Brasil, 15 teses sobre autores franceses foram defendidas).³⁹ Em Lisboa, uma dissertação de licenciatura em ciências histórico-filosóficas com o título de 'Filosofia e técnica científica: breve análise do problema através de uma interpretação da *Interpretação da natureza*. Diderot'.⁴⁰

Um arrolamento dos estudos publicados em Portugal e no Brasil permite verificar como as reflexões sobre o pensamento de Diderot têm se aproveitado dos mais diversos enfoques que a natureza dessa obra permite.⁴¹

Por ocasião do segundo centenário da morte do pensador, em 1984, a Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII organizou em Lisboa (janeiro de 1985) um grande encontro de especialistas de sua obra. As Atas trazem estudos de grande valia, tanto de portugueses e brasileiros como de estrangeiros que vieram participar desse encontro científico.⁴²

Creio poder afirmar que Diderot seja um dos romancistas do século XVIII mais lidos em Portugal e no Brasil, o que se comprova pelas sucessivas edições que mereceu.⁴³

coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão'. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 16 (3), pp. 370-384, 1853.

36. João Luís Lisboa. 'Enciclopedismo e antienciclopedismo' em *Prelo*, 4, pp. 97-107, 1984.

37. Carlos do Nascimento Rodrigues, *Filosofia e técnica científica...* Faculdade de Letras de Lisboa, 1960; Luís de Pina, 'Verney, Ribeiro Sanches e Diderot na história da Universidade', *Studium Generale*, Porto, 2, 1960; Jaime Brasil, *Diderot e a sua época* (Lisboa, Inquérito, 1940). Mais recentemente, Irene Maria Ferreira, 'O sonho de Diderot', *Prelo*, 4, pp. 53-57; Hernani A. Resende, 'O direito natural e Diderot, alguns problemas do pensamento social na segunda metade do século das Luzes', *Ler História*, Lisboa, 14, pp. 3-39, 1988.

38. Sonia Oliveira Almeida, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975. Apesar de seu caráter literário, as conclusões indicam uma sensibilidade para o aspecto político dessa obra, pois "questiona os princípios que regem o homem, a sociedade e as instituições... insulta-se a ordem estabelecida, relativiza-se o valor da tradição, acusa-se o comodismo do homem que aceita sem exame os conceitos que lhe são transmitidos". *Catálogo de banco de teses*, Brasília, CNPq/MEC, vol. 3, p. 438, 1978.

39. Malraux (3 teses), Camus, René Cher, Flaubert, Raymond Anneau, Paul Valéry, Jean Anouilh (2 teses), Nerval, Bernanos, Zola, Voltaire e Diderot.

40. Apresentada em 1960 à Faculdade de Letras, Lisboa.

41. *Páginas filosóficas* (trad. de Adolfo Roitman, São Paulo, Cultura Moderna, 1939); *Paradoxo sobre o autor* (Lisboa, Inquérito, 1941); *Obras filosóficas* (São Paulo, Brasil, 1952); *A filosofia de Diderot* (introd. e notas de J. Guinsburg, São Paulo, Cultrix, 1966); *A enciclopédia. Textos escolhidos* (2ª ed., Lisboa, Estampa, 1974; Lisboa, Círculo dos Livros, 1971); *Carta histórica e política sobre o comércio do livro*. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 1978; *Textos escolhidos* (trad. e notas de Marilena Chauí e J. Guinsburg, São Paulo, Abril, 1979); *Suplemento à viagem de Bougainville* (Lisboa, &, 1984).

42. *Diderot. Comunicações apresentadas ao Colóquio Internacional Diderot* (Lisboa, Universitária, 1987). As comunicações são: Manuel Breda Simões, 'Diderot ou da antifilosofia'; Graça Almeida Rodrigues, 'Diderot e o historiador do outro: portugueses e brasileiros em alteridade'; Alfredo Margaride, 'Diderot e o outro'; Maria Alice Seixo, 'Clausura social e ocultação narrativa: *La Religieuse* de Diderot'; Eduardo Chitas, 'Hegel, Diderot e o sobrinho de Rameau'; Leopoldo

Abreviaturas

- ACL — Academia das Ciências de Lisboa
 ANRJ — Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
 ANTT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa
 CEN — Companhia Editora Nacional
 BGC — Biblioteca Geral de Coimbra
 BNL — Biblioteca Nacional, Lisboa
 CGSO — Conselho Geral do Santo Ofício
 CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 DI — *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*
 MEC — Ministério da Educação e Cultura

- RH — *Revista de História*, Universidade de São Paulo
 SMBN — Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional

Abstract:

The article proposes the exam of the appeal raised by Diderot's writings and its influence in Portugal and in Brazil. The author, first of all, collects information about Diderot's works in some libraries of the XVIIIth century; then he identifies the divers printed translations, describing the most recent course of study about his philosophical, political and literary works, as well as a research about the influence of his ideas in the domain of anthropology, aesthetics and literature in Brazil and in Portugal.

Résumé:

L'article se propose à dresser un bilan de l'intérêt suscité par l'oeuvre de Diderot et de son influence au Portugal et au Brésil. Pour y parvenir, l'auteur fait d'abord le relevé de ses oeuvres dans un certain nombre de bibliothèques du XVIII^{ème} siècle; ensuite il mène à bout l'identification des diverses traductions parues en dressant, enfin, un tableau des études plus récentes sur l'oeuvre philosophique, politique et littéraire de Diderot, ainsi qu'une enquête sur l'influence de sa pensée dans les domaines de l'anthropologie, de l'esthétique et de la littérature au Brésil et au Portugal.

- Jobim, 'O ético, o social e o processo civilizatório em Diderot'; José Esteves Pereira, Luzes na *Enciclopédia*, Luzes em Portugal'; Maria Helena Carvalho dos Santos, 'O conceito de liberdade: Suzana versus Bárbara'; Betânia de Almeida, 'Conceito de desenho e de pintura em Diderot'; Manuel Cadafaz de Matos, 'Para uma perspectiva humanística de Diderot'; Anita Novinsky, 'Diderot e os judeus'.
43. *O pai de família* (Lisboa, Rolíandiana, 1778); — (Rio de Janeiro, Villeneuve, s. d.); *A Religiosa* (trad. de Carlos José de Meneses, Lisboa, Guimaráes e Cia., 1912); — (Porto, Chardon e Lello, 1916); — (pref. de Jaime Brasil, Lisboa, O Século, 1923); — (Lisboa, Meneses, s. d.); — (Rio de Janeiro, Edições do Povo, 1947); — (trad. de João Gaspar Simões, Lisboa, Arcádia, 1965); idem, 1971; idem, 1975; — (Lisboa, Círculo de Leitores, 1972); — (São Paulo, Edibolso, 1976); — (trad. de F. Romão, Lisboa, Discólviro, 1985); *O sobrinho de Rameau* (trad. de Vítor de Azevedo, Rio de Janeiro, Athena, 1936); idem, 2^a ed. (prefácio de Goethe), 1957; — (Introd. e notas de Henri Bénac, [trad. de António Bulhões e Miccio Tati] São Paulo, Difel, 1962); — (São Paulo, Círculo do Livro, 1973); — (São Paulo, Abril, 1980); *Tiago o fatalista* (trad. de Fonseca Amaral, Lisboa, Estampa, 1972); *Jacques o fatalista* (introd. e notas de Henri Bénac, [trad. de António Bulhões e Miccio Tati], São Paulo, Difel, 1962); — (trad. de Raul Correia, Lisboa, Amigos do Livro, 1978); *As mais lindas cartas de amor* s. l., s. d.; *As jóias indiscretas* (Lisboa, Europa-América, 1976); *Obras romancescas* (São Paulo, Difel, 1962).

O medo dos "abomináveis princípios franceses": a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil*

Lúcia Maria Bastos P. das Neves
Tânia Maria T. Bessone da C. Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

... a extraordinária e temível revolução literária e doutrinal que nestes últimos anos, e atualmente, tem tão funestamente atentado contra as opiniões estabelecidas, propagando novos, inauditos e horrosos princípios, e sentimentos políticos, filosóficos, ideológicos e jurídicos derramados e disseminados para ruína da religião, dos impérios e da sociedade: toda a prudência religiosa e política exige que, para reparação do pretérito e precaução do futuro, se recorra a outros meios e providências que possam com maior vigor e eficácia ocorrer a tantos males e ruínas.¹

Tais palavras são parte do decreto de 17 de dezembro de 1794, estabelecido no governo do príncipe D. João, pelo qual se abolia o tribunal da Real Mesa da Comissão Geral do Exame e Censura dos Livros, reintegrando-se em Portugal, e conseqüentemente no Brasil, as tradicionais instituições da censura: a Inquisição, o Ordinário e a Mesa de Desembargo do Paço. A própria data é uma revelação: a notícia da conflagração de 1789 na França, os últimos acontecimentos de 1792 com a proclamação da República e especialmente os episódios de 1793 — a execução do rei Luís XVI e a convenção montanhosa — provocaram uma reação por parte das autoridades portuguesas, preocupadas com a difusão das idéias francesas em seu país. Tal decreto evidencia com perfeição o estado de ânimo que se instalou em Portugal. José de Seabra, ainda em 1789, dirigia um aviso à Mesa Censória, admoestando sua tolerância com relação à difusão, no território luso, de milhares de livros escandalosos, libertinos e sediciosos, livros vindos do estrangeiro e que "confundiam a liberdade e felicidade das nações com a licença e ímpetos grosseiros dos ignorantes, desassossegavam o povo rude, perturbavam a paz pública e procuravam a ruína dos governos".²

A intenção desta comunicação é analisar a rígida atitude dos poderes do Estado no controle da censura, como uma tentativa de conter o avanço da propaganda das idéias revolucionárias francesas e a onda invasora do enciclopedismo

1. Decreto de 17 de dezembro de 1794, apud José Timóteo da Silva Bastos, *História da censura intelectual em Portugal* (Lisboa, Moraes Editores, 1983), p. 151.
2. Caetano Beirão, *D. Maria I: 1777-1792* (Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1944), p. 339.

e do liberalismo em Portugal. Como documentação básica foram utilizados os pedidos de licença enviados à Mesa do Desembargo do Paço, bem como os pareceres emitidos pelos censores relativos à importação ou despacho de livros nas alfândegas, ou ainda opiniões sobre a impressão de manuscritos da época. Esses documentos foram encontrados no Arquivo Nacional.

No Brasil, principalmente após o decreto de 13 de maio de 1808, de autoria do ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, estabelecendo a Imprensa Régia, surgiu uma maior preocupação com a questão da censura. As instruções provisórias para o regimento desta instituição determinavam a criação de uma junta com o objetivo de regular e administrar o sobredito estabelecimento. Esta junta era composta por três deputados: o oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra — José Bernardo de Castro — e os dois deputados das mesas de inspeção do Rio de Janeiro e da Bahia — Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa. Estes diretores tinham o encargo "de examinar os papéis e livros que se mandarem publicar, e de vigiar que nada se imprima contra a religião, governo e bons costumes".³ Entretanto, ainda em 1808, a Mesa do Desembargo do Paço solicitava a Sua Alteza Real o direito de exercer a jurisdição sobre a censura dos livros, com base no alvará de 17 de dezembro de 1794. Atendendo à proposta da Mesa foram aprovados e nomeados para o cargo de censores régios: frei Antônio da Arrábida, padre João Manzoni, José da Silva Lisboa e Luis José de Carvalho e Melo, embora outras nomeações tenham ocorrido posteriormente. A partir de então, nada se imprimia sem a censura prévia: os originais eram encaminhados à Imprensa Régia, por aviso da Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, e examinados pelos censores régios e pelo Desembargo do Paço. Também a questão da importação de livros foi levantada pela Mesa, ficando determinado que nenhuma obra poderia ser retirada ou despachada das alfândegas sem a devida licença do Desembargo do Paço.⁴ Toda esta sistemática para a divulgação dos livros - impressos no Brasil ou vindos do estrangeiro — permaneceu inalterada até a revolução do Porto de 1820, com o início da relativa liberdade de imprensa.

A despeito da incessante intervenção dos censores, zelosos em seus pareceres para preservar os bons costumes, a religião e a estabilidade do governo, os "abomináveis princípios franceses" infiltravam-se entre a intelectualidade lusobrasileira. Livros proibidos circulavam entre os principais livreiros da época, estabelecidos em Portugal, que também atendiam aos mercadores de livros no Brasil. Inúmeros documentos, especialmente as devassas das conjurações do final do século XVIII, provam que as obras proibidas pela Real Mesa Censória, criada no período pombalino, faziam parte das bibliotecas do clero, de alguns elementos da aristocracia e de vários estudantes que haviam freqüentado Coimbra.⁵ O medo social, que então reinava entre os governantes, pode ser detectado através dos pareceres sobre os pedidos de licença para impressão de obras, bem como para sua importação, à Mesa do Desembargo do Paço. As opiniões dos diversos censores régios que o Brasil conheceu a partir de 1808 são reveladoras

3. Aviso de 24 de junho de 1808, apud José P. de F. Araújo, *Legislação brasileira... de 1808 até 1831...* (Rio de Janeiro, J. Villeneuve & Comp., 1836), pp. 28-30.

4. Arquivo Nacional. Coleção Desembargo do Paço (doravante AN:DP.), caixa 154, pacote 4, doc. 110, 12.9.1808. AN:DP, caixa 153, pacote 3, doc. 25, 27.9.1808.

5. Luis Antônio de Oliveira Ramos, "Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII" (Casos portugueses). *Revista da Faculdade de Letras. Série História*, vol. 4, 1973-1974, pp. 1-14 (Separata).

da mentalidade de uma época: homens esclarecidos que defendem as idéias da Ilustração para a organização de uma nova sociedade, que, entretanto, não aceitam uma revolução nos moldes franceses. As reformas pautadas na razão eram bem-vistas para se evitar os perigos de uma convulsão social que poderia abalar os alicerces tradicionais da sociedade luso-brasileira, idealizada sobre a fé e a razão.

Um exemplo desse homem ilustrado do início do século XIX foi Mariano José Pereira da Fonseca. Espírito cultivado em Coimbra, foi um dos presos na devassa da Conjuração do Rio de Janeiro, em 1794. Em seu processo podemos conhecer sua biblioteca, na qual figuravam inúmeros livros proibidos pela Real Mesa Censória, como as obras completas de Voltaire, *História filosófica e política do comércio e dos estabelecimentos dos europeus nas duas Índias*, de autoria do abade Raynal, *Cartas cabalísticas*, *Cartas chilenas* e o *Bonnet de nuit* de Mercier, todas em francês. Reabilitado em 1797, foi nomeado em 1808 membro da Junta de Imprensa Régia, que devia fazer inicialmente a censura dos livros, e em 1818 escolhido censor régio.⁶ Sua visão de homem esclarecido, nos moldes da Ilustração portuguesa, ficava bem nítida através da leitura de um de seus pareceres já como censor, em 1819, no qual afirma:

Há, porém, na língua francesa, livros ímpios, sediciosos, inflamatórios, e de uma execranda obscenidade, diretamente compostos e destinados para abalar e subverter o trono, o altar e os bons costumes. E contra estes, particularmente, que deve exercer-se a severidade censória, e tomar-se medidas mais austeras e vigorosas do que contra a peste, cujo dano me parece muito menor que o do moderno contágio mental e moral.⁷

Outros aspectos fundamentais da mentalidade luso-brasileira frente à propagação das novas idéias liberais também podem ser detectados através das fontes consultadas. É evidente, por exemplo, a preocupação dos censores régios em verificar as supostas tentativas de burla da censura pelos importadores de livros, seja para uso pessoal, seja para a venda ao público leitor. A falta de objetividade na confecção das listagens de livros — ausência de autor, obras com nomes trocados ou adaptados — enviadas à Mesa, podia ser intencional para ludibriar o censor ou ser "imperícia ou negligência dos escreventes". Assim, José da Silva Lisboa, em um parecer sobre a licença pedida pelo padre Luís Carlos Franche, afirma:

O livro aí notado — *Emílio* — outro também em dúvida se será nome disfarçado para encobrir o autor; e se na realidade é de J. Jacques Rousseau (o que se não declara na lista), certamente não deve correr, por ser tão notoriamente infiel e contraditor da religião cristã, o seu solístico autor...⁸

Pode-se ainda constatar que a maioria das licenças solicitadas estava relacionada à entrada ou despacho de livros estrangeiros nas alfândegas do Brasil. Os poderes do Estado evitavam com todo o rigor as notícias da grande convulsão de Paris, bem como a divulgação de seus princípios filosóficos. Qualquer suspei-

6. AN:DP, caixa 153, pacote 1, doc. 8. Para os livros proibidos, cf. Ignácio Miguel Pinto Campello, 'Relação dos livros apreendidos ao bacharel Mariano José Pereira da Fonseca - Seqüestro feito em 1794,' *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 63, pp. 15-18, Rio de Janeiro, 1901.

7. Idem, caixa 171, pacote 3, doc. 43, 21.1.1819.

8. Idem, caixa 170, pacote 3, doc. 73, 29.7.1818.

ta de adesão ou simpatia às idéias francesas era suficiente para impedir que o livro circulasse no país. Nesse sentido, até mesmo os inventários realizados podiam trazer à tona obras proibidas que deveriam ser recolhidas ao Desembargo do Paço. Por exemplo, o ofício do juiz de fora de Campos à Mesa, em 12 de outubro de 1814, remete a relação e, inclusive, livros proibidos encontrados no inventário que procedeu dos bens de Francisco Alves de Mattos Prego, da vila de São Salvador dos Campos.⁹ Por outro lado, em 1819, o censor régio Mariano José afirmava que dificilmente poucos livros modernos escritos em francês poderiam resistir a uma rigorosa censura portuguesa, o mesmo ocorrendo com os ingleses, com uma única diferença: "a leitura dos primeiros é popular e vulgar, e a dos outros só privativa de poucas pessoas pela dificuldade da língua e gravidade das matérias". Assim, os livros mais perigosos à moral e à ordem estabelecida eram, naturalmente, os franceses.¹⁰

Mesmo quando estavam à venda, nas lojas dos livreiros, as obras consideradas perigosas ou proibidas podiam ser confiscadas. Assim, em ofício de 7 de setembro de 1820, enviado ao desembargador e ouvidor-geral do crime Manuel José Batista Filgueiras, pelo conde de Palma, declarava que na Loja da Gazeta da cidade da Bahia foram encontrados livros "expostos à venda pública" de Pigault le Brun, de Louvet de Couvray e de Laclous. Estas obras eram consideradas proibidas, de acordo com a legislação de 1795; logo, deviam ser apreendidas e remetidas ao Tribunal do Desembargo do Paço.¹¹

A análise realizada pelo poder público para as obras importadas era extremamente rigorosa, sendo baseada no amplo conjunto de leis em vigor desde a criação da Real Mesa Censória. Nesse caso, as obras clássicas interditas por esse órgão como as de Voltaire, Rousseau, Montesquieu e do abade Raynal, entre outras, eram simplesmente impedidas pelos censores de circularem no país, tendo como fundamento a citada legislação.¹² Por outro lado, também era possível que a opinião pessoal do censor interferisse na avaliação das obras, que mesmo porventura não constassem do índice dos livros proibidos, mas que poderiam dar margem a discussões ligadas aos princípios franceses. Assim, José da Silva Lisboa, num parecer sobre as obras de Mably, afirmava que deviam ser censuradas, apesar do "mérito literário do autor", porque ele muito contribuiu "para a revolução da França pelas doutrinas monárquicas e extravagantes da igualdade e liberdade das democracias e pelos falsos princípios de moral".¹³ De igual modo, o mesmo censor, em 1818, negava a licença para *De la liberté des mers*, escrita por Barreres [sic], porque

o autor desta obra foi um dos mais sanguinários sócios do monstro Robespierre. Que se pode esperar desse arqui-revolucionário? Ainda que o escrito parece ter por objeto mera questão de Direito das Gentes, sobre a liberdade de navegação, ele não é mais do que um outro libelo difamatório contra o governo britânico e seus aliados, que intitula seus escravos; e sobretudo um pregão continuado de princípios revolucionários da soberania do povo, igualdade e liberdade, ódio aos monarcas, até com calúnia à religião.¹⁴

9. *Idem*, caixa 169, pacote 2, doc. 37, 12.10.1814.

10. *Idem*, caixa 171, pacote 3, doc. 43, 21.1.1819.

11. *Idem*, caixa 170, pacote 4, doc. 82, setembro/outubro/1820.

12. Para o catálogo de livros proibidos no Reino desde a criação da Real Mesa Censória, cf. Maria Adelaide Salvador Marques, *A Real Mesa Censória e a cultura nacional* (Coimbra, Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1963), pp. 118-206.

13. AN:DP., caixa 169, pacote 1, doc. 8, 10.11.1818.

14. *Idem*, caixa 169, pacote 3, doc. 101, 14.2.1818.

Mesmo concordando com a importação de algumas obras, o zeloso censor José da Silva Lisboa observava aspectos negativos a serem ressaltados na obra de N. de Bonaville [sic] — *História da Europa moderna*, escrita em francês e impressa em Genebra, em 1789 — porque embora não fosse um ataque à religião e à boa ordem dos estados, o escritor, contudo, “é dos admiradores de Voltaire e Rousseau e é de opinião de geral tolerância, ainda dos ateus, bem que condene o ateísmo”.¹⁵ Em outra solicitação, para a importação de livros de Nicolau Luís Dufroyer, apontava suas dúvidas sobre a licença para os de Benjamin Constant uma vez que, tendo estes saído de Paris, depois da primeira Paz, sustentam “as doutrinas da moda sobre constituições, liberdade de culto e do prelo”.¹⁶

Compartilhando dessas mesmas idéias que procuravam manter a ordem tradicional e afastar os princípios do liberalismo revolucionário, o censor Mariano José Pereira da Fonseca apresenta a defesa das obras de Edmund Burke, justificando a concessão da licença em seu parecer, por ser o autor

o maior adversário da Revolução Francesa, que denunciou ao mundo (...) os atrozes princípios, desmascarou o Jacobinismo e salvou a Inglaterra do seu contágio. (...) A memória deste insigne autor é hoje venerada por todos os homens de profundo saber e maduro entendimento.¹⁷

Os censores possuíam um amplo conhecimento da literatura da época, como também sobre a biografia dos seus autores, além das informações que demonstravam ter dos acontecimentos históricos recentes. Sendo homens eruditos, adaptavam as idéias da Ilustração francesa aos interesses de reformas conduzidas por um soberano esclarecido. Os princípios liberais eram então atenuados pela permanência das idéias do Antigo Regime no mundo intelectual luso-brasileiro. Assim, qualquer menção à “infernai Revolução Francesa” representava uma perigosa evocação que deveria ser podada.

As solicitações para a impressão de livros, encontradas nas licenças do Desembargo do Paço, não são numerosas e sistemáticas, mas permitem reforçar a premissa do medo do poder público quanto à propagação ou mesmo à referência aos acontecimentos franceses. Dois casos são dignos de menção. O primeiro refere-se ao pedido de Diogo Duarte Silva que pretende imprimir um elogio a Sua Majestade e à nação, por ocasião de se celebrar a pacificação de Pernambuco. O parecer de José da Silva Lisboa destaca alguns pontos que deveriam ser alterados para a concessão da referida licença, principalmente por se tratar de uma obra oferecida a Sua Majestade, implicando em maior atenção, decência, delicadeza e circunspeção. Critica a utilização da expressão — *pacificação de Pernambuco* — por ser uma “frase imprudente em si”, supondo o termo um “anterior estado de guerra entre potências e não é aplicável à mera suplantação, por força militar, da rebeldia de indulgentes contra o governo legítimo”. Considera a rebelião como tendo sido “efêmera e execrada por todo o corpo de povos, e que mal tinha apoio em gentinha seduzida por charlatães de uma terra conservada e que aliás [tem] tanto prosperado pela benignidade real...” Preocupado com a unidade do império luso-brasileiro, critica a passagem em que o autor afirma que “Cabral descobre um novo [mundo] e pátria nova”, pois, em verda-

15. Idem, caixa 170, pacote 3, doc. 75, 2.6.1820.

16. Idem, caixa 170, pacote 3, doc. 75, 21.10.1818.

17. Idem, caixa 171, pacote 2, doc. 22, 6.2.1819.

de, o Brasil é só "amplificação do território da mãe-pátria para a monarquia lusitana". Verifica-se, assim, a preocupação do censor em minimizar os efeitos da revolução de 1817, evitando por todos os meios fosse glorificada numa publicação que, aparentemente, tinha como finalidade celebrar a restauração da ordem em Pernambuco.¹⁸

O outro caso relaciona-se à licença pedida por Zeferino Vito Meirelles para imprimir o discurso do padre José Constantino Gomes de Castro, recitado por ocasião da gloriosa aclamação de Vossa Majestade. O mesmo censor regio questiona a exatidão dos termos utilizados pelo autor, tais como Estados Gerais, representantes e sufrágio consultivo. Afirma que, nas atuais circunstâncias, duvida que se deva "excitar no vulgo a espécie de Cortes". Não se tratava apenas de substituir a expressão 'Estados Gerais' por 'Cortes', mas sim de uma questão doutrinal, pois que

É notória a vertigem dos tempos e a mania de se excitar os povos os desejos e desatinos das Cortes, como de lorais da nação, a pretexto de representarem necessidades e conveniências do público, o que é indiferente em um tempo, lugar e escrito, é inconveniente e tendencioso falar ou discutir com outro.¹⁹

Acrescenta uma nova crítica relacionada com o fato de as Cortes só poderem ser convocadas pela vontade plena do soberano. No entanto, a idéia que envolve o termo Estados Gerais podia ser associada às questões levantadas pelos notáveis na França "que não corresponderam às reais pretensões do soberano, o qual imprevidentemente os convocou, eles começaram por súplicas e representações e acabaram com as infâmias e horribilidade, que o mando viu". Assim, era imprescindível para publicação da obra que se retrinhassem as referências que poderiam conduzir o leitor às idéias absurdas de pacto social dos escritores da moda. A opinião pública não devia ter acesso às notícias e sugestões que lembrassem os funestos acontecimentos franceses, pois, em sua essência, o poder real visava a evitar o contágio das idéias novas que 1789 havia colocado em marcha no mundo europeu e em seus domínios.

Apesar de todas as precauções, as novas doutrinas iam sutilmente penetrando no ideário da elite luso-brasileira, fosse pelo recurso do contrabando, fosse pelas licenças fornecidas a alguns homens de bem que podiam ter acesso às obras proibidas, desde que elas não circulassem livremente entre o público. O fato positivo é que esses livros "sediciosos e libertinos" ultrapassaram as fronteiras brasileiras, trazendo consigo alguns princípios básicos do liberalismo, tais como a idéia de liberdade de imprensa. Em verdade, esta questão da censura e do controle do pensamento no Brasil permaneceu inalterada até a divulgação da notícia dos acontecimentos da revolução do Porto, de agosto de 1820. A partir de então, vários ensaios de abolição da censura prévia foram realizados, resultando em decretos, como o de 2 de março de 1821, pelo qual o governo do Rio de Janeiro estabelecia a censura apenas sobre as provas tipográficas, e proibia os "livros contra a religião, a moral, os bons costumes, a Constituição, a pessoa do soberano e a tranqüilidade pública". No entanto, em Portugal, 15 dias antes da publicação do referido decreto, as Cortes de Lisboa proclamavam a liberdade de imprensa, quando do juramento das bases da Constituição, sendo esta finalmente concedida por lei de 4 de julho de 1821. No Brasil, porém,

18. *Idem*, caixa 169, pacote 1, doc. 19, 25.2.1818.

19. *Idem*, caixa 171, pacote 4, doc. 78, 25.8.1818.

somente em agosto de 1821, tal liberdade, embora com restrições, foi estabelecida, uma vez que os decretos das Cortes deveriam ser também aplicados nas terras brasileiras. A preocupação com a manutenção da ordem tradicional continuava a existir, conquanto se aceitassem os novos princípios constitucionalistas. Nesse sentido, em junho de 1822, ao mesmo tempo que o príncipe D. Pedro convocava uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa para o reino do Brasil, elaborava-se um decreto contra os abusos da imprensa em relação ao Estado. Era preciso evitar os excessos ou, de acordo com o próprio texto da lei

cumpria-se necessariamente e pela suprema lei da salvação pública evitar que, ou pela imprensa, ou verbalmente, ou de outra qualquer maneira, propaguem e publiquem os inimigos da ordem e da tranquilidade e da união, doutrinas incendiárias e subversivas, princípios desorganizadores e dissociáveis que, promovendo a anarquia e a licença, ataquem e destruam o sistema que povos deste grande e riquíssimo reino, por sua própria vontade escolheram, abraçaram e me requereram, a que eu anui e proclamei...¹⁰⁰

Adotava-se um dos pontos proclamados na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão — a convocação de uma Assembléia Constituinte. Era necessário conter, porém, os desdobramentos que as idéias de 1789 trouxeram para a França. As reformas eram realizadas para se evitar uma revolução. O medo dos "abomináveis princípios franceses" ainda se fazia presente entre aqueles que constituíam o poder oficial no Brasil.

Abstract:

The article analyses the attitude of the State powers in the practice of censorship. This attitude is marked by the conception of employment of censorship as a tool to obstruct the diffusion of the French revolutionary ideas, the encyclopedism and the liberalism that threaten Portugal. As for Brazil, only later on, after 1808, when *Imprensa Régia* was created, this preoccupation became manifest.

The researched documents include the license applications, the opinions issued by censors related to the importation and to the liberation of books by the customhouse, and finally, the opinions about the edition of the manuscripts of the period.

Résumé:

L'article analyse l'attitude des pouvoirs de l'Etat dans l'exercice de la censure. Cette attitude est marquée par une conception de l'emploi de la censure en tant qu'outil propice pour empêcher la diffusion des idées révolutionnaires françaises, de l'encyclopédisme et du libéralisme qui menacent le Portugal. Quant au Brésil, ce n'est que plus tard, après 1808, lors de la création de la *Imprensa Régia*, que ce souci s'y est manifesté.

Les documents exploités comprennent soit des requêtes de permis, soit les avis émis par les censeurs au sujet de l'importation et de la libération de livres à la douane, soit, enfin, des avis sur l'impression de manuscrits de l'époque.

20. José P. de F. Araújo, *Legislação brasileira...*, p. 289: Decreto de 18 de junho de 1822.

Bahia, 1798: uma leitura colonial da Revolução Francesa*

(a propósito da tradução portuguesa de um texto de Jean-Louis Carra)

Guilherme Pereira das Neves
Universidade Federal Fluminense

Este exame da tradução de idéias francesas para o ambiente colonial teve origem num dos cursos de mestrado que fiz, há mais de dez anos. Naquela época, foi uma tentativa de avaliar e compreender o debate criado por Roberto Schwartz com o seu artigo 'As idéias fora do lugar' (em *Ao Vencedor as batatas*, São Paulo, Duas Cidades, 1977). Diante da oportunidade de enviar uma comunicação ao Congresso do Bicentenário da Revolução Francesa, que se realizou no início de julho último em Paris, ocorreu-me voltar a aproveitá-lo. No entanto, aquelas questões já tinham perdido a atualidade, e o trabalho procura responder, agora, a outras preocupações. Na realidade, o problema das "idéias fora do lugar" me parece hoje um falso problema, criado por uma certa concepção estreita do marxismo que não podia admitir que duas formações sociais distintas, isto é, a Europa 'capitalista' e o Brasil 'escravista', pudessem compartilhar de um mesmo conjunto de idéias; no caso, o liberalismo, gerado a partir da Ilustração francesa. Um falso problema criado por uma concepção baseada no pressuposto de que as idéias nada mais eram do que a manifestação visível — mas ilusória — do corpo intangível — mas real — da sociedade.

Hoje em dia, me parece bem mais fecundo considerar a sociedade e as idéias que nela circulam como um tecido, cabendo ao historiador refazer a trama, desvelar o fio. No caso da Bahia de 1798, me intriga a costura que os implicados foram capazes de fazer entre as idéias que a Revolução Francesa colocara no mercado e a realidade em que viviam, emprestando sentido a esta realidade por meio daquelas idéias. Assim sendo, devo pedir desculpas àqueles que me ouvem, porque, em desacordo com o título desta mesa, não me preocupei diretamente com as relações entre as idéias francesas em Salvador, ao apagar das luzes do século XVIII, e a formação da nação brasileira.

No entanto, talvez muito indiretamente, chegue a sugerir que o papel dos "abomináveis princípios franceses" não se encontra ali onde os historiadores o

* Comunicação apresentada no Ciclo de Debates 'Natureza, Razão e Liberdade — Brasil-França: quatro séculos de memória', realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/Fapej.

têm procurado. As idéias, por mais 'abomináveis' que sejam, não têm em si próprias um sentido. Ganham esse sentido, na medida que fornecem aos indivíduos os instrumentos para delinear o mundo em que vivem. Se assim for — e se trata apenas de uma divagação estimulada pela ocasião —, talvez também não caiba o problema da contribuição dos "abomináveis princípios franceses" à formação da nação no Brasil. Talvez tenha chegado o momento de se superar um certo sentido emprestado à história do Brasil, fundado em causalidades lineares e em teleologias simplistas. Talvez seja a hora de se procurar uma interpretação historicamente densa de cada momento, ressaltando a diversidade e realizando um efetivo exercício de compreensão. São possibilidades... Mas, vejamos a leitura dos "abomináveis princípios franceses" na Bahia colonial.

Apesar de ter sido objeto de muitas pesquisas importantes, o projeto de levantar em Salvador, em 1798, ainda guarda seus mistérios. Dentre estes, avultam o da participação de algumas pessoas de condição — como o comerciante Francisco Agostinho Gomes, o tenente Hermógenes Pantoja, o professor Muniz Barreto e o cirurgião Cipriano Barata — e, sobretudo, o da maneira pela qual artesãos pobres e escravos miseráveis conseguiram ter acesso às idéias que seus depoimentos e os próprios panfletos demonstram. A intenção deste trabalho é a de contribuir, ainda que pouco, para levantar alguns desses véus, graças a uma comparação da tradução portuguesa com o original de *O orador dos Estados Gerais para 1789*, que circulou abundantemente entre os implicados de 1798.

Com certeza, *O orador dos Estados Gerais* foi um dos textos franceses mais influentes entre as leituras dos conjurados de Salvador, mas não está clara a razão por que encontrou tão fortes ressonâncias junto à população colonial. É verdade que, como mostrou Brás do Amaral, entre 33 conjurados, 21 sabiam ler, ou seja, 63%. Neste grupo, contavam-se mesmo cinco escravos em nove. Contudo, a habilidade de ler um texto não equivale exatamente à capacidade de compreendê-lo, e os textos que circularam em Salvador, naquele ano, permitem entrever, com nitidez, o ambiente predominantemente oral em que essas leituras foram realizadas, com as implicações bem conhecidas que uma situação de alfabetização restrita acarreta, como mostrou Jack Goody. Por outro lado, esta brochura, *O orador dos Estados Gerais*, hoje em dia definitivamente atribuída a Jean-Louis Carra, um personagem menor da Revolução de 1789, destinava-se decididamente a um público francês, ao corrente tanto das instituições quanto dos acontecimentos a que fazia menção.

O texto em português de que se dispõe provém do processo da devassa e foi publicado por K. M. de Queirós Mattoso. Trata-se, com quase toda a certeza, de uma cópia. Ai se encontram erros resultantes unicamente da ignorância do tradutor/copista diante de algumas instituições francesas e de alguns acontecimentos recentes. Por exemplo, é a ignorância do tradutor que se revela em uma passagem sobre os motins ocorridos em Paris, no dia 12 de julho de 1789, por causa da demissão de Necker. Ele não compreendeu que o autor se referia a um incidente que se desenrolara em uma praça pública — a praça Luís XV, atual praça da Concórdia — e substituiu "acontecimento fatal da praça Luís XV" por "a elevação fatal de Luís XV"!

Se a tradução fracassou diante das dificuldades do texto de Carra, pode-se imaginar as dificuldades que não encontraram artesãos, soldados e escravos para simplesmente entendê-lo. Mesmo assim, eles o copiaram em seus cadernos e nele foram buscar parte da inspiração para os pasquins sediciosos. Por conseguinte, considerada a distância cultural entre a Bahia da sedição e a França da

Revolução, é quase irresistível levantar a hipótese de que as Luzes não puderam ser compreendidas por meio da razão, e só chegaram a alcançar os conjurados de 1798 por meio de um esforço de sua imaginação, a partir das experiências concretas de todos os dias. Com efeito, Carra, como convém a um panfletário, soube revestir sua mensagem com um tom exaltado que visava diretamente à sensibilidade do leitor, assegurando dessa forma a passagem da filosofia à ideologia, como exprimiou Franco Venturi. Contudo, a leitura desta brochura em Salvador pressupõe, também, que os implicados de 1798 aí encontrassem material que inflamasse seus pensamentos, o que exige, por sua vez, a realização de algumas operações mentais que, segundo Carlo Ginzburg, podem ser chamadas de 'projeções'. Projeções capazes de identificar situações e instituições, personagens e lugares, mencionados por Carra, com aqueles que pertenciam ao cotidiano da população colonial.

Em Salvador, como em muitos outros lugares, as idéias penetraram, como diz R. Darnton, "não como umas tantas citações de Rousseau, mas como as componentes dos interesses contemporâneos". Desde a primeira frase, algumas pequenas adaptações realizadas pelo tradutor/copista levam a pensar que a leitura dos conjurados baseava-se em uma profunda identificação da Bahia com a França, e que eles se viam como um outro povo francês. João de Deus teria respondido a um advogado que se surpreendera de o encontrar vestido de um calção justo e calçado de chinelas pontudas: "Calc a boca, este trajar é francês, muito brevemente verá V. Mercê tudo francês."

Essa leitura do *Orador* na Bahia foi possível, pode-se aventar, porque esta brochura levava os conjurados à recusa e à ação: à recusa de uma situação que os oprimia; à ação de procurar livrar-se de tal opressão. Ao longo de todo o seu texto, Carra não cessa de condenar os abusos e os privilégios que uma Corte corrompida fazia pesar sobre os franceses. Até então, os membros dos Estados Gerais não tinham podido "concorrer à legislação senão por súplicas, por súplicas humildes e baixas", do que se seguia "a confirmação de uma escravidão eterna para a nação". Por conseguinte, em qualquer estado de coisas em que os franceses se encontrassem, eles não eram nada; eles não tinham tido jamais "senão o título de suplicantes!"

Tal condição, sem dúvida, cabia como uma luva a Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, o provável autor dos pasquins. Neto de um português e de uma escrava, Gonzaga nasceu em Salvador. Com vinte anos alistou-se, desertando em seguida inúmeras vezes. Perdoado pelo governador, levou então uma vida isolada, em que a revolta contra sua situação misturava-se a acessos de misticismo. Entre os seus papéis, foram encontrados uma carta a um sacerdote, em que se apresentava como "desamparado de todos os homens"; um pedido à rainhá para ser promovido; e outro ao governador, em que queixava que o suplicante não era digno "de ser acessível na graduação dos postos, por ser homem pardo".

O caso de Gonzaga talvez seja aquele em que mais se evidenciam as operações mentais a que os conjurados podem ter recorrido para ler o *Orador*. Ao longo do texto, porém, são inúmeros os momentos que os habitantes de Salvador poderiam identificar à sua situação cotidiana de 1798. A idéia de que o francês estava habituado "há muito tempo ao exercício da escravidão e à linguagem do temor", e que era necessário que se lembrasse "enfim que ele é homem", não podia deixar de atingir esses libertos e esses filhos de escravos. "Sim, — prossegue Carra — a morte é preferível à escravidão. E que é a morte? A morte é uma sombra impercebível (...). Mas a escravidão! Ela é a vergonha do ente nascido".

No terceiro pasquim, de 12 de agosto, podia-se ler: "Homens, o tempo é chegado para a vossa ressurreição; sim, para ressuscitardes do abismo da escravidão." Além disso, Carra reconhece que "todo soldado é cidadão", e quando exclama que essas leis que nos governam, "que significam elas, se até o presente o pobre e o fraco têm sido oprimidos, e o rico e o poderoso protegidos", como deixar de ver aí o destino desses 'mecânicos' que se comprimiam nos sobrados de Salvador? Um eco dessa recepção pode ser comprovado no pasquim número dez: "Cada um soldado é cidadão, mormente os homens pardos e pretos que vivem escarnados e abandonados." Por fim, mais de uma vez é o próprio tradutor, mais provavelmente do que o copista, que deixa ver a ressonância que o *Orador* lhe desperta. Quando Carra sustenta, por exemplo, que os franceses não tiveram outro "direito mais do que o de fornecer dinheiros" a seus chefes, a tradução acrescenta uma dupla negativa — "nunca jamais" —, impossível em francês, pois exprime uma recusa ainda mais enérgica dos inumeráveis impostos que oprimiam a Colônia.

Além dessas condenações do Antigo Regime, que teriam levado os conjurados à recusa de sua sociedade, por meio das projeções que sua experiência cotidiana fazia nascer, o *Orador* está repleto de exortações que podiam ser lidas como outras tantas incitações à ação. As acusações contra o despotismo, por exemplo, apresentam elementos suficientes para suscitar o horror e a energia dos habitantes de Salvador, sobretudo dos soldados, esses mulatos cuja função era a de guardar a propriedade dos brancos sobre o corpo dos negros. Segundo Carra, "Vós (...) tendes visto [o despotismo], para encher as medidas das suas iniquidades, e debaixo do pretexto absurdo de manter a paz nas províncias e de restabelecer a ordem nas rendas, ordenar ao ferro do soldado [que] se esconda no seio de seus irmãos e de seus compatriotas (...) Pais da Pátria, começai a vossa missão."

Seria possível recusar um tal apelo?

Luís Henrique Dias Tavares, um dos que mais solidamente estudou o movimento de 1798, dividiu-o em duas fases. De fins de 1793/inícios de 1794 até meados de 1797, alguns homens de posição trouxeram para Salvador idéias da Ilustração e discutiram entre si as notícias da Revolução Francesa. De uma forma ou de outra, essas idéias chegaram até esses artesãos, esses soldados e esses escravos que projetaram o levante. A segunda fase começou no final de 1797, estendendo-se até as prisões de agosto de 1798, e foi marcada por uma preocupação mais revolucionária. No intervalo desses dois períodos, as pessoas de condição afastaram-se do projeto.

É claro, por conseguinte, que para essas pessoas de condição o medo da repressão foi, pelo menos, maior do que a força do apelo revolucionário. Mas, pode-se avançar a hipótese, também, de que a leitura que fizeram das Luzes seguiu uma direção completamente diferente. Ao contrário do que procurou estabelecer a historiografia tradicional, até a véspera da Independência de 1822, a elite brasileira não planejava uma ruptura com Portugal. Ela recusava apenas os excessos de um sistema colonial agonizante. Numa carta de 13 de fevereiro de 1799, Fernando José de Portugal, governador da Bahia, procurou fornecer ao ilustrado Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário da Marinha e das Colônias, o resultado das devassas que mandara abrir. Ele afirmava, então, que não conhecia ninguém de posição que seguisse os "abomináveis princípios franceses" e julgava que o "que sempre se receou nas colônias é a escravatura". Na realidade, faltava ao Brasil, em 1798, o aparelho institucional que cria uma nação, e a

elite não podia sustentar, e esperar, senão por essas reformas capazes de garantir a criação daquele império luso-brasileiro, cuja idéia revelou-se a obra mais durável de D. Rodrigo.

Os artesãos e soldados, porém, que não tinham nada, puderam se deixar levar pela mensagem de esperança que textos como o *Orador* lhes traziam. Lucas Dantas ensinou, certa feita, a João de Deus a divulgar a revolta nestes termos: "Quando lhes falar, diga-lhes assim: o povo tem intentado uma revolução, a fim de tornar esta capitania em governo democrático (...) porque só governarão as pessoas que tiverem capacidade para isso, (...) sem distinção de cor, e sim de juízo (...) e logo os convencerá."

Para concluir, esses homens livres, mas pobres, estavam sujeitos a uma dupla exclusão na Bahia de fins do século XVIII. Primeiro, sujeitos à exclusão que sua precária situação de pobreza implicava. Segundo, sujeitos à exclusão que o próprio sistema colonial acarretava. A elite, contudo, sofria apenas da segunda, a qual reformas esclarecidas, como as que D. Rodrigo vinha propondo desde 1796, prometiam solução. Paralelamente, e de um ponto de vista mais amplo, as Luzes também foram o objeto de uma dupla leitura por parte daqueles habitantes de Salvador. Os indivíduos de condição procuraram na Ilustração os meios para fazer a análise de uma situação que os oprimia e para garantir a sua transformação com ordem e razão. Mas aqueles que não tinham nada só puderam buscar nas Luzes os motivos para exprimir seu desespere, substituindo o real de suas misérias pelo imaginário de seus sonhos. Para uns como para outros, no fundo, as Luzes constituíram, como todos os sistemas de pensamento, apenas a tela na qual projetaram suas esperanças.

Nota:

A tradução completa da comunicação apresentada ao Congresso *L'image de la Révolution Française*, com todas as referências bibliográficas, será publicada, em breve, nos *Anais* da IX Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, realizada em julho de 1989, no auditório da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

Abstract:

The author makes the systematic comparison of an original text of Jean-Louis Carra and its Portuguese translation. *O orador dos Estados Gerais para o ano de 1789* (*The orator of Estados Gerais to the year of 1789*) was largely circulated among the involved in the Bahia's rebellion, in 1798. We can find, proceeding to a "colonial reading of the French Revolution", the inspiration to most of the articles published in the seditious newspapers.

Résumé:

L'auteur fait la comparaison systématique de l'original d'un texte de Jean-Louis Carra avec sa traduction portugaise. *L'orateur des Etats Généraux pour l'année de 1789* a circulé abondamment parmi les impliqués du soulèvement ourdi à Bahia en 1798. On y trouve, moyennant une "lecture coloniale de la Révolution Française", l'inspiration pour une bonne partie des articles publiés dans leurs pasquins séditieux.

Inconfidência, inconfidências

Vamireh Chacon
Universidade de Brasília

Fins do século XVIII entrava em crise o pacto colonial no Brasil: as exportações, principalmente de ouro e açúcar — de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, as mais importantes — caíam de cinco milhões de libras para três entre 1760 e 1785. Nunca a renda *per capita* real descera a tão baixos níveis.¹ E há muito amadurecia a autoconsciência de brasilidade, agora em meio à influência da Revolução Francesa e seus conflitos imperialistas com a Grã-Bretanha. Passaram a irromper várias inconfidências no Brasil, por mais que a mineira se tenha tornado sua antonomásia.

Desde o primeiro dicionário do idioma português, feito por um brasileiro, o fluminense Antônio de Moraes Silva, senhor de engenho em Muribeca, Pernambuco — *Dicionário da língua portuguesa recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição (1813) novamente emendado, e muito acrescentado, oferecido ao muito alto e muito poderoso príncipe regente Nosso Senhor* —, dedicatória sintomática, se define: "Inconfidência, s.f. Falta de fé, ou da fidelidade devida ao príncipe. § *Tribunal da inconfidência*, onde preside um juiz, para conhecer deste crime." Era o poder do futuro D. João VI que começava a pairar sobre a crescente loucura de sua mãe, D. Maria I; tempos de Tiradentes. A primeira edição data do ano mais que coincidente da Revolução Francesa e da Inconfidência Mineira: 1789. O próprio Moraes iria ter a prática inconfidente ao envolver-se, ou ver-se envolvido, na Insurreição Pernambucano-Nordestina de 1817.

Em 1888 o termo ainda se referia a crime político no *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa* feito sobre o plano de F.J. Caldas Aulete: "Falta de fé, de fidelidade para com alguém, especialmente para com o soberano ou o Estado." O mesmo sentido foi reconhecido por Cândido de Figueiredo, em 1899, em seu *Novo dicionário da língua portuguesa*, mas começando a ampliar-se: "Falta de lealdade; abuso de confiança; infidelidade." Retornando à ênfase política em 1942, no *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*, organizado por Laudelino Freire, com a colaboração técnica do professor J.L. de Campos, de volta às origens filológicas: "De *in* + *confidência*. 1. Falta de fidelidade para com alguém, especialmente para com o soberano ou o Estado. 2. Revelação do segredo confiado." O mesmo duplo sentido, o segundo (político) contido no primeiro (ético), do *Dicionário da língua portuguesa* elaborado por Antenor Nascentes a fim de ser submetido à Academia para as devidas alterações: "Qualidade de inconfidente. Falta de fidelidade. Crime contra o soberano ou contra o Estado na legislação colonial."

1. Ver Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (Rio de Janeiro, Editora Cultura, 1969), pp. 109, 110, 112.

Aurélio Buarque de Holanda confirma e engloba tudo a respeito, desde o *Pequeno dicionário da língua portuguesa* (a partir de sua 10ª edição, 1972, dele recebendo uma especial atenção) até o *Novo dicionário da língua portuguesa*, 1975: "Inconfidência (De *in* + *confidência*), s.f. 1. Falta de fidelidade para com alguém, particularmente para com o soberano ou o Estado. 2. Abuso de confiança: deslealdade, infidelidade. 3. Revelação de segredo confiado."

Pelo que se vê, a evolução da palavra-conceito, de início com conotação política, só depois adquirindo sentido moral mais vasto.

Fins do século XVIII o Brasil estava maduro para inconfidências políticas, estremecidas as lealdades antigas pela multiplicação de realidades novas, cada vez mais autóctones na nação em despertar. As principais capitanias tinham atingido, inclusive, certo ponderável índice populacional: exatamente nas quatro maiores iriam irromper as inconfidências, primeiras rebeliões sem ambigüidades e em escala de conspiração organizada contra a dominação colonial lusitana:

	Habitantes	
Minas Gerais	319.769	20,5%
Bahia	288.848	18,5%
Pernambuco	239.713	15,4%
Rio de Janeiro	215.678	13,8%
As demais eram pequenas concentrações:		
São Paulo	116.975	7,5%
Ceará	61.408	3,9%
Goiás	55.524	3,5%
Pará (e Amapá)	55.315	3,5%
Paraíba	52.468	3,5%
Maranhão	47.410	3,0%
Piauí	26.410	1,7%
Rio Grande do Norte	23.812	1,5%
Mato Grosso (o do Sul e Rondônia)	20.966	1,3%
Rio Grande de São Pedro (do Sul)	20.309	1,3%
Rio Negro (Amazonas, Acre, Roraima)	10.386	0,6%

Da população total do Brasil, estimada em aproximadamente 1.555.200 habitantes entre 1772 e 1782, cerca de 47,4% (740.069) residiam no Nordeste do Maranhão ao Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia; Alagoas incluía-se em Pernambuco, sua *pars meridionalis* nos mapas holandeses de Franz Post em Barléus, dele só separada em 1817, como uma das punições pela derrota de ambos na revolução daquele ano; Sergipe, então Sergipe del-Rei, estava ainda na Bahia. Note-se a pequena população dos extremos, atuais Rio Grande do Sul e Amazonas.² Com o Pará, muito ligado ao Maranhão pela proximidade, no Norte/Nordeste localizava-se mais da metade da população do país; um quinto só em Minas.

2. Totais ajustados da população do Brasil, entre 1772-1782, por Dauril Alden, *apud* Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa (A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808)*; do inglês *Conflicts and conspiracies: Brazil and Portugal 1750-1808*, 1973: (Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985), p. 299.

Minas Gerais, como o próprio nome cedo denotou, girava em torno da exploração de ouro e pedras preciosas, com os seus apêndices Goiás e Mato Grosso, propiciando um fastígio que atinge o auge na arte do Aleijadinho — Antônio Francisco Lisboa — uma das culminâncias do barroco mundial, como foi reconhecido por Germain Bazin,³ conservador-chefe do Museu do Louvre, dentre outras autoridades mundiais em arte. As localizações de suas obras-primas são o próprio roteiro da paralela inconfidência política que a seu lado vicejava: Vila Rica (Ouro Preto), Mariana, São João del-Rei (com José del-Rei nas vizinhanças, depois Tiradentes em homenagem ao berço do herói), Sabará, Congonhas e pequenas cidades afora.

Livros estrangeiros de Filosofia e Direito Público misturavam-se aos de Direito Positivo português e Teologia católica nas bibliotecas dos mineiros prósperos porque mineradores daquelas riquezas das entranhas da terra. Homens poderosos do local, querendo passar da autonomia à soberania; o alvorecer do Brasil subindo num horizonte dourado, diante dos sóis imensos da França e dos Estados Unidos, chamados de América Inglesa. Cada vez mais à sombra britânica, Portugal assistia de início, com incredulidade, à ascensão, logo substituída pela repressão, advertida pela rebelião de Filipe dos Santos, um lusitano abasileirado, símbolo de ligação das duas pátrias, continuidade do mesmo espírito renovado, ponte sobre as rupturas.

Quando Joaquim Silvério dos Reis delata os companheiros de conjuração, eles apenas começavam a pensar na passagem do pensamento à ação. Eram em geral magistrados, padres, comerciantes, militares, quase todos proprietários de fazendas de gado, pequenas ou grandes, menos ou mais ricos. Gente pouco predisposta à insurreição à mão-armada, preferindo contar com a marcha do tempo, embora ajudando-o a caminhar.

Em 1789, significativa coincidência com a Revolução Francesa, é descoberto o movimento no berço, a pretexto de reclamações contra aumentos de impostos; seus próceres e ideólogos presos e julgados com iniquidade. A maioria degredada para Angola, degredados todos, e o mais audaz — Tiradentes, o protomártir — enforcado e esquartejado. A Inconfidência Mineira podia assumir a autonomia pioneira das inconfidências.

Mas logo iriam irromper outras:

A seguinte, em 1792, no Rio de Janeiro aturdido pela espetacular execução de Tiradentes com *Te Deum* e 'iluminárias', antes instigando que coagindo os conciliábulos também secretos da Sociedade Literária com outro poeta magistrado à frente — Manuel Inácio da Silva Alvarenga.

Custa a crer que não existisse eles entre estes e os mineiros. Afinal de contas, eram da mesma geração, tinham estudado em Coimbra, conheciam-se de lá. E o Rio, mais do que nunca, servia de porto às Minas Gerais, com algumas saídas alternativas por Parati e Angra dos Reis. Além do mais, quase todos os conspiradores pertenciam à magistratura e poetavam. Um vago maçonismo também tendia a aproximá-los, em meio às comuns idéias radicais libertárias francófilas, mais que americanistas, àquela altura dos acontecimentos.

Pois, já o destacou Gilberto Freire, "A Inconfidência Mineira foi uma revolução de bacharéis, como revoluções de bacharéis (...) — foram as duas revoluções pernambucanas, preparadas por homens ainda do século XVIII: a de 1817

3. Ver *Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil*, Paris, Le Temps, impresso em Vevey (Suíça), em 1963 por Kalusfelder S.A.

e a de 1824." "Pelo menos de clérigos que eram, antes bacharéis de batina do que mesmo padres, alguns educados em Olinda, no seminário liberal de Azere-do Coutinho..." Mas, numa limitação dos tempos, "Esses intelectuais, ansiosos de um Brasil independente e republicano, repita-se que a melhor aliança que encontraram foi a de poderosos senhores de escravos e de terras. Aristocratas já com várias gerações na América, alguns com sangue de índio e até de negro: de Silva Alvarenga se sabe que era mulato, como mulato ou quadrarão ou pelo menos 'moreno' parece ter sido o próprio Tiradentes, de quem o padre Martinho de Freitas diz nas suas *Memórias* (citadas por Aires da Mata Machado Filho, à página 17, do seu *Tiradentes, herói humano*, publicado em Belo Horizonte, em 1948), que quisera desposar certa moça de São João del-Rei, 'opondo-se o pai da menina por ser o pretendente colono e de cor morena'."

Aliança precária, reconhece ainda Freire: "em qualquer uma dessas, se porventura tivesse triunfado o ideal revolucionário, teria talvez se verificado, dentro da vitória, o choque entre os partidários da Independência que visavam aos interesses de produtores de açúcar ou de mineradores e os partidários da Independência por motivos menos econômicos e mais ideológicos, ou, pelo menos, de natureza mais psicológica ou mais sociológica que econômica."

O alastrado descontentamento chegava aos ouvidos dos próprios visitantes ilustres, de passagem pelo porto do Rio, como John Barrow o registrou em *A voyage to Conchichina in the years 1792 and 1793*, publicada em 1806, no calor dos acontecimentos. O clima de tensão política acabando por irromper em delação no Rio de Janeiro, como em Minas Gerais: nesta, Joaquim Silvério dos Reis; naquela, um certo José Bernardo da Silveira Frade; em ambas, frei Raimundo Penaforte de Assunção, muito provavelmente o mesmo que assistiu aos últimos momentos de Tiradentes à sombra do patíbulo e que aparenta se envolver nas acusações contra os fluminenses, os quais conseguem escapar da execução por poderosas interferências de letrados amigos na Corte de Lisboa.

Só merece o título, honroso politicamente no Brasil, de 'inconfidentes' os que morreram por isto?

Tal não é o sentido dado pelos dicionaristas, nenhum se referindo à necessidade de expiação pela morte. Idêntico ânimo a todos inspirava a Independência do Brasil pelos mesmos sopros iluministas. É o que basta.

De São Salvador da Bahia vêm as primeiras adesões populares ao movimento ascendente de consciência autonomista brasileira, começando sua democratização propriamente dita, além da discussão liberal de poderes da Colônia perante a Metrópole. Também Salvador recebia os ventos do mundo, com a Bahia em segundo lugar em população entre as capitânicas, logo após Minas Gerais, Salvador atingindo os quarenta mil habitantes, acima do Rio de Janeiro e de Pernambuco, eram as quatro mais povoadas. E Salvador, capital da Colônia e sede do Vice-reinado, com o porto se alternando em importância com o do Rio de Janeiro, ponto de escala no caminho de Portugal às Índias.

A rota só podia ser conhecida: os portugueses tinham descoberto, pelo menos oficialmente, o Brasil, nos arredores do que viria a se chamar de Porto Seguro. A posição de Salvador surgia oportuna: ali os navios podiam reparar os danos causados pelas tempestades em seus mastros, velames, enxárcias e nos próprios cascos vulnerados, para não falar no mais sensível, as tripulações e passageiros

4. *Sobrados e mucambos (Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano)*, (3ª ed., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1961), tomo 2, p. 579.

exaustos, às vezes feridos, quase sempre com beribéri das avitaminoses resultantes do percurso. Prevenidas, as autoridades portuguesas recomendavam, em 1743, que também na volta, "passado o Cabo da Boa Esperança ireis em direitura à Baía de Todos os Santos, para vos prover de mantimentos, e de tudo o mais que necessitares". A essa época (mostra José Roberto do Amaral Lapa) era grande a quantidade de tabaco que a Bahia exportava para o Oriente⁵, de lá recebendo, menos ou mais em contrabando, todo o rol de mercadorias descritas por Gilberto Freire: "palanquins, bangüês, chapéus-de-sol, leques da China com figuras de seda estofadas e caras de marfim, seda, colchas da Índia, porcelana, chá etc.". Comprovando que "Se é certo que, oficialmente, as embarcações vindas da Índia para Lisboa ou idas de Lisboa para a Índia, durante os séculos XVI e XVII, não tocavam — ou não deviam tocar — no Brasil, parece que de fato, e sob pretextos vários, foi constante esse contato."⁶ Até que a proibição é mais que relaxada em 1672, "tendo em vista que seu impedimento vinha ocasionando grandes prejuízos, mortandade de gente etc.". Passava a permitir-se a marinheiros e passageiros "vender as fazendas de sua liberdade", desde que registradas, do contrário sujeitas a confisco, "tomadas por perdidas" pela Fazenda Real.⁷ O que implicava no reconhecimento da importância do contrabando.

Mulatos livres ('pardos forros') tinham de incorporar-se à fermentação social e política, recebendo inclusive algumas influências ideológicas no Salvador da Bahia, com apenas um quarto de habitantes brancos. Precedentes nas Antilhas demonstravam estas viabilidades e assustavam os oligarcas locais.

Descobertos os conspiradores — em geral artesãos, daí o cognome de 'Conjuração dos Alfaiates' dado à Inconfidência Baiana — quatro deles foram enforcados em meio a punições também contra brancos, outros sete chicoteados publicamente, embora nenhum fosse degredado para a África o que significava morte lenta e distante.

Crescia o movimento libertário. | Até oriundos de classes pobres passavam a citar autores radicais franceses, para escândalo maior dos repressores. A agitação atingira as bases sociais. Também de baixo para cima, preparava-se a independência do Brasil, não só dádiva: em seguida, de cima para baixo, em acordos dinásticos internos sob as bênçãos de protetores internacionais em Londres e na Santa Aliança. Ao fim desta etapa se processaria uma convergência, mais que conciliação, dos interesses por uma classe dirigente astuta e dedicada a salvar-se.

Do Nordeste onde tivera início a colonização, da Bahia de Porto Seguro ao Pernambuco do donatário Duarte Coelho e de seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, o 'Adão Pernambucano', de prole numerosa e também audaz, se precipitavam os acontecimentos.

O cronista Ambrósio Fernandes Brandão, em 1618, no *Diálogo das grandezas do Brasil*, declara a capitania de Pernambuco "a primeira de todas, e logo a da Bahia, a que se dá o segundo lugar, posto que seja a cabeça de toda a província do Brasil..." Pois, "Dentro da vila de Olinda habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito preço, de toda a

5. *A Bahia e a carreira da Índia*. Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional (Editora da Universidade de São Paulo, 1968), vol. 338, pp. 13-14.

6. *Casa grande e senzala (Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal)*, (12ª ed., Editora Universidade de Brasília), e 13ª em língua portuguesa, 1963, p. 121.

7. Ver José Roberto do Amaral Lapa, *A Bahia e a carreira da Índia*, pp. 21-22.

sorte, em tanta quantidade que semelha a uma Lisboa pequena." "A vila é assaz grande, povoada de muitos bons edificios e famosos templos."⁸

Logo o Recife se emancipou economicamente de Olinda embora permanecendo sob sua administração até conseguir autonomia pelas armas, numa quase guerra civil, no século XVIII, a chamada Guerra dos Mascates.

Com o domínio holandês, sua população subira a quase três mil habitantes dentro do perímetro urbano, passando a desenvolver um início de burguesia mercantil local, articulada com a rede européia e caribenha de portos girando em torno de Amsterdã.⁹ A Companhia das Índias Ocidentais foi o instrumento desta introdução pioneira do capitalismo mercantil em terras brasileiras pelo Nordeste.

Em meados do século XVIII, quando Recife se emancipa de Olinda, tem entre 15 e 16 mil habitantes.¹⁰

A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, criada pelo marquês de Pombal no auge do seu governo em Portugal, viria a ser a esperança luso-brasileira de prosseguir o impulso da holandesa, projetando-se, entre 1789-1790, em articulação com a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Em troca do açúcar, um pouco também de madeiras nobres, os alimentos vinham em primeiro lugar nas importações regionais via Recife, para sua larga área de influência, da Europa e África. Da Ásia provinham chá, cravo, canela, pimenta, louças etc. Até 1799, as importações se apresentavam maiores que as exportações, voltando a predominar no alvorecer do século XIX. Ao longo do período, o Recife disputava o segundo lugar com a Bahia, logo após o Rio de Janeiro, chegando, em 1805, a exportar quase tanto quanto o Rio de Janeiro. Em 1809 Pernambuco e Bahia o deixam em terceiro lugar. De 1814 a 1821, e em 1823, o Recife está de novo à frente do Rio, um pouco acima da Bahia. Açúcar, couros e madeiras — entre as quais ainda o pau-brasil — mais o algodão continuavam a ser as principais exportações via Recife, vindas de quase todo o Nordeste, e não só de Pernambuco.¹¹

Crescia a população pernambucana dentro do Nordeste em consequência da concentração econômica, realimentando o processo: fins do século XVIII, sua população e a das capitanias limítrofes no conjunto nordestino, excetuado o Maranhão mais ligado ao Pará, perfaziam 692.659 habitantes, dos quais 239.713 em Pernambuco, incluindo as Alagoas ainda não desmembradas. Em 1823, ano seguinte da Independência nacional, 1.003.460 residentes no Nordeste, dos quais 480 mil em Pernambuco desta vez sem as Alagoas, com algo mais de escravos, proporcionalmente ao Brasil em geral: 34,5% da sua população diante de 30,8% no resto do país.

8. *Diálogo das grandezas do Brasil* (1ª ed., integral segundo o apógrafo de Leiden por José Antônio Gonçalves de Melo), (Recife, Imprensa Universitária, 1962), pp. 20-28.
9. O melhor estudo global desta fase holandesa recifense é, até hoje, o de José Antônio Gonçalves de Melo, *Tempo dos flamengos (Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Nordeste do Brasil)*, (1ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Editora José Olímpio, 1947).
10. Ver, ainda, J. A. Gonçalves de Melo, este cálculo, a partir do número de residências então existentes, em "Nobres e mascates na Câmara do Recife: 1713-1738", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (Recife, 1961), vol. 53, pp. 129-130.
11. Caetano Francisco Lumacchi de Melo, "Escrivão proprietário da Mesa Grande da Alfândega de Pernambuco", publicou os *Balanços da Alfândega de Pernambuco*, em Londres, por Diego Whitting, 1809, anexos ao ofício do governador da capitania de Pernambuco, depois marquês de Vila Real da Praia Grande, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Real Erário, Fernando José de Portugal, conde e depois marquês de Aguiar (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Documentação Escrita, Seção Poder Executivo, [J]9239).

Ainda em 1823, logo após a Independência, tinham arribado ao porto do Recife 343 embarcações de Portugal, França, Hamburgo, Amsterdã, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Buenos Aires, Maranhão, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e portos contíguos, e Costa da África, na interessante maneira de arrolar as chegadas, com mercadorias no valor de 2.458:506\$570 réis. Gerando um saldo de 547:474\$290, consequência das exportações atingindo 3.005:980\$860 rumo a Portugal, França, Hamburgo, Amsterdã, Trieste, Gênova, Vigo, portos da França e Grã-Bretanha, Estados Unidos, Maranhão, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e portos contíguos, e Costa da África, em 323 embarcações.¹²

Idéias, através de livros, e não só mercadorias genéricas entravam também pelo porto recifense, espalhando-se pelas mãos de gentes de posse: comerciantes, proprietários rurais, padres e magistrados, quer tivessem ou não estudado na Europa, principalmente em Coimbra e Montpellier, itinerário tornado típico inclusive de Manuel de Arruda Câmara ou Arruda da Câmara. Seu maçônico areópago em Itambé, limítrofe entre Pernambuco e Paraíba, talvez seja o elo que liga a Inconfidência Mineira e a Conjuração dos Alfaiates do século XVIII com as insurreições pernambucano-nordestinas de 1817 e 1824, na linha liberal radical rumo ao socialismo chamado de utópico, melhor dito pré-marxista no 1848, de novo francês e brasileiro.

O areópago de Itambé e a Conjuração no Engenho Suassuna, por volta de 1801, em Pernambuco, continuam a reação em cadeia da fermentação das idéias ainda jacobinas nos trópicos brasileiros. Quando irrompe a rebelião armada, de 1817, desta vez de militares em companhia de intelectuais, pelo menos dois destes tinham experiências internacionais e importantes contatos no exterior: Domingos José Martins — ligado, se não afiliado à loja maçônica londrina Gran Reunión Americana fundada por Francisco de Miranda, predecessor de Bolívar na Grã-Colômbia, e que reunia este e mais San Martín e O'Higgins, alguns dos principais libertadores ibero-americanos¹³ — e ainda Antônio Gonçalves da Cruz, o pardo que herdara do pai a fortuna e o apelido de 'Cabugá'. Viajara Cruz Cabugá à Europa em 1797, em tempo de ver algo da recente Revolução Francesa, passando a pendurar, no retorno ao Recife, retratos dos heróis desta e da Revolução Americana, nas paredes do seu belo sobrado de três andares, onde aliciava e confraternizava adeptos.¹⁴ Enquanto os demais réus fo-

12. *Resumo da importação da província de Pernambuco, extraído do balanço geral de 1823*, Pernambuco, na Tip. do C. da C., sem data, anexo ao ofício do governador interino da província de Pernambuco, Francisco de Lima e Silva, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Tesouro Público Nacional, Mariano José Pereira da Fonseca, depois marquês de Maricá (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Documentação Escrita, Seção do Poder Executivo, IJ9247).

13. Américo Carnicelli, *La Masonería en la independencia de América: 1810-1830*, edição do autor, (Bogotá, 1970), tomo 1, pp. 47, 72, 73. Jacobo Casu Palencia explica, no 'Prólogo', ter sido Carnicelli um italo-estadunidense que dedicou 32 anos de vida a esta investigação, pp. 13-14; Oliveira Lima (em uma das suas 'Anotações' à *História da Revolução Pernambucana em 1817*, de autoria de Francisco de Muniz Tavares, testemunha ocular da rebelião; terceira edição comemorativa do primeiro centenário do movimento (Recife, Imprensa Industrial, 1917), pp. 75-76; e Dias Martins, *Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817* (Recife, Tip. de F. C. Lemos e Silva, 1853), p. 258, referem-se às ligações de Domingos José Martins com Francisco de Miranda e outros próceres em sua loja maçônica.

14. *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*, de autoria de Louis-François de Tollenare, edição comentada pela primeira vez totalmente por Léon Bourdon (Paris, Presses Universitaires de France, 1972), tomo II, p. 597.

ram acusados de "ir aos clubes" maçônicos-jacobinos, Cabugá foi denunciado por "ter casa de clubes".¹⁵

Os demais insurretos — além de conjurados como os mineiros, fluminenses e baianos — alimentavam-se ideologicamente em leituras, inclusive nas bibliotecas de conventos, que surpreendiam os visitantes estrangeiros pela quantidade e qualidade de autores subversivos...

A Inconfidência Mineira, dividindo-se em facções à medida que rumava para a ação detida no berço pelo colonialista luso, e as demais — inconfidências fluminense, baiana e pernambucana de 1789, 1794, 1798 e 1801-1817 —, todas traziam a marca francesa, por mais que admirassem os Estados Unidos da Revolução Americana e não só da Guerra da Independência. Afinal, grandes franceses do porte de Lafayette e Rochambeau delas tinham participado.

As inconfidências brasileiras são capítulos tardios do Iluminismo e radicalismo do século XVIII transplantado para os trópicos distantes enquanto inspiração ideológica, porém em solo fértil devido às crescentes circunstâncias locais favorecidas pelo amadurecimento econômico e político anticolonial. Assim, o Brasil se insere na grande linha das revoluções liberais do Ocidente.

Abstract:

The article shows the economic, political and demographic conditions of Brazil at the end of the XVIIIth century, outstanding the evidence of the colonial pact crisis. The resulting view shows a society that reaches its maturity and is prepared to conspiracies, considering the weakness of the ancient loyalties, shaken by the new reality.

Résumé:

L'article expose les conditions économiques, politiques et démographiques du Brésil à la fin du XVIII^{ème} siècle, en mettant en lumière la crise du pacte colonial. Le panorama qui en ressort est celui d'une société qui atteint sa majorité et qui est prête aux conspirations, compte tenu de l'affaiblissement des anciennes loyautés, ébranlées par la nouvelle réalité.

15. *Documentos históricos (Revolução de 1817)*, coligidos e explicados por José Honório Rodrigues, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, Rio de Janeiro, vol. 106, 1954, pp. 224-232.

De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História

Manuel Luiz Salgado
Universidade Federal do Rio de Janeiro

"Percorrendo-se o círculo dos conhecimentos humanos no Brasil, vê-se que a França é a nação que mais tem contribuído neste século para o rápido progresso civilizador deste império. Descobre-se no seu desenvolvimento intelectual, debaixo de todas as modificações, que são inerentes ao caráter nacional, a idéia francesa dominadora."¹

Assim expressava-se em 1843 o escritor Emile Adet para o público letrado, leitor da revista *Minerva brasiliense*. A percepção da vida cultural brasileira como tributária dos modelos e padrões da França não era particular a esse escritor francês vivendo no Brasil; ao contrário, ela era comum a boa parte da intelectualidade comprometida no processo de construção de uma nacionalidade civilizadora nos trópicos. É com os olhos voltados para o Velho Mundo, e mais particularmente para Paris, que este grupo de intelectuais procurará elaborar um projeto de nação, buscando também lá os parâmetros para encaminhar uma escrita da história nacional. Nesse sentido, constituiu-se o Instituto Histórico de Paris (IHP) no modelo de instituição que influenciaria fortemente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado no Rio de Janeiro em 1838, cuja tarefa primordial consistiu em lançar as bases para a interpretação nacional da história no Brasil. Enquanto no plano econômico a Inglaterra representava o principal interlocutor para a jovem nação, no plano das idéias, a França asseguraria os modelos com os quais se buscava pensar e viabilizar um modelo de organização nacional para o Brasil.

Um contato de natureza cultural com a França não era na verdade novo, se pensarmos que já quando da vinda da família real para o Brasil, em 1808, passos significativos neste sentido foram dados por D. João VI ao chamar à nova sede do império português a Missão Francesa, oito anos após a chegada e instalação da Corte no Rio de Janeiro. Se o ideário político-revolucionário francês era recusado pelos futuros construtores do estado-nação brasileiro, a França era, contudo, percebida em sua função civilizatória para o Brasil, função esta

1. *Minerva brasiliense*. Jornal de Ciências, Letras e Artes. Rio de Janeiro, (1): 37. Nov. 1843; Acerca do conceito de 'civilização' consultar especialmente o importante trabalho de Norbert Elias, particularmente a segunda parte, relativa à sociogênese do conceito de civilização na França: Norbert Elias, *Über den Prozess der Zivilisation. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen*. 1 Bd. (Frankfurt, a.M. SuhrKamp, 1976), 334 p.

Acervo	Rio de Janeiro	v. 4	n. 1	p. 135-143	jan. jun. 1989
--------	----------------	------	------	------------	----------------

restrita eminentemente ao plano da cultura. A língua francesa, como forma de expressão culta de uma elite intelectualizada, ficava patente na publicação de artigos e comentários naquele idioma pela revista *Minerva brasiliense*. Estar afinado com os princípios da civilização àquela altura do século XIX significava estar, de alguma forma, em sintonia com as regras da cultura francesa, instância legitimadora por excelência de um projeto 'civilizador'. É, portanto, com a vinda da Missão Francesa ao Brasil e os desdobramentos daí decorrentes, que um significativo passo é dado no sentido de transformar a França em modelo de civilização para as elites brasileiras, forjadoras do Estado nacional. Mais particularmente, a atuação de um dos membros que acompanhava a Missão Francesa, Jean Baptiste Debret, será decisiva no sentido de tornar conhecido, na França, o novo império nos trópicos, após sua volta para Paris em 1831. De volta à França, ingressa no Instituto Histórico de Paris, e será o elo de ligação para que seu discípulo brasileiro, Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879), que o seguira para Paris com uma bolsa de estudos imperial, torne-se também membro daquela instituição histórica francesa. Quando da fundação do IHGB, desempenhará Porto Alegre, juntamente com mais dois outros brasileiros — Domingos José Gonçalves e Francisco Sales Torres Homem —, também estudantes na capital francesa e membros do Instituto Histórico de Paris, um papel bastante ativo na vida desta instituição. A obra de Debret, publicada na França, e escrita a partir da sua experiência no Brasil, é positivamente acolhida e recebe uma recensão elogiosa nas páginas da revista do Instituto Histórico de Paris.

Si il est glorieux pour la France de voir ses enfants propager la civilisation par delà les mers, quels éloges ne sont pas dus à ceux qui, après avoir rempli cette mission périlleuse, viennent encoec nous raconter la nature et les mœurs des nations qu'ils ont visitées.¹

Aos poucos vão assim tecendo-se os fios que interligariam o jovem império nos trópicos — percebido em sua função de bastião avançado da civilização no Novo Mundo — e a França, recém-saída de um processo de transformações profundas e ciosa de seu papel de guardiã, para o mundo, destes mesmos princípios.

A história como lugar privilegiado, naquela altura do século XIX, da cristalização de uma memória nacional, não estará portanto à margem da teia em construção, a articular, no plano das idéias, o Novo e o Velho Mundo. Com esta perspectiva é que nos parece ser importante um exame das possíveis 'influências' francesas — guardados os devidos cuidados quando da utilização deste termo, assim como tendo em vista as especificidades de cada uma das sociedades em questão — na elaboração de uma história nacional no Brasil nas décadas de 30 e 40 do século passado.

2. *Journal de l'Institut Historique*. Paris, 1 (1): 53. Ago. 1834.

3. O exame da revista do Instituto Histórico de Paris constituiu-se em fonte significativa para a análise da atuação desta instituição voltada ao trabalho historiográfico. A Bibliothèque Nationale de Paris possui edição completa deste periódico por nós trabalhado. Ver ainda a respeito do Instituto Histórico de Paris:

Maria Alice de Oliveira Faria, 'Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris'. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, (266): 68-148. 1965.

Paul Deslandes, 'Les débuts de l'Institut Historique: 1834-1846'. *Revue des Etudes Historiques*. Paris, (88): 299-324. 1922.

B. Combes de Patris, B. 'La société et la Revue des Etudes Historiques au cours d'un siècle: 1833-1933'. *Revue des Etudes Historiques*. Paris, (100): 283-96. 1933.

Mas voltemos nosso olhar para o Instituto Histórico de Paris, que manterá com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, particularmente nos seus primeiros anos de vida, intenso contato, procurando indicar seu projeto de História e as possíveis, 'influências' que exerceu no trabalho do IHGB.⁴

Criado em 1834 pela ação do jornalista Eugène Garay de Monglave (1796-1873) e do historiador Joseph Michaud (1767-1849), especialista em história das Cruzadas e contrário aos princípios de 1789, o Instituto Histórico de Paris integra-se no movimento romântico francês, visto o interesse que esta corrente irá dispensar à pesquisa histórica, não só sob seu aspecto como fonte para a produção estritamente literária, como também sob a ótica de investigações científicas propriamente. O interesse pela História, que marcaria a vida intelectual das diversas sociedades do século XIX, articulava-se na verdade a uma questão central para aquele século: a problemática nacional. A pesquisa histórica estava diretamente comprometida com a busca e fundamentação, segundo acreditavam, objetiva da nação. História e nação marcam, portanto, o quadro de preocupações do Instituto Histórico de Paris, assim como viriam a marcar de forma tão clara a ação do IHGB. Neste sentido é que podemos compreender a orientação do órgão oficial do Instituto Histórico de Paris — *Journal de l'Institut Historique* — privilegiando aqueles trabalhos sobre a Idade Média e as pesquisas arqueológicas acerca dos gauleses. Dois temas na verdade centrais para a fundamentação daquilo que Michelet definia como "a personalidade nacional".⁵ O recurso ao passado, mais especificamente à vida dos gauleses, tinha como objetivo investigar em que medida e qual o grau de influência desses grupos para a cultura greco-romana. De fato são as questões centrais para o século XIX que estão orientando o retorno ao passado, o seu recorte e a sua leitura: tratava-se de traçar uma linha de continuidade capaz de justificar para o século XIX um papel civilizador para a França. Em verdade, um papel que estaria inscrito na própria história desta sociedade, como sendo seu sentido mais íntimo e verdadeiro e que em outros momentos desta mesma história já ter-se-ia revelado. O próprio sentido da história francesa — tão fundamental para a escrita de qualquer história segundo uma perspectiva filosófica — estaria na realização desta tarefa civilizadora do mundo. Deixemos que se expresse Mathieu Villenave nas páginas da revista do Instituto Histórico de Paris:

J'ai voulu prouver que dans les anciens temps de notre histoire, les Gaulois n'avaient été, ni aussi ignorants qu'ils le devinrent après l'invasion des barbares, ni aussi barbares eux-mêmes qu'ils l'ont dit si souvent les Grecs et Romains. Heureusement les témoignages qu'ils n'ont pu retenir, contredisent les injures qu'ils ont prodiguées. Ces témoignages, et je n'en ai point invoqué d'autres, suffisent pour restituer la gloire de nos aïeux dans les sciences et dans les lettres; pour les montrer comme ayant fourni, par les disciples de Pythagore, le modèle des premières académies philosophiques de la Grèce, comme ayant ouvert eux-mêmes les premières écoles chez les Romains, et préparé le grand siècle de Cicéron, d'Horace et de Virgile.⁶

Já os gauleses guardariam, portanto, o germe de uma missão civilizadora, herdada pela França, vista aí numa linha de continuidade, como filha dos gau-

4. Ver: Pierre Barriere, *La vie intellectuelle en France du 16^{ème} siècle à l'époque contemporaine*, (Paris, Albin Michel, 1974), p. 482.

5. Mathieu Villenave, *Journal de l'Institut Historique*, Paris, I (1): 20. Ago. 1834.

6. *Journal de l'Institut Historique*, Paris, I (1): 1. Ago. 1834.

leses. O século XIX nada mais seria do que a realização de potencialidades inatas, detectadas com o auxílio da pesquisa histórica. Mas até que ponto, podemos e devemos nos perguntar, é um olhar do presente — do século XIX — que recorta e constrói esta linha de continuidade, a partir de inúmeras determinações próprias a este século?

No primeiro número de *Journal de l'Institut Historique de Paris*, definiam os seus editores como sendo tarefa do Instituto Histórico de Paris "encourager, diriger et propager les études historiques en France et à l'étranger".⁷ A História, percebida em sua dimensão explicativa para o tempo presente, teria para os intelectuais reunidos em torno do IHP um papel de ciência explicativa do conjunto da vida social.

Quelle est donc notre mission. Messieurs? que voulons-nous? Entendons nous. Nous voulons de ce grand tout qu'on appelle le monde, connaître la partie principale et souveraine, l'humanité; nous voulons savoir si sa marche a été progressive, si le progrès continue et vers quel bout il s'avance. Et comme l'humanité se traduit, se manifeste au milieu de ces agrégations d'hommes que forment la société, nous ne voulons rien en résultat, en étudiant l'humanité dans les sociétés que pénétrer le mystère des sociétés elles mêmes, en expliquer l'origine, la fin, l'organisation, le mécanisme; constituer en un mot, la science sociale toute entière en ramenant à une unité harmonique et féconde ses fragments dispersés et mécon-

Os estatutos de 1836 expressariam de forma clara esta perspectiva totalizante e abrangente pretendida pelo IHP. Ai são contemplados os estudos acerca da geografia antiga, da cronologia, das línguas, das artes, das antiguidades e tudo que segundo eles constituía a "ciência histórica" como fazendo parte do objeto e das atenções daquela instituição. Ao lado desta visão globalizante pretendida para a História, na perspectiva do IHP, a História definia-se também pela sua função pragmática de "mestra da vida".⁸ O passado ensinando o presente e guiando para o futuro, uma forma de tratamento da História partilhada pelo IHGB.

Uma leitura cuidadosa do *Journal de l'Institut Historique* torna evidente a preocupação daquele órgão do IHP com uma reflexão que poderíamos denominar 'metodológica' acerca do trabalho do historiador. O questionamento acerca das bases da 'ciência histórica' e do seu sentido ocupam parcela significativa das páginas daquele periódico.⁹ Contudo, a revista preocupa-se em não definir uma posição teórica como sendo aquela oficial do órgão, muito mais pretende-se transformá-la num fórum eclético de discussões desta natureza:

7. *Journal de l'Institut Historique*. Paris, 1 (1): 30. Ago. 1834.

8. Acerca do Topos "História como Mestra da vida" consultar especialmente: Reinhart Koselleck, 'História Magistra Vitae', em *Vergangene Zukunft*. (Frankfurt a.M., Suhr-Kamp, 1984), pp. 38-66.

9. Questões de natureza teórico-metodológica compunham também a temática do 1º Congresso Histórico Europeu, cuja primeira seção de trabalhos dedicou-se à discussão da questão "Qual é a finalidade da História?" Após longas discussões a resposta poderia ser sintetizada, segundo os trabalhos apresentados, como sendo "... la prévoyance de l'avenir dans l'ordre de la libre activité humaine".

Ver a respeito:

Journal de l'Institut Historique. Paris, 2 (12): 273. Jul. 1935.

Journal de l'Institut Historique. Paris, 3 (18): 287. Jan. 1836.

10. *Journal de l'Institut Historique*. Paris, 1 (1): 2. Ago. 1834.

Mais les membres de l'Institut Historique, pour s'être associés dans l'intérêt de la science qu'ils cultivent, ne se sont point liés à telle ou telle école. Ce n'est point ici une affaire de coterie; il ne s'agit point de faire prédominer un système; il s'agit de constater et d'avancer la science de l'histoire, de rapprocher pour le féconder, par le contact, tant de travaux isolés, relatifs à tant de sujets divers et faits dans tant de sens différents.

Assim é possível encontrarmos nas páginas da revista artigos e contribuições que se orientam a partir de princípios e modelos das ciências naturais — na verdade partem do pressuposto de que há um modelo único de ciência — como também estudos que procuram marcar a especificidade da natureza do conhecimento histórico em relação às ciências físico-naturais ressaltando a questão da hermenêutica como própria a este conhecimento. Enquanto aqueles que operariam o primeiro modelo, o que denominavam uma "anatomia histórica", partiam do princípio de que a história de um todo seria possível a partir da história de suas partes, centrando sua atenção ainda na análise daquilo que seria eterno, constante na História, de maneira a definir uma lei de regularidade para os fenômenos históricos, aqueles que trabalhavam a partir do segundo modelo analítico buscavam captar o único, específico e particular, em suma, aquilo que não se repete, reconstituindo-se nas "cores do seu tempo".

Sem dúvida a tarefa a que se pretende o IHP é de uma tal dimensão, na proporção mesma e condizente com a imagem que vai se buscando definir para a "nação francesa": representante e sintetizadora da civilização humana. Tratava-se, como podemos ver, de consolidar um imaginário nacional tanto para dentro quanto para fora da França, capaz de fundamentar ações concretas. Pretendia-se contribuir para definir assim os contornos de sua identidade em sua dupla dimensão; tanto interna, quanto externa, a França, e mais especificamente Paris, como o centro dos conhecimentos sobre toda a humanidade, conhecimento este a ser atingido pela via de uma História Geral da Humanidade a ser escrita, era a esperança acalentada, ainda que não expressa tão claramente, pelo grupo de intelectuais reunidos em torno do IHP. Analisando os estatutos da instituição na parte referente à definição das diversas seções a comporem o IHP, temos uma idéia da dimensão das propostas intelectuais do Instituto.¹¹ Paris como "a capital do mundo intelectual"¹² e a língua francesa como "a verdadeira língua da civilização moderna",¹³ dois elementos fundamentais da autoimagem nacional francesa, estavam também presentes como uma certeza nos trabalhos históricos do IHP.

Um certo ecletismo de natureza teórico-metodológica pretendido pelo IHP, cuja relação com a recepção da reflexão filosófica de Victor Cousin (1792-1867)

11. 1. Seção: História Geral.

2. Seção: História das Ciências Sociais e Filosóficas.

3. Seção: História das Línguas e das Literaturas.

4. Seção: História das Ciências Físicas e Matemáticas.

5. Seção: História da Arte.

6. Seção: História da França.

Journal de l'Institut Historique. Paris, 2 (12): 273. Jul. 1835.

12. Fala do relator da Comissão preparatória do 1º Congresso Histórico Europeu perante público no Instituto Histórico de Paris a 31.7.1834 em *Journal de l'Institut Historique*. Paris, 1 (1): 39. Ago. 1834.

13. Palavras do vice-presidente do Instituto Histórico de Paris numa avaliação do 1º Congresso Histórico Europeu em *Journal de l'Institut Historique*. Paris, 3 (16): 187. Nov. 1835.

pode ser estabelecida, é estendido ao plano da política. De fato, representantes das mais variadas colorações do espectro político estavam ali representados a começar pelo presidente, o historiador Joseph Michaud, cuja orientação era de tradição conservadora contrária aos princípios da Revolução Francesa, passando por republicanos e *saint simonianos*. Por parte do Estado Francês, o IHP conta com a simpatia do ministro da Educação François Guizot (1787-1874) por ocasião de sua fundação. Contudo, os estatutos da instituição proibiam categoricamente as discussões de natureza política.¹⁴

O Instituto Histórico de Paris tinha também por finalidade manter seus sócios o mais atualizados sobre as questões pertinentes ao seu âmbito de ação: artigos sobre questões de historiografia, recensão de livros e informações bibliográficas em geral estavam constantemente presentes no *Journal de l'Institut Historique*. O Instituto organizava ainda anualmente um Congresso sobre temas históricos em Paris, promovia cursos abertos e, a partir de 1835, financiava um prêmio para o melhor trabalho de natureza histórica.

Se até aqui vários são os pontos de contato entre o IHP e o IHGB — ambas instituições comprometidas com o processo de construção nacional — um ponto vai diferenciá-las, mais especificamente no tocante à organização interna de cada um dos institutos históricos. Enquanto no caso brasileiro a presença do Estado para a vida do IHGB era central, mesmo vital, outra era a relação do instituto francês com o Estado. Certamente que esta diferença explica-se também pela distinta relação entre o Estado e produção cultural em cada uma destas sociedades. O exercício de funções no interior do IHGB não estava associado a uma remuneração: era marca de distinção, prestígio e honraria para aquele que a exercia; podia ser um ponto a mais no currículo de um bom servidor do Estado. Na França, pelo contrário, significava o exercício de uma profissão, que como tal era remunerada. Ao primeiro secretário do IHP cabia, de acordo com os estatutos, não só um salário, como também uma residência oficial.

Particularmente interessante para se observar esta forma distinta da relação entre Estado e produção historiográfica no caso dos dois institutos históricos são os momentos de crise financeira. Enquanto para o IHGB as dificuldades de natureza financeira seriam solucionadas pelo aumento das dotações oficiais — única variável considerada naqueles momentos — para o IHP, financiado a partir de meios próprios, dificuldades financeiras deveriam ser solucionadas pela via de medidas restritivas e de economia: redução do salário de primeiro secretário, instalações mais modestas etc., e até mesmo o lançamento de ações. Uma ajuda oficial para o IHP viria somente no ano de 1844, portanto dez anos após a sua fundação.¹⁵

O estreito contato que viria a se estabelecer entre o IHP e o IHGB foi facilitado por um conjunto de elementos que isoladamente, contudo, não guardariam a explicação última e verdadeira destes contatos. O primeiro-secretário Eugène de Monglave (1796-1873) mantinha já com o mundo lusitano um contato próximo. Por ocasião da fundação do império no Brasil, aqui estivera por cerca de dois anos, como outros inúmeros viajantes, em busca de riquezas minerais, o que o levaria para o interior do país. Em 1827 publica em Paris uma biografia do imperador, D. Pedro I, contendo a troca de correspondência entre este

14. Ver *Journal de l'Institut Historique*. Paris, 4 (19): 38-40. Fev./Jul. 1836.

15. Ver Paul Deslandes, 'Les débuts de l'Institut Historique: 1834-1846'. *Revue des Etudes Historiques*. Paris, (88): 299-324. 1922.

e seu pai, D. João VI, assim como traduz escritores brasileiros. Por outro lado, o caráter modelar que a França possuía para a vida intelectual brasileira, já aqui referido, facilitaria as relações próximas entre o IHP e o IHGB. Não nos esqueçamos ainda que as duas instituições integravam-se a um processo comum a ambas sociedades naquela altura do século XIX: processo de configuração da fisionomia nacional destas sociedades, para o qual a história era parte central. Já no primeiro ano de existência do IHP integram 11 brasileiros o seu quadro de sócios, dos quais dez viriam posteriormente a ser membros do IHGB.¹⁶ Pelo menos a partir da Missão Francesa, círculos intelectualizados franceses demonstravam certo interesse para com o Brasil, particularmente intensificado — segundo podemos inferir da leitura da *Revue des deux Mondes* e da presença regular neste periódico de artigos tratando do Brasil — a partir da fundação de um império no continente americano.

Desses contatos cristaliza-se, pouco a pouco, tanto para o público francês quanto para o público brasileiro letrado, uma certa imagem do Brasil como guardião da civilização européia no Novo Mundo. Por ocasião da sua admissão como sócio do IHGB, assim se expressava o secretário da Académie Royale des Beaux Arts, Raoul Rochette:

*A França, cujas Artes já têm estendido, sobre solo ainda virgem, tão profundas raízes, e produzido frutos que prometem para o futuro tão abundantes colheitas, acha-se mais interessada que qualquer outra nação da Europa nos progressos da civilização brasileira; e a mim, na qualidade de francês e membro correspondente do instituto, também me é permitido associar-me por este duplo título.*¹⁷

Por sua vez, Francisco de Monte Alverne, ao ser aceito como membro do IHP reafirma um certo papel civilizador que caberia à França:

*Cette filiation littéraire continue la grande oeuvre de la civilisation du genre humain, confiée à la France; elle dit au Brésil qu'elle ne tardera pas à figurer entre les peuples qui se sont distingués par leurs lumières. La France fraternise avec toutes les nations civilisées; elle les groupe autour d'elle; elle se fait comme le centre des relations sociales et morales...*¹⁸

Em viagem ao Brasil, diversos cientistas franceses são recebidos pelo IHGB, assim como o *Journal de l'Institut Historique* constituiu-se num fórum para discussão de problemas ligados à vida cultural e às ciências no Brasil. Já no primeiro número, três são os brasileiros que encontram espaço nas páginas da revista do Instituto Francês: Domingos José Gonçalves de Magalhães problematiza a questão do início de uma literatura nacional no Brasil, enquanto Francisco Salles Torres Homem procura apresentar o desenvolvimento das ciências no Brasil, sublinhando os impedimentos representados pela presença portuguesa para este desenvolvimento das ciências, e Manuel Araújo de Porto Alegre, num estudo sobre as artes no Brasil, ressaltava o papel da Missão Francesa como marco divisor fundamental para o crescimento destas atividades no Brasil. E

16. Ver Maria Alice de Oliveira Faria, 'Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris'. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, (266): 68-148. 1965. Especialmente p. 147.

17. Carta a Janeiro da Cunha Barbosa, primeiro-secretário do IHGB, datada de 26.1.1843. Em *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 5 (18): 244 Abr./Jun. 1843.

18. Carta datada de 5 de novembro de 1834. Em *Journal de l'Institut Historique*. Paris, 2 (8): 117. Mar. 1835.

ainda para um público constituído por membros do IHP, que Debret falará acerca de suas observações feitas no Brasil quando de sua permanência como integrante da Missão Francesa, contribuindo, assim, para sublinhar e realçar uma função civilizadora da França do outro lado do Atlântico.

La mode, cette magicienne française, a de bonne heure fait irruption au Brésil. L'empire de D. Pedro est devenu un des ses plus brillants domaines: là elle règne en despote, ses caprices sont des lois, dans les villes, toilettes, repas, danse, musique, spectacles, tout est calqué sur l'exemple de Paris, et, sous ce rapport comme sous quelques autres, certains départements de la France sont encore bien en arrière des provinces du Brésil.

Tel est au résumé, le peuple qui a parcouru en trois siècles toutes les phases de la civilisation européenne et qui, instruit par nos leçons, nous offrira bientôt peut-être des rivaux dignes de nous, comme l'Américain du Nord lui en offre dans ce moment à lui-même.¹⁹

O surgimento da *Revista Nitheroy*, em Paris, é saudado nas páginas do *Journal de l'Institut Historique*, cuja assinatura é feita pelo representante brasileiro em Paris, Luís Moutinho de Lima Alvares e Silva, para as bibliotecas públicas do Rio, São Paulo e de Recife. Em 1839 é oferecido pelo primeiro-secretário do IHP, Eugène Garay de Monglave, um curso sobre literatura portuguesa e brasileira.

Como se pode ver, eram intensos os contatos que no plano da cultura — entendendo-se também no plano mais específico da História — ligavam as sociedades brasileira e francesa, mesmo antes da existência de um Estado nacional no Brasil. Portanto, é no contexto desta tradição que devemos entender, no caso particular da História, a ligação entre o IHGB e o IHP. Ligação esta percebida pelos próprios atores envolvidos na criação e no funcionamento de ambos institutos históricos, que procuravam sempre sublinhá-la, como forma de legitimação para seus respectivos papéis de guardiães e impulsionadores da civilização e do progresso para cada uma dessas 'nações' em processo de construção. O primeiro-secretário do IHP Eugène Monglave, quando da fundação do IHGB afirma, em artigo publicado no *Journal*, o papel de destaque desempenhado pelo instituto francês para a criação de instituições como o IHGB e outras congêneres.²⁰ Por sua vez, esse mesmo papel é reafirmado pelo lado brasileiro em carta de Janeiro da Cunha Barbosa, primeiro-secretário do IHGB a Eugène Garay de Monglave.²¹

Podemos concluir dizendo que as ligações entre estes dois institutos históricos, e portanto ligações que apontam na direção de relações que se estabelecem no 'fazer história', são fios de um tecido mais complexo a articular duas sociedades comprometidas com o processo de construção nacional, guardadas eviden-

19. Leitura realizada no Instituto Histórico de Paris a 23.2.1834 perante a 5ª Seção do Instituto, dedicada à História da Arte.

Journal de l'Institut Historique, Paris, 1 (3): 171. Out. 1834.

20. Por ocasião da fundação do IHGB, publica a revista do Instituto Histórico de Paris artigo do primeiro-secretário da instituição francesa, que é ao mesmo tempo um balanço das atividades do IHP. Monglave procura ressaltar a criação de instituições dedicadas à História em Londres, Bruxelas, Turin, Boston, Washington e México, a partir do modelo francês do IHP. Igualmente via, na criação por Guizot das Comissões Históricas, uma influência da ação do Instituto de Paris.

Vet Journal de l'Institut Historique, Paris, 10 (57): 101-105. Abr. 1839.

21. Carta de Janeiro da Cunha Barbosa a Eugène de Monglave datada de 10.1.1839. Em *Journal de l'Institut Historique de Paris*, Paris, 10 (57). Abr. 1939.

temente as especificidades e diferenças — para as quais deve também estar atento o historiador de ofício — próprias a cada uma delas. Nação, civilização e progresso, como nos indica Hobsbawn em seu texto acerca da construção das nações,²² são indissociáveis nesta altura do século XIX e caberia à História evidenciar essa relação estreita, tarefa à qual se dedicaram de forma intensa tanto o Instituto Histórico de Paris quanto o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Abstract:

First of all, the author points out the primacy of French influence in building work and in the Brazilian culture since the beginning of the XIXth century, mainly after the arriving of the French Mission.

The aspiration of the French culture to the role of agent of civilization is conjugated with the necessity of ideal construction of the nation, common to both countries.

This necessity is fulfilled in history, privileged field of crystallization of the national memory. Its institutional headquarters is the Historical Institute of Paris — IHP. The survey of numerous interchanges allows the author to detect the influence carried out by IHP over his Brazilian homolograph, The Brazilian Historical and Geographical Institute — IHGB.

Therefore, the article stands out the structural differences between the institutions, due to the specifications of the two countries.

Résumé:

L'auteur signale tout d'abord la primauté de l'influence française dans la mise en oeuvre de la culture brésilienne dès le début du XIXth siècle, notamment à partir de l'arrivée de la Mission Française.

L'aspiration de la culture française au rôle d'agent de civilisation se conjugue, d'après l'auteur, avec le besoin, commun aux deux pays, de construction idéale de la nation. Ce besoin trouve, dans l'histoire, le lieu privilégié de cristallisation de la mémoire nationale, et son siège institutionnel, dans l'Institut Historique de Paris.

Le relevé de nombreux échanges permet à l'auteur déceler l'influence exercée par le IHP sur son homologue brésilien, l'Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — IHGB. De même, l'article met en relief les différences structurelles entre les deux institutions, dues aux spécificités des deux pays.

22. Eric Hobsbawn, *A era do capital, 1848-1875* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977), p. 343.

Perfil institucional

O Museu da Inconfidência

A idéia de criação do Museu da Inconfidência surgiu em 1937, quando o presidente Getúlio Vargas tomou a iniciativa de recambiar para o Brasil os restos mortais dos inconfidentes mandados para o exílio, um gesto final de reparação ao silêncio que recaiu sobre a Conjuração Mineira desde que foi sufocada até o início da campanha para a República, coincidindo com o processo de valorização do movimento.

A cidade escolhida para o descanso definitivo dos insurretos não poderia ser outra: Ouro Preto, palco do drama de 1789. O mais imponente edifício da praça central — a Casa da Câmara e Cadeia de Vila Rica —, onde a cabeça de Tiradentes foi exposta à execução pública, foi o local determinado para abrigar o panteão dos heróis.

No prédio, doado ao governo federal em 2 de dezembro de 1938, instalou-se o museu criado pelo decreto-lei nº 965, de 20 de dezembro do mesmo ano, com a finalidade de "coleccionar as coisas de vária natureza, relacionadas com os fatos históricos da Inconfidência Mineira e com seus protagonistas, e bem assim as obras de arte ou de valor histórico, que se constituem documentos expressivos da formação de Minas Gerais".

Assim, por ocasião do sesquicentenário da sentença lavrada contra os inconfidentes, isto é, em 21 de abril de 1942, foi inaugurado, no andar térreo, o panteão que guarda os restos dos primeiros mártires a sonhar com a liberdade pátria.

No salão vizinho foram erguidas duas lápides, dentro dos mesmos padrões arquitetônicos do panteão. Numa delas estão os despojos de Marília de Dirceu, noiva e musa inspiradora do poeta inconfidente Tomás Antônio Gonzaga; a outra, vazia, é dedicada a Bárbara Heliodora, esposa e inspiradora de outro poeta do movimento: Inácio José de Alvarenga Peixoto.

Em 11 de agosto de 1944 instalou-se, oficialmente, o Museu da Inconfidência como um todo.

O local acabou por converter-se em ponto de romaria cívica: todos os anos, em 21 de abril, o governo do estado transfere-se para Ouro Preto e, no patamar das escadarias da antiga Casa da Câmara e Cadeia realiza-se cerimônia relembrando a morte de Joaquim José da Silva Xavier — O Tiradentes — ato que provoca intensa mobilização popular, com repercussão em todo o país.

O acervo original foi constituído por doações, especialmente peças de arte religiosa, feitas por dom Helvécio Gomes de Oliveira, arcebispo de Mariana, e pela coleção pertencente ao antigo Instituto Histórico de Ouro Preto. Posteriormente, novas aquisições e doações o enriqueceram.

A documentação estritamente relacionada com a conspiração de 1789, como os autos da devassa - processo instaurado pela administração portuguesa —, complementa-se com um número variado de objetos que vão desde a forca em que Tiradentes foi executado até paramentos usados pelos padres inconfidentes.

O mobiliário procede da Casa dos Contos, residência de João Rodrigues de Macedo, banqueiro e contratador de impostos e suspeito de envolvimento na conjuração.

As coleções do museu estão dispostas em dois grupos: no pavimento térreo encontram-se peças originais e manuscritos referentes à Inconfidência ou ao desenvolvimento cultural de Minas, tanto em seu aspecto material quanto intelectual; no andar superior expõe-se riquíssimo acervo constituído por peças sacras e mobiliário brasileiro dos fins do século XVIII e início do século XIX. Sala especial é dedicada a Antônio Francisco Lisboa — o Aleijadinho, — genial escultor e arquiteto.

O edifício onde se encontra instalado o museu levou setenta anos para ser construído: de 1785 a 1855. Trata-se de um dos espécimes mais notáveis da construção civil do período colonial. Suas poderosas paredes de pedra, com espessura que varia de dois para um metro nos andares térreo e superior, respectivamente; ergueram-se durante a administração do governador e capitão-general Luís da Cunha Meneses que, também arquiteto, foi autor do projeto.

No início de sua ocupação, na década 1790-1800, a Câmara funcionou no segundo pavimento e, no inferior, a cadeia.

A Câmara, decorridos 25 anos, foi transferida para outro prédio da praça central, quando o casarão inteiro foi transformado em prisão. Com a construção da Penitenciária de Neves, próxima a Belo Horizonte, os presos foram transferidos para aquela localidade. Surgiu, então, a idéia de seu aproveitamento como museu.

Na condição de panteão dos heróis da conspiração de 1789 e de grande repositório de testemunhos da cultura colonial, o Museu da Inconfidência atrai um número crescente de visitantes de todas as partes do país e do exterior.

Na medida em que Ouro Preto, classificada pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade, vai-se convertendo em local obrigatório de peregrinações para todos aqueles que se interessam pela arte colonial, que desejam conhecer um pouco mais do passado brasileiro, ou ainda, que buscam um reencontro com suas tradições, cresce a responsabilidade da instituição como fonte em que tais necessidades buscam saciar-se.

Para atender a esse papel que lhe foi imputado, o Museu da Inconfidência conta hoje com três anexos onde foram instalados um auditório, sala de projeções, sala de exposições temporárias, reserva técnica, setor de Museografia e Difusão Cultural, setor de Processamento Técnico e Catalogação, laboratórios de Restauração e Fotográfico, setor Educativo, Biblioteca, Arquivo, e a infra-estrutura administrativa com áreas de almoxarifado, financeira e de pessoal.

Optando por essa linha de atuação dinâmica, o Museu da Inconfidência apresenta-se atualmente com um perfil bastante moderno, que busca a afirmação de um sólido lastro cultural.

Há um setor voltado para os eventos — mostras especiais sobre o acervo ou sobre a obra de artistas contemporâneos, apresentações musicais, exibições de filmes, videocassetes e audiovisuais — e outro dedicado ao estudo e ao trabalho científico de base mais permanente. O acervo documental é de grande riqueza. Reúne processos que tiveram curso na Justiça durante o período colonial, os autos da devassa referentes aos réus eclesiásticos que participaram da Inconfidência, o arquivo do barão de Camargo — um político de grande atuação no Império — e um conjunto de partituras de música colonial da maior significação para o Brasil, integrado por originais e cópias que resultaram das investigações empreendidas pelo musicólogo alemão Francisco Curt Lange, descobridor de um passado de criatividade que nossos historiadores especializados ignoravam. Além da atividade regular de pesquisa, são oferecidos cursos de nível universitário e programas educativos objetivando formar na criança uma consciência relacionada com os valores da cidade em que vive. As atividades na área de conservação ganham desenvoltura na medida em que procuram identificar as causas de degradação dos materiais.

Hoje, o Museu da Inconfidência é o cabeça do Grupo de Museus e Casas Históricas de Minas Gerais composto por nove instituições pertencentes ao governo federal, dispersas pelas principais cidades coloniais do estado.

* Apoio técnico ao Departamento de História do Museu de Arte, Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com a colaboração de Lúcia Peres e Maria Tereza de Castro.

Versões clássicas da Inconfidência Mineira*

José Ivan Calou Filho
Pesquisador do Arquivo Nacional

Introdução

A Inconfidência Mineira tem sido no Brasil e mesmo no exterior objeto de intensa e controvertida análise histórica. Em 1938, Afonso Arinos já ressaltava o grande número de obras publicadas sobre o assunto — uma demonstração de sua importância para o conhecimento de nosso passado colonial.¹

Quarenta anos depois, o erudito bibliógrafo Hélio Gravata confirmava a existência de uma espécie de *boom* literário sobre a conjuração, contabilizando em sua abrangente bibliografia 1.093 títulos concernentes aos vários tipos de registros impressos, sonoros e visuais elaborados entre 1862 e 1976.² Poucos momentos da história brasileira têm merecido tamanha atenção dos pesquisadores, embora grande parte desta literatura produzida por historiadores, políticos, escritores, poetas, advogados, pintores e cineastas seja de qualidade questionável. Francisco Iglésias afirma que falta aos estudos feitos até hoje “pesquisa acurada” e “sobra imaginação”. Ele propõe “tratar a Inconfidência como estudo científico e tirá-la de seu clima quase ficcional”.³ Outro importante escritor, Eduardo Frieiro, é mais radical: “Na historiografia do Tiradentes, o tom apolo-gético e a inflação verbal, exaltadamente patrióticos, próprios para despertar emoções em adolescentes, tornaram quase temerário o ponto de vista dos que

1. Afonso Arinos de Melo Franco, 'Inconfidência Mineira, origens e tendências ideológicas', em *Anais do III Congresso de História Nacional* (Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Imprensa Nacional, 1942), p. 49.
2. Hélio Gravata, 'Contribuição bibliográfica para a história de Minas Gerais — Inconfidência Mineira', em *Revista do Arquivo Público Mineiro* (Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado, ano XXIX, 1978). Esta é a melhor e mais completa bibliografia que se tem notícia e indispensável aos que se interessam pelo assunto. O autor levou cerca de trinta anos para concluir suas pesquisas. Além de tecer pequenos comentários sobre os títulos arrolados, Gravata cita fontes, realizando um trabalho monumental. Distribui os 1.093 títulos arrolados em 14 itens; documentos publicados; bibliografias; livros e opúsculos; capítulos e referências em obras; verbetes em enciclopédias e dicionários; artigos, discursos e conferências; comemorações; legislação; romances, novelas e contos; teatro; poesia; filmes; iconografia; inéditos.
3. Francisco Iglésias, 'Uma trama cercada de mistérios', em *Jornal da tarde*, São Paulo, 22.4.1989.

* Agradeço as sugestões bibliográficas de Norma de Góes Monteiro e Herculano Mathias e o incentivo de Luís Fernando Franco e Júlio Bandeira.

consideram o drama da Inconfidência Mineira com certo frio objetivismo".⁴ Rigor científico e objetividade não se encontram na vasta literatura da conjuração mineira, concebida sob o signo de grandes paixões políticas e ideológicas, impossibilitando aos analistas brasileiros uma visão imparcial dos acontecimentos de 1789. Daí seus trabalhos refletirem posturas metodológicas incompatíveis com os procedimentos que Glénisson denomina de "crítica dos testemunhos".⁵ Isto se observa desde meados do século XIX, com monarquistas e republicanos divergindo sobre Tiradentes e o significado da conspiração, até a década de 1960, quando intelectuais, menos identificados com a exaltação patriótica, contestavam as versões oficiais dos governos republicanos que transformaram o alferes em herói nacional.⁶ Perdura, ainda hoje, uma tendência obsessiva de muitos historiadores em reconstituir a vida e a personalidade de Tiradentes, em prejuízo de uma visão mais ampla do movimento separatista mineiro. O resultado prático é uma repetição monótona de teses e idéias inspiradas principalmente nas análises de Joaquim Norberto e Lúcio dos Santos, além de outras versões distorcidas e vulgares que a tradição oral popular transmitiu às sucessivas gerações.⁷

Todavia, os conflitos ideológicos não podem ser apontados como o fator determinante da qualidade dos trabalhos sobre a conjura. A falta de fontes primárias dificultou muito a tarefa dos historiadores. Mesmo após a descoberta dos autos de devassa, depositados no arquivo do Ministério do Império e utilizados pela primeira vez por Norberto em sua *História da Conjuração Mineira*, as fon-

4. Eduardo Frieiro, *O diabo na livraria do cônego* (2ª ed., Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1981). Este livro é uma saborosa e interessante coletânea dos mais eruditos ensaios e crônicas já escritos sobre temas da Inconfidência. Dois deles se sobressaem: 'Como era Gonzaga?', e o que empresta nome ao livro. Frieiro tem profunda convicção de que a França foi o centro irradiador das idéias que influenciaram diretamente a Revolução Americana e a conjura mineira. Suas crônicas 'A hora da América pelo meridiano de Paris', 'O retrato imaginário de Gonzaga' e 'A sombra de Tiradentes' são magistrais.
5. Jean Glénisson, *Iniciação aos estudos históricos* (São Paulo, Difel, 1977), p. 167. "Mais ainda do que outras atividades, a crítica histórica exige espírito de método e espírito de finura; necessita, ao mesmo tempo, o exercício de uma irrepreensível vigilância para distinguir a verdade em meio aos falsos testemunhos e um simpatetismo capaz de possibilitar que sejam imaginados e novamente sentidos os sentimentos dos homens do passado, a fim de discernirem os móveis de suas ações."
6. Até a instauração do regime republicano, Tiradentes foi alvo de ataques e críticas dos monarquistas, pois simbolizava a tentativa de fracionamento da ex-colônia, depois transformada em sólido estado imperial. Segundo alguns historiadores áulicos, foi obra dos Orleans e Bragança, cujos descendentes no trono do Brasil não apreciavam o alferes. Além dos governos republicanos que promoveram Tiradentes a herói nacional, várias organizações esquerdistas que lutaram pela reforma agrária e combateram os governos militares, antes e após 1964, utilizaram a imagem de Tiradentes como representação de seus ideais políticos.
7. Exemplo clássico do testemunho oral é a obra de Machado de Castro, 'Inconfidência Mineira — narrativa popular', em *Revista do Arquivo Mineiro*, ano VI, fascículos III e IV, 1902, pp. 1.063-1.151. O autor concebeu este trabalho com o objetivo de homenagear "a figura homérica de Tiradentes que sai grande e majestosa como altiva palmira do chão carrasquento". Foi escrito em 1906 e, no ano seguinte, recebeu o primeiro prêmio em um concurso promovido pelo Instituto dos Bacharéis do Rio de Janeiro. Machado de Castro foi um ferrenho republicano.

tes documentais somente seriam enriquecidas com o recolhimento e a identificação de documentos econômicos nos principais arquivos do país, entre 1940-1960.⁸ É preciso não esquecer que até a publicação da obra de Norberto, o que foi escrito sobre a Inconfidência baseou-se em informações e relatos orais, pouco confiáveis, em alguns documentos esparsos e, sobretudo, na sentença do Tribunal de Alçada — peça jurídica delineada, *a priori*, em suas linhas essenciais por Martinho de Melo e Castro, que aceitou em grande parte a versão da conjura montada pelo visconde de Barbacena e Caetano Maniti. Exemplos clássicos deste procedimento são as obras de Southey e Ribeyrolles que, embora com interpretações distintas, usaram a sentença como principal documento informativo.⁹

A questão das fontes documentais não foi satisfatoriamente resolvida. Apesar da divulgação dos autos das devassas do Rio e de Minas, foi impossível reconstituir com fidedignidade tanto o programa, quanto os planos maiores do movimento e o papel de cada conspirador. José Honório Rodrigues diz que "a versão dos autos de devassa da Inconfidência é a da polícia e da justiça coloniais. Seu crédito é suspeito... Não se pode renunciar a eles, mas é necessário muita cautela, muito espírito crítico para aceitação das confissões ou para elaboração de uma interpretação livre".¹⁰

O conselho do grande mestre não foi seguido à risca pela maioria de nossos historiadores. Os autos de devassa, um processo jurídico findo, foi crescendo a partir de sua primeira publicação, em 1936, em sete volumes, como uma espécie de processo histórico vivo, ao qual seus editores e anotadores oficiais adicionaram uma gama de documentos ao longo de sucessivas edições.¹¹ Os acréscimos, anotações e comentários que lhe foram feitos, constituem, na verdade, uma história construída ao seu redor. Este processo jurídico do governo português transformou-se em uma coletânea de registros probatórios de um acontecimento narrado pelo opressor colonial, uma espécie de 'sagradas escrituras' da Inconfidência. Boa parte das anotações, principalmente as de Tarquínio de Oliveira, está matizada pelo excesso de imaginação, de hipóteses não comprova-

8. Durante o Estado Novo, quando o culto ao nacionalismo foi muito explorado, teve início, não só a publicação dos autos da devassa, determinada por Gustavo Capanema, como também criou-se o Museu da Inconfidência e, ainda, originou-se uma fase de salvamento e organização do acervo da Casa dos Contos. Merecem destaques especiais a atitude heróica de José Afonso Mendonça de Azevedo que, às suas custas, recuperou grande parte deste acervo e o trabalho gigantesco do historiador Herculano Gomes Mathias, feito no Arquivo Nacional.
9. Robert Southey, 'Conspiração em Minas Gerais no ano 1788', em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, trad. de José de Resende Costa, t. 8, 1846; Charles Ribeyrolles, *O Brasil pitoresco* (São Paulo, Livraria Martins, 1941), vol. 1, p. 47.
10. José Honório Rodrigues, *História, corpo do tempo* (São Paulo, Perspectiva, 1976), p. 86.
11. Os *Autos de devassa da Inconfidência Mineira* foram publicados pela primeira vez sob a direção de Rodolfo Garcia. O decreto nº 756/A, de 21 de abril de 1936, especifica que deveriam ser publicadas não só as peças jurídicas como também "todas as outras peças existentes em arquivos e relativas a esse fato histórico". No prefácio desta edição, Garcia recomenda juntar como anexos "outros documentos que se conservam inéditos ou que tendo sido publicados sejam poucos acessíveis aos estudiosos".

das.¹² Tal procedimento parece um artifício também empregado por muitos autores para esclarecer mistérios insondáveis que os autos não iluminam. A metamorfose transformou-o em objeto de fetiche dos historiadores, que a ele recorrem acriticamente para provarem suas teses, como se fosse o testemunho inquestionável da verdade histórica. Tanto isto é possível que Norberto e Lúcio dos Santos formularam juízos antagônicos sobre a importância e o papel de Tiradentes na conjura, a partir desse documento.

O seu esgotamento como fonte primária e a falta de documentação produzida pelos inconfidentes levaram os pesquisadores a abusar do emprego da imaginação como recurso metodológico do discurso histórico, à semelhança do que fizeram os pintores José Wasth Rodrigues (*Retrato de Tiradentes imberbe*), João Maximiano Mafra (*Retrato imaginário de Gonzaga*) e Antônio Parreiras (*A prisão de Tiradentes e Jornada dos mártires*), que idealizaram romanticamente os conjurados, transformando homens em mártires e heróis.¹³

Os inconfidentes são vistos como personagens de um drama romântico, repleto de histórias fantásticas, inverossímeis e trágicas, como a do embaçado que percorreu as casas dos principais suspeitos de conspirar contra a Coroa, prevenindo-os das intenções sinistras do visconde de Barbacena; a separação dos amantes apaixonados (Gonzaga e Maria Dorotéia); a misteriosa morte de Cláudio Manuel da Costa; subornos, traições, prisões, torturas, enforcamento, destellos e humilhações.

Ficção e realidade misturam-se na historiografia da conjura num amálgama de difícil definição. Nela o drama e a tragédia tomam conta do discurso histórico. O importante é a glorificação dos mártires sacrificados em nome da liberdade de seu país: o bravo alferes idealista, os poetas inocentes e divagadores, os negociantes bondosos, o erudito padre sonhador, Bárbara Eliodora — a Penélope mincira —, e Marília — a eterna virgem.

As construções idealizadas da Inconfidência são indicadoras das concepções ideológicas de seus autores. Em sua maioria, elas demonstram muito mais o que eles gostariam que a conjura tivesse sido, do que ela realmente significou. Assim, todas as representações são possíveis. O movimento poderia ter sido uma conspiração de poetas, simples conversas permeadas de considerações políticas, ou uma articulação de negociantes endividados, ou mesmo uma rebelião de funcionários públicos descontentes e ambiciosos. Supõe-se que seus objetivos fossem tanto uma tentativa de independência de toda a Colônia quanto uma sublevação separatista. Tiradentes surge ora como cabeça, ora como louco, às vezes

12. A segunda edição dos *Autos*, feita a partir de 1972 pelo governo de Minas Gerais e Câmara dos Deputados, teve como anotadores Tarquínio J. B. de Oliveira e Herculano Gomes Mathias, sendo este o responsável pelo término da edição anterior. São dez volumes contra sete da edição anterior, prova incontestável de crescimento do 'processo'. Mathias afirma que acrescentou "algumas centenas de papéis que, não constituindo em sua maior parte peças de natureza forense, são, contudo, documentos relacionados diretamente com o famoso episódio e que atingem, pela data, o ano de 1832". ADIM, vol. 1, p. 18. Uma terceira edição, patrocinada pela Fundação Roberto Marinho, encontra-se no prelo, acrescida de 42 documentos selecionados por este historiador, que destaca um inédito depoimento de época, localizado no arquivo da Torre do Tombo.

3. Eduardo Frício, op. cit., p. 65; Herculano Gomes Mathias, *Tiradentes através da imagem* (Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1969).

como bode expiatório, ora um pobretão, ora um proprietário de terras. De onde viria a inspiração de revolta? Da América inglesa? Dos enciclopedistas franceses? Ou das cabeças que pensavam seus negócios de forma independente da Metrópole? Tudo se presume, pouca coisa se prova.

Afora o patriotismo e o regionalismo ufanista mineiro que alimentaram a imaginação de nossos historiadores, a Inconfidência e seu principal cenário — Ouro Preto — têm exercido um fascínio irresistível sobre todos que por eles se interessam. Afonso Arinos tenta desvendar os segredos da “estranha e misteriosa Vila Rica dos pavores noturnos, dos archotes ligeiros que escorregavam entre as vielas de monte a monte, pintalgando a treva com intrigas, amores, serenatas e conspirações”.¹⁴ Talvez tenha encontrado a resposta quando diz que “em Ouro Preto ninguém se defende contra a agressão da poesia”.¹⁵ Nem mesmo o isento brasilianista Maxwell resistiu ao cenário romântico que serviu de palco aos inconfidentes. Em uma passagem do quinto capítulo da *Devassa da devassa*, muda o estilo de sua narrativa, inspirado no *Roteiro de Ouro Preto*, de Manuel Bandeira, e faz uma reconstituição cinematográfica dos preparativos da reunião que deliberou a estratégia do movimento. O clima e a arquitetura barroca da cidade são elementos essenciais do texto:

Pelas oito horas de uma noite fria e chuvosa, do fim de dezembro de 1788, um mensageiro corria abaixo pela rua Direita de Vila Rica e dobrava rumo à mais ampla rua São José. A casa urbana de João Rodrigues de Macedo, de construção recente, ficava ao lado da ponte. A estrutura baixa e retangular, com um mirador no terceiro andar sobre a ingreme ladeira era a residência particular mais deslumbrante de Minas Gerais. Uma fachada monumental de nove vãos, com pilastras de pedra nos dois ângulos que davam para a rua e delicadas balaustradas de ferro embelezando as janelas de cima. Na porta o escravo entregou uma carta fechada ao guarda-livros e administrador Vicente Vieira da Mota. Era dirigida a Inácio José de Alvarenga Peixoto, que jogava cartas com o contratante. E a carta dizia: ‘Alvarenga, estamos juntos e venha Vm’ já. Amigo Toledo’. Quando passou a chuva, Alvarenga deixou a grande mansão e, tomando a rua Direita, subiu a colina para a casa de Freire de Andrade, para cujo casamento, em 1782, compusera um soneto.¹⁶

De todos os mitos encontrados na literatura da Inconfidência, o mais importante é, sem dúvida, o de Tiradentes. Seu processo de criação se confunde com a própria historiografia do movimento. O culto ao mito parece ter origem em 1821, um ano antes da Independência, quando foi derrubado o padrão de infâmia em Ouro Preto, erguido para intimidar a população da cidade. A transformação de Tiradentes em herói mitológico é um processo de reabilitação póstuma que torna o ignóbil criminoso em símbolo das tradições libertárias mineiras e, mais tarde, no patrono da Independência do Brasil.¹⁷

14. Afonso Arinos de Melo Franco, *Roteiro lírico de Ouro Preto* (Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1980), p. 20.

15. Idem, *ib.*, p. 19.

16. Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal: 1750-1808* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978), p. 141; Manuel Bandeira, *Roteiro de Ouro Preto* (4ª ed., Rio de Janeiro, Editora Letras e Artes, 1963).

17. O incansável e criterioso historiador Herculano Mathias, que é hoje o maior especialista na documentação da Inconfidência, fornece em seu livro *Tiradentes através da imagem*, rico material indispensável a qualquer análise semiológica que se faça desta conspiração e de seu herói. Para uma cronologia do processo de mitificação insti-

Em 1832, o Conselho Geral da Província pediu a restituição, aos herdeiros, dos bens confiscados dos inconfidentes. Três anos antes da publicação do 'Manifesto republicano', Saldanha Marinho lançara a pedra fundamental de um monumento a ser construído em homenagem ao herói, na capital da província. Até então, o culto era regionalista e pouca coisa se sabia da conjura. Mas, são desta década os primeiros artigos e crônicas publicados a seu respeito em Minas e Rio. Vários clubes espalhados pelo país também adotavam o nome do alferes. Assim, verifica-se que seus autores estavam engajados no movimento republicano, e as primeiras análises sobre a sublevação surgiram com a luta pela derrubada da monarquia. Esta característica peculiar da literatura inconfidente, de estar associada aos movimentos políticos e à comemoração de datas nacionais, acentuou-se com a República, quando se institucionalizou o culto ao mito do herói nacional.

Pelo gráfico anexo pode-se observar que em quatro momentos de nossa história cresceu o número de publicações sobre a Inconfidência e Tiradentes.¹⁸ O primeiro é o da instauração do novo regime, que com menos de sessenta dias de vigência transformou o 21 de abril em data nacional, e Silva Xavier em símbolo da luta pela independência do país. Dois anos mais tarde, comemorou-se o centenário de sua morte e o culto ganhou expressão. Os trabalhos sobre a sublevação e seu herói aumentaram, de 31 títulos publicados entre 1870 e 1880, para sessenta na década seguinte. É necessário ressaltar que a maior parte da literatura histórica elaborada nestes momentos constitui-se de artigos de jornal, discursos, textos para conferências, comemorações e festas cívicas usados para celebração do mito. A crítica histórica não consta desses textos panfletários. Todavia, eles representam, no período de um século, 70% da produção historiográfica sobre a conjuração mineira.

Os anos que antecederam as comemorações do centenário da Independência, bem como a agitação política do final da década de 1920, foram responsáveis pelo significativo crescimento de obras que, na década de 1930, chegaram a 76 títulos. Mas o *boom* editorial atingiu seu ápice em meados de 1950 e nos três primeiros anos da década de 1960.

A eleição do mineiro Juscelino Kubitschek para a Presidência da República e a inauguração de Brasília num 21 de abril explicam a notoriedade atingida pelo

tucional de Tiradentes, consultar as seguintes leis e decretos: lei provincial de 24.10.1832, artigo 97, que devolve aos herdeiros os bens confiscados dos inconfidentes; decreto n° 155/B, de 14.1.1890, que torna o 21 de abril festa nacional e Tiradentes o símbolo republicano da luta pela Independência; decreto n° 756/A, de 21.4.1956, que trata da devolução das cinzas dos inconfidentes exilados; decreto-lei n° 9.208, de 28.4.1946, que institui 21 de abril como o dia das polícias militares; lei n° 1.266, de 8.12.1950, que torna o 21 de abril feriado nacional; lei n° 4.897, de 9.12.1965, que transforma Tiradentes em patrono da nação brasileira; decreto n° 58.168, de 11.4.1966, que estabelece o modelo oficial da figura de Tiradentes; decreto n° 78.101, de 20.7.1976, que revogou o decreto n° 58.168.

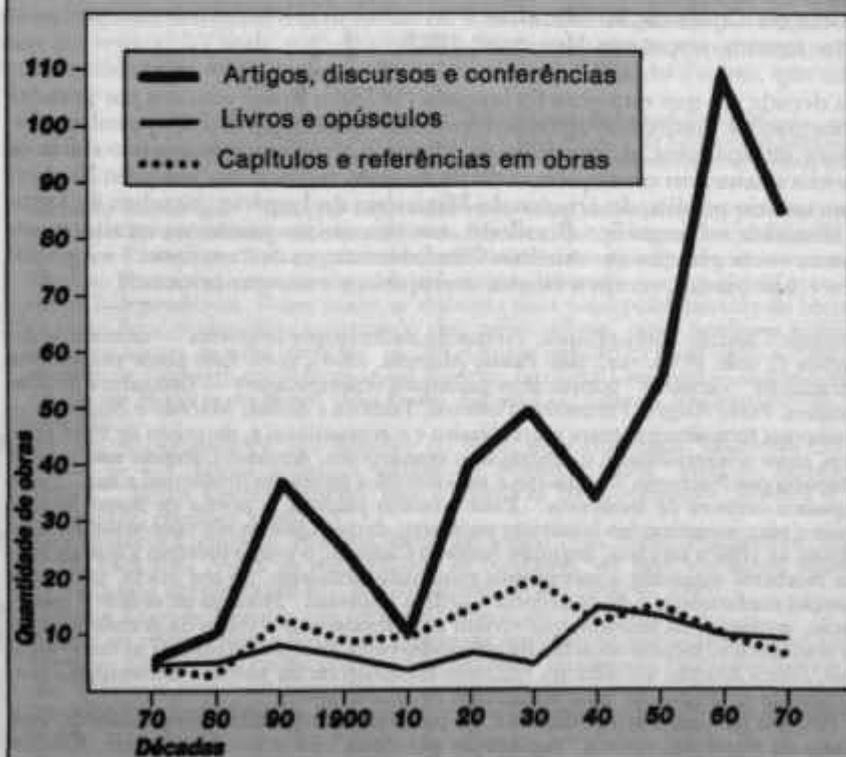
18. Os dados utilizados na confecção do gráfico foram obtidos na bibliografia de Hélio Gravata. Do universo levantado, abrangendo 1.093 títulos, 676, que representam 61% da produção historiográfica sobre a Inconfidência, estão distribuídos em três categorias: a) livros e opúsculos; b) capítulos e referências em obras; c) artigos, discursos e conferências. Esta última categoria abrange 70% dos títulos cujo objetivo maior era celebrar o 21 de abril como data cívica e homenagear Tiradentes, seu grande herói.

culto inconfidente. Anteriormente, Juscelino, como governador de Minas, já havia estimulado a reverência a Tiradentes, encomendando a Augusto de Lima Júnior a *Pequena história da Inconfidência Mineira*, editada na imprensa oficial do estado com uma tiragem de seis mil exemplares! Esta obra é o paradigma do ufanismo mineiro e da exaltação máxima do mito Tiradentes.

A partir dessa época, o número de publicações diminuiu, mas a apropriação que o Estado fez de Silva Xavier, e a construção da imagem que idealizou, tiveram seguimento nos regimes militares. A polêmica criada em torno da imagem do herói chegou a ponto de o governo legislar sobre o modelo da figura que seria sua representação oficial-ideal. Seria o alferes imberbe? Deveria ser retratado com barba? Esta aparência seria compatível com a de um soldado, patrono das polícias militares? Esta discussão, que por longo tempo foi tema de diversos historiadores, caiu no esquecimento na administração Geisel, que revogou o decreto n.º 58.168, de 1966, que instituiu a figura oficial de Tiradentes.

As mudanças de regime e os debates ideológicos ocorridos no Brasil nos últimos cem anos influenciaram decisivamente na literatura inconfidente. A existência de farto material relativo ao movimento decorre, em sua maior parte, da neces-

Cronologia da produção historiográfica sobre a inconfidência mineira ● 1870-1976



sidade de o Estado criar seus símbolos e representações ideológicas, importantes no mecanismo de mobilização das massas populares e na educação cívica ministrada nas escolas.

Assiste-se, hoje, ao declínio dos mitos da conjuração mineira. Nem mesmo a comemoração de seu bicentenário foi capaz de despertar maior interesse tanto na população quanto nos meios acadêmicos. Os duzentos anos da Revolução Francesa ofuscaram as festas de 21 de abril. Enquanto cerca de cem títulos foram publicados no Brasil sobre a criação da República Francesa, quase nada se escreveu a respeito da Inconfidência. Os congressos comemorativos realizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais mostraram que há uma tendência à revisão crítica da historiografia inconfidente, deixando de lado o culto comemorativo. Este parece o caminho mais indicado para desvendar os mistérios e as mitologias desta literatura.

Este pequeno ensaio apresenta um resumo das principais obras sobre a Inconfidência, aquelas que julgamos mais criteriosas no uso das fontes primárias e mais isentas na abordagem dos personagens inconfidentes.

Joaquim Norberto Sousa Silva

História da Conjuração Mineira

Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948

Na década em que esta obra foi lançada (1873), o Brasil passava por grandes transformações. Assistia-se ao crescimento das idéias republicanas, o culto a Tiradentes ultrapassava as fronteiras de Minas, e o regime monárquico sofria os primeiros abalos, em consequência do declínio do escravismo. Joaquim Norberto, funcionário público do arquivo do Ministério do Império, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um dos nossos primeiros escritores românticos — da geração que Antônio Cândido chamou de “vacilante” —, poeta, crítico e historiador, recebeu elogios corriqueiros e severas críticas.”

19. Antônio Cândido Melo e Sousa, *Formação da literatura brasileira — momentos decisivos* (2 vols. 2ª ed. rev., São Paulo, Martins, 1964), p.49. Este autor chama esta geração de “vacilante” porque seus principais representantes — Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre, Fernandes Pinheiro, Teixeira e Sousa, Macedo e Norberto — oscilavam formalmente entre o neoclássico e o romantismo e, do ponto de vista político, entre o liberalismo e o centralismo monárquico. Antônio Cândido não mostra simpatia por Norberto. Critica-lhe a assistemática formação intelectual e sua “longa e pacata carreira de burocrata”. Para o crítico paulista, a poesia de Sousa Silva é ruim e suas investigações históricas pacientes; destaca porém seu bom senso e minuciosidade na crítica literária. Segundo Antônio Cândido, o grupo literário a que pertencia Norberto conduziu o movimento romântico brasileiro, no seu início, para uma posição conformista, e de reverência à ordem imperial: “Homens de ordem e moderação, medianos na maioria, que viviam paradoxalmente o início da grande aventura romântica e, mesmo no aceso da paixão literária, desejavam manter as conveniências, nunca tirando um olho do Instituto Histórico ou da jovem e circumspecta majestade de D. Pedro, ao qual dedicavam os seus livros”.

A *História da Conjuração Mineira* é, do ponto de vista político, um produto de uma época de transição, onde a “construção patriótica” foi muito importante. Antônio

A reação crítica dos republicanos veio enlaçada com o sentimento ofendido dos mineiros, como se pode ver na série de artigos que Cristiano Benedito Otoni escreveu na *Reforma*, em defesa de Tiradentes, assinando-se Mineiro.²⁰

A crítica pioneira reduziu a análise de Norberto à discussão do conceito emitido pelo autor sobre o alferes, que já decolara rumo à notoriedade. As gerações seguintes de intelectuais que viveram com intensidade a implantação do regime republicano não mudaram de tom. Norberto foi taxado de reacionário e áulico. Até mesmo José Honório Rodrigues coloca-o ao lado de Varnhagen na abordagem depreciativa da conjuração "por serem ambos homens do Instituto, educados no aulicismo bragantino que a instituição sempre cultivou."²¹ Ainda hoje muitos historiadores vêem o trabalho de Norberto como adequado aos "interesses da elite imperial"²². No entanto, parece-nos que a *História da Conjuração Mineira* é mais do que um elogio nacionalista, uma ode ao Império ou a negativa da importância de Tiradentes. Norberto construiu um roteiro básico da Inconfidência, no qual todos os grandes historiadores, das mais variadas tendências ideológica, foram buscar não apenas informações, como também inspiração. É inegável sua influência sobre Afonso Arinos. É também preciso dizer que mesmo a serena interpretação revisionista de Lúcio dos Santos foi realizada 'em cima' do livro de Norberto.²³ Maxwell não fugiu à regra; utiliza muito o coitejo dos depoimentos feito pelo historiador fluminense.

Sousa Silva levou 13 anos para concluir a gigantesca tarefa de ler e interpretar os originais dos autos das devassas do Rio e de Minas, incompletos que estavam na repartição onde trabalhava. Poucos historiadores reconheceram com imparcialidade os méritos desta obra. Um deles é Eduardo Frieiro, que diz:

Depois que pude conhecer os *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*, publicados pela Biblioteca Nacional, voltei a ler a *História da Conjuração Mineira*, de Norberto Silva, e convenci-me de que o historiador fluminense, ao invés do que

Cândido afirma que "uma das expressões mais vivas do sentimento político desses escritores foi o interesse pela Inconfidência Mineira, que praticamente definiram, estudaram e incorporaram ao patriotismo dos brasileiros, vinculando os poetas arcádicos ao processo de construção nacional, ao proclamarem o seu papel de precursores da independência. Deste modo, se elaborou uma concepção corrente de literatura como fator nacionalista aparecendo eles, reformadores, como herdeiros legítimos e continuadores de uma tradição" (p. 50). Outras indicações biográficas e críticas a respeito de Norberto encontram-se em Américo Jacobina Lacombe — *Introdução ao estudo da História do Brasil* (São Paulo, Edusp/Cia. Editora Nacional, 1973), pp. 187-188.

20. *Revista do Arquivo Público Mineiro* (t. XIV, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1909), p. 474. Otoni definiu a análise de Norberto como "obra de literato do IHGB". Pedro Calmon afirma que a *História da Conjuração Mineira* é um "admirável romance histórico".
21. José Honório Rodrigues, *História, corpo do tempo* (São Paulo, Perspectiva, 1976), p. 86. Para uma crítica ao nacionalismo de Norberto, ver José Veríssimo, *História da literatura brasileira* (3ª ed., Rio de Janeiro, José Olímpio, 1964).
22. Efigênia Lage de Resende em *Jornal do Brasil*, de 16.4.1989, p. 4.
23. Apesar de criticar Sousa Silva sobre algumas questões de sua análise, como o estilo literário, a origem da conjuração e a hostilidade a Tiradentes, Lúcio dos Santos afirma: "Merece, pois, esse livro toda nossa consideração; e dele nos servimos, no nosso trabalho." *A Inconfidência Mineira, papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*, p. 64.

diziam alguns críticos apaixonados, realizara aquela obra com honesto e seguro critério. Achei-a excelente de ponta a ponta, e inatacável em suas linhas gerais.²⁴

O que talvez tenha parecido inatacável para Frieiro é o fato de Sousa Silva realizar uma criteriosa reconstituição factual da Inconfidência de uma exemplar interpretação crítica dos autos. O cotejo dos depoimentos dos inconfidentes, as versões contraditórias dos principais fatos, as posições dos juízes, os interesses ocultos nas devassas, nada escapou ao crivo de Norberto. Esta obra pioneira conferiu organicidade ao confuso processo, e permaneceu, até o aparecimento do livro de Maxwell, como o 'guia' da Inconfidência.

O estilo do autor pode parecer difícil e empolado aos leitores menos afeitos aos textos de nossos primeiros românticos. É pomposo, carregado de imagens nacionalistas, idéias anti-lusitanas, mas que desaparece gradativamente no correr das páginas iniciais:

Os famosos ecos do Ipiranga ficaram ainda por um século mudos, silenciosos e desconhecidos depois que Portugal começou a ter por duvidosa e arriscada a conservação da sua bela, rica e vasta colônia do novo hemisfério. Se bem que fascinado com numerosas, extraordinárias e excessivas riquezas das lavras de ouro e diamantes, não deixara contudo de antever a independência do gigante sul-americano. Estremecia e vacilava sobre os troféus de suas gloriosas batalhas, sobre as párcas tributadas por tantos povos submetidos quando contemplava o engrandecimento do império que fundara e que cada dia se lhe avantajava, não só em riqueza e população, como também em instrução, e, à semelhança do usuário que abraçando os cofres empalidece ante o espectro da morte, assim ao passo que nos cingia com seus braços de ferro se turbava também com a imagem doce, fugaz e risonha da liberdade americana, que se desenvolvia numa miragem do porvir.²⁵

O ponto mais polêmico desta obra é, sem dúvida, o retrato de Tiradentes. Ao longo do texto, várias vezes Norberto o deprecia. Utiliza como fontes os depoimentos de alguns inconfidentes e pessoas ouvidas nas devassas sem duvidar de sua veracidade e sem emitir juízo crítico, procedimento diverso do que teve com relação aos outros membros e fatos do movimento. O alferes

era de estatura alta, de espáduas bem desenvolvidas, como os naturais da capitania de Minas Gerais. A sua fisionomia nada tinha de simpática e antes se tornava notável pelo quer que fosse de repelente, devido em grande parte ao seu olhar espantado.²⁶ Possuía, porém, o dom da palavra e expressava-se as mais das vezes com entusiasmo; mas sem elegância nem atrativo, resultado de sua educação pouco esmerada; ouvindo-o porém na dureza de sua conversação, gostava-se de sua franqueza selvagem, algumas vezes por demais brusca e que quase sempre degenerava em leviandade, de sorte que uns lhe davam o característico de herói, outros o de doido.²⁷ Tornava-se, assim, o objeto de público gracejo, provocando o riso e, não poucas vezes, as vaias e apupadas do vulgo.²⁸ Não tinha instrução alguma além da ordinária, todavia era de fácil e intuitiva compreensão. A sua prenda, como então se dizia, de pôr e tirar dentes, até desinteressadamente, graças à bondade de seu coração, que não condizia com a impetuosidade de seu gênio,²⁹ lhe facilitava o conhecimento com numerosas pessoas e famílias.³⁰

24. Eduardo Frieiro, 'A sombra da Tiradentes', em obra citada, p. 109.

25. Obra citada, p. 20, edição de 1942.

26. Alvarenga o achava "feio e sempre espantado".

27. A opinião é do padre José da Silva.

28. Depoimento do sargento-mor José Joaquim da Rocha.

29. Raimundo de Penalforte, obra citada.

30. Norberto, obra citada, vol. 1, p. 80.

Em outra passagem, Norberto afirma que Silva Xavier era de família pobre, um fracassado que não lograra fazer carreira militar nem um bom casamento. Atribui-lhe uma série de estigmas sociais e psicológicos:

Seguia ele, Tiradentes, a profissão de mascate e percorria o distrito de Minas Novas, mas a sua má fortuna levou-o à prisão e esse desgosto fez-lo com que não seguisse mais aquele gênero de vida depois que achou-se restituído à liberdade. Abraçou outra diametralmente contrária, sem se lembrar que estava na pátria e que a carreira militar seria assaz limitada à sua ambição. Vieram depois os anos e, com os anos, as decepções, e com elas, o desânimo, e em seguida o arrependimento, e, por fim, o desejo de arrepiar caminho. Lembrado sempre para as mais arriscadas diligências pela sua bravura, que tinha o que quer que fosse de fanfarronice; exato por jactância no cumprimento de seus deveres, era contudo esquecido em todas as promoções que se faziam em seu regimento. Condenado a ficar estacionário no posto de alferes, atingira a idade de 39 anos preterido pelos seus inferiores, que lhe tomavam a dianteira e subiam de postos, tornando-se-lhe superiores. Doía-se da injustiça, queixando-se com o azedume do ressentimento, e assim ia ganhando a desafeição de seus camaradas.³¹

A principal crítica que se faz a Norberto é que diminui a importância de Tiradentes, por ser monarquista, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e amigo pessoal de D. Pedro II que, segundo se afirma, não tinha simpatia pelo alferes.³²

Em 1881, o historiador justificou sua posição dizendo que havia sido isento com Tiradentes de quem fora "por muito tempo entusiasta".³³ Mas reavaliara sua visão ao descobrir que o herói que idealizara mostrou-se na verdade um homem santo, cheio de culpas, um mártir que se auto-puniu entregando-se à morte e recusando o papel de herói da luta pela liberdade: "preferiu antes morrer com o credo santo nos lábios do que soltando o brado da malograda revolta, que era — viva a liberdade — como esses mártires das revoluções pernambucanas de 1817 e 1824".³⁴

Sousa Silva levanta uma hipótese muito importante e não trabalhada na historiografia inconfidente — a de que os confessores franciscanos teriam influenciado os inconfidentes a confessarem seus supostos delitos. E vai mais além: para ele, frei Raimundo de Penaforte foi um agente da justiça lusa, que sob a prerrogativa de dar assistência espiritual aos acusados, presos incomunicáveis, realizou o desmonte psicológico de Tiradentes, usando Alvarenga como instrumento de ação:

Revolta-se o verdadeiro crente ao ver como se abusou da religião para aconselhar-se aos réus por intermédio de seus confessores. Foram levados a dizer os seus delitos, como se a confissão instituída por Jesus Cristo tivesse por fim auxiliar a justiça nas dificuldades de seus interrogatórios jurídicos.³⁴ Tiradentes, apesar de ser

31. *Ibidem*, vol. 1, p. 78.

32. O autor atribui a Tiradentes leviandade, inexperiência e estupidez, *ibidem*, vol. 1, pp. 106-107.

33. *Ibidem*, vol. 1, p. 228.

34. *Ibidem*, vol. 2, p. 123. Norberto ainda afirma que "um dos réus coronel Oliveira Lopes que mais lutara contra a má vontade dos juizes e que por vezes reclamou pela inversão dada às suas respostas, patenteou claramente os ministros da devassa a influência que exerceram sobre a sua consciência os confessores que se introduziram nas prisões, aconselhando e obrigando-os a expor a verdade. Foi Raimundo de Penaforte um desses frades". *Ibidem*, vol. 1, p. 125.

socialmente o conjurado menos importante, foi submetido a 11 interrogatórios, só admitindo a acusação de ser o cabeça, na quarta inquirição.³⁵

A Inconfidência, para Norberto, foi uma tentativa de independência articulada pela elite rica e ilustrada de Minas, que pretendia criar uma república liberal. Seus idealizadores principais foram os poetas Gonzaga, Cláudio e Alvarenga, que tinham como chefe militar o coronel Paula Freire. Na casa de Gonzaga nasceu

a idéia de república que foi abraçada como possível; demonstrou-se na de Cláudio Manuel da Costa a vantagem que se poderia colher de independência pela libertação do comércio de diamantes, e anotaram-se na de Francisco de Paula as bases para o levante. Tinha a casa de Gonzaga uma varanda onde ele jantava com seus amigos e hóspedes, a qual dava para o jardim. Encontravam-se aí muitas vezes os poetas de Vila Rica, que já desde muito se consideravam membros de ideal arcádia ultramarina. Aí vinham Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga pela manhã para saborear com Gonzaga o café, que tinha um dia de destronar o ouro e os diamantes de tão riquíssimas paragens e figurar com os seus ramos nas armas de um grande, opulento e rico império.³⁶

Norberto não deixou de idealizar a autoria da Inconfidência e optar por um dos três poetas como o mais relevante da famosa triade. Cláudio foi o mais importante chefe, o mais sábio, que além de tudo tinha fortuna e berço. Sobre ele diz:

Vivia na abastança, pois possuía fortuna que lhe deixaram seus pais e que aumentara com os frutos dos trabalhos de sua banca. Tinha alguns irmãos e estimavam-se extremamente. Conquanto a bênção do céu, invocada pela Igreja católica, não legitimasse a sua família, amava loucamente as suas filhas e os seus netos.³⁷

Além de possuir a maior biblioteca da Colônia, Cláudio era "advogado habilitíssimo e consciencioso, gozava em alto grau da estima do povo e era na verdade homem de conhecimentos superiores não só para o seu tempo como para o lugar em que vivia".³⁸ Sousa Silva rejeita a versão do assassinato do ex-secretário de governo da capitania e advogado de seus mais importantes homens de negócios. Aceita a versão do suicídio do poeta. A imaginação do autor não tem limites quando descreve a angústia sofrida pelo velho arcáde nos momentos que antecederam sua morte:

Mas aquela grande alma sentia-se por demais presa em corpo tão alquebrado dos anos e fadigas da vida. Por dois dias, por duas noites consecutivas enlutou-lhe um pensamento sinistro a imaginação; as sombras do seu cárcere pareciam afagar os

35. Alvarenga, que segundo Norberto, teria se deixado dominar por seu confessor, foi um dos que convenceram Tiradentes a assumir a responsabilidade total pelos projetos da conspiração. *Ibidem*, vol. 2, p. 347. *Penaforte é explícito sobre seus métodos de ação: "Respeitei muito a miúda confissão dos réus, como uma das mais exímias virtudes da religião, qual a fidelidade dos juramentos. Servi-me delas com felicidade para o convencimento de alguns"*. *Ibidem*, vol. 2, p. 386. Maxwell, embora não se refira a estes fatos, atribui a Silva Xavier o papel de bode expiatório, útil tanto aos interesses econômicos ocultos nas investigações, quanto à política colonial de Martinho de Melo e Castro.

36. *Ibidem*, vol. 1, p. 70.

37. *Ibidem*, vol. 1, p. 68.

38. *Ibidem*, vol. 1, p. 67.

tenebrosos planos de sua alma, que ideara libertar-se. Atormentava-o o suicídio que ele condenava talvez em absoluto, como filósofo cristão, mas que relativamente como político não podia deixar de achá-lo preferível ao aparato do cadafalso.³⁹

Norberto não é muito seguro sobre as causas e influências da conjuração. Havia por certo influências externas, idéias francesas trazidas por estudantes brasileiros, leitores do abade Raynal.⁴⁰ Insinua mas não desenvolve a hipótese de que José Joaquim da Maia fora o representante de comerciantes cariocas, encarregado de avaliar as possibilidades de uma eventual colaboração dos americanos ingleses, no caso de o Brasil tentar sua independência de Portugal.

Todavia, para Sousa Silva, as razões que levaram os homens mais ilustrados de Minas à rebelião foram os pesados impostos reais e eclesiásticos, a corrupção da burocracia colonial, a exclusividade comercial em favor da Metrópole e a militarização da capitania de Minas.⁴¹

Não lhe escapou a participação, na conjura, do poderoso negociante Rodrigues de Macedo, que era um dos homens "mais felizes de Vila Rica, pela escandalosa proteção que gozava das próprias autoridades".⁴² O autor não levantou mais que a ponta do véu sobre este assunto, que seria mais tarde elucidado, primeiro por Azevedo Mendonça, e depois por Maxwell e Tarquinio de Oliveira:

Não obstante o pouco tempo que contava de residência em Vila Rica, servia o visconde de Barbacena de agente para com ele [Macedo] em empréstimos de dinheiros de que careciam certos indivíduos! Ora, não é crível que o contratador deixasse de ouvir as conversas que sobre o levante tiveram em sua casa os coronéis Alvarenga e José Aires, o vigário Carlos Correia de Toledo e outros que lá iam jogar o gamão até alta noite e apreciarem-lhe a ceia, e que somente merecesse ser perguntado e preso o seu guarda-livros, o famoso palrador Vicente Vieira da Mota. Pois bem, quando alguns conjurados traziam o seu nome à tela dos depoimentos, pediam os juizes que não tocassem nele, e o ouvidor e corregedor da comarca de Sabará, José Caetano Maniti, declarando ao coronel Francisco de Oliveira Lopes ser íntimo amigo do contratador, prometeu-lhe em paga do seu silêncio tomá-lo sob a sua proteção e procurar salvá-lo.⁴³

Representante típico dos nossos primeiros românticos, historiador vinculado profissional e ideologicamente à burocracia do estado imperial, Joaquim Norberto reprovou a Conjuração Mineira no seu projetado objetivo de separar o território que formaria o Império brasileiro, recém-saído de uma sangrenta guerra, época em que o autor terminou sua obra. A idéia de independência lhe pareceu legítima, mas tentar dividir o território mal saído da tutela lusa era condenável:

Não foi a Conjuração Mineira uma tentativa que malogrou-se; jamais passou de uma idéia generosa quanto à essência, e mesquinha quanto à forma. Era sublime o pensamento da independência nacional, mas instituir uma, duas, e quando muito, três províncias em república, desanexando-as desse todo que deve permanecer unido e constituir um forte e poderoso império, seria retalhar a herança que sagraram os troféus das vitórias de Paranapacuí, Guaxinduba e Guararapes para amesquinhá-la em insignificantes quinhões...⁴⁴

39. *Ibidem*, vol. 1, p. 67.

40. *Ibidem*, vol. 2, p. 160.

41. *Ibidem*, vol. 1, p. 65.

42. *Ibidem*, vol. 2, p. 97.

43. *Ibidem*, vol. 2, p. 115.

44. *Ibidem*, vol. 2, p. 117.

Afonso Arinos de Melo Franco

'*Inconfidência Mineira, origem e tendências ideológicas*'. Anais do III Congresso de História Nacional. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Imprensa Nacional, 1942., p. 49⁴⁵

Dois anos antes de escrever este ensaio para o III Congresso de História Nacional de 1938, Afonso Arinos já tinha opinião formada sobre a Conjuração Mineira. Encontramo-la no *Roteiro lírico de Ouro Preto*, escrito em homenagem à antiga capital mineira, onde o autor esteve pela primeira vez para assistir aos festejos da Semana Santa de 1936, acompanhado de Pedro Nava, a quem devemos as belíssimas ilustrações desta obra, incompreensivelmente retiradas de sua segunda edição.⁴⁶

Arinos define a conjura como um movimento de idéias, de conversas descompromissadas e inocentes, de debates políticos travados por "gente fina, de qualidade, solene e de toda consideração".⁴⁷ Os conjurados eram elegantemente ociosos, amantes apaixonados, cultos e conquistadores. Dândis setecentistas, seus objetivos eram o brilho social e a exibição licenciosa:

Fico pensando naquelas conversas de vizinhos quase ociosos, vizinhos dados às letras, nas tardes arrastadas de Vila Rica e tenho, subitamente, a suspeita de que toda a Inconfidência não passou disto: de uma *conversa fiada* nas varandas, nas salas de jantar, nas soleiras preguiçosas entre alguns vizinhos literários e inocentes. Alguns estudantes que queriam brilhar com as *novas idéias de França*, cuja revolução até a época de nossa independência, era a *preocupação obsessiva dos mais remotos sertanejos de Minas*, segundo informam os viajantes estrangeiros de então. Alguns clérigos epicuristas, amigos de *mulatas dengosas*, de bons cavalos com selas de luxo, leitores de Voltaire em edições bem-cuidadas. Alguns funcionários públicos sedentários, desejosos de espancar o tédio da vida municipal por meio de conciliábulos sem conseqüências, na esperança de, tomando ares secretos e conspiratórios, fazerem arfar de susto os brandos peitos das senhoras amorosas e avorotadas, as Bárbaras, as Marílias, as Eulinas gárrulas e crédulas. Desejo muito de homem de brilhar para as damas próprias e alheias.⁴⁸

A identificação dos conjurados é quase explícita: Gonzaga, Alvarenga, Cláudio Manuel, Maciel e o cônego Vieira. Arinos superestima o ambiente intelectual de Minas, onde existiriam "sertanejos revolucionários". A influência da filosofia libertária é acusada pela citação de Voltaire. Para o autor, este movi-

45. Ensaio republicado com o título 'As idéias da Inconfidência', em *Terra do Brasil* (São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939).

46. Afonso Arinos de Melo Franco, *Roteiro lírico de Ouro Preto* (2. ed., Brasília, Universidade de Brasília, 1980).

Pedro Nava é o autor do prefácio e da ilustração de capa desta reedição.

47. *Ibidem*, p. 37.

48. Para uma visão de Gonzaga como um dândi, ver 'Juiz casquilho e poeta namorador', de Eduardo Friciro, *op. cit.*, p. 77.

Richard Burton assim retrata Gonzaga: "O 'proscrito da África' é descrito como uma espécie de 'Tommy Moore', um homem baixo e robusto, de cabelos louros, olhos azuis vivos e penetrantes e uma fisionomia simpática e inteligente; seus modos, ao mesmo tempo francos e corteses, conquistavam todos. Era um janota, deleitando-se em usar camisas de batista, rendas e lenços bordados; deixou cerca de quarenta casacos, uns de cor pêssego, outros verde-papagaio — um guarda-roupa bem sugestivo. O retrato que acompanhou a edição favorita de sua obra foi 'arrancado das profundezas da auto-consciência' pelo artista, Sr. J. M. Mafra. Mostra o poeta exa-

mento de idéias não poderia ter sido pensado por gente da "ralé de pouca monta, que vive de encher os ócios com a maledicência e a intrigalhada".⁴⁹ Tiradentes, que não fazia parte da classe de gente fina e bem-educada, era um ativista "puro e crédulo", porém insano e confuso, a quem Arinos responsabiliza pelo fracasso da conspiração:

mas por causa de um verdadeiro agitador, por causa do único talvez que levasse aquilo a sério, um alferes, amalucado de cavalaria, a quem o Dr. Cláudio recebia, de vez em quando, na sua casa, não sem certo desdém, para ouvir-lhe as confusas consultas sobre tediosas lides forenses; por causa do menos importante e do mais puro, o jogo de salão degenerou em drama.⁵⁰

Arinos não engrossa o coro dos cultores do alferes. Se tivesse emitido estes conceitos sobre nosso herói durante os últimos anos do Império, com certeza teria sido duramente criticado pelos republicanos, tal como Benedito Otoni fez a Joaquim Norberto.⁵¹ Arinos diminui Silva Xavier. Os adjetivos que lhe empresta são pejorativos. Neste sentido, o discurso deste grande intelectual mineiro assume um tom classista. Sua identificação com os personagens mais cultos da Inconfidência tem como contraponto a depreciação do homem do povo representado por Tiradentes.⁵²

Para Melo Franco o grande vulto do movimento é Gonzaga, o maior pensador, dândi e advogado brilhante, o autor das *Cartas chilenas*. Alguns trechos do *Roteiro* sugerem que Arinos sentia uma atração pelo apaixonado Dirceu. Uma evidência disto é que o então jovem intelectual deixa-se fotografar ao lado de Nava no terraço da casa do ex-ouvidor de Vila Rica, de onde vigiava a casa de sua amada Marília. Neste momento habitava fugazmente a morada onde vivera o suposto príncipe de uma imaginária arcádia ultramarina.⁵³

As idéias expostas no *Roteiro* foram desenvolvidas dois anos mais tarde, quando Melo Franco participou como relator do painel 'Idéias Políticas da Independência', no Congresso de História Nacional promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Defendeu a tese de que a Conjuração Mineira foi apenas um movimento de intelectuais, que não se traduziu em ações concretas. Critica a continuidade da reconstituição factual da conjura, que reputa bem explorada por Norberto e Lúcio dos Santos. Ao se referir à obra deste último, condena a pouca atenção que o autor deu à ideologia da Inconfidência. Para Arinos, "as idéias, as intenções eram a única substância a ser examinada naquele amontoado de fatos insubsistentes".⁵⁴

tamente como ele não era: alto, magro, com 24 e não 48 anos, compridos e anelados cabelos negros, feições regulares e melancólicas e impecáveis botas até os joelhos — na cadeia.⁵⁵ *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* (São Paulo, Edusp/Itatiaia, 1976), p. 304.

49. Afonso Arinos, *Roteiro*, p. 37.

50. *Ibidem*, p. 37.

51. Benedito Otoni, sob o pseudônimo de Mineiro, criticou na *Reforma* o retrato depreciativo que Norberto fez de Tiradentes. Otoni sentiu-se ofendido em seus brios mineiros e tratou de defender o herói de sua província natal.

52. Afonso Arinos espousa alguns juízos que Norberto formou sobre Tiradentes.

53. Os elementos de identificação em Arinos com o inconfidente são muitos: além de advogado, era um intelectual romântico-conservador que fazia política e pertencia à elite branca mineira.

54. *Origens...*, p. 63.

Seu texto é didático, objetivo e bem escrito. Está dividido em três blocos. O primeiro é dedicado à valorização da Inconfidência como idéia republicana; à análise historiográfica dos trabalhos mais importantes até então publicados; à definição do movimento como um fato intelectual; e à identificação de seus principais idealizadores. O autor estabelece, ainda, uma relação entre as revoluções americana e francesa e a Inconfidência Mineira. No segundo, examina as idéias políticas do movimento: a Independência, os regimes de governo e as posições ideológicas dos inconfidentes sobre a organização social e as relações de trabalho na almejada república. O programa administrativo é analisado no último bloco, com base em informações obtidas exclusivamente nos autos.

Apesar de ter sido um "acontecimento que não chegou propriamente a adquirir vida histórica, por lhe ter faltado qualquer traço de realização objetiva", Arinos afirma que a "repercussão do drama foi ampla" nas classes populares.

As fontes que recorre para corroborar esta tese são a *Memória do êxito que teve a Conjuração de Minas e Os últimos momentos dos inconfidentes de 1789, pelo frade que os assistiu de confissão*. Este depoimento do franciscano Raimundo de Penaforte⁵⁵ é um testemunho de duplo sentido, simpático à causa dos inconfidentes:

Trata-se de uma peça de finura e hipocrisia, cujo conteúdo é todo intencional, saturado das alusões mais sutis e engenhosas, que visavam a despertar no leitor simpatia pela causa dos condenados, ódio e desprezo pela justiça régia e que, principalmente, procurava transmitir às gerações de leitores futuros uma compreensão verdadeira do ambiente de desconolação popular diante do movimento, da posição dos autores.⁵⁶

A afirmação da Inconfidência como um movimento de idéias, tese ressaltada várias vezes pelo autor, foi resultado do eferescente clima intelectual reinante na capitania. Afonso Arinos superestima as condições culturais de Minas, transparecendo nesta idealização um certo orgulho regionalista:

Este grande valor o ouro determinou, como era inevitável, a formação de uma civilização luxuosa e brilhante, cujos restos monumentais ainda hoje se erguem para espanto e encanto dos nossos olhos. Entre os traços mais altos e requintados dessa esplêndida civilização mineira, perdida a centenas de quilômetros do litoral, catavam a qualidade e a abundância de sua vida intelectual. Basta lembrar, como reconhecem inclusive os portugueses, que o grupo mais poderoso e interessante de escritores de língua comum estava nas vilas mineiras e não em Portugal.⁵⁷

Para provar que sua imaginária arcádia ultramarina legou à literatura portuguesa obras mais significativas do que as produzidas na Metrópole, o autor substitui a bateia pelo livro e o comércio pela conversa literária. Os mineiros são os mais cultos brasileiros: "O mineiro foi sempre tido, até hoje, por grande leitor e vemos que desde aquele tempo o era. Leu muito mais que o senhor-de-engenho do século XVIII, e que o plantador de café do século XIX."⁵⁸ Os habitantes da elite mineira, para o autor, cultivavam o hábito do empréstimo de

55. *Ibidem*, p. 49.

56. *Ibidem*, pp. 52-53. O que o autor não diz é que Penaforte no final de seu relato assume a posição da Justiça régia transcrevendo trechos da sentença e louvando a clemência da rainha Maria I.

57. *Ibidem*, pp. 65-66.

58. *Ibidem*, p. 67.

livros, suas bibliotecas se multiplicavam e a atividade intelectual era um fato corriqueiro: "Homens de letras por formação, por desfastio, por prazer e, até por dever funcional: padres, estudantes, magistrados, advogados, burocratas de alta categoria."⁵⁹

São destes mineiros cultos as idéias da Inconfidência. Melo Franco divide os conspiradores em dois grupos: o intelectual, que ideou o movimento e os seguidores, "como Freire de Andrade, José Aires Gomes, Luís Vaz de Toledo e Joaquim Silvério dos Reis, que iam atrás das bonitas palavras dos letrados, das suas pregações ardorosas e convincentes."⁶⁰

É digno de registro que Arinos, intelectual católico e conservador, tenha usado neste ensaio, apresentado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante o Estado Novo, categorias marxistas para explicar e exaltar o surgimento da conjuração: "Dos poderosos fundamentos econômicos da mineração surgia, assim, uma *superestrutura espiritual* que foi a mais alta que o Brasil até então conhecera."⁶¹ Em outro trecho do ensaio, ao analisar os grupos sociais integrantes da conspiração, atribui-lhe uma feição "pequeno-burguesa de esquerda":

A Inconfidência Mineira, tomada como movimento de classe no sentido da crítica histórica, foi nitidamente um movimento de ideologia burguesa, com tendência para a esquerda pequeno-burguesa. Pode-se observar que a grande burguesia de Minas, altos funcionários, patentes superiores da tropa, contratadores de impostos, clérigos e estudantes ricos, se afastam um pouco, nos planos conspiratórios, dos mais típicos representantes da pequena burguesia, como militares de patente baixa, os funcionários prepostos e estudantes de pouco recurso. Os grandes burgueses detinham-se, de preferência, nos planos teóricos, nas discussões quase acadêmicas, enquanto os pequenos-burgueses, cujos mais ativos representantes são o alferes da tropa paga Joaquim José da Silva Xavier e o estudante José Joaquim da Maia, filho de um artesão da rua da Ajuda, passam desde logo à ação, por mais inconsiderada que ela fosse, mostrando, com isto, um caráter mais verdadeiro de revolucionários.⁶²

Pode-se notar neste trecho, além de uma certa confusão no emprego de conceitos próprios do capitalismo à sociedade escravista, uma suposição inverossímil: a de que Joaquim Maia fora um inconfidente e que seu encontro com Thomas Jefferson tenha sido a "única tentativa séria que teve a Inconfidência em matéria de ligação internacional".⁶³

Arinos não foge à regra ao estabelecer uma relação mecanicista entre a revolução americana, o Iluminismo francês e o ideário inconfidente. Exagera os efeitos da divulgação dessas idéias, que teriam alimentado "a esperança na revolução que penetrou na massa pobre da população".

Sobre a influência da independência americana de 1776, diz:

Os Estados Unidos, desde a organização como país independente, forneceram sempre aos nossos intelectuais o modelo preferido nas suas esparsas tentativas de

59. *Ibidem*, p. 67.

60. *Ibidem*, p. 67.

61. *Ibidem*, p. 68.

62. *Ibidem*, p. 67.

63. *Ibidem*, p. 102. Tarquínio J. B. Oliveira tem uma interpretação semelhante em *Um banqueiro na Inconfidência* (Ouro Preto, ESAF/Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, dat., 1979). Neste ensaio esclarece a participação de João Rodrigues de Macedo no episódio

criação de um corpo de idéias políticas que exprimissem, com segurança teórica, os profundos anseios de libertação, que já aqui se faziam sentir.⁶⁴

Ao analisar estas influências sobre nossos intelectuais, contradiz o que antes afirmara, ou seja, que as condições culturais mineiras eram extraordinárias. A opulência de idéias, a ampla circulação de bens simbólicos, cede espaço à pobreza e à cópia de concepções ideológicas. O facho luminoso dos poetas da arcádia mineira não parece tão original:

Na confusão e no atraso da Colônia, os poetas, os magistrados, doutores e clérigos das Minas é que traziam o facho que indicava aos homens a direção das estradas que desejavam criar. Mas tais condutores, por sua vez, não criaram nada de novo, nem a pobreza cultural do ambiente lhes permitiria tanto. Faziam o que hoje fazem nossos transformadores: iam buscar inspiração no estrangeiro, ainda quando pretendiam realizar obra original e nacional.⁶⁵

Afonso Arinos faz também um interessante comentário sobre a influência dos pensamentos revolucionários francês e americano presente na carta de Joaquim da Maia a Jefferson. Os conceitos emitidos pelo pobre estudante brasileiro radicado em Montpellier estão impregnados de sentimentos e idéias libertárias, comuns tanto na Europa quanto na longínqua Minas Gerais. Arinos chama atenção para os conceitos que lhe confirmam a tese de que os mineiros, franceses e americanos tinham uma semelhante visão política do mundo:

A carta de José Joaquim da Maia, apesar de escrita em francês abaixo do mediocre, deixa logo transparecer o estilo típico dos grandes autores franceses do século. Nela, os portugueses são chamados de "usurpateurs contre la loi de la nature"; nós brasileiros, nos declaramos deliberados a "briser nos chaînes", constata-se, em relação aos americanos ingleses e americanos portugueses, que "inature nos a fait habitants du même continent". Tudo isto é característico dos escritores que, então, faziam furor em França. No Brasil, a milhares de quilômetros de distância, o estado de espírito dos futuros conspiradores era idêntico.⁶⁶

Quanto às idéias políticas da Inconfidência, o autor é muito preciso em destacar a indefinição do programa sobre o que significava instaurar um governo republicano. Se todos seriam cidadãos, ou se os negros escravos continuariam sem os direitos dos brancos livres. Ao autor parece haver uma série de contradições entre os conjurados sobre estas questões, além da indefinição quanto às regiões da Colônia que iriam formar a nova nação, ou se o movimento teria apenas um cunho separatista.

O programa administrativo inconfidente ganha coerência e tintas nacionalistas pelas mãos de Arinos. A favor da mudança da capital para a próspera São João del-Rei, alinha os depoimentos dos viajantes Saint-Hilaire, Mawe, Spix e Martius e Luccock. A fundação de uma universidade semelhante à de Coimbra; a fabricação de tecidos e pólvora; a fundição de ferro; a criação de moeda única;

64. Sobre este tema, ver Eduardo Frieiro, op. cit. no texto; Pedro Calmon, 'A América não pode viver de sua própria história — a influência francesa na Conjuração Mineira', em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Anais do Congresso Internacional de História da América, 1927*, vol. 5, p. 524.

65. *Origens...*, p. 87.

66. *Ibidem*, p. 89.

e a formação de um exército de homens do povo são, para o autor, indicação de que os inconfidentes desejavam uma república liberal.

Em resumo, para Afonso Arinos a Inconfidência foi um movimento de idéias não realizadas, cujas cabeças foram os habitantes mais cultos da capitania de Minas. Seu pensamento era típico do século XVIII, uma idéia burguesa que no Brasil representa a luta contra o absolutismo feudal português.

A concretização do sonho inconfidente significaria, na imaginação de Arinos, uma vitória da facção burguesa do movimento que esmagaria "todas as veleidades da esquerda incapaz de se organizar, convenientemente, naquela época e naquele local".⁶⁷

Kenneth R. Maxwell

A devassa da devassa — A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978

Considerado por importantes historiadores como o melhor livro já escrito sobre a Inconfidência Mineira, *A devassa da devassa* foi lançado em 1973 nos Estados Unidos e, em 1978, no Brasil. Causou grande impacto nos meios acadêmicos, pois seu autor demole a ingênua versão montada pelos cultores de um patriotismo exacerbado, que afirmam ter sido Tiradentes o chefe e o idealizador da conjura mineira. Este historiador inglês, radicado nos Estados Unidos, desmistifica o papel heróico do alferes e o considera um 'bode expiatório' usado para encobrir a participação de grandes interesses políticos e econômicos nesta mal articulada sublevação colonial:

Tiradentes não pertencia à plutocracia mineira que todos os demais (inconfidentes) integravam. Tinha tentado ingressar nela com afinco, mas fracassara sempre. Não era influente, não tinha ligações de família, era um solteirão que passara a maior parte de sua vida à sombra de protetores mais ricos e bem sucedidos... Na verdade, o alferes provavelmente nunca esteve plenamente a par dos planos e objetivos mais amplos do movimento. Era óbvia a sedução que o enfraquecimento do alferes representava para o governo português: pouca gente levaria a sério um movimento chefiado por um simples tiradentes.⁶⁸

Resultado de seis anos de pesquisas, financiadas por três instituições — Ford Regional Studies, Princeton Regional Studies Fellowship e Newberry Library Gulbenkian Fellowship —, a obra de Maxwell constitui um abrangente estudo político-econômico das relações entre Portugal, Inglaterra e Brasil. Para ele, a Inconfidência foi o resultado de uma série de circunstâncias, destacando como mais importantes a subalterna posição de Portugal, que "já era parte daquele império informal que os britânicos de meados da era vitoriana considerariam sua invenção",⁶⁹ e a falência da política colonial portuguesa:

67. *Ibidem*, p. 91.

68. *A devassa da devassa*, p. 216.

69. *Ibidem*, p. 57.

Na década de 1870 a tensão interna do sistema luso-brasileiro provocara crescente divergência entre a Colônia e a Metrópole...Após a queda de Pombal, a rigidez cada vez maior da política colonial elaborada em termos de um estrito neomercantilismo e coincidente com o aumento do entusiasmo dos brasileiros pelo exemplo da vitoriosa revolução colonial norte-americana, reduziu, em muito, a possibilidade de ser evitada uma crise nas relações imperiais.⁷⁰

Privilegiado por ser um pesquisador não envolvido nas questões internas da política brasileira, portanto distante de nossas paixões ideológicas e, com acesso aos mais importantes documentos dos arquivos do mundo hegemônico, Maxwell constrói sua versão da conjura a partir das relações entre Portugal e Inglaterra, para depois descer ao mundo colonial, onde detecta um grupo de importantes homens brancos, duplês de funcionários públicos e comerciantes, exercendo uma lesiva ação sobre os interesses econômicos da Metrópole. Centra seu poder de fogo contra o visconde de Barbacena, a quem deseja atribuir o assassinato do ideólogo inconfidente e ex-secretário de governo da capitania de Minas — Cláudio Manuel da Costa. Este intelectual seria a testemunha-chave da participação do rico comerciante João Rodrigues de Macedo no movimento. É preciso dizer que estas duas teses já haviam sido defendidas com veemência por José Afonso Mendonça de Azevedo em *Documento do arquivo da Casa dos Contos* (1943). A denúncia que o historiador anglo-americano faz do suborno de Barbacena pelo ex-contratante também é encontrada nas obras de Joaquim Norberto e Lúcio dos Santos. Maxwell deseja induzir o leitor a crer que Barbacena foi o grande vilão da Inconfidência, encarregado de levar a cabo a desastrosa política de Martinho de Melo e Castro. O visconde teria também superdimensionado a importância do projetado levante, com o objetivo de extorquir grandes somas de Macedo e Silvério dos Reis e de apresentar-se como zeloso funcionário dos interesses lusos na mais importante unidade do mundo colonial. A afirmativa é clara:

No início de maio (1789), entre os dias 10 e 12, Barbacena chegou a um acordo com João Rodrigues de Macedo. O contador deste, Vicente Vieira da Mota, visitou o governador em Cachoeira do Campo e os dois discutiram negócios da casa de Rodrigues de Macedo. A natureza dos 'negócios' é obscura, mas o resultado é claro: Macedo recebeu total proteção contra qualquer interrogatório, ou investigação, ou implicação na Inconfidência. O que deu em troca só pode ser suscitado, mas há prova evidente de que Barbacena, em certo momento, manteve entendimentos financeiros com o contratante.⁷¹

Vista internamente, a conjuração parece a Maxwell uma "coalizão de magnatas" — comerciantes, contrabandistas, militares, contratantes, fazendeiros e mineradores — ameaçados pela cobrança de suas dívidas. Curiosamente, ob-

70. *Ibidem*, pp. 102-103.

71. Publicados nos *Anais* da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional), vol. 45, pp. 153-308.

Mendonça de Azevedo foi o primeiro historiador que questionou a cronologia oficial da Inconfidência e revelou os interesses do visconde de Barbacena, cujos testemunhos devem ser vistos com a maior reserva. O envolvimento financeiro do visconde com Rodrigues de Macedo é comprovado por Azevedo, e a tese principal do livro de Maxwell apoia-se inteiramente em suas interpretações da conjura excetuando-se a 'santificação' que faz de Tiradentes.

72. Maxwell, obra citada, p. 176.

serva-se que esta interpretação foi a mesma que Barbacena deu ao seu primo, o vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza, e ao governo de Lisboa. Tanto o brasiliense quanto o visconde empregam o substantivo *magnata* como categoria para definir socialmente os conjurados. Diz Maxwell:

A coalizão de magnatas comprometidos com a revolução mineira não era monolítica, tendo na multiplicidade de motivações e de elementos envolvidos uma debilidade potencial... Os abastados empresários que estavam nos bastidores inclinavam-se por uma república e pela independência, mas não chegavam a esta posição por ideologia ou por nacionalismo e sim porque a revolução parecia o melhor meio de proteger seus próprios interesses.⁷³

A versão do governador é um pouco mais abrangente ao incluir comerciantes cariocas entre os suspeitos da conspiração:

Um homem dos principais desta capitania, ao modo dela, veio dizer-me, um destes dias cheio de sustos e de cautelas, que estava tramada uma forte e ampla conjuração e sublevação entre os poderosos magnatas do país, entrando também os dessa capital, para o subtrair ao domínio e senhorio de Sua Majestade... As pessoas de alguma importância desta capitania são quase todas devedoras de tudo quanto possuem à Sua Majestade, e só uma revolução destas lhes pode ajustar as contas no conceito delas...⁷⁴

O grande mérito de Maxwell consiste em deslocar o centro da conspiração — a casa do coronel Paula Freire —, afirmativa da maioria das versões tradicionais, para a residência de Rodrigues de Macedo — a Casa dos Contos:

Não resta dúvida alguma de que um dos mais ativos centros da conspiração era a grande mansão de João Rodrigues de Macedo, ao lado da ponte de São José, em Vila Rica. Ali foram travados alguns dos mais acalorados debates e conseguidas as mais importantes adesões. O abastado contratante, com seus amplos interesses econômicos e grande rede de agentes na capitania, com sua amizade íntima com os líderes inconfidentes, não poderia ignorar o sentido dos acontecimentos que afetavam questões tão críticas para seus próprios negócios.⁷⁵

Em sua obra, os conjurados são divididos em três grupos bastante distintos: os *ativistas* — Tiradentes, Paula Freire, padre Rolim e Alvarenga; os *ideólogos* — Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e o cônego Luís Vieira; e os *comerciantes e fazendeiros* — Macedo, Domingos Vieira, Silvério dos Reis, Aires Gomes, Vieira da Mota e Álvares Maciel. A tese defendida é da preeminência do grupo econômico sobre os demais.

Ao analisar o que chama de programa da Inconfidência, isto é, como os conjurados organizariam a vida econômica e social das capitanias sublevadas, Maxwell detecta grande influência do exemplo norte-americano e das idéias de Mably e Raynal. Não há nenhuma originalidade nesta interpretação que fora exposta, em 1938, com exemplar didatismo, por Afonso Arinos, em *Origens e tendências ideológicas da Inconfidência Mineira*, ensaio esquecido em *A devassa da devassa*.

73. *Ibidem*, p. 168.

74. *Anuário do Museu da Inconfidência*.

75. Maxwell, obra citada, p. 149.

A conclusão mais importante deste grande trabalho revisionista — ao contrário das obras de Norberto e Lúcio dos Santos, nas quais a Inconfidência não teve conseqüências significativas — é que esta tentativa de sublevação colonial evidenciou a necessidade de Lisboa rever sua política ultramarina e ajustar sua economia aos interesses da Inglaterra, que desejava impedir a investida francesa sobre sua colônia informal — o Brasil.

Lúcio José dos Santos

A Inconfidência Mineira, papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira. São Paulo, Escolas Profissionais Liceu Coração de Jesus, 1927

Este ilustre mineiro, nascido em Ouro Preto no ano de 1875, teve uma extensa e variada formação intelectual e uma brilhante carreira. Diplomou-se em engenharia pela Escola de Minas (1900) e em direito (1908) na faculdade do largo de São Francisco, São Paulo. Além de professor catedrático da Escola de Engenharia de Belo Horizonte (1922), foi também vereador em Ouro Preto (1896), agente executivo (1908-1911), diretor da Instrução Pública de Minas Gerais (1924-1927) e reitor da Universidade de Minas Gerais (1931-1933).

Pensador católico conservador, Lúcio dos Santos, nas primeiras páginas dessa obra, não oculta ao leitor suas convicções. Compara a saga de Tiradentes à marcha do cristianismo no Ocidente, à divulgação da doutrina cristã. Para ele, mais do que os atos concretos neste mundo, o que importa é a vitória das idéias cristãs. A felicidade dos homens e dos povos está no sacrifício e na generosidade. Desta forma, Tiradentes foi um verdadeiro apóstolo da liberdade, cuja morte não foi em vão:

O cristianismo atravessou trezentos anos de dores mas conquistou o mundo. A idéia não morre. Tiradentes pagou com a vida o seu generoso tentame, e os seus companheiros sofreram um longo exílio. Mas não tardou muito que as hostes até então invencíveis de Napoleão invadissem o velho Portugal, e que a monarquia lusitana, arrancada de seus fundamentos, aqui viesse asilar e trazer, ela mesma, a idéia de Tiradentes, que se poderia considerar subjugada, vencida e morta, às condições de sucesso. É dentro em pouco sacudíamos o jugo da Metrópole.⁷⁶

Importa ao autor muito mais o exemplo, a lição moral de Tiradentes do que a vitória concreta da conjuração:

O gozo é um elemento de dissolução e de fraqueza; o sofrimento é uma escola de resistência. A lição histórica da Inconfidência é mais uma prova de que não é o gozo material que faz a felicidade dos povos ou o renome dos indivíduos, mas a dedicação e o sacrifício.⁷⁷

Nesta missão evangélica de resgatar a imagem de Silva Xavier, Lúcio dos Santos esteve envolvido desde 1911, quando escreveu uma monografia sobre a

76. Op. cit., p. 12.

77. *Ibidem*, p. XIII.

Inconfidência para as comemorações do bicentenário de Ouro Preto, sem utilizar como fonte os *Autos de devassa*. A obra que ora tratamos foi apresentada em 1922 no Congresso Internacional de História da América, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e baseia-se fundamentalmente nos autos do processo da Inconfidência. O autor não nega que tenha se apaixonado pelo tema, que lhe causou fortes impressões:

Possuí-me de verdadeira paixão pelo assunto. Quando alta noite, interrompia a tarefa para descansar a mão quase entorpecida por longas horas de escrita, parecia-me que desciam para povoar a minha solidão as sombras melancólicas dos sacrifícios de 1789, revivendo comigo todos os incidentes da tentativa que fez o seu infortúnio e a sua glória. Muitas vezes, empolgado por essa visão do passado, julgava ouvir vozes incertas na noite, gemidos abafados e indefiníveis, que me viessem de muito longe, como um eco remoto, quase extinto, daquela pavorosa tragédia.⁷⁸

Esta obra de Lúcio dos Santos é considerada como a primeira e mais importante revisão republicana da Inconfidência. Mas este ponto de vista nos parece um tanto equivocado e merece reparo.

Interrogando-se a respeito da possibilidade de benefícios para o país, no caso de vitória do movimento inconfidente, o autor afirma que o Brasil não estava preparado para o regime republicano. Para ele o povo era inculto e não possuía capacidade administrativa. Faz uma apologia da monarquia, que sem violência nos trouxe a emancipação e o regime republicano. Diz ele:

A intercorrência do período colonial foi útil à nossa vida social. A independência veio-nos pela ordem natural das coisas, sem abalo e sem choque, como um fruto plenamente sazonado. Através da monarquia, com passos mais seguros, pudemos caminhar para a república, cem anos depois que a sonharam os inconfidentes.⁷⁹

Fica claro que Lúcio dos Santos assume uma postura conciliatória, fugindo tanto da abordagem dos autores monarquistas, que condenaram a Inconfidência, quanto dos republicanos que endeusaram Tiradentes:

Pouco conheci da monarquia; e quando cheguei à idade madura, já a república estava consolidada, debotados os primeiros entusiasmos e abertas as primeiras desilusões. Não andava no curso nenhuma preocupação de ordem política, religiosa ou filosófica. Foi-me, pois, possível encarar serenamente o assunto.⁸⁰

Sereno é o adjetivo mais adequado ao livro deste historiador. Ele pretende ser, sem excessos, o contraponto à obra de Joaquim Norberto, que deprime Tiradentes e confere a autoria da conjuração aos celebrados poetas de Vila Rica.

Esta tarefa não é fácil. Extrair dos autos e de outros documentos opiniões favoráveis ao alferes; retirar os estigmas sociais, econômicos e psicológicos que lhe atribuem alguns conjurados e autores republicanos, exigiu de Lúcio dos Santos um esforço de investigação que, algumas vezes, contrariou seu objetivo. Exemplo mais significativo é quando alinha as razões que levaram Tiradentes a se

78. *Ibidem*, p. XII.

79. *Ibidem*, p. 583.

80. *Ibidem*, p. 10.

posicionar contra o domínio luso. Fica claro que o nosso herói não tinha motivação política nem consciência emancipacionista. Lúcio dos Santos nos descreve Silva Xavier como um fracassado, um injustiçado; por ironia, tal como Norberto o fez:

Infeliz em sua primeira profissão, na milícia e na mineração, tentou Tiradentes tornar-se empreiteiro de grandes e importantes obras de melhoramentos da capital da Colônia. Mas os seus planos, que hoje se podem apreciar com justiça, pareceram demonstrativo de pouco juízo, e ele foi desprezado. Que lhe restou mais a fazer? Desgostoso, perdidas todas as esperanças, começou ele a usar contra o governo uma linguagem mais livre, mais enérgica e mais causticante.⁸¹

Diante destas evidências, como atribuir a Tiradentes o papel de idealizador e principal cabeça do movimento? O alferes era inculto e pobre; não era politizado e pertencia a um escalão inferior da força militar da capitania. Lúcio dos Santos realiza a reconstrução do retrato de Silva Xavier contestando ponto por ponto a análise de Norberto, construindo um discurso 'em cima' da interpretação deste historiador. As questões tratadas são a educação do alferes que "devia ter recebido uma instrução não pequena, superior à comum naquela época".⁸² Afirma que "Tiradentes redigia tão bem, regularmente, e sua letra — tão boa como a do vice-rei Luís de Vasconcelos — é mais desembaraçada que a de Maciel e igual à de seus companheiros mais letrados."⁸³ A pobreza de Tiradentes também é refutada, pois sua "família sem ser abastada tinha algumas posses e algum prestígio".⁸⁴

Lúcio dos Santos contesta as descrições preconceituosas que davam Tiradentes como um "colono de cor morena", eufemismo empregado para dizer que ele era um homem de cor:

O certo, porém, é que se ele era moreno, não podia ser um homem de cor, no sentido normal desse termo, mesmo que o fosse a sua avó materna, de São Paulo, a única brasileira entre seus avós pelas duas linhas ascendentes.⁸⁵

O tratamento crítico que o autor realiza nos *Autos* é contraditório. Acredita firmemente nos depoimentos do coronel Paula Freire, do padre Rolim e do cônego Vieira que afirmam ser Silva Xavier o chefe da conspiração. Quando se trata de elogiar o alferes, Lúcio dos Santos não questiona os *Autos*. Em nenhum momento se pergunta sobre a possibilidade de Tiradentes ter sido usado na propagação intencional da idéia do levante, expondo-se como principal articulador e servindo para encobrir a participação de pessoas socialmente mais importantes, interessadas na emancipação dos negócios coloniais. Quando alguns conjurados minimizam a importância de Tiradentes, ou criticam sua aparência e seu comportamento social, o autor nega-lhes a validade dos depoimentos. Mas é acreditando fielmente na confissão de Tiradentes, obtida no quarto interrogatório, na qual assume toda a responsabilidade pelo levante, é que Lúcio dos Santos defende a tese de que foi realmente o alferes que ideou e articulou

81. *Ibidem*, p. 134.

82. *Ibidem*, p. 123.

83. *Ibidem*, p. 124.

84. *Ibidem*, p. 123.

85. *Ibidem*, p. 124.

o movimento inconfidente. Ele originou-se de sua ação concreta, que conseguiu congregiar um importante grupo de militares, fazendeiros, mineiros e clérigos. Diz o autor:

Se excetuarmos, pois, Alvarenga, o qual entretanto, se não recebeu de Tiradentes o primeiro convite, foi incontestavelmente seduzido pelas idéias deste, podemos afirmar que o verdadeiro núcleo da conjuração, onde se encontravam os verdadeiros conspiradores, foi exclusivamente formado e consolidado pelo alferes Joaquim José.⁸⁶

Esta tese tem um alvo — a versão de Norberto —, segundo a qual os três poetas foram os chefes da conjuração. Estes faziam parte de um dos quatro grupos que, para Lúcio dos Santos, compunham o movimento. Esta facção é chamada *literária* e, de acordo com o autor, não efetiva sua participação nos acontecimentos. A exceção de Alvarenga, os poetas não são incluídos no grupo denominado *ativo*; e, embora tenham participado de algumas reuniões, não podem ser nominados cabeças. Sobre Gonzaga é difícil definir sua posição, pois sequer compareceu a reuniões, segundo os autos. O autor contesta veementemente Norberto quanto à origem da Inconfidência:

Colocar nesse cenáculo literário as origens da Inconfidência, fazer de seus membros os primeiros e verdadeiros conspiradores, seguidos e comprometidos pelos outros, eis o que nos parece absolutamente injustificado, não somente em face de todos os elementos da questão, como também atendendo ao caráter desses homens, notáveis por seus títulos, mas absolutamente incapazes do esforço que se lhes deveria exigir.⁸⁷

A leitura deste livro é muito agradável, as biografias dos envolvidos na trama são excelentes, é bem documentado, contém farto e belo material iconográfico sobre os cenários inconfidentes e transcreve a sentença do Tribunal de Alçada que condenou Silva Xavier. O reparo que se pode fazer é que o espírito crítico do autor parece estar imobilizado diante do peso do pensamento católico, impedindo-o de especular sobre algumas questões de fundamental importância para a elucidação de obscuros fatos da conjuração, como a questão da morte de Cláudio Manuel da Costa, que ele se recusa a tratar como assassinato, e o envolvimento do visconde de Barbacena com negociantes conjurados. Paradoxalmente, a passagem mais finamente elaborada é sua explicação para o suicídio do velho advogado, desmentindo todas as versões que apontavam na direção oposta.

Predomina no livro um tom melancólico. O herói não logrou em vida a realização de seu sonho. Somente sua idéia vingou. Suas qualidades se prendem muito mais ao lado moral do que à prática política. Tiradentes é um herói porque é uma espécie de apóstolo cheio de solidez de caráter e de dignidade. Ele é também um herói porque é uma vítima.⁸⁸ Para o autor, os valores morais estão

86. *Ibidem*, p. 394.

87. *Ibidem*, p. 401.

88. *Ibidem*, p. 62.

"O verdadeiro chefe de uma tentativa da natureza da conspiração mineira não é necessariamente o mesmo que teve a prioridade da idéia, mas aquele que mais intensamente a encarna, que maiores elementos congrega para a sua efetivação, que a conduz à vitória, ou dela se constitui a principal vítima no desastre final".

acima dos conceitos de classe, cultura, riqueza e poder. Estranha contradição encerra esta obra: o ato do herói é louvável, mas a realização de seu sonho no tempo que o concebeu é condenável. Apesar de tudo, Lúcio dos Santos afirma em tom conclusivo:

Sem o prestígio que alguns dos conjurados emprestam à glória literária, a outros a riqueza, a outros a posição social, Tiradentes ergue-se no meio de todos como o chefe incontestável, não somente pelo devotamento com que se entregou a essa nobre causa — devotamento tão grande que tem podido parecer a muitos como atingindo as raízes da loucura. E não é só isso. Preso, foi sua atitude a mais digna e heroica.⁸⁹

89. *Ibidem*, p. 564.

Colaboram neste número:

**Edilane de Almeida Carneiro
Francisco Iglésias
Francisco José C. Falcon
Gláucia Tomaz de Aquino Pessoa
Guilherme Pereira das Neves
Leopoldo Collor Jobim
Lúcia Maria B. Pereira das Neves
Manuel Luiz Salgado
Maria Judite dos Santos
Mary Del Priore
Tânia Bessone
Vamireh Chacon**
